

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SMS Nº 005/2025**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO CP – SMS/RJ**

## 1. INTRODUÇÃO

**1.1.** O **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, torna público que fará realizar **CHAMAMENTO PÚBLICO** para escolha de **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, e suas alterações, e do Decreto Municipal nº 42.696/2016, e suas alterações, para celebração de **TERMO DE COLABORAÇÃO**, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo I), parte integrante do presente Edital.

**1.2.** O presente Chamamento Público e a parceria dele decorrente se regem por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.2014, e suas alterações; do Decreto Municipal nº 42.696, de 27.12.2016, e suas alterações; da Lei Federal nº 13.709, de 14.08.2018; do Decreto Municipal nº 21.083, de 20.02.2002 (cota para pessoas negras e mulheres); do Decreto Municipal nº 32.318, de 07.06.2010; do Decreto Municipal nº 50.026, de 16.12.2021; do Decreto Rio nº 50.033, de 16.12.2021; da Resolução CGM nº 1.285, de 23.02.2017; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei Municipal nº 207, de 19.12.1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar Municipal nº 01, de 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221, de 18.09.1981, e suas alterações; bem como as normas constantes deste Edital e seus Anexos, normas que as Organizações concorrentes declaram, pela sua participação no certame, conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

**1.3.** As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, serão acatadas por todas as Organizações da Sociedade Civil participantes e serão divulgadas pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

**1.4.** O Chamamento Público a que se refere este Edital poderá ser adiado, revogado por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, sem que caiba às Organizações da Sociedade Civil participantes qualquer direito à reclamação ou indenização por estes motivos.

**1.5.** Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos bem como apresentar impugnações, em até 5 (cinco) dias úteis antes da data marcada para a abertura da sessão pública e por meio de arquivos em formato .PDF, com tamanho máximo de 9MB (nove megabytes) cada um. Os arquivos com pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser enviados para o e-mail: [chamamentopublicohmfmhmc@gmail.com](mailto:chamamentopublicohmfmhmc@gmail.com), até às 17 horas (horário de Brasília) do último dia do prazo.

**1.5.1.** Decairá do direito de pedir esclarecimento e/ou de impugnar o Edital perante a Administração o interessado que não o fizer tempestivamente.

**1.5.2.** Os pedidos de esclarecimentos devem ser respondidos e as impugnações devem ser decididas pela Comissão Especial de Seleção em até 3 (três) dias úteis antes da sessão pública, com a divulgação da manifestação pela mesma forma que a Administração deu publicidade ao presente Edital.

**1.5.3.** Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos e impugnações ao Edital encaminhadas por serviço postal.

**1.6.** Toda comunicação realizada pelas Organizações da Sociedade Civil interessadas na participação deste Edital, como pedidos de esclarecimentos, impugnações, etc, deverá ser realizada em arquivos no formato .PDF, com tamanho máximo de 9MB (nove megabytes) cada um, por meio de seu representante legal, que deverá apresentar documento comprobatório de legitimidade para representar a Organização da Sociedade Civil, via de regra, o ato constitutivo da Organização da Sociedade Civil e a ata de eleição da diretoria vigente, nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, ou, por meio de procurador, que deverá apresentar procuração com poderes específicos para tanto e acompanhada de documento comprobatório de que o mandante ou signatário da carta possui poderes de outorga.

**1.7.** Este Edital e seus Anexos, bem como as publicações dos avisos, das alterações, das respostas da Comissão, das Atas das Sessões Públicas etc., serão disponibilizados no sítio <https://saude.prefeitura.rio/ctgos/chamamentos/subsecretarias/subhue/>, bem como na sede da Secretaria Municipal de Saúde, no endereço rua Afonso Cavalcanti, 455, sala 801, 8º andar, Prédio Principal, Cidade Nova, Rio de Janeiro-RJ, podendo os interessados comparecer munidos de *pen drive* para gravação dos arquivos.

**1.7.1.** A versão impressa do Edital e de seus Anexos poderá ser adquirida mediante o pagamento de sua reprodução gráfica, através de DARM-RIO. Neste caso, quando da retirada da versão impressa do Edital e de seus Anexos, a Organização da Sociedade Civil deverá apresentar comprovante de pagamento constando a sua denominação ou razão

social, o seu número de inscrição no CNPJ e o número deste Edital.

**1.8.** A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL interessada em participar do presente Chamamento Público poderá solicitar agendamento de visita técnica por meio do e-mail [chamamentopublicohmfmhmc@gmail.com](mailto:chamamentopublicohmfmhmc@gmail.com), para o Hospital Maternidade Carmela Dutra, e

## **2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO**

**2.1.** A autorização do Senhor Subsecretário de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência – S/SUBHUE (conforme *art. 252* do CAF), consta do Processo Administrativo SMS-PRO-2025/82660, em 28/11/2025, às fls. 818, tendo sido publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO nº 176, de 01/12/2025, pág. 38.

## **3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DE ENTREGA DE ENVELOPES**

**3.1.** No dia **26/01/2026, às 10 (dez) horas**, a Comissão Especial de Seleção estará reunida na sede da Secretaria Municipal de Saúde, na rua Afonso Cavalcanti nº 455, sala 810, Prédio Principal, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, para receber os envelopes referentes ao presente Chamamento Público.

**3.2.** No caso do Chamamento Público não poder ser realizado na data estabelecida, será o mesmo transferido para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pela Secretaria Municipal de Saúde, situação na qual se dará divulgação pelas mesmas formas que se deu publicidade ao presente Edital.

## **4. DO OBJETO**

O objeto do presente Edital visa à seleção de Organização da Sociedade Civil para celebração de **TERMO DE COLABORAÇÃO**, visando o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE em ginecologia clínica, cirúrgica e atendimento a mulher grave através do CTI feminino, por meio de parceria, que assegure assistência universal e gratuita a população obstétrica no ciclo gravídico puerperal e neonatal, única e exclusivamente para o sistema único de Saúde - SUS, no âmbito do Hospital da Mulher Fernando Magalhães, localizado na AP 1.0 e Hospital Maternidade Carmela Dutra, localizado na ÁP 3.2**, da Secretaria Municipal de Saúde, no Município do Rio de Janeiro, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo I), parte integrante do presente Edital.

## 5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos necessários à realização do objeto ora selecionado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO:

CÓDIGO DE DESPESA:

FONTE DE RECURSO:

5.2. **O desenvolvimento do Plano de Trabalho** totalizará o limite máximo de **R\$ 440.665.504,11 (quatrocentos e quarenta milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e quatro reais e onze centavos)**, conforme detalhamento estabelecido no Cronograma de Desembolso (item 9.10 do Plano de Trabalho e Anexo II), que segue anexo e é parte integrante do presente Edital.

## 6. PRAZOS

6.1. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no órgão.

6.2. **O prazo da execução do objeto ora selecionado é de 24 (vinte e quatro) meses**, tendo início a partir da assinatura do Termo de Colaboração.

6.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por meio de Termo Aditivo, limitado a duração até 10 (dez) anos, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos.

6.3.1. Quando a prorrogação for solicitada pela Organização da Sociedade Civil deverá ser devidamente formalizada e justificada em, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do termo inicialmente previsto da parceria.

6.3.2. Por ocasião da prorrogação da vigência da parceria, os repasses financeiros para consecução dos seus objetos poderão ser reajustados para o novo período da parceria, desde que mantida a vantajosidade para a Administração e observados os seguintes fatores:

6.3.2.1. No caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto da parceria, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria;

**6.3.2.2.** Em relação aos demais custos e despesas previstos no Termo de Colaboração, será observado o reajuste medido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado-Especial (IPCA-E) do IBGE, a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do Termo de Colaboração;

**6.3.2.3.** Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial da parceria, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva, ou, por ocorrência de evento superveniente de cunho extraordinário que afete a manutenção da execução do objeto da parceria, mediante justificativa da Administração Municipal;

**6.3.2.4.** Em qualquer hipótese de reajuste previsto neste item, o pleito deverá ser apresentado através de planilha analítica, sendo submetida à análise da Secretaria Municipal de Saúde;

**6.3.2.5.** Os eventuais reajustes serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação da parceria ou com o seu encerramento.

**6.4.** Os prazos relativos aos recursos administrativos são disciplinados em seção própria deste Edital.

## **7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**7.1.** Poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que atenderem às exigências constantes deste Edital:

**7.1.1.** que funcionem sem realizar subdelegação para execução de quaisquer de suas atividades-fim.

**7.1.2.** que possuam normas de organização interna que prevejam, expressamente:

**7.1.2.1.** objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

**7.1.2.2.** que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da organização extinta;

**7.1.2.3.** escrituração de acordo com os princípios fundamentais de Contabilidade

e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

**7.1.3.** Possuir, no mínimo, 3 (três) anos de existência, comprovada através de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, admitida a redução desse prazo por ato específico da Autoridade Superior na hipótese de nenhuma organização atingi-lo; e experiência prévia de, no mínimo, 3 (três) anos, da Organização da Sociedade Civil, na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante.

**7.1.3.1.** A experiência prévia mínima prevista no subitem acima será avaliada pelos seguintes documentos comprobatórios, originais e/ou cópias autenticadas, na forma estabelecida neste Edital:

**7.1.3.1.1.** A experiência prévia de, no mínimo, 3 (três) anos, da Organização da Sociedade Civil (OSC) na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, deverá ser comprovada por meio de atestados, ou, certificados, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou contratos que comprovem a experiência da Organização da Sociedade Civil (OSC).

**7.1.3.2.** Os documentos comprobatórios previstos no subitem acima deverão conter, imprescindivelmente:

**• No caso de atestados ou certificados:**

1. A identificação da pessoa jurídica emitente;
2. O nome e o cargo da autoridade signatária;
  1. Período de vigência do contrato;
  2. Objeto contratual com descrição das atividades sob responsabilidade direta da Organização da Sociedade Civil (OSC), ou, do profissional vinculado aos quadros da Organização da Sociedade Civil (OSC).

**Será considerado para fins de avaliação do tempo de experiência, o número de anos corridos por instrumentos contratuais e/ou atestados e/ou certificados. Não sendo permitido o somatório dos instrumentos contratuais e/ou atestados e/ou certificados do mesmo período de vigência.**

**7.1.4.** que possuam instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

**7.2** As organizações religiosas e as sociedades cooperativas são dispensadas da comprovação dos subitens **7.1.2.1.** e **7.1.2.2.**

**7.3** Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que:

**7.3.1** não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

**7.3.2** estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

**7.3.3** tenham como dirigente membro de Poder Público ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o Termo de Colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros bem como a parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

**7.3.4** tenham tido as contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

**7.3.4.1** for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

**7.3.4.2** for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

**7.3.4.3** a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

**7.3.5** tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

**7.3.5.1** suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

**7.3.5.2** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**7.3.5.3** suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

**7.3.5.4** declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de

governo.

**7.3.6** tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

**7.3.7** tenham entre seus dirigentes pessoa:

**7.3.7.1** cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

**7.3.7.2** julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação.

**7.3.7.3** considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 02.06.1992, e suas alterações.

**7.3.8** tenham 12 (doze) ou mais instrumentos jurídicos vigentes celebrados com a Administração Pública Municipal.

**7.4.** Não será permitida a participação de Organização da Sociedade Civil que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra Organização da Sociedade Civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

**7.5.** Não será permitida a participação de mais de uma Organização da Sociedade Civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se ainda o que dispõe o Decreto nº 42.696/2016, e suas alterações.

**7.6.** Não será permitida a participação de Organização da Sociedade Civil cujos dirigentes, gerentes ou associados sejam servidores do Município ou de suas entidades, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital. Conforme o art. 2º, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, também será vedada a participação de entidades que possuam em seus quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões de sua estrutura, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições deste Edital (Anexo VIII).

**7.7.** Não será permitida a participação de Organização da Sociedade Civil que ultrapasse os limites de instrumentos de parcerias estabelecidos no Decreto Rio nº 50.033, de 16 de dezembro

de 2021.

**7.8.** A regularidade das condições de participação previstas nos subitens 7.1.1., 7.1.2, 7.1.2.1., 7.1.2.2., 7.1.2.3., 7.1.4., 7.3.2., 7.3.3., 7.3.4., 7.3.5., 7.3.5.1., 7.3.5.2, 7.3.5.3., 7.3.5.4., 7.3.6., 7.3.7., 7.3.7.1., 7.3.7.2., 7.3.7.3., 7.3.8., 7.4., 7.5., 7.6. e 7.7., pela Organização da Sociedade Civil, devem ser comprovadas por meio de declaração firmada pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil, em papel timbrado.

**7.9.** Os **documentos exigidos no Item 7 e nos seus subitens deverão ser apresentados** em arquivos no formato .PDF, com tamanho **máximo de 9 MB (nove megabytes)** cada um, em 01 (um) pen drive específico (C), **no momento do credenciamento, fora dos Envelopes “A” e “B”**.

## **8. REPRESENTAÇÃO NO PROCESSO**

**8.1.** As Organizações da Sociedade Civil participantes poderão ser representadas em todas as etapas deste Chamamento Público por seu representante legal ou por agente credenciado regularmente constituído.

**8.2.** Em etapas do certame anteriores à sessão para recebimento dos Envelopes “A” e “B”, a representação da Organização da Sociedade Civil interessada poderá ser feita por seu representante legal, ou, agente com poderes delegados por procuração passada por instrumento público ou particular, que contenha, no mínimo, poderes *ad negocia* para manifestar a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, **bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Organização da Sociedade Civil**, acompanhada de documento comprobatório de que o mandante ou de que o signatário da procuração possui poderes para tanto.

**8.3.** Por credencial entende-se:

**8.3.1.** Procuração passada por instrumento público ou particular, que contenha, no mínimo, poderes *ad negocia* para manifestar a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Organização da Sociedade Civil;

**8.3.2.** Carta de credenciamento devidamente preenchida nos termos do Anexo IV.

**8.4.** O representante legal deverá apresentar documento comprobatório de legitimidade para representar a Organização da Sociedade Civil, via de regra, o ato constitutivo da Organização da Sociedade Civil e a ata de eleição da diretoria vigente, nos quais estejam expressos seus

poderes para exercer direitos e assumir obrigações. O agente credenciado deverá apresentar procuração ou carta de credenciamento acompanhada de documento comprobatório de que o mandante ou de que o signatário da carta possui poderes para tanto.

**8.5.** O representante legal ou o agente credenciado, antes da entrega dos envelopes e da credencial, deverá identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente original.

**8.6.** A carta de credenciamento ou a procuração, o ato constitutivo da Organização da Sociedade Civil e a ata de eleição, para fins de credenciamento, **deverão ser entregues separadamente dos envelopes “A” e “B”**, referidos no item **9.1** deste Edital, através de *pen drive* com arquivos no formato .PDF com tamanho **máximo de 9 (nove) MB** (megabytes) cada arquivo e apresentados os respectivos originais, sem prejuízo da regra descrita no subitem **12.1**.

**8.7.** Encerrada a fase descrita nos subitens **8.1, 8.2, 8.3 e 8.4**, iniciada no horário previsto no subitem **3.1**, não mais serão admitidos novos proponentes, devendo a Comissão Especial de Seleção lavrar na ata o recebimento dos envelopes de proposta e documentação de habilitação.

## **9. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS**

**9.1.** Considerando a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.RIO e a obrigatoriedade de que os processos administrativos sejam abertos por meio eletrônico, **todos os documentos** necessários à participação no presente Chamamento Público deverão ser apresentados na forma digital, em arquivos no formato PDF, tamanho máximo de 9 (nove) MB (Megabytes) e dentro de pen drive específico, correspondente ao conjunto a que pertencem (“A” – PROPOSTA, “B” – HABILITAÇÃO ou “C” – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO/CREDENCIAMENTO).

**9.2.** No local, data e hora estabelecidos no subitem 3.1, as organizações da sociedade civil interessadas neste Chamamento Público apresentarão:

**1 (um) pen drive para as CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, contendo toda a documentação correspondente (item 7 e respectivos subitens);**

**1 (um) pen drive para o CREDENCIAMENTO, contendo toda a documentação correspondente (item 8 e respectivos subitens);**

**1 (um) pen drive, dentro de um envelope lacrado, exclusivamente para a PROPOSTA, contendo toda a documentação correspondente (item 11 e seguintes) assinada digitalmente e a proposta técnica numerada (item 11.2 e subitens);**

**1 (um) pen drive, dentro de um envelope lacrado, exclusivamente para a HABILITAÇÃO, contendo toda a documentação correspondente (item 12 e seguintes).**

**Os Envelopes “A” e “B” devem conter as seguintes descrições:**

**ENVELOPE “A” – PROPOSTA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**CHAMAMENTO PÚBLICO CP - SMS Nº 005/2025**

**[NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]**

**ENVELOPE “B” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**CHAMAMENTO PÚBLICO CP - SMS Nº 005/2025**

**[NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]**

**10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS**

**10.1.** Os documentos dos **ENVELOPES "A" – PROPOSTA – e "B" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** – serão apresentados em 2 (dois) pen drives com arquivos em formato .PDF, na forma estabelecida nos itens a seguir.

**10.1.1.** A proposta constante do **ENVELOPE "A"** será apresentada em *pen drive* com arquivos em formato .PDF no tamanho máximo de 9MB (nove megabytes) cada um, de acordo com o roteiro estipulado no item 11 deste Edital, sendo de exclusiva responsabilidade da Organização da Sociedade Civil proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração após sua entrega à Comissão Especial de Seleção, na forma do item 9 deste Edital, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**10.1.2.** Não assistirá à proponente qualquer direito autoral sobre a proposta apresentada, podendo o Município do Rio de Janeiro utilizá-la para atingir os objetivos previstos no Termo de Colaboração objeto deste certame ou de outros que venha a realizar.

**10.1.3.** Em nenhuma hipótese assistirá às proponentes a possibilidade de solicitar o sigilo da proposta e dos documentos apresentados nos Envelopes “A” e “B”, após sua abertura nas respectivas sessões públicas.

**10.2.** Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes na forma do subitem 9.1.

**10.3.** As Organizações da Sociedade Civil participantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. O Município do Rio de Janeiro, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos realizados no Chamamento Público ou os resultados dele decorrentes.

**10.4.** A Comissão Especial de Seleção poderá requisitar, a qualquer tempo, a via original dos documentos exigidos neste Edital.

**10.5.** É facultada à Comissão Especial de Seleção, em qualquer fase do Chamamento Público, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior do documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

**10.6.** Os documentos exigidos no **ENVELOPE "B" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – deverão ser apresentados** em arquivos no formato .PDF, com tamanho **máximo de 9 MB** (nove megabytes) cada, em 01 (um) pen drive.

**10.7. Somente será avaliada a documentação de habilitação da Organização da Sociedade Civil que apresentar a melhor proposta. O ENVELOPE "B" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** – das demais Organizações da Sociedade Civil ficará em poder da Comissão Especial de Seleção até a publicação da homologação do resultado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, momento em que será permitida a retirada dos pen drives pelos representantes.

## **11. PROPOSTA**

**11.1.** A Proposta deverá ser apresentada em *pen drive*, em arquivos em formato .PDF, com tamanho máximo de 9MB (nove megabytes) cada um. **Os arquivos devem ser numerados em ordem crescente e identificados com a sigla da Organização da Sociedade Civil e o intervalo de páginas que cada um contém.** O texto da proposta deve ser organizado com margem esquerda igual a 3 cm, margem direita igual a 1 cm e margens superior e inferior iguais a 3 cm, com espaçamento 1,5 cm entre as linhas e em fonte verdana, tamanho 10. Deverá ser elaborada de acordo com o roteiro a seguir, observadas ainda as condições estabelecidas no Plano de Trabalho (Anexo I).

**11.2.** Constituem os tópicos essenciais da Proposta:

**11.2.1. ÍNDICE:** Deverá conter a paginação correta e todos os tópicos da Proposta.

**11.2.2. APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:** Deverá conter um

breve histórico/currículo da Organização da Sociedade Civil com o relato de sua experiência na área de interesse do objeto do Edital, destacando se já trabalhou com a modalidade de atividade e o público alvo específico do presente Edital. Neste item, a Organização da Sociedade Civil deverá relatar se já ganhou algum prêmio ou concurso de projetos, bem como se participa de algum Fórum, Rede ou Associação que discuta a temática em questão deste Edital, especificando qual a modalidade de participação (direção, coordenação, membro de grupo de trabalho ou comissão etc).

**11.2.3. CONHECIMENTO DO PROBLEMA:** Consistirá em uma dissertação própria da Organização da Sociedade Civil a ser desenvolvida com base na sua experiência anterior sobre o objeto do Termo de Colaboração que se pretende celebrar a partir do presente Edital (**serão desclassificadas as propostas que simplesmente copiarem os dados do Plano de Trabalho**). Deverá ser demonstrado: **a)** conhecimento sobre as políticas setoriais constantes do Plano de Trabalho (apresentação de conhecimento sobre a legislação, políticas e programas nacionais e municipais); **b)** apresentação de discussão técnica sobre as modalidades de atendimento dos programas previstos no Plano de Trabalho; **c)** informações e dados sobre os trabalhos similares já realizados pela Organização da Sociedade Civil; **d)** dificuldades e desafios encontrados para sua realização; **e)** soluções propostas para superá-los.

**11.2.4. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:** Apresentação dissertativa discriminando as atividades a serem desenvolvidas, os prazos, os produtos ou serviços, e a metodologia empregada, conforme descrito no Plano de Trabalho (Anexo I). **As propostas que meramente repetirem o conteúdo do Plano de Trabalho serão desclassificadas.**

**11.2.5. PROPOSTA FINANCEIRA:** Os recursos orçamentários da rubrica de apoio à gestão destinados à Organização da Sociedade Civil (RUE) devem respeitar o limite máximo de 4% da parte fixa (Custeio + RH). Para a rubrica de apoio à CGE o valor deve ser de 1%.

**Nos casos em que a instituição proponente seja detentora da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), 5% do valor da economia decorrente de sua imunidade tributária, deverão ser alocados na rubrica de apoio à gestão ao monitoramento das parcerias da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) prevista no cronograma de desembolso, conforme recomendação contida no VOTO TCMRJ Nº 028/2024, processo 040/100.460/2022.**

O restante do valor decorrente da isenção tributária (95%) deve ser deduzido do valor global da proposta.

A instituição proponente deverá apresentar em sua proposta financeira a memória de cálculo relativa à dedução decorrente da imunidade tributária, conforme regras e percentuais da isenção da qual a instituição se beneficia.

A alocação de despesas na rubrica de gestão RUE deve observar o disposto no Artigo 33 do

Decreto Rio Nº 42.696 de 22 de dezembro de 2016 e as regras contidas na Instrução Normativa CODESP nº 06/2025 tanto na proposta técnica, como ao longo de toda a execução do Termo de Colaboração.

Os valores definidos a partir dos percentuais acima estabelecidos devem ser observados como limite das despesas alocadas em tais rubricas ao longo de toda a execução do Termo de Colaboração.

**11.3.** As propostas serão julgadas de acordo com:

- (i) o grau de adequação aos objetivos específicos do programa ou ação em que se insere o objeto da parceria;
- (ii) a experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
- (iii) a capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;
- (iv) o preço/valor de referência.

**11.3.1** A proposta será julgada por meio de pontuação, considerando-se os parâmetros estabelecidos abaixo:

CRITÉRIOS	ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA (ITEM)	PONTUAÇÃO MÁXIMA (CRITÉRIO)
1. Experiência	1	Tempo de experiência de gestão em saúde	4	10
	2	Experiência em gestão de serviço hospitalar com perfil emergência ginecológica/obstétrica e neonatal; assistência intensiva ginecológica/obstétrica e neonatal.	6	
2. Grau de adequação da proposta apresentada ao objeto da parceria.	3	Políticas de Recursos Humanos, incluindo plano de cargos e salários, benefícios, provisões e incentivos aplicados aos profissionais. a) Programa de Desenvolvimento Humano, Técnico e Gerencial	1	10
		Políticas de Recursos Humanos, incluindo plano de cargos e salários, benefícios, provisões e incentivos aplicados aos profissionais. b) Sistema de pagamento por performance	1	
	4	Plano/Programa de Educação Permanente	1	
	5	Dimensionamento gerencial, administrativo e da Equipe Assistencial	4	
	6	Plano de ação para melhoria dos serviços voltados para efetividade de todos os procedimentos de obstetrícia e neonatologia e assistência intensiva ginecológica/obstétrica e neonatal	3	
3.Capacidade Operacional	7	Publicização das prestações de contas e resultados assistenciais da proponente em seu sítio institucional	10	

	8	Apresentação do Regimento Interno ou documento equivalente, que descreva os princípios éticos e comportamentais que norteiam o relacionamento e a conduta institucional de funcionários e diretoria com seus pares, subordinados e parceiros de negócios, visando manter uma postura de transparência e ética nas relações pessoais e comerciais da entidade	05	60
	9	Apresentação de documentos que comprovem a aplicação e efetividade da Política de <i>Compliance</i> e Integridade da Instituição	15	
	10	Experiência em uso de sistema de prontuário eletrônico em unidades de saúde	14	
	11	Apresentação dos Instrumentos de Pesquisa de Satisfação do Usuário e organização da análise dos dados	06	
	12	Ações voltadas à qualidade, através de Comissões, Serviços, Protocolos Clínicos	10	
4. Preço	13	ITEM 13- Redução na proposta econômica – Considerando as definições do “Item 9- Custo” do Plano de Trabalho	15	20
	14	Proposta econômica: volume de recursos (R\$) destinados à rubrica A.2 Apoio à Gestão – OSC - Considerando as definições do “Item 9 – Custo” do Plano de Trabalho	5	
<b>TOTAL</b>				<b>100</b>

**11.3.2** Será considerada a proposta mais vantajosa aquela que somar o maior número de pontos segundo a escala prevista. Em caso de empate, será considerada a melhor proposta aquela que houver alcançado maior pontuação no fator capacidade operacional; persistindo o fato, será considerada a melhor proposta aquela que houver alcançado maior pontuação no fator experiência; persistindo, ainda, será considerada a melhor proposta aquela que houver alcançado maior pontuação no fator preço; caso permaneça o empate, será considerada a melhor proposta aquela que tiver alcançado maior pontuação no fator grau de adequação. Permanecendo o empate, será realizado sorteio.

**11.3.3** A Organização da Sociedade Civil que obtiver nota final inferior a 60 (sessenta) pontos, ou que obtiver pontuação zero em qualquer um destes fatores, terá sua proposta desclassificada.

**11.3.4** Serão **desclassificadas** as propostas que não incorporarem ao cronograma de desembolso as determinações consignadas no subitem **11.2.5**.

**11.3.5** Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do Chamamento Público.

## 12 HABILITAÇÃO

**12.1. O ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** – deverá conter 1 (um) *pen drive* com os arquivos em formato .PDF com tamanho máximo de 9MB (nove megabytes) cada um. **Os arquivos devem ser numerados em ordem crescente e identificados com a sigla da Organização da Sociedade Civil e o intervalo de páginas que cada um contém e seguir** todas as orientações dos itens 9.2 do presente edital com todos os documentos especificados a seguir:

**12.1.1.** Certidão de existência jurídica expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou cópia autenticada do Estatuto da Organização da Sociedade Civil, registrado e com eventuais alterações. Em se tratando de Universidade deverá constar também declaração emitida pelo respectivo Conselho Universitário ou Conselho Superior de Ensino e Pesquisa aprovando a execução do objeto do presente Chamamento Público.

**12.1.2.** Cópia da Ata de Eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

**12.1.3.** Certidão de Regular Funcionamento das Fundações, expedida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, na forma do Decreto Municipal n.º 32.318/2010, se a Organização da Sociedade Civil participante for uma fundação privada.

**12.1.4.** Prova de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas –CNPJ.

**12.1.5.** Comprovação de que possui, no mínimo, 3 (três) anos de existência, comprovada através de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, admitida a redução desse prazo por ato específico da Autoridade Superior na hipótese de nenhuma organização atingi-lo; e experiência prévia de, no mínimo, 3 (três) anos, da Organização da Sociedade Civil, na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante.

**12.1.5.1.** A experiência prévia mínima prevista no subitem acima será avaliada pelos documentos comprobatórios, originais/cópias autenticadas, na forma estabelecida no Edital.

**12.1.5.2.** A experiência prévia de, no mínimo, 3 (três) anos, da Organização da Sociedade Civil (OSC) na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, deverá ser comprovada por meio de atestados, ou, certificados, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou, contratos que

comprovem a experiência da Organização da Sociedade Civil (OSC).

**12.1.5.3.** Os documentos comprobatórios previstos no subitens acima deverão conter, imprescindivelmente:

• **No caso de atestados ou certificados:**

1. A identificação da pessoa jurídica emitente;
2. O nome e o cargo da autoridade signatária;
3. Timbre do emitente.

• **No caso de contratos:**

1. Período de vigência do contrato;
2. Objeto contratual com descrição das atividades sob responsabilidade direta da Organização da Sociedade Civil (OSC), ou, do profissional vinculado aos quadros da Organização da Sociedade Civil (OSC).

**Será considerado para fins de avaliação do tempo de experiência, o número de anos corridos por instrumentos contratuais e/ou atestados e/ou certificados. Não sendo permitido o somatório dos instrumentos contratuais e/ou atestados e/ou certificados do mesmo período de vigência.**

**12.1.6.** Relação nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, com endereço, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB de cada um deles.

**12.1.7.** Cópia de documento que comprove que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço por ela declarado.

**12.1.8.** Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**12.1.8.1.** A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito Negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;

**12.1.8.2.** A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da Organização da Sociedade Civil será feita por meio da apresentação da Certidão

Negativa ou Positiva com efeito Negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo da Dívida Ativa, ou, se for o caso, Certidão Comprobatória de que a Organização da Sociedade Civil, pelo respectivo objeto, está isenta de Inscrição Estadual;

**12.1.8.3.** A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da Organização da Sociedade Civil será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo da Dívida Ativa ou, se for o caso, Certidão Comprobatória de que a Organização da Sociedade Civil, pelo respectivo objeto, está isenta de Inscrição Municipal.

**12.1.9.** Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS.

**12.1.10.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito Negativo.

**12.1.11.** Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei Federal nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 18.345, de 01.02.2000, ou Declaração firmada pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil (Anexo IX) de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Para as Organizações da Sociedade Civil sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a mesma tem sua sede.

**12.1.12.** Declaração de que a Organização da Sociedade Civil não possui em seu quadro nenhum funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do 1º ou 2º escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, emitida pelo seu representante legal, nos termos do parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 19.381/2001 (Anexo VIII).

**12.1.13.** Declaração do representante legal de que a Organização da Sociedade Civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item 7 do presente Edital (Anexo X).

**12.1.14.** Certidões negativas de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da Organização de Sociedade Civil. Para as Organizações sediadas na

cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões da 1º Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais e do 2º Ofício de Interdições e Tutelas. As Organizações sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências e recuperação judicial ou extrajudicial. Não serão aceitas certidões com validade expirada ou passadas com mais de 90 (noventa) dias contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização do Chamamento Público.

**12.1.15.** Prova de que possui normas de organização interna que prevejam, expressamente:

**12.1.15.1.** objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

**12.1.15.2.** que, em caso de dissolução da entidade, respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da Organização extinta;

**12.1.15.3.** escrituração de acordo com os princípios fundamentais de Contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

**12.2.** As Organizações Religiosas e as Sociedades Cooperativas são dispensadas da comprovação dos subitens **12.1.15.1** e **12.1.15.2**.

**12.3.** Declaração firmada pelo representante legal e em papel timbrado da Organização da Sociedade Civil de que observa cotas mínimas para pessoas de cor negra e mulheres - Decreto nº 21.083, de 20.02.2002, alterado pelo Decreto nº 21.253, de 05.04.2002 (Anexo XI).

**12.4.** Os documentos necessários à habilitação da Organização da Sociedade Civil farão parte integrante do processo administrativo e deverão ser apresentados em *pen drive*, em arquivos em formato .PDF, com tamanho máximo de 9MB (nove megabytes) cada um.

**12.5.** Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões exigidos neste Edital não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há no máximo 90 (noventa) dias contados até a data da apresentação dos Envelopes “A” e “B”.

### 13. ETAPAS DO CHAMAMENTO PÚBLICO

**13.1.** A primeira etapa deste Chamamento Público consiste, preliminarmente, na verificação do cumprimento das condições de participação previstas no item 7 pelas Organizações da Sociedade Civil e no credenciamento de seus representantes, conforme previsto no item 8. Na sequência, há o recebimento dos **Envelopes “A” e “B”** das Organizações de Sociedade Civil que acudirem ao Certame pela Comissão Especial de Seleção da SMS, nos termos do subitem 9.1.

**13.2.** Após superada a fase de representação no processo (item 8 do presente Edital), os **ENVELOPES “A” – PROPOSTA** – serão abertos e as propostas apresentadas em pen drive serão inseridas na Plataforma SEI.RIO no momento da sessão passando a fazer parte do processo administrativo SMS-PRO-2025/82660 referente ao presente Chamamento Público. Será lavrado em ata o recebimento dos envelopes, a vista das propostas por todas as concorrentes, a inserção das propostas na referida plataforma, assim como serão assinalados dia e horário para nova sessão, considerando-se intimados todos os presentes. A ata será publicada no D.O. Rio.

**13.3.** No dia assinalado no subitem anterior, será divulgada pelo Presidente da Comissão Especial de Seleção a classificação das Propostas. Após tal ato, será aberto o **ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** – da Organização da Sociedade Civil cuja proposta foi classificada em primeiro lugar. Será lavrado em ata a abertura do envelope, a vista da documentação de habilitação por todas as concorrentes, a inserção da documentação no SEI.RIO. A ata será publicada no D.O. Rio.

**13.4.** Se a Organização da Sociedade Civil for inabilitada, serão convocadas as Organizações da Sociedade Civil subsequentes e, na ordem de classificação, o Presidente da Comissão Especial de Seleção poderá convidar aquela imediatamente mais bem classificada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada. A seguir, será analisada a documentação de habilitação.

### 14. DO RECURSO

**14.1.** Ao final da sessão e declarada a vencedora do certame pelo Presidente da Comissão Especial de Seleção, qualquer participante poderá manifestar imediatamente e motivadamente a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o **prazo de 03 (três) dias corridos** para apresentar suas razões recursais em arquivos em formato .PDF, com tamanho máximo de 9MB (nove megabytes) cada um, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para, se desejarem, apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do

término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada uma cópia dos autos mediante a apresentação de pen drive pela Organização da Sociedade Civil interessada.

**14.2.** A falta de manifestação imediata e motivada da Organização da Sociedade Civil quanto à sua intenção recursal acarretará a decadência do direito de recorrer.

**14.3.** A não apresentação das razões recursais nos termos do item 14.1 acarretará, como consequência, o não conhecimento do recurso por falta de fundamentação.

**14.3.1.** As razões recursais deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Seleção e entregues em arquivos em formato .PDF, com tamanho máximo de 9MB (nove megabytes) cada um, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, Rua Afonso Cavalcanti, 455, bl 1, sala 801, 8º andar, Cidade Nova, Rio de Janeiro-RJ, das 9 às 17 horas (horário de Brasília), ou, por meio do endereço eletrônico [chamamentopublico.subhue@gmail.com](mailto:chamamentopublico.subhue@gmail.com).

**14.4.** Recebido o recurso, o Presidente da Comissão Especial de Seleção poderá reconsiderar seu ato, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão.

**14.5.** O provimento do recurso importará apenas a invalidação dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## **15. HOMOLOGAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

**15.1.** Uma vez homologado o resultado do Chamamento Público pelo Secretário Municipal de Saúde, a Organização da Sociedade Civil será convocada para, no prazo de 2 (dois) dias, assinar o Termo de Colaboração.

**15.2.** Deixando a Organização da Sociedade Civil de assinar o Termo de Colaboração no prazo de 2 (dois) dias, poderá a Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas à faltosa, convocar as Organizações da Sociedade Civil participantes remanescentes, por ordem de classificação, na forma do subitem **13.4**.

**15.3.** A Organização da Sociedade Civil será responsável, na forma do Termo de Colaboração, pelos atos de seus empregados.

**15.4.** A Organização da Sociedade Civil será responsável, na forma do Termo de Colaboração, pela qualidade das atividades executadas e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Plano de Trabalho e demais normas técnicas pertinentes, sendo certo que a ocorrência de desconformidade implicará a reexecução da atividade e a substituição dos

materiais recusados, sem que isso acarrete qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Saúde e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**15.5.** A Organização da Sociedade Civil será também responsável, na forma do Termo de Colaboração, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução das atividades a seu encargo, respondendo por si e por seus sucessores.

**15.6.** A fiscalização da parceria caberá à Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Gestor ou Comissão Gestora e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA da parceria, devendo a Organização da Sociedade Civil se submeter a todas as medidas, processos e procedimentos inerentes à atuação da Secretaria, que não eximem aquela de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e as previstas no Termo de Colaboração.

## **16. FORMA DE PAGAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**16.1.** As parcelas dos recursos serão liberadas em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso aprovado, nos termos do Termo de Colaboração, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária, de titularidade da Organização da Sociedade Civil, cadastrada junto à Superintendência Executiva do Tesouro Municipal.

**16.1.1.** Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o Termo de Colaboração poderá admitir a realização de pagamentos em espécie, após saque à conta bancária específica da parceria, na hipótese de impossibilidade de pagamento mediante transferência eletrônica, devidamente justificada pela Organização da Sociedade Civil no Plano de Trabalho, que poderá estar relacionada, dentre outros motivos, com:

- (i)** o objeto da parceria;
- (ii)** a região onde se desenvolverão as ações da parceria; ou
- (iii)** a natureza dos serviços a serem prestados na execução da parceria.

**16.1.1.1.** Ato do Secretário Municipal de Saúde disporá sobre os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie.

**16.1.2.** Os pagamentos realizados na forma do item anterior não dispensam o registro do beneficiário final da despesa por ocasião da prestação de contas.

**16.2.** A primeira parcela será liberada em até 30 (trinta) dias após a celebração do Termo de Colaboração e as demais, trimestralmente, na forma estipulada no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho (Anexo II). A partir da segunda parcela trimestral os repasses estão condicionados à apresentação da prestação de contas pela Organização da Sociedade Civil. Não serão repassados recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do antipenúltimo repasse efetuado.

**16.3.** No caso de aprovação parcial da prestação de contas, o valor correspondente à glosa será retido até que a exigência seja atendida.

**16.4.** A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

**16.5.** A prestação de contas deverá ser acompanhada dos seguintes relatórios:

**16.5.1. Relatório de Execução do Objeto**, que conterà:

- (i) a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- (ii) a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- (iii) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros; e
- (iv) os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

**16.5.1.1.** O relatório de que trata o subitem anterior deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- (i) dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- (ii) do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- (iii) da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

**16.5.1.2.** As informações de que trata o subitem **16.5.1.1.** serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no Plano de

Trabalho.

**16.5.1.3.** O órgão poderá dispensar a observância do subitem **16.5.1.1.** quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, mediante justificativa prévia.

**16.5.1.4.** A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

**16.5.2. Relatório de Execução Financeira,** que contemplará:

(i) o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no Plano de Trabalho, observados os termos do Decreto Municipal nº 42.696/2016, e suas alterações; e

(ii) a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

**16.6.** A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, inclusive com a comprovação de recolhimento à Superintendência Executiva do Tesouro Municipal de eventuais saldos financeiros.

## **17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** A Administração Municipal poderá impor à Organização da Sociedade Civil, pela execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o Termo de Colaboração a ser celebrado, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, e suas alterações, e com o Decreto Municipal nº 42.696/2016, e suas alterações, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

(i) Advertência;

(ii) Suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;

(iii) Declaração de inidoneidade para participar de Chamamento Público ou celebrar parceria

ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso **(ii)**.

## 18. FORO

**18.1.** Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou demandas referentes à execução do objeto deste Chamamento Público e adjudicação dela decorrente.

## 19. DISPOSIÇÕES FINAIS

**19.1.** A homologação do resultado do presente Chamamento Público **não implicará em direito** à celebração de Termo de Colaboração.

**19.2.** A Organização da Sociedade Civil deverá comprovar a manutenção das condições de participação e as de habilitação demonstradas no Chamamento Público quando da assinatura do Termo de Colaboração e durante toda a vigência da parceria.

**19.3.** Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão Especial de Seleção da Secretaria Municipal de Saúde observará as regras do presente Edital, a Lei Federal nº 13.019/2014 e as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

**19.4.** Ficam as Organizações da Sociedade Civil participantes deste Chamamento Público e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

**19.5.** A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do Termo de Colaboração ou do Plano de Trabalho, após solicitação fundamentada da Organização da Sociedade Civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

**(i)** por **Termo Aditivo** à parceria para:

**(a)** ampliação do valor global, no limite máximo de até 50% (cinquenta por cento);

- (b) redução do valor global, sem limitação de montante;
- (c) prorrogação da vigência, limitados à duração máxima de 10 (dez) anos;
- (d) alteração da destinação dos bens remanescentes.

(ii) por **Termo de Apostilamento**, nas demais hipóteses de alteração, independente de anuência da Organização da Sociedade Civil e sem prejuízo das alterações acima previstas, tais como:

- (a) Prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitado ao exato período do atraso verificado; e
- (b) Indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros; ou.

(iii) Por meio de **deliberação do Gestor ou Comissão Gestora da parceria e da ratificação da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA**, desde que não haja alteração do objeto e acréscimo do valor global da parceria, para:

- (a) A utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; e
- (b) Remanejamento de recursos sem alteração do valor global.

**19.6.** Anteriormente à celebração da parceria, a Organização da Sociedade Civil deve se cadastrar junto ao Sistema Gerencial de Informação de Materiais – SIGMA.

**19.7.** Todos os pen drives apresentados ao longo do processo seletivo não retirados pelas Organizações da Sociedade Civil no **prazo de 30 (trinta) dias**, contados da data da publicação da homologação do resultado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, serão eliminados.

**19.8.** Integram o presente Edital todas as instruções, observações e restrições contidas nos seus anexos:

**Anexo A** – Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa (Decreto RIO nº 43.562/2017)

**Anexo B** – Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa (Decreto RIO nº 43.562/2017)

**Anexo C** – Declaração de Comprometimento

**Anexo I** – Plano de Trabalho

**Anexo II** – Cronograma (Valores Estimados);

**Anexo III** – Minuta de Termo de Colaboração;

**Anexo IV** – Carta de Credenciamento (assinatura com firma reconhecida) **(fora dos envelopes)**;

**Anexo V** – Declaração de que a Organização da Sociedade Civil não possui em sua Diretoria pessoas que participem da Diretoria de outra fundação privada ou associação **(Envelope B)**;

**Anexo VI** – Declaração de Instrumentos Jurídicos Firmados **(Envelope B)**;

**Anexo VII** – Declaração de Execução sem Subdelegação **(Envelope B)**;

**Anexo VIII** – Declaração de Conformidade ao Decreto Municipal nº 19.381/2001 **(Envelope B)**;

**Anexo IX** - Declaração de Ilícitos Trabalhistas **(Envelope B)**;

**Anexo X** – Declaração de Inexistência de Impedimento **(Envelope B)**;

**Anexo XI** – Declaração de Cota Mínima **(Envelope B)**;

**Anexo XII** – Critérios de Julgamento das Propostas;

**19.9.** Este Edital e seus anexos **contém 239 (duzentos e trinta e nove) folhas**, devidamente assinadas pelo Presidente da Comissão Especial de Seleção.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2025.

---

**Telma Regina Amorim da Silva**  
**Presidente da Comissão Especial de Seleção**

## ANEXO A

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, *que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira*, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**Agente Público**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

---

**Representante Legal da OSC**

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## ANEXO B

### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA (em papel timbrado da empresa) [denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no item do Edital de Chamamento Público nº 005/2025 e sob as penas da lei, se comprometer a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e está ciente de que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto desta contratação, ou de outra forma a ele não relacionada, nos termos da Lei 12.846/2013.

DECLARA ainda estar ciente de que a responsabilidade da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, abrangendo as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas para o contrato, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**Representante Legal da OSC**  
(Nome, cargo e carimbo da OSC)

## ANEXO C

### DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

Na execução do presente Termo de Colaboração, a Organização da Sociedade Civil (OSC) \_\_\_\_\_ se compromete:

**1)** A tratar os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis com finalidade específica de tutela da saúde, notadamente o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços prestados no âmbito do estabelecimento de saúde onde o objeto será executado, englobando as atividades assistenciais previstas no plano de trabalho, assim como as ações necessárias para sua execução como:

**I** - Cadastro de pacientes e visitantes da Unidade;

**II** - Inclusão, visualização e monitoramento dos dados de saúde em sistemas e formulários específicos;

**III** - Realização de exames;

**IV** - Marcação de consultas ambulatoriais;

**V** - Notificações compulsórias;

**VI** - Monitoramento por câmeras de segurança;

**VII** - Inserção de pacientes nos sistemas de regulação;

**VIII** - Expedição de documentos médicos por solicitação do paciente e/ou seus representantes legais e para atendimento a órgãos externos, mediante protocolos de segurança da informação;

**IX** - Na execução do presente instrumento, apenas os colaboradores autorizados pelas partes terão acesso aos dados pessoais tratados.

**2)** A compartilhar os dados com a Controladora e com terceiros cujo compartilhamento estiver previsto por lei. A compartilhar dados nas demais situações somente quando a motivação esteja relacionada ao objeto do contrato, ou mediante autorização expressa da Secretaria Municipal de Saúde.

**3)** A comunicar à SMS, em até 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança, acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas dos dados

peçoais que possam vir causar risco ou dano relevante aos Titulares de Dados Pessoais, conforme preceitua artigo 15, V, do Decreto Rio nº 54.984 de 21 de agosto de 2024, bem como prestar informações relevantes à SMS quando esta tiver a obrigação legal de comunicação à ANPD ou Titular, nos moldes do artigo 48, § 1º, LGPD.

Rio de Janeiro, de de 2026.

---

**Representante Legal da OSC**  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## **PLANO DE TRABALHO**

**Hospital da Mulher Fernando Magalhães e Hospital Maternidade Carmela Dutra**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**

**PLANO DE TRABALHO VISA O GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE**, por meio de parceria com ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, que assegure assistência universal e gratuita à população obstétrica e neonatal unicamente para o Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito **do Hospital da Mulher Fernando Magalhães**, localizado na na Área Programática 1.0 e **Hospital Maternidade Carmela Dutra**, localizado na Área Programática 3.2, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

Proponente: Secretaria Municipal de Saúde.

Área responsável pela elaboração do Plano de Trabalho: Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência / Superintendência de Hospitais Pediátricos e Maternidades (SUBHUE/SHPM).

## PLANO DE TRABALHO

### Hospital da Mulher Fernando Magalhães e Hospital Maternidade Carmela Dutra

#### 1. CONTEXTO

A Rede de Maternidades da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ) é composta por cerca de treze maternidades municipais e uma casa de parto, distribuídas de forma regionalizada para garantir o acesso equitativo e resolutivo às gestantes em todo o território carioca. Essas unidades somam mais de 700 leitos obstétricos e aproximadamente 290 leitos de terapia intensiva e intermediária neonatal, integrando um conjunto de serviços que abrangem desde o pré-natal até o parto e o puerpério, no âmbito do Programa Cegonha Carioca.

O cuidado obstétrico nas maternidades municipais é estruturado de maneira integral, contemplando o acolhimento com classificação de risco, o atendimento ambulatorial, a assistência ao parto e a internação hospitalar, além da articulação direta com a Atenção Primária à Saúde (APS) e a rede de urgência e emergência. Esse modelo de atenção garante o encaminhamento adequado das gestantes segundo critérios de complexidade e territorialidade, assegurando a continuidade do cuidado e a redução das peregrinações em busca de assistência. As maternidades também contam com serviços especializados de neonatologia, unidades de terapia intensiva neonatal e equipes multiprofissionais, incluindo enfermagem obstétrica, pediatria, fisioterapia, psicologia, nutrição e fonoaudiologia, voltadas à atenção integral à mãe, ao recém-nascido e à família.

Além da assistência obstétrica e neonatal, as maternidades municipais oferecem cuidados ginecológicos e ações voltadas à saúde da mulher em todas as fases da vida, abrangendo o planejamento reprodutivo, a prevenção de agravos e o atendimento a situações de violência sexual e doméstica. Essa integração entre as áreas de ginecologia, obstetrícia e neonatologia reforça a abordagem integral e humanizada da saúde materno-infantil, em conformidade com as diretrizes do SUS e com as políticas municipais de humanização da atenção.

A experiência acumulada dessas unidades demonstra a importância de fortalecer parcerias institucionais e sociais que ampliem o alcance e a qualidade do cuidado materno-infantil no município. Nesse contexto, o estabelecimento de um Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) voltado à Rede de Maternidades da SMS-RJ representa uma oportunidade estratégica para formalizar cooperação com organizações parceiras comprometidas com a humanização, a educação em saúde, o apoio às gestantes e puérperas, a promoção do aleitamento materno e o acompanhamento pós-alta. Tais

parcerias podem contribuir significativamente para a qualificação da assistência, o aprimoramento dos fluxos regulatórios, o fortalecimento da regionalização e a redução da morbimortalidade materna e perinatal, alinhando-se aos princípios da integralidade, equidade e participação social que regem o Sistema Único de Saúde.

### **1.1 Hospital da Mulher Fernando Magalhães**

O Hospital Maternidade Fernando Magalhães, localizado na Rua General José Cristino, nº 87, bairro de São Cristóvão, é uma unidade municipal integrante da rede de atenção obstétrica e neonatal da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Idealizado em 1944 pelo Dr. Ari de Oliveira Lima, foi inaugurado em 1955 como Maternidade de São Cristóvão, com a missão de atender à população local. Em 1958, passou a ser denominado Maternidade Fernando Magalhães. Com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, a unidade foi municipalizada, passando à gestão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Em 2007, adquiriu oficialmente o nome de Hospital Maternidade Fernando Magalhães (HMFM).

Com trajetória consolidada no cenário da assistência obstétrica e neonatal, o HMFM destaca-se como referência regional para o acompanhamento integral de gestantes de alto risco, oferecendo suporte clínico, cirúrgico e multiprofissional de forma resolutiva, segura e humanizada. Seu papel tem sido decisivo na redução da morbimortalidade materna e neonatal, contribuindo significativamente para a melhoria dos indicadores de saúde da mulher e da criança no município e em sua região de abrangência.

A presente proposta de reestruturação é fundamentada nos dados do Projeto de Expansão Hospitalar da Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência (SUBHUE) de 2025, que se apoia na análise integrada de informações epidemiológicas, dados assistenciais e literatura técnico-científica, à luz das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Diante do atual contexto demográfico e assistencial, evidencia-se a necessidade estratégica de redefinir o perfil funcional da unidade, promovendo a transição de um modelo essencialmente obstétrico para um perfil especializado em ginecologia de média e alta complexidade. Essa transformação responde diretamente à demanda reprimida por atenção ginecológica especializada na cidade do Rio de Janeiro, evidenciada por indicadores do sistema de regulação ambulatorial (SISREG), que apontam elevados tempos de espera e número significativo de mulheres aguardando consultas, exames e procedimentos cirúrgicos.

Paralelamente, observa-se uma importante mudança na dinâmica populacional, com destaque para a queda expressiva nas taxas de fecundidade e de nascidos vivos ao longo das últimas décadas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC, 2023) confirmam que o município do Rio de Janeiro segue a tendência nacional de transição demográfica, marcada pela redução da natalidade e pelo envelhecimento populacional, o que acarreta aumento proporcional da demanda por cuidados ginecológicos especializados, especialmente entre mulheres adultas e idosas.

A reconfiguração proposta está em consonância com os princípios do planejamento regional integrado do SUS, conforme estabelecido na Portaria GM/MS nº 1.631/2015, que orienta a reorganização da rede assistencial com base nas necessidades reais do território, na resolutividade dos serviços e na racionalização dos recursos públicos.

Dessa forma, ao ajustar sua vocação institucional ao novo perfil epidemiológico e às demandas assistenciais prioritárias, o Hospital da Mulher Fernando Magalhães irá fortalecer-se como unidade de referência na linha de cuidado ginecológico, promovendo acesso qualificado, eficiência assistencial e sustentabilidade do sistema de saúde municipal, em conformidade com os princípios da universalidade, integralidade e equidade que regem o SUS.

A existência de uma rede preparada para o atendimento às situações de livre demanda é extremamente necessária para a população. O atendimento a urgências e emergências deve ser ofertado ininterruptamente nas 24 horas em seus variados graus de complexidade. Tendo como base as portarias do Ministério da Saúde – MS nº 2.048 de 05 de novembro de 2002 e nº 1.600 de 07 de julho de 2011, que institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS, organiza-se a Rede de Urgência e Emergência.

O equipamento de saúde em questão se propõe a atender mulheres com demandas ginecológicas clínicas e/ou cirúrgicas, residentes no Município do Rio de Janeiro. Trata-se de uma unidade potente, que passa a oferecer atendimentos ambulatoriais e internação de pacientes ginecológicas clínicas e cirúrgicas, além de atendimentos à mulher de risco, com suporte de uma UTI feminina.

A atenção ginecológica constitui um componente essencial da saúde integral da mulher, conforme preconizado pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), instituída em 2004. Fundamentada nos princípios da universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), a ampliação do acesso e a

reorganização da rede de atenção ginecológica configuram-se como estratégias para a promoção da saúde e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no município, promovendo uma linha de cuidado contínua e resolutiva.

No âmbito da atenção secundária, os serviços ginecológicos têm papel central no diagnóstico precoce, tratamento e acompanhamento de agravos que afetam diretamente a saúde reprodutiva e sexual feminina, como doenças benignas do aparelho reprodutor, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), endometriose, miomas, sangramentos uterinos anormais, além de neoplasias ginecológicas.

A oferta de consultas especializadas, exames complementares e procedimentos cirúrgicos eletivos nesse nível de atenção contribuem para a melhora do prognóstico clínico, a recuperação da qualidade de vida das pacientes e a redução da mortalidade evitável. Entretanto, a escassez de serviços especializados, aliada à elevada demanda reprimida, compromete a efetividade da assistência à saúde feminina e acentua as desigualdades no acesso.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, em 2024 o SUS registrou 13.663.782 cirurgias eletivas realizadas, o que representa um aumento de 10,8% em relação a 2023 e de 32% em comparação a 2022. Apesar desse avanço, as cirurgias ginecológicas — como histerectomias, miomectomias, laparoscopias diagnósticas e procedimentos oncológicos — ainda enfrentam longas filas de espera. Estudo de Silva et al. (2021) aponta que a demora no atendimento ginecológico no Brasil tem levado ao agravamento de condições como câncer cervical e miomatose, resultando em tratamentos mais complexos e custos mais elevados para o SUS. O perfil assistencial proposto para a Unidade atende a situações ginecológicas de maior complexidade, configurando-se como estratégia de redução da morbimortalidade feminina.

A UTI feminina do Hospital da Mulher Fernando Magalhães destaca-se por ser a única exclusivamente voltada para a assistência clínica de mulheres em situação de comprometimento ginecológico, acolhendo-as com olhar diferenciado voltado para essa clientela que possui inúmeras singularidades.

O Hospital da Mulher Fernando Magalhães integra-se à rede de saúde permitindo uma intervenção e uma resposta organizada às necessidades de saúde da população feminina, representando um importante ponto de atenção à mulher no Município do Rio de Janeiro.

## 1.2 Hospital Maternidade Carmela Dutra

O Hospital Maternidade Carmela Dutra, localizado no bairro Lins de Vasconcelos, município do Rio de Janeiro, foi inaugurado em julho de 1949, sob direção do Serviço Social do Comércio - Sesc. No ano seguinte à sua inauguração, a unidade foi reconhecida por sua eficiência no combate à mortalidade materna e perinatal, recebendo o prêmio Caduceu. Em 1996, foi transferida da Administração Federal para a Municipal, passando a ser gerida de forma direta pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

Ao longo dos anos, passou por qualificações, a saber: titulação de Iniciativa Hospital Amigo da Criança, em 2002; Método Canguru, 2003; Unidade de referência para atendimento a vítimas de violência sexual, 2004; Inserção da assistência ao parto pela enfermagem obstétrica, 2004; Unidade Parceira do Pai, 2018; Referência para atendimento aos casos de aborto legal, 2018.

No ano de 2022, o Serviço de Ginecologia do Hospital Municipal Salgado Filho foi transferido para o Hospital Maternidade Carmela Dutra, incluindo o Corpo Clínico de Ginecologia daquele serviço. Dois anos depois, em 2024, inaugurou-se no território que abriga a Maternidade, o Centro Municipal de Saúde Elisa Abrantes. Portanto, atualmente, compartilhando experiências e otimizando os processos de trabalho, encontram-se no mesmo território a Maternidade Carmela Dutra, a Coordenadoria Geral de Atenção Primária (CAP) 3.2 e o CMS Elisa Abrantes.

Com trajetória consolidada no cenário da assistência obstétrica e neonatal, o Hospital Maternidade Carmela Dutra destaca-se como referência regional para o acompanhamento integral de gestantes de alto risco, oferecendo suporte clínico, cirúrgico e multiprofissional de forma resolutiva, segura e humanizada. Seu papel tem sido decisivo na redução da morbimortalidade materna e neonatal, contribuindo significativamente para a melhoria dos indicadores de saúde da mulher e da criança no município e em sua região de abrangência.

A presente proposta de reestruturação é fundamentada nos dados do Projeto de Expansão Hospitalar da Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência (SUBHUE) de 2025, que se apoia na análise integrada de informações epidemiológicas, dados assistenciais e literatura técnico-científica, à luz das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

O atendimento a urgências e emergências deve ser ofertado ininterruptamente nas 24 horas em seus variados graus de complexidade. Tendo como base as portarias do

Ministério da Saúde – MS nº 2.048 de 05 de novembro de 2002 e nº 1.600 de 07 de julho de 2011, que institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS, organiza-se a Rede de Urgência e Emergência.

A Maternidade Carmela Dutra consolida-se como uma unidade de grande relevância na Rede de Atenção à Saúde do Município do Rio de Janeiro, oferecendo atendimentos ambulatoriais especializados, com ênfase no pré-natal de alto risco, e internação de pacientes obstétricos de maior complexidade clínica. O serviço atua como referência para o cuidado integral à mulher, articulando-se com os demais pontos da rede para assegurar continuidade e resolutividade assistencial.

O Hospital Maternidade Carmela Dutra comporá a rede de Maternidades da Secretaria Municipal de Saúde, se tornando referência para encaminhamento das gestantes moradoras da área programática 3.2, tanto para o atendimento ao pré-natal de alto risco quanto para à assistência ao parto, e oferta de CTI Materno, possibilitando desta forma nascimentos humanizados na área adstrita, além de cuidado oportuno para as pacientes graves, como mais um equipamento de saúde componente do Programa Cegonha Carioca e dando suporte à rede para a realização das laqueaduras tubárias pós-parto, representando um importante ponto de atenção na AP 3.2.

## 2. JUSTIFICATIVA

O Hospital da Mulher Fernando Magalhães, localizado na CAP 1.0 e Hospital Maternidade Carmela Dutra, localizado na Área Programática 3.2, serão unidades integrantes da organização, planejamento e execução de ações e serviços de saúde da Rede de Atenção à Saúde do Município do Rio de Janeiro, tendo como missão garantir a integralidade da atenção à saúde mediante a atenção à mulher em articulação com os demais serviços de saúde.

A Rede de Atenção à Saúde é uma proposta norteadora de melhoria da assistência à saúde ofertada no município com objetivo final da melhoria da situação de saúde da população municipal por meio do cuidado mais resolutivo e integral à saúde e na otimização dos recursos despendidos no sistema de saúde municipal.

“A implementação das Redes de Atenção à Saúde (RAS) aponta para uma maior eficácia na produção de saúde, melhoria na eficiência da gestão do sistema de saúde no espaço regional, e contribui para o avanço do processo de efetivação do SUS. A transição entre um sistema integrado de saúde conformado em redes e a sua concretização passam pela construção permanente nos territórios, que permita conhecer o real valor de uma

proposta de inovação na organização e na gestão do sistema de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).”

No âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS deve-se buscar a adoção de um modelo de gestão que atenda às necessidades da população, obedecendo a pontos prioritários para a melhoria do Sistema de Saúde, aprimorando e avaliando os processos dos serviços, minimizando a demanda reprimida e melhorando a qualidade de serviços ofertados.

“Redes de Atenção à Saúde “são arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado (Ministério da Saúde, 2010 – Portaria 4.279, de 30/12/2010).”

A participação das Maternidades Municipais como locais de ocorrência dos partos no Rio de Janeiro é resultante de uma política de qualificação da atenção perinatal na cidade, conforme detalhado na tabela abaixo, com resultados de 2017 a 2021. Desde 2017 as Unidades do MRJ são responsáveis por cerca de 90% dos nascimentos na “População SUS”.

**TABELA 1 – TOTAL DE NASCIDOS POR ESTABELECIMENTO, MRJ 2017 a 2024.**

Total de nascidos vivos, Prestador Municipal SMS-Rio, por estabelecimento de saúde, 2017 – 2024								
Estabelecimento	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
HOSPITAL MUNICIPAL ROCHA FARIA	5008	4610	5242	4836	4470	3613	3479	3077
HOSPITAL MUN RONALDO GAZOLLA	5332	3772	3777	996	0	1	2	1
HOSPITAL MUNICIPAL PEDRO II	4606	3504	3412	3511	3533	3229	3384	3379
HOSPITAL MUNICIPAL PAULINO WERNECK	0	0	0	0	0	0	0	584
HOSPITAL MUNICIPAL MIGUEL COUTO	2534	2331	2118	1834	1533	1488	1385	1205
HOSPITAL MUNICIPAL MARISKA RIBEIRO	4348	4861	4363	4000	3664	3576	4001	3957
HOSPITAL MUNICIPAL LOURENÇO JORGE	6022	5943	5431	5553	5343	5169	4994	4806
HOSPITAL MUNICIPAL ALBERT SCHWEITZER	4319	4325	3895	3725	3691	3454	3240	3008
HOSPITAL MATERNIDADE HERCULANO PINHEIRO	3077	3294	2777	2715	2315	1876	2189	1993
HOSPITAL MATERNIDADE FERNANDO MAGALHÃES	4608	4649	4339	4238	3916	3305	3395	2759
HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA	5769	5483	5121	4624	4031	3506	3447	3171
HOSPITAL MATERNIDADE ALEXANDER FLEMING	3066	2992	1750	4394	4521	4309	4168	3415
MATERNIDADE MARIA AMÉLIA BUARQUE DE HOLLANDA	5994	5514	5000	4495	4289	4485	4137	3517
MATERNIDADE DA ROCINHA AP 21	0	0	0	0	0	0	0	119
CASA DE PARTO DAVID CAPISTRANO FILHO	183	186	155	132	120	126	120	132

Fontes: Tabnet Municipal. Acesso em 04/09/2025.

As Gestões dos Hospitais, vinculada a Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência – SUBHUE, elaborou o presente Plano de Trabalho, com vistas à

parceria para contratação de prestação de serviços unicamente para o Sistema Único de Saúde – SUS, que contemplem todas as necessidades de gerenciamento e de execução de ações assistenciais direcionadas ao cuidado da mulher com ênfase na assistência ginecológica clínica e cirúrgica, incluindo atendimentos de emergência, além da oferta de CTI Feminino e CTI Materno por intermédio de celebração de Termo de Colaboração com indicadores e metas definidas a serem cumpridas pelos parceiros no âmbito dos Hospitais da Mulher Fernando Magalhães e do Hospital Maternidade Carmela Dutra.

O Centro de Terapia Intensiva Materno (CTI Materno) constitui um componente essencial da rede assistencial obstétrica de alta complexidade, integrando-se ao conjunto de serviços especializados que compõem uma maternidade moderna e tecnologicamente estruturada. Sua principal função é garantir o cuidado intensivo e oportuno às mulheres que evoluem com complicações graves no ciclo gravídico-puerperal, assegurando a continuidade da assistência em um ambiente preparado para a vigilância clínica avançada e a resposta imediata às intercorrências.

A presença de um CTI Materno dentro da maternidade amplia a resolutividade do cuidado e reduz a mortalidade materna evitável, permitindo que o manejo das complicações como hemorragia obstétrica, síndromes hipertensivas graves, sepse, distúrbios metabólicos e complicações cardíacas ocorra de forma ágil, segura e coordenada. Esse modelo reduz deslocamentos entre unidades, evita a fragmentação da linha de cuidado e possibilita que a paciente receba suporte intensivo sem romper o vínculo com a equipe obstétrica e neonatal.

Quando associado a uma infraestrutura tecnológica moderna, o CTI Materno potencializa a qualidade assistencial por meio da utilização de monitorização multiparamétrica contínua, ventilação mecânica avançada, sistemas informatizados de prescrição e controle de eventos adversos, além de recursos de telemedicina e integração com sistemas de informação hospitalar. Esses instrumentos garantem vigilância clínica precisa, rastreabilidade das ações e maior segurança do paciente.

Do ponto de vista da Rede Alyne, o CTI Materno é um elo estratégico da linha de cuidado materna e perinatal, devendo estar articulado a Atenção Primária à Saúde e as maternidades de referência, assegurando fluxo regulado, contrarreferência estruturada e cuidado integral à mulher em todas as fases da gestação e puerpério. Além disso, o serviço cumpre papel relevante na educação permanente das equipes, promovendo capacitação contínua sobre protocolos de emergência obstétrica, uso racional de tecnologias e práticas baseadas em evidências.

Em síntese, o CTI Materno em uma maternidade com infraestrutura tecnológica representa a convergência entre ciência, humanização e segurança, consolidando um modelo assistencial capaz de responder de forma rápida, ética e efetiva às situações de maior gravidade. Sua implantação reflete o compromisso institucional com a qualificação da assistência, o fortalecimento da Rede Alyne e a preservação da vida e da saúde das mulheres.

Dentre as inovações trazidas, estão os instrumentos do contrato de gestão (lei nº 9.637/98) e o termo de parceria (Lei nº 9790/99), que superaram as limitações deste último na regulação das relações de cooperação entre o Setor Público e as entidades do Terceiro Setor. Esses novos instrumentos demarcaram a diferença entre a cooperação intra e intergovernamental da cooperação público-privada, substituindo o controle a posteriori previsto nos convênios, baseado no controle de etapas e de procedimentos, pela contratualização de metas e pela cobrança de resultados objetivos e mensuráveis, em contrapartida aos recursos públicos transferidos a título de fomento.

Em 2014, a partir da publicação da Lei 13.019/2014, regulamentada no âmbito do Município do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 42.696/2016, surge o marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil em regime de mútua cooperação. O instrumento termo de colaboração (art.2º, inciso VII, Lei nº 13.019/2014) surge como mais uma opção ao gestor público de saúde para celebração de parceria, através do fomento a entidades civis sem fins lucrativos.

Neste contexto a inclusão de outras modalidades de gestão, como Apoio a Gestão Municipal, através do fomento, é uma ferramenta potente, onde o termo de colaboração, mutuamente acordado é implementado sob financiamento governamental e sujeito a metas e monitoramento, o que agiliza a estruturação de novos serviços, bem como a reestruturação dos já existentes.

A introdução de novos mecanismos de gerenciamento dos processos assistenciais faz-se necessária para modernizar a regulação do acesso aos serviços de saúde, fortalecer os mecanismos de controle social, cobrir vazios assistenciais e as relações insatisfatórias entre profissionais e usuários. Tais fatores constituem alvo da Secretaria Municipal Saúde e tem como finalidade melhorar a qualidade dos serviços, racionalizar e potencializar o uso de novos recursos, compartilhar gestão e investimentos e estabelecer novos mecanismos formais de contratualização, com metas assistenciais.

Trata-se de serviço essencial para a Saúde Pública Municipal, onde o Município vem estruturando sua rede de atenção à saúde em todos os níveis, através de ações e serviços de saúde de diferentes densidades tecnológicas que buscam garantir a integralidade da atenção por meio de sistemas de apoio logístico, técnico e de gestão.

Para seu adequado funcionamento técnico e administrativo, são necessárias ações de logística e abastecimento específicas, gerenciamento de pessoas, faturamento, informações sobre saúde concernentes ao atendimento do público em geral e fomento de ações inovadoras e modernizações tecnológicas.

A gestão Municipal está comprometida com a garantia da implementação das Políticas Públicas de Saúde e está empenhada em oferecer acesso equânime ao conjunto de ações e serviços de saúde.

Nesse sentido, a organização da Rede de Atenção à Saúde é de suma importância na reestruturação do Sistema de Saúde tanto no que se refere a sua organização, quanto à qualidade prestada à população.

Importante considerar a **Portaria GM/MS nº 7798 de 01 de Agosto de 2025**, a qual estabelece recurso do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de média e alta complexidade (MAC) do Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, a qual no seu inciso 2º estabelece que o recurso estabelecido no caput é destinado às Maternidade Fernando Magalhães, CNES 22714, localizada no Município do Rio de Janeiro/RJ.

A SMS desempenha seu papel de protagonista no fazer saúde, com ações que compreendem as mudanças em curso e reorientam o sistema de saúde para que a organização se torne uma importante potência de transformação e de inovação no modo de fazer o gerenciamento dos serviços.

Os Hospitais desempenham papel estratégico na Atenção à mulher e também no ciclo gravídico puerperal, em articulação com os demais serviços de saúde, especialmente com a rede de Atenção Primária de sua área de abrangência – AP1.0 e AP 3.2, com ênfase nas seguintes ações:

- Atendimento ambulatorial especializado às mulheres com comprometimento ginecológico;
- Atendimento ginecológico de emergência às mulheres na porta de entrada, exceto portadoras de câncer;
- Cirurgias ginecológicas;

- Atendimento de risco às mulheres no CTI feminino.
- Recebimento das gestantes para visita e práticas educativas a partir do agendamento das unidades de Atenção Primária (Módulo Vínculo Pré-Natal/Maternidade do Programa Cegonha Carioca);
- Atenção ao pré-natal de alto risco;
- Atendimento das emergências obstétricas (incluindo as ações previstas no Módulo Acolhimento e Classificação de Risco do Programa Cegonha Carioca);
- Atenção ao parto e nascimento de risco habitual;
- Atenção integral ao recém-nascido de risco habitual;
- Atenção integral ao recém-nascido de risco através do Cuidado Intensivo Neonatal, Cuidado Intermediário Convencional, Cuidado Intermediário Canguru e Núcleo de Atenção Integral ao Recém-nascido de Risco (NAIRR);
- Acolhimento e atendimento às mulheres vítimas de violência sexual e aborto previsto em lei;
- Atenção à mulher grave no ciclo gravídico puerperal, através da oferta de CTI Materno.

Tais ações estão necessariamente inseridas no conjunto de ações estratégicas e programas desenvolvidos pela SMS e ocorrem de acordo com as diretrizes clínicas, resoluções e normas operacionais da SMS/RJ e Ministério da Saúde, inseridas no presente Edital.

O perfil assistencial do Hospital da Mulher Fernando Magalhães e Hospital Maternidade Carmela Dutra demonstra a necessidade de manutenção da oferta dos relevantes e estratégicos serviços assistenciais prestados à mulher e para tanto registramos a necessidade de busca de uma nova forma de Gestão. Assim, será garantida a assistência adequada às mulheres com referência organizada para os diversos níveis de atenção.

### **3. OBJETO**

O presente plano de trabalho visa contemplar o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, ginecologia clínica e cirúrgica e atendimento a mulher grave através do Cti feminino, por meio de parceria, que assegure assistência universal e gratuita a população obstétrica no ciclo gravídico puerperal e neonatal, única e exclusivamente para o sistema único de Saúde - SUS, no âmbito do Hospital da Mulher Fernando Magalhães, localizado na Área Programática 1.0 e Hospital Maternidade Carmela Dutra, localizado na Área Programática 3.2, da Secretaria Municipal de Saúde, no Município do Rio de Janeiro.

**3.1 Objetivo:** Aprimorar, através de inovação tecnológica e de gestão, garantindo celeridade na contratação e implantação de processos assistenciais, que deverão atender a demanda oriunda da rede assistencial do Município do Rio de Janeiro.

#### 4. ABRANGÊNCIA

O Hospital da Mulher Fernando Magalhães está localizado na AP 1.0 e Hospital Maternidade Carmela Dutra, localizado na Área Programática 3.2, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, conforme demonstrado no mapa abaixo, porém, absorve mulheres oriundas de todas as áreas programáticas do Município do Rio de Janeiro através de demanda espontânea, prioritariamente das CAP 1.0 e 3.2 e ainda referenciadas através da Central de Regulação de Vagas.



O Hospital da Mulher Fernando Magalhães, localizado na Rua Gen. José Cristino, 87 - Imperial de São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, 20921-400, na área de Planejamento (AP) 1.0 é formado por 15 bairros distribuídos em 06 Regiões Administrativas, conforme figura abaixo.

O Hospital Maternidade Carmela Dutra está localizado na Rua Aquidabã, 1037 - Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.720-292, na AP 3.2, que fica na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. A Área de Planejamento 3.2 possui 21 bairros e uma população total estimada de 630.000 habitantes (CENSO IBGE, 2010).

Abaixo segue a proposta\* de referências do Programa Cegonha Carioca para o Hospital Maternidade Carmela Dutra:

**GRADE DE ENCAMINHAMENTO DAS GESTANTES POR MATERNIDADE  
HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA**

CAP	CNES	UNIDADE QUE ENCAMINHA	
1.0	6023975	CF DONA ZICA	
	9067078	CF ODALEA FIRMO DUTRA	
2.2	3785025	CF RECANTO DO TROVADOR	
	2280272	CMS MARIA AUGUSTA ESTRELLA	
	6524486	CF RODRIGO Y. AGUILAR ROIG	
3.1	9107835	CF VALTER FELISBINO DE SOUZA	
	6514022	CF VICTOR VALLA	
	3784975	CF ZILDA ARNS	
	9101764	CF AMÉLIA DOS SANTOS FERREIRA	
3.2	6713564	CF ANNA NERY	
	6808077	CF ANTHÍDIO DIAS DA SILVEIRA	
	6820018	CF BARBARA STARFIELD	
	6914152	CF BIBI VOGEL	
	6762042	CF CABO EDNEY CANAZARO DE OLIVEIRA	
	7052049	CF CARIOCA	
	6742130	CF EMYGDIO ALVES COSTA FILHO	
	9131795	CF ERIVALDO FERNANDES NÓBREGA	
	6681379	CF HERBERT JOSÉ DE SOUZA	
	5447798	CF HONÓRIO JOSÉ DE ANDRADE	
	6688152	CF IZABEL DOS SANTOS	
	7986505	CF LUIZ CELIO PEREIRA	
	9045023	CF OLGA PEREIRA PACHECO	
	6919626	CF SERGIO NICOLAU AMIN	
	6033121	CMS ANTENOR NASCENTE	
	2273225	CMS ARIADNE LOPES DE MENEZES	
	2280744	CMS CARLOS GENTILE DE MELO	
	2708167	CMS CESAR PERNETA	
	2269503	CMS EDUARDO ARAÚJO VILHENA LEITE	
	2269805	CMS MILTON FONTES MAGARÃO	
	2280736	CMS RENATO ROCCO	
	6926797	CMS RODOLPHO ROCCO	
	5598435	CMS TIA ALICE	
	4178602	CMS ELIZA ABRANTES	
	2280248	HOSP. MAT. CARMELA DUTRA	
	3.3	7119798	CF CARLOS NERY DA COSTA FILHO
		2708205	CMS MÁRIO OLINTO OLIVEIRA

\* As referências podem sofrer alterações, de acordo com as demandas do território.

Indicadores de Saúde do Município do Rio de Janeiro - 2000-2024 AP 1.0

Secretaria Municipal de Saúde Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde Superintendência de Vigilância em Saúde Coordenação de Análise de Dados Vitais		Indicadores de Saúde da Área de Planejamento 1.1 da Cidade do Rio de Janeiro 2000 - 2024																								
Indicadores Demográficos		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População Total	nº	268.280	284.093	284.562	285.170	285.913	286.793	287.807	288.955	290.227	291.653	293.276	295.976	297.976	299.776	301.376	302.976	304.576	306.176	307.776	309.376	310.976	312.576	314.176	315.776	317.376
Índice de Sexo	%	90,64	90,52	90,10	90,10	89,93	89,79	89,64	89,48	89,48	89,48	89,24	89,24	89,24	89,24	89,24	89,24	89,24	89,24	89,24	89,24	89,24	89,24	89,24	89,24	89,24
- Maior ou igual a 40 anos	nº	100.351	100.176	100.058	99.967	99.898	99.855	99.844	99.867	99.967	100.138	100.308	100.478	100.648	100.818	100.988	101.158	101.328	101.498	101.668	101.838	102.008	102.178	102.348	102.518	102.688
- Maior ou igual a 60 anos	nº	37.255	37.248	37.267	37.299	37.342	37.399	37.471	37.560	37.560	37.560	37.560	37.560	37.560	37.560	37.560	37.560	37.560	37.560	37.560	37.560	37.560	37.560	37.560	37.560	37.560
Índices	%	13,89	13,11	13,10	13,08	13,06	13,04	13,02	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00
Mortalidade		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
- Geral	nº	3.116	3.036	3.045	3.109	3.026	2.990	3.066	2.948	2.907	2.913	3.307	2.903	2.716	2.862	2.921	2.913	2.862	2.803	2.850	2.985	3.516	3.640	2.867	2.776	2.479
- Infantil	taxa**	11,61	10,69	10,70	10,90	10,58	10,43	10,65	10,20	10,02	9,98	10,43	9,74	9,11	9,60	9,80	9,78	10,01	9,41	9,56	10,02	11,80	12,22	9,62	9,32	8,34
- Neonatal	taxa**	20,39	17,99	16,67	18,22	16,23	15,21	17,28	15,09	14,68	17,01	13,10	12,39	11,25	13,98	10,71	14,39	10,97	11,74	9,32	11,69	10,49	13,97	14,47	11,10	13,85
- Neonatal Precoce	taxa**	14,33	12,43	11,57	9,99	10,55	11,73	11,31	9,27	9,72	10,37	9,09	7,26	7,65	7,77	7,50	10,09	5,84	8,22	6,45	7,96	7,37	8,02	10,85	8,67	9,37
- Neonatal Tardia	taxa**	6,06	4,99	4,44	3,55	4,06	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64
- Pós-Neonatal	taxa**	4,21	3,34	2,44	3,13	2,43	4,45	2,13	2,37	3,02	2,49	2,11	1,92	1,80	2,22	2,14	2,58	1,87	1,88	1,43	2,98	2,55	2,67	2,96	3,12	2,04
- Óbitos de <1 ano investigados	taxa**	6,07	5,56	5,10	6,23	5,88	7,48	5,97	5,82	4,97	6,64	4,01	5,13	3,60	6,21	3,21	4,30	5,14	3,52	2,87	3,73	3,12	5,94	3,62	2,43	4,48
- Óbitos Perinatais Investigados	taxa**	12,01	11,11	9,71	10,91	9,61	9,01	10,71	8,51	8,11	8,11	7,51	6,21	5,51	6,61	6,61	7,41	8,81	5,21	7,61	6,61	6,61	6,61	6,61	6,61	6,61
- Óbitos Fetais Investigados	taxa**	19,53	15,81	16,28	18,77	18,86	16,82	22,11	17,07	17,30	16,04	15,91	16,48	16,25	13,86	15,06	17,85	10,21	15,58	16,06	15,02	18,18	15,80	16,86	17,76	12,96
- Fetal	taxa**	6,02	6,22	6,32	6,42	6,52	6,62	6,72	6,82	6,92	7,02	7,12	7,22	7,32	7,42	7,52	7,62	7,72	7,82	7,92	8,02	8,12	8,22	8,32	8,42	8,52
- Materna	taxa**	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4
- Mulher em idade fértil	taxa**	33,71	34,18	34,78	35,37	35,96	36,55	37,14	37,73	38,32	38,91	39,50	40,09	40,68	41,27	41,86	42,45	43,04	43,63	44,22	44,81	45,40	45,99	46,58	47,17	47,76
- Mulher em idade fértil investigados	taxa**	155	175	188	192	170	189	179	170	169	147	152	153	145	145	135	133	135	132	125	143	165	149	139	131	109
- Óbitos de Mulher em idade fértil investigados	taxa**	900	852	876	880	849	812	872	789	851	748	856	794	721	794	801	799	815	750	769	755	666	715	656	735	651
- Doenças Cardiovasculares	taxa**	258	281	301	271	296	282	286	296	298	259	273	252	219	219	244	245	263	252	234	252	228	211	183	240	271
- Doenças Isquêmicas do Coração I	taxa**	256,96	280,51	300,82	270,09	296,30	282,41	286,45	296,36	298,40	250,33	270,70	212,95	185,06	185,06	206,19	207,03	222,24	212,95	197,74	212,95	192,67	161,40	154,64	202,81	189,05
- Doença Cerebrovascular I	taxa**	305	259	259	252	235	223	259	206	229	210	191	164	191	179	155	149	150	149	149	149	149	149	149	149	149
- Neoplasias	taxa**	164,75	166,85	161,14	161,66	151,44	151,33	152,88	152,62	147,81	150,46	160,75	147,66	139,07	166,46	161,42	151,69	155,05	162,09	164,11	151,35	152,70	136,25	130,21	168,01	154,04
- Neoplasia traqueia, brônquios e pulmão	taxa**	49	68	67	62	73	60	60	53	53	67	77	56	59	77	64	60	66	61	62	51	62	51	62	51	38
- Neoplasia de mama feminina	taxa**	18,26	23,94	23,54	21,74	25,33	20,92	20,85	18,34	18,26	28,83	25,84	18,79	15,80	25,84	21,48	20,14	22,15	20,47	20,81	17,12	27,52	20,47	12,08	19,46	12,75
- Outras	taxa**	55	43	38	41	40	54	44	50	36	48	55	39	45	47	43	52	46	43	46	39	37	46	40	35	38
- Causas Externas	taxa**	38,08	30,91	27,59	30,06	29,62	40,37	33,20	38,06	27,17	36,22	35,11	24,90	28,73	30,01	27,45	31,84	24,90	28,73	33,20	29,37	35,75	25,54	28,09	38,31	37,67
- Homicídios, incluindo as intervenções legais	taxa**	380	358	378	412	413	407	381	355	319	340	340	260	223	240	266	276	341	292	283	312	283	312	283	312	283
- Acidentes de Transporte	taxa**	141,64	126,02	132,84	144,48	144,45	141,91	132,38	122,86	109,91	116,58	116,79	87,26	74,84	80,54	89,27	92,62	114,44	97,99	94,97	104,71	85,58	94,97	86,25	78,87	70,48
- Outras	taxa**	182	177	229	213	239	186	194	165	119	135	109	82	68	62	81	96	144	119	122	131	87	73	73	73	73
- Causas Mal Definidas	taxa**	18,64	15,14	18,98	15,78	18,89	24,06	22,93	19,03	16,54	20,57	20,47	18,79	15,10	16,78	17,79	10,74	12,08	10,40	11,09	10,07	11,75	8,73	14,77	12,08	1,68
- Outras	taxa**	288	267	296	292	224	262	236	240	186	204	180	161	113	120	114	107	118	130	138	160	278	355	264	162	139
- Doenças Respiratórias	taxa**	9,24	8,79	9,72	9,39	7,40	8,76	7,70	8,14	5,78	7,01	5,79	5,55	4,16	4,19	3,90	4,67	3,96	4,64	4,04	5,36	1,76	9,75	9,21	5,94	5,94
- Outras	taxa**	292	352	307	336	337	310	318	319	307	333	344	344	385	494	366	405	406	376	402	430	302	317	375	308	331
- Doenças Infecciosas e Parasitárias	taxa**	108,84	123,90	107,88	117,82	117,87	108,09	113,97	110,40	105,78	110,75	115,45	115,45	129,21	145,05	122,83	132,03	136,25	126,18	134,91	144,31	101,35	106,38	125,85	103,36	112,09
- Outras	taxa**	214	183	207	230	205	201	205	203	213	198	207	209	178	231	292	218	220	189	187	191	921	895	305	192	138
- AÍDS	taxa**	75,77	64,42	72,74	80,65	71,70	70,09	71,23	70,25	72,39	67,89	69,47	70,14	59,74	77,52	97,99	73,16	73,83	56,72	56,04	64,10	309,09	300,36	102,36	64,43	46,31
- Outras	taxa**	100	66	75	88	67	69	67	70	73	69	76	79	59	54	39	47	46	39	37	46	39	37	46	43	29
- Tuberculose	taxa**	37,27	23,23	26,36	30,86	23,43	24,06	23,28	24,29	25,15	21,60	21,81	23,16	23,16	25,51	26,51	19,80	18,12	13,09	13,77	15,44	13,09	12,42	15,44	14,43	9,73
- Outras	taxa**	42	43	40	35	38	33	32	37	38	33	38	35	38	29	31	27	19	21	19	16	15	23	21	12	12
- Doenças Endócrinas Nutricionais Metabólicas	taxa**	15,66	15,14	14,06	12,17	13,29	11,51	11,12	9,34	10,09	14,74	12,75	11,75	9,40	9,73	10,40	9,06	6,38	7,38	6,38	5,17	5,69	7,72	7,05	4,03	7,38
- Outras	taxa**	193	143	143	153	142	133	167	162	169	182	211	200	144	125	129	118	132	136	125	149	162	180	121	139	138
- Diabetes Mellitus	taxa**	57,03	50,34	50,25	53,65	46,67	46,37	58,03	56,06	58,23	62,40	70,81	67,12	62,33	61,95	62,39	68,59	64,30	65,64	61,95	50,00	54,37	60,41	40,61	39,94	39,60
- Outras	taxa**	45,47	39,07	39,01	43,13	37,42	38,70	45,69	45,03	50,99	50,40	58,06	56,04	59,94	59,90	54,57	59,87	54,33	55,24	53,22	43,95	44,97	50,68	33,90	30,54	28,86
Nascidos Vivos																										

### Indicadores de Saúde do Município do Rio de Janeiro - 2000-2024 AP 3.2

Secretaria Municipal de Saúde  
Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde  
Superintendência de Vigilância em Saúde  
Coordenação de Análise de Dados Vitais

**Indicadores de Saúde da Área de Planejamento 3.2 da Cidade do Rio de Janeiro**  
2000 - 2024

Indicadores Demográficos	-	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>População Total</b>	nº	365.580	365.927	366.295	366.682	367.090	367.518	367.966	368.436	368.926	369.437	369.970	370.527	371.107	371.711	372.341	373.000	373.687	374.400	375.141	375.913	376.718	377.556	378.427	379.332	380.273
<b>Razão de Sexos</b>	%	84,55	84,76	84,57	84,37	84,16	83,96	83,74	83,53	83,33	83,13	82,93	82,73	82,53	82,33	82,13	81,93	81,73	81,53	81,33	81,13	80,93	80,73	80,53	80,33	80,13
Maior ou igual a 40 anos	nº	228.382	230.649	233.015	235.482	238.053	240.730	243.517	246.417	249.432	252.563	255.810	259.174	262.655	266.254	270.000	273.910	277.985	282.235	286.669	291.297	296.129	301.175	306.447	311.955	317.707
Maior ou igual a 60 anos	nº	87.149	88.333	89.574	90.876	92.239	93.666	95.159	96.721	98.362	100.081	101.989	103.987	106.075	108.253	110.521	112.880	115.330	117.871	120.503	123.227	126.044	128.954	131.957	135.054	138.245
<b>Idosos</b>	%	15,41	15,61	15,82	16,04	16,27	16,50	16,75	17,02	17,30	17,59	17,87	18,16	18,45	18,74	19,03	19,32	19,61	19,90	20,19	20,48	20,77	21,06	21,35	21,64	21,93
<b>Mortalidade</b>	-	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Geral</b>	nº	5.494	5.446	5.435	5.403	5.306	5.290	5.469	5.510	5.486	5.685	5.801	5.822	5.540	5.636	5.581	5.602	5.913	5.631	5.768	5.970	7.164	7.530	5.927	5.689	5.150
Taxa †	nº	15,01	15,21	15,07	14,74	14,41	14,43	15,01	15,18	15,14	15,64	16,00	16,16	15,72	15,78	15,56	15,64	16,17	15,64	15,83	16,43	17,58	18,14	16,39	15,75	14,57
<b>Infantil</b>	nº	127	119	105	111	112	105	93	98	87	106	86	88	82	85	80	86	78	76	64	66	57	59	50	55	43
Taxa †	nº	0,35	0,33	0,29	0,30	0,31	0,28	0,26	0,27	0,24	0,29	0,24	0,24	0,23	0,23	0,23	0,21	0,20	0,17	0,17	0,16	0,16	0,14	0,14	0,13	
Neonatal	nº	80	81	65	72	74	65	55	58	47	61	49	54	54	49	54	44	44	48	42	41	33	40	32	39	30
Taxa †	nº	0,22	0,22	0,18	0,19	0,20	0,15	0,15	0,16	0,13	0,17	0,13	0,15	0,15	0,13	0,12	0,12	0,13	0,13	0,11	0,11	0,09	0,10	0,08	0,09	
Neonatal Precoce	nº	61	59	35	30	32	29	26	24	19	26	21	21	21	20	16	16	15	15	12	11	9	10	7	8	5
Taxa †	nº	0,17	0,16	0,10	0,08	0,09	0,08	0,07	0,06	0,05	0,07	0,06	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,04	0,04	0,03	0,03	0,02	0,02	
Neonatal Tardia	nº	19	22	30	22	22	16	9	12	13	18	10	11	12	13	20	18	15	13	11	11	12	11	12	14	9
Taxa †	nº	0,05	0,06	0,08	0,06	0,06	0,03	0,03	0,03	0,03	0,05	0,03	0,03	0,03	0,03	0,05	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,04	
Pós-Neonatal	nº	47	38	40	39	38	39	38	40	45	37	34	28	32	31	32	34	28	22	23	24	24	24	24	24	16
Taxa †	nº	0,13	0,10	0,11	0,11	0,10	0,11	0,11	0,11	0,12	0,10	0,09	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	
<b>Óbitos de &lt; 1 ano investigados</b>	%	5,55	4,86	5,36	5,13	5,14	5,21	5,39	5,46	5,66	6,32	6,19	4,71	3,91	4,39	4,12	4,40	5,04	4,28	3,35	3,78	4,17	3,48	3,61	3,26	3,13
<b>Perinatal</b>	nº	178	153	152	130	133	121	123	136	108	115	101	110	121	122	113	103	93	101	82	86	89	85	89	75	60
Taxa †	nº	0,49	0,42	0,41	0,36	0,36	0,33	0,33	0,37	0,29	0,31	0,28	0,29	0,32	0,33	0,31	0,27	0,25	0,27	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,21	
<b>Óbitos Perinatais Investigados</b>	%	5,55	4,86	5,36	5,13	5,14	5,21	5,39	5,46	5,66	6,32	6,19	4,71	3,91	4,39	4,12	4,40	5,04	4,28	3,35	3,78	4,17	3,48	3,61	3,26	3,13
<b>Fetal</b>	nº	117	94	97	80	81	72	77	80	74	76	62	67	79	82	84	67	64	66	53	54	68	66	69	50	39
Taxa †	nº	0,32	0,26	0,27	0,22	0,22	0,21	0,21	0,21	0,20	0,21	0,18	0,18	0,21	0,21	0,22	0,18	0,17	0,18	0,14	0,15	0,18	0,18	0,19	0,14	
<b>Materna</b>	nº	5	6	0	3	3	3	4	8	2	7	5	4	5	6	4	4	6	4	4	4	7	8	3	5	2
Taxa †	nº	0,01	0,02	0,00	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,00	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	
<b>Mulher em Idade fértil</b>	nº	270	271	242	255	248	252	256	229	218	253	236	254	206	235	221	218	220	207	199	216	270	285	223	189	139
Taxa †	nº	0,74	0,74	0,67	0,70	0,67	0,68	0,62	0,58	0,59	0,69	0,64	0,69	0,55	0,63	0,59	0,58	0,55	0,53	0,53	0,73	0,76	0,60	0,60	0,46	
<b>Óbitos de Mulher em Idade fértil Investigados</b>	%	5,55	4,86	5,36	5,13	5,14	5,21	5,39	5,46	5,66	6,32	6,19	4,71	3,91	4,39	4,12	4,40	5,04	4,28	3,35	3,78	4,17	3,48	3,61	3,26	3,13
<b>Doenças Cardiovasculares</b>	nº	1.581	1.477	1.661	1.425	1.648	1.628	1.706	1.673	1.735	1.740	1.750	1.663	1.673	1.632	1.607	1.617	1.680	1.505	1.611	1.681	1.736	1.512	1.558	1.576	1.340
Taxa †	nº	4,33	4,03	4,53	3,89	4,51	4,43	4,64	4,54	4,71	4,71	4,71	4,51	4,51	4,38	4,30	4,38	4,12	4,30	4,40	4,48	4,03	4,14	4,14	4,14	
Doenças isquêmicas do coração	nº	527	572	570	595	600	552	578	602	589	568	532	501	535	524	456	514	548	495	587	631	471	462	417	439	325
Taxa †	nº	1,44	1,57	1,56	1,62	1,64	1,52	1,55	1,62	1,58	1,47	1,35	1,42	1,43	1,39	1,35	1,45	1,32	1,60	1,68	1,26	1,24	1,13	1,13	0,88	
Doença Cerebrovascular	nº	527	518	508	515	456	475	508	484	490	535	490	463	412	406	420	356	372	328	340	335	321	377	364	378	362
Taxa †	nº	1,44	1,42	1,39	1,41	1,25	1,31	1,37	1,33	1,34	1,34	1,31	1,28	1,17	1,10	1,00	1,00	0,98	0,93	0,91	0,90	1,00	0,98	1,00	0,98	
<b>Neoplasias</b>	nº	162,31	156,20	161,05	153,33	150,59	149,78	157,93	163,37	163,64	172,45	172,82	167,20	175,10	167,35	168,78	172,82	168,96	168,61	173,34	166,85	167,73	149,46	176,50	176,85	154,74
Taxa †	nº	0,44	0,43	0,44	0,42	0,42	0,43	0,46	0,45	0,45	0,47	0,47	0,47	0,47	0,45	0,45	0,46	0,44	0,44	0,44	0,44	0,43	0,46	0,46	0,46	
Neoplasia traqueia, brônquios e pulmão	nº	137	145	155	136	125	129	111	142	149	138	126	117	141	134	122	135	126	140	134	122	135	99	119	125	98
Taxa †	nº	0,37	0,39	0,43	0,37	0,34	0,34	0,32	0,40	0,41	0,38	0,34	0,33	0,38	0,36	0,34	0,35	0,33	0,38	0,36	0,35	0,32	0,32	0,32	0,32	
Neoplasia de mama feminina	nº	103	104	77	93	77	87	94	108	105	91	96	88	97	91	117	108	105	106	104	107	101	87	108	114	106
Taxa †	nº	0,28	0,28	0,21	0,26	0,21	0,24	0,26	0,29	0,28	0,26	0,24	0,26	0,26	0,26	0,29	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	
<b>Causas Externas</b>	nº	95,65	88,53	96,06	110,64	90,99	102,02	96,66	108,20	90,17	92,20	83,69	73,51	81,76	76,50	80,88	80,88	92,81	92,29	90,71	84,57	81,93	75,79	70,18	70,18	80,00
Taxa †	nº	0,26	0,24	0,26	0,31	0,25	0,28	0,27	0,29	0,25	0,25	0,20	0,20	0,20	0,20	0,21	0,21	0,24	0,24	0,23	0,23	0,20	0,19	0,19	0,19	
Homicídios, incluindo as intervenções legais	nº	259	240	300	313	227	260																			

## 5. PRODUTO

A presente parceria visa abranger a contratação de recursos humanos, insumos, material médico cirúrgico e medicamentos, ou seja, os recursos necessários para assegurar a assistência à população no âmbito hospitalar, exclusivamente aos usuários do SUS que serão acolhidos e assistidos em suas diversas demandas de saúde, no **Hospital da Mulher Fernando Magalhães e Hospital Maternidade Carmela Dutra, AP 1.0 e 3.2**, respectivamente, 24 horas do dia, todos os dias da semana inclusive sábado, domingo e feriados, assim, por meio desta parceria, espera-se garantir a implantação da tecnologia e atendimento de forma integral aos pacientes com perfil para esta unidade.

Em decorrência da execução do objeto e partindo das evidências descritas no tópico Abrangência / Indicadores de saúde, espera-se, como resultado, garantir indicadores assistenciais da Linha de cuidado dentro das metas pré-estabelecidas.

Com a gestão integral da Unidade, espera-se garantir o efetivo dimensionamento de pessoal, bem como equipamentos, insumos, material médico cirúrgico e medicamentos necessários para o atendimento com excelência das demandas assistenciais com celeridade e resolutividade.

A Superintendência de Hospitais Pediátricos e Maternidades, área técnica da Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, responsável pelo acompanhamento e execução do presente Plano de Trabalho, fará a coordenação de todas as ações gerenciais e assistenciais à população a ser atendida no Hospital da Mulher Fernando Magalhães e Hospital Maternidade Carmela Dutra, AP 1.0 e 3.2.

Caberá à contratada a responsabilidade pela aquisição de todos os insumos, material médico cirúrgico e medicamentos necessários ao funcionamento assistencial da unidade, bem como a contratação de todos os serviços que permitam sua operacionalização. As adaptações, os equipamentos e mobiliários adquiridos pela contratada passarão a integrar o patrimônio das unidades de saúde, sendo de propriedade do Município do Rio de Janeiro.

Descrevemos abaixo os procedimentos cirúrgicos e diagnósticos disponíveis na Tabela SIGTAP (código e descrição), que dialogam com o objeto do PARCERIA em questão e por isso deverão ser contemplados na execução.

CÓDIGO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO OU DIAGNÓSTICO
04.10.01.001-4	- DRENAGEM DE ABSCESSO DE MAMA
04.10.01.002-2	- ESVAZIAMENTO PERCUTANEO DE CISTO MAMARIO
04.10.01.003-0	- EXERESE DE MAMA SUPRANUMERARIA
04.10.01.004-9	- EXERESE DE MAMILO
04.10.01.010-3	- REVERSAO DE MAMILO INVERTIDO
04.09.01.008-1	- CISTORRAFIA
04.09.01.009-0	- CISTOSTOMIA
04.09.01.010-3	- COLOCAÇÃO PERCUTÂNEA DE CATETER PIELO-URETERO-VESICAL UNILATERAL
04.09.02.011-7	- TRATAMENTO CIRÚRGICO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA
04.09.06.002-0	- COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR C/ AMPUTACAO DE COLO
04.09.06.003-8	- EXCISÃO TIPO 3 DO COLO UTERINO
04.09.06.004-6	- CURETAGEM SEMIOTICA C/ OU S/ DILATAÇAO DO COLO DO ÚTERO
04.09.06.005-4	- CURETAGEM UTERINA EM MOLA HIDATIFORME
04.09.06.006-2	- DILATAÇAO DE COLO DO ÚTERO
04.09.06.007-0	- ESVAZIAMENTO DE UTERO POS-ABORTO POR ASPIRACAO MANUAL INTRA-UTERINA (AMIU)
04.09.06.008-9	- EXCISÃO TIPO I DO COLO UTERINO
04.09.06.009-7	- EXERESE DE POLIPO DE UTERO
04.09.06.010-0	- HISTERECTOMIA (POR VIA VAGINAL)
04.09.06.011-9	- HISTERECTOMIA C/ ANEXECTOMIA (UNI / BILATERAL)
04.09.06.012-7	- HISTERECTOMIA SUBTOTAL
04.09.06.013-5	- HISTERECTOMIA TOTAL
04.09.06.014-3	- HISTERECTOMIA TOTAL AMPLIADA (WERTHEIN-MEIGS)
04.09.06.015-1	- HISTERECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA
04.09.06.016-0	- HISTERORRAFIA
04.09.06.017-8	- HISTEROSCOPIA CIRURGICA C/ RESSECTOSCOPIO
04.09.06.018-6	- LAQUEADURA TUBÁRIA
04.09.06.019-4	- MIOMECTOMIA
04.09.06.020-8	- MIOMECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA
04.09.06.021-6	- OOFORRECTOMIA / OOFOROPLASTIA
04.09.06.022-4	- RESSECCAO DE VARIZES PÉLVICAS
04.09.06.023-2	- SALPINGECTOMIA UNI / BILATERAL
04.09.06.024-0	- SALPINGECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA
04.09.06.025-9	- SALPINGOPLASTIA
04.09.06.026-7	- SALPINGOPLASTIA VIDEOLAPAROSCOPICA
04.09.06.027-5	- TRAQUELOPLASTIA
04.09.06.028-3	- TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA VESICO-UTERINA
04.09.06.029-1	- HISTERECTOMIA C/ ANEXECTOMIA BILATERAL E COLPECTOMIA SOB PROCESSO TRANSEXUALIZADOR
04.09.06.030-5	- EXCISÃO TIPO 2 DO COLO UTERINO
04.09.07.002-5	- COLPECTOMIA
04.09.07.003-3	- COLPOCLEISE (CIRURGIA DE LE FORT)
04.09.07.004-1	- COLPOPERINEOCLEISE
04.09.07.005-0	- COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR
04.09.07.006-8	- COLPOPERINEOPLASTIA POSTERIOR
04.09.07.007-6	- COLPOPERINEORRAFIA NAO OBSTETRICA
04.09.07.008-4	- COLPOPLASTIA ANTERIOR
04.09.07.009-2	- COLPORRAFIA NAO OBSTETRICA

04.09.07.010-6 - COLPOTOMIA
04.09.07.011-4 - CONSTRUCAO DE VAGINA
04.09.07.012-2 - DRENAGEM DE GLANDULA DE BARTHOLIN / SKENE
04.09.07.013-0 - EPISIOPERINEORRAFIA NAO OBSTETRICA
04.09.07.014-9 - EXERESE DE CISTO VAGINAL
04.09.07.015-7 - EXERESE DE GLÂNDULA DE BARTHOLIN / SKENE
04.09.07.016-5 - EXTIRPACAO DE LESAO DE VULVA / PERINEO (POR ELETROCOAGULACAO OU FULGURACAO)
04.09.07.017-3 - EXTRACAO DE CORPO ESTRANHO DA VAGINA
04.09.07.018-1 - HIMENOTOMIA
04.09.07.019-0 - MARSUPIALIZACAO DE GLÂNDULA DE BARTHOLIN
04.09.07.020-3 - OPERACAO DE BURCH
04.09.07.021-1 - RECONSTRUCAO DA VAGINA
04.09.07.022-0 - TRATAMENTO CIRURGICO DE COAPTACAO DE NINFAS
04.09.07.023-8 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA RETO-VAGINAL
04.09.07.024-6 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA URETRO-VAGINAL
04.09.07.025-4 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA VESICO-VAGINAL
04.09.07.026-2 - TRATAMENTO CIRURGICO DE HIPERTROFIA DOS PEQUENOS LÁBIOS
04.09.07.027-0 - TRATAMENTO CIRURGICO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA POR VIA VAGINAL
04.09.07.028-9 - TRATAMENTO CIRURGICO DE VAGINA SEPTADA / ATRESICA
04.09.07.030-0 - VULVECTOMIA SIMPLES
04.07.02.008-0 - COLECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA
04.07.02.009-8 - COLORRAFIA POR VIA ABDOMINAL
04.07.02.010-1 - COLOSTOMIA
04.07.02.003-9 - APENDICECTOMIA
04.07.02.004-7 - APENDICECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA
04.07.02.020-9 - ENTEROTOMIA E/OU ENTERORRAFIA C/ SUTURA / RESSECÇÃO (QUALQUER SEGMENTO)
04.07.02.024-1 - FECHAMENTO DE ENTEROSTOMIA (QUALQUER SEGMENTO)
04.07.02.025-0 - FECHAMENTO DE FÍSTULA DE COLON
04.07.02.026-8 - FECHAMENTO DE FÍSTULA DE RETO
04.07.02.027-6 - FISTULECTOMIA / FISTULOTOMIA ANAL
04.07.02.030-6 - JEJUNOSTOMIA / ILEOSTOMIA
04.07.02.036-5 - REDUÇÃO CIRÚRGICA DE VOLVO POR LAPAROTOMIA
04.07.04.001-3 - DRENAGEM DE ABSCESSO PÉLVICO
04.07.04.016-1 - LAPAROTOMIA EXPLORADORA
04.07.04.017-0 - LAPAROTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA PARA DRENAGEM E/OU BIÓPSIA
04.07.04.018-8 - LIBERAÇÃO DE ADERÊNCIAS INTESTINAIS
04.07.04.019-6 - PARACENTESE ABDOMINAL
04.07.04.020-0 - PERITONIOTOMIA COM TELA INORGÂNICA
04.07.04.023-4 - RESSECÇÃO DO EPILOM
04.07.04.024-2 - RESSUTURA DE PAREDE ABDOMINAL (POR DEISCENCIA TOTAL / EVISCERAÇÃO)
04.07.04.025-0 - TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PERITONITE
02.09.01.006-1 - VIDEOLAPAROSCOPIA
02.09.02.001-6 - CISTOSCOPIA E/OU URETEROSCOPIA E/OU URETROSCOPIA
02.09.03.001-1 - HISTEROSCOPIA CIRÚRGICA
02.05.02.009-7 - ULTRASSONOGRRAFIA MAMARIA BILATERAL
02.05.02.014-3 - ULTRASSONOGRRAFIA OBSTÉTRICA
02.05.02.015-1 - ULTRASSONOGRRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO

02.05.02.017-8 -ULTRASSONOGRRAFIA TRANSFONTANELA
02.05.02.007-0 ULTRASSONOGRRAFIA ABDOMINAL TOTAL
02.05.02.011-9 ULTRASSONOGRRAFIA DO QUADRIL
02.05.02.016-0 - ULTRASSONOGRRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)
02.05.02.018-6 - ULTRASSONOGRRAFIA TRANSVAGINAL
02.05.02.019-4 - MARCACAO DE LESAO PRE-CIRURGICA DE LESAO NAO PALPAVEL DE MAMA ASSOCIADA A ULTRASSONOGRRAFIA
02.01.01.015-1 - BIOPSIA DE ENDOMETRIO
02.01.01.016-0 - BIOPSIA DE ENDOMETRIO POR ASPIRACAO MANUAL INTRA-UTERINA
02.01.01.050-0 - BIOPSIA/PUNÇÃO DE VAGINA
02.01.01.051-8 - BIOPSIA/PUNÇÃO DE VULVA
02.01.01.056-9 - BIOPSIA/EXERESE DE NÓDULO DE MAMA
02.01.01.058-5 - PUNÇÃO ASPIRATIVA DE MAMA POR AGULHA FINA
02.01.01.060-7 - PUNÇÃO DE MAMA POR AGULHA GROSSA
02.01.01.061-5 - PUNÇÃO DE VAGINA
02.01.01.064-0 - PUNÇÃO P/ ESVAZIAMENTO
02.01.01.066-6 - BIOPSIA DO COLO UTERINO
02.06.03.003-7 - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PELVE / BACIA / ABDOMEN INFERIOR
02.06.02.003-1 - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX
02.06.02.004-0 - TOMOGRAFIA DE HEMITORAX, PULMÃO OU DO MEDIASTINO
02.06.03.001-0 - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN SUPERIOR
02.06.01.007-9 - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO
02.03.02.002-2 - EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DO COLO UTERINO - PECA CIRURGICA
02.03.02.006-5 - EXAME ANATOMOPATOLOGICO DE MAMA – BIOPSIA
02.03.02.007-3 - EXAME ANATOMOPATOLOGICO DE MAMA - PECA CIRURGICA
02.03.02.003-0 - EXAME ANATOMO-PATOLÓGICO PARA CONGELAMENTO / PARAFINA POR PEÇA CIRÚRGICA OU POR BIOPSIA (EXCETO COLO UTERINO E MAMA)
02.04.03.018-8 - EXAME MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO
04.15.02.003-4 - ENDOMETRIOSE DO ÚTERO
04.15.02.003-4 - ENDOMETRIOSE DO OVÁRIO
080.00.00.04 - ENDOMETRIOSE DA TROMPA DE FALÓPIO

**Adequações/Reformas/Modernização:**

**Modernização da Subestação / Geradores**

A infraestrutura elétrica das unidades encontra-se desatualizada frente às exigências dos equipamentos hospitalares modernos. A modernização visa aumentar a capacidade de carga, incorporar sistemas de redundância e assegurar o funcionamento ininterrupto das atividades críticas, mesmo em situações de emergência energética.

**Reforma Total do Sistema de Climatização**

Muitos dos sistemas atuais operam com equipamentos antigos e ineficientes, comprometendo o controle ambiental, especialmente em áreas sensíveis como centros

cirúrgicos, enfermarias e UTIs. A substituição por sistemas modernos e automatizados garante conforto térmico, qualidade do ar e redução do risco de infecção hospitalar.

### **Reforma Total do Telhado**

A cobertura das edificações apresenta desgaste significativo, com ocorrência de infiltrações, comprometimento estrutural e risco de danos a áreas internas. A reforma envolve substituição de telhas, impermeabilização, reforço estrutural e melhorias no sistema de drenagem pluvial.

### **Retrofit da Fachada**

Além do aspecto estético, a fachada das unidades sofre com trincas, infiltrações e desprendimentos, afetando diretamente a segurança e a conservação da edificação. O retrofit inclui restauração de revestimentos, vedação adequada, pintura geral ou aplicação de revestimento, a depender das condições de cada unidade.

### **Reforma para Certificação CBMERJ**

- Com o objetivo de garantir a segurança contra incêndios e a obtenção do Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros (CAA), faz-se necessária a implementação de um conjunto de sistemas de prevenção e combate a incêndios, incluindo:
- Projeto técnico aprovado conforme normas do CBMERJ;
- Sistema de detecção e alarme de incêndio;
- Iluminação de emergência e sinalização de rotas de fuga;
- Instalação de hidrantes, mangotinhos, extintores e, quando necessário, sprinklers;
- Portas corta-fogo e compartimentações verticais;
- Adequações estruturais para segurança nas evacuações;
- Formação de brigada de incêndio e treinamentos.
- Especificação de materiais que atendam às exigências do CBMERJ
- Sistema de ar condicionado, exaustão, pressurização de escadas, tubos para condução de óleo diesel, sistema de combate a incêndio nas coifas da cozinha, proteção passiva em estruturas metálicas, SPDA.

### **Reforma das enfermarias**

- Modernizar e requalificar as enfermarias hospitalares visando melhoria da ambiência, segurança do paciente, conforto, acessibilidade e conformidade com normas sanitárias, proporcionando um ambiente acolhedor, funcional e seguro para internação. As principais intervenções são:
- Redimensionamento dos Leitos e Circulações;

- Adequação dos espaços conforme RDC nº 50/2002 (ANVISA), garantindo distanciamento mínimo entre leitos, rotas de fuga desobstruídas e áreas de apoio próximas (DML, posto de enfermagem, banheiros acessíveis, etc.);
- Substituição de Revestimentos e Acabamentos como pisos, paredes e tetos com materiais laváveis, resistentes e de fácil manutenção, conforme exigências conforme RDC nº 50/2002 (ANVISA) e controle de infecção hospitalar;
- Renovação das Instalações Elétricas e Hidrossanitárias com readequação dos pontos de energia, iluminação técnica, tomadas e gases medicinais, com garantia de acessibilidade e segurança;
- Implantação de Iluminação Natural e Artificial adequadas com uso de esquadrias e soluções para controle da luz natural;
- Melhoria da Ventilação e Conforto Térmico com climatização adequada com renovação de ar e filtragem, minimizando riscos de contaminação;
- Banheiros Adequados e Acessíveis, adaptados conforme NBR 9050, com barras de apoio, espaço para cadeiras de rodas e equipamentos adequados;
- Criação de Ambientes Humanizados.

### **Reforma da Cozinha e Refeitório**

- Visa adequar os ambientes de produção e distribuição de alimentos às normas de vigilância sanitária e de segurança alimentar. As intervenções envolvem:
- Reorganização dos fluxos de trabalho e áreas de preparo;
- Substituição de revestimentos, bancadas e equipamentos por materiais adequados à higiene e limpeza frequente;
- Implantação de exaustão, ventilação adequada e combate a incêndios nas coifas;
- Reforma de pisos, tetos e iluminação, além de renovação das instalações hidráulicas, elétricas e de gás;
- Adequação dos espaços de refeitório visando conforto, ventilação e acessibilidade.

### **Modernização de Elevadores**

- Substituição e/ou modernização dos elevadores existentes para atender padrões atuais de segurança, desempenho e acessibilidade. O escopo inclui:
- Instalação de elevadores hospitalares com portas automáticas, sinalização visual e sonora acessível;
- Adequação das casas de máquina, cabinas e quadros de comando com tecnologia atualizada;
- Integração com sistemas de emergência e energia ininterrupta;

- Atendendo às normas técnicas da ABNT (como a NBR 16858) para transporte vertical em ambientes hospitalares.

### **Central de Material e Esterilização (CME)**

- Uma CME eficiente contribui diretamente para a redução de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS). Assim, investir em estrutura adequada, fluxos bem definidos, capacitação da equipe e tecnologia de rastreabilidade no CME é investir na segurança do paciente e da equipe.
- A CME da referida unidade será adequada e ampliada, face à nova dinâmica cirúrgica da Unidade, de acordo com a RDC 15, de 15 de Março de 2012, a qual dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.
- Organização da CME com a seguinte conformação:
  - Sala de recepção e limpeza (setor sujo);
  - Sala de preparo e esterilização (setor limpo);
  - Área de monitoramento do processo de esterilização (setor limpo);
  - Sala de armazenamento e distribuição de materiais esterilizados (setor limpo).

### **Hospital Maternidade Carmela Dutra:**

Implementação 01(um) CTI dedicado às mulheres no ciclo gravídico puerperal, composto por 9 leitos mais um leito de isolamento.

## **6. ATIVIDADES**

As atividades assistenciais do Hospital da Mulher Fernando Magalhães e Hospital Maternidade Carmela Dutra, AP 1.0 e 3.2., serão executadas nas 24 horas do dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, com quadro de profissionais de saúde e de apoio capaz de manter e contemplar durante todo o período de funcionamento toda a demanda assistencial e administrativa da unidade, de acordo com a sua especificidade assistencial de suporte a urgência e emergência e condizente com a sua complexidade. Para tanto, a organização do trabalho deverá se operar por via de equipes multiprofissionais, não só de forma horizontal, como também em plantão, utilizando-se prontuário eletrônico, compartilhado por toda a equipe.

As atividades a serem desempenhadas no âmbito desta parceria correspondem ao gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de atendimento às

mulheres durante o seu ciclo de vida, garantindo assistência universal e gratuita, segundo as orientações técnicas da Secretaria Municipal de Saúde.

A unidade tem como demanda os atendimentos oriundos de solicitações de Vaga Zero reguladas pela Central de Regulação Municipal e transferências clínicas do Sistema Estadual de Regulação (SER), bem como por demanda espontânea, considerando o setor de emergência aberto 24 horas.

A entidade parceira deverá promover o atendimento em urgência/emergência, internação e consultas às mulheres no segmento hospitalar e ambulatorial.

Para garantir a assistência integral, o atendimento contará com acompanhamento multidisciplinar e realização de exames laboratoriais e de imagem necessários para nortear a conduta assistencial.

### Hospital da Mulher Fernando Magalhães

#### 6.1.1 CAPACIDADE INSTALADA PROPOSTA

SETOR	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
<b>Emergência Ginecológica</b>	Consultórios de Atendimento	3 salas
	Sala de medicação (hipodermia)	1 sala
	Leito de estabilização	01 leito
<b>Centro de Imagem</b>	Sala de Ultrassonografia	2 salas
	Raio X	1 sala
	Sala para realização de Mamografia	2 equipamentos
	Sala para realização de Tomografia Computadorizada	1 equipamento
<b>Hospital-Dia</b>	Procedimentos Ginecológicos de Curta Permanência	10 leitos
<b>Ambulatório</b>	Consultórios de Ginecologia	4 salas
	Consultório de Endometriose	1 sala
	Consultório de Mastologia	1 sala
	Sala de Procedimento (Histeroscopia)	1 sala
	Sala de Procedimento (Urodinâmica)	1 sala
	Sala de Procedimento (Colposcopia)	1 sala
	Sala de Procedimento (Cistoscopia/Colonoscopia)	1 sala
<b>Enfermaria</b>	Leitos Clínicos	23 leitos
<b>Enfermaria</b>	Leitos Cirúrgicos	55 leitos
<b>Bloco Cirúrgico</b>	Centro Cirúrgico	3 salas

	Cirurgias de Emergência	1 sala
	Sala de procedimentos de baixa e média complexidade	4 salas
	Recuperação Pós-Anestésica (RPA)	5 leitos
<b>UTI Adulto</b>	UTI Feminina	9 leitos
	Leito de Isolamento	1 leito
<b>Total de leitos</b> (Hospital-dia + Leitos Clínicos + Leitos Cirúrgicos + Recuperação Pós-Anestésica + UTI Feminina + Leito de Isolamento)		<b>104 leitos</b>

Fonte: Anexos – Plantas Estruturais. SUBVISA-RIO/CIATS/GEA – Gerência de Engenharia e Arquitetura.

### 6.1.2 Organização Das Ações Assistenciais

Para a organização das ações assistenciais foram definidas as seguintes estratégias e atividades básicas a serem desempenhadas pela parceira:

- Atendimento de ginecologia;
- Atendimento, acompanhamento e avaliação das mulheres em observação na emergência ginecológica;
- Atendimento às intercorrências das mulheres internadas na enfermaria e na unidade de terapia intensiva, assim como atendimento rotineiro durante o período de internação;
- Solicitações de internação, transferência, exames e procedimentos de alta, média e baixa complexidade;
- Emissão de AIH;
- Atividades pertinentes a regulação dos pacientes atendidos, tais como preenchimento de documentos, contato com Central Municipal de Regulação e Sistema Estadual de Regulação;
- Referência garantida para unidade da região para os atendimentos de atenção primária;
- Todas as demais atividades essenciais de atenção e assistência às demandas emergentes e urgentes, dos pacientes que procuram a unidade.

### 6.1.3 Produção assistencial estimada

A oferta de consultas ambulatoriais para ginecologia clínica e cirúrgica, bem como, para endometriose, é fundamental para a garantia de acesso à saúde.

A produção assistencial descrita a seguir levou em conta a necessidade de ampliação da oferta de consultas e procedimentos ambulatoriais para ginecologia clínica e cirúrgica, incluindo a endometriose, com o objetivo de oportunizar o acesso precoce à primeira consulta, qualificando a assistência ginecológica e contribuindo

diretamente para a redução de complicações e mortalidade evitável nas nossas usuárias.

Neste sentido, as produções estimadas neste objeto são apresentadas à seguir:

#### 6.1.4 Produção Assistencial Ambulatorial

O ambulatório do Hospital da Mulher Fernando Magalhães (HMFM) será estruturado com um total de 10 (dez) salas assistenciais, sendo 6 consultórios e 4 salas de procedimento, com funcionamento previsto de segunda-feira a sábado, das 7h às 19h, perfazendo 12 horas diárias de atividade assistencial ininterrupta.

A distribuição das salas foi definida de forma estratégica, com base nas diretrizes de regionalização da assistência especializada, priorizando as principais necessidades ginecológicas da população usuária do SUS, identificadas por meio de dados da regulação municipal (SISREG), estudos epidemiológicos e protocolos clínico-assistenciais. A configuração considera ainda os princípios da equidade, integralidade do cuidado e resolutividade dos serviços.

#### 6.1.5 Especialidades Atendidas no Ambulatório

O ambulatório do Hospital da Mulher Fernando Magalhães contará com atendimentos especializados voltados à integralidade do cuidado à saúde da mulher, estruturados nas seguintes linhas assistenciais:

Área de Atendimento	Descrição
<b>Ginecologia Clínica</b>	Consulta ambulatorial voltada à avaliação e acompanhamento de condições ginecológicas gerais.
<b>Ginecologia Cirúrgica</b>	Atendimento pré e pós-operatório de pacientes submetidos a procedimentos ginecológicos eletivos ou de urgência.
<b>Mastologia</b>	Avaliação de alterações mamárias benignas e suspeitas, com foco em rastreamento e diagnóstico precoce de câncer de mama.
<b>Endometriose</b>	Acompanhamento especializado de pacientes com suspeita ou diagnóstico confirmado de endometriose.

Esta estrutura ambulatorial foi concebida para ampliar a capacidade de atendimento, reduzir o tempo de espera na fila regulatória e possibilitar maior fluidez na linha de cuidado ginecológico. Além disso, a disponibilização de exames e procedimentos no próprio ambulatório promove a resolutividade local, evita encaminhamentos desnecessários, otimiza recursos da rede e fortalece o acesso qualificado ao diagnóstico precoce de doenças ginecológicas, especialmente as de potencial evolutivo maligno.

Memória de Cálculo - Painei Assistencial Ambulatorial					
Consulta / procedimento	Capacidade e instalada	Nº procedimentos hora	Tempo médio por procedimento	Cálculo/mês	Total/ano
Consulta em Ginecologia	04 salas	03	20min	12 x 12h=144 x 06 dias/sem x 04 sem/mês=3.456	41.472
Consulta em Ginecologia - endometriose	01 sala	03	20min	03x 12h=36 x 06 dias/sem x 04 sem/mês=864	10.368
Consulta em Mastologia	01 sala	02	30min	02 x 12h=24 x 06 dias/sem x 04 sem/mês=576	6.912
Colonoscopia	01 sala	1,5	40min	1,5 x 12h =18 x 06 dias/sem x 04 sem/mês=432	5.184
Cistoscopia	01 sala	02	30 min	02 x 12h=24 x 06 dias/sem x 04 sem/mês=576	6.912
Colposcopia	01 sala	02	30 min	02 x 12h=24 x 06 dias/sem x 04 sem/mês=576	6.912
Histeroscopia	01 sala	03	20 min	03 x 12h=36 x 06 dias/sem x 04 sem/mês=864	10.368
USG Mama e Ginecológica	02 sala	03	20min	06 x 12h=72 x 06 dias/sem x 04 sem/mês=1.728	20.736
Estudo Urodinâmico	01 sala	02	30 min	02 x 12h=24 x 06 dias/sem x 04 sem/mês=576	6.912
<b>Total</b>					<b>115.776</b>

Fonte: Nota Técnica S/SUBGERAL SMSOFI2024/20277 - Parametrização consultas e procedimentos especializados.

### 6.1.6 Consulta em Ginecologia Clínica

O Município do Rio de Janeiro enfrenta um cenário de elevada demanda reprimida por consultas ginecológicas especializadas, evidenciado por uma fila regulatória significativa no SISREG. Estima-se atualmente um volume de 9.713 mulheres aguardando agendamento, número que compromete a integralidade e a resolutividade da linha de cuidado à saúde da mulher no âmbito do SUS.

A abertura do ambulatório especializado em ginecologia clínica no Hospital da Mulher Fernando Magalhães visa suprir esse importante vazio assistencial, oferecendo atendimento qualificado, humanizado e com base em parâmetros regulatórios nacionais.

A operacionalização deste ambulatório permitirá a ampliação imediata da oferta de consultas ginecológicas clínicas, garantindo maior fluidez na linha de cuidado, redução do tempo médio de espera, e alinhamento às diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM). Além disso, a ação contribui diretamente para a diminuição dos riscos associados à demora no diagnóstico e no início do tratamento de diversas patologias ginecológicas, fortalecendo o cuidado contínuo e centrado na usuária.

### **Consulta em Ginecologia Cirúrgica**

A análise dos dados do Portal de Transparência SISREG 2020-2025 revela um crescimento expressivo da demanda reprimida para consulta em ginecologia cirúrgica na cidade do Rio de Janeiro. Em 2025, a fila acumulada atingiu 10.588 mulheres aguardando atendimento, o maior número registrado na série histórica recente, representando um aumento de mais de 600% em relação a 2022.

Mesmo com o esforço da rede em ampliar a oferta, a discrepância entre o volume de vagas solicitadas (4.320) e as vagas disponibilizadas (2.569) em 2025 revela uma cobertura insuficiente, resultando em um atendimento efetivo de apenas 59% da demanda regulada. Esse cenário evidencia a necessidade de reestruturação dos fluxos assistenciais e aumento da capacidade instalada.

Nesse contexto, o Hospital da Mulher Fernando Magalhães assume papel estratégico como unidade de referência em ginecologia cirúrgica. Entre as ações prioritárias estão: a ampliação de agendas reguladas para triagem cirúrgica, a implantação de fluxos ambulatoriais com pré-operatório integrado e a articulação com a atenção primária e a regulação municipal, assegurando priorização clínica e otimização do acesso.

Mesmo com variações na oferta de vagas (13.882 em 2023; 12.147 em 2024), o número de solicitações e o tempo médio de espera permanecem elevados, alcançando 237 dias em 2025. Esse cenário compromete o acesso oportuno ao cuidado ginecológico, especialmente em casos como miomatoses, endometriose e suspeitas oncológicas, em que o retardo no atendimento pode gerar agravantes clínicos.

A Organização Mundial da Saúde (2023) recomenda que o tempo de espera para avaliação cirúrgica especializada não ultrapasse 90 dias, principalmente em condições com risco evolutivo. A realidade observada indica a necessidade urgente de reorganização da rede assistencial, com ampliação de serviços especializados, priorização clínica das filas e maior integração entre atenção primária, regulação e unidades cirúrgicas.

### **Consulta em Ginecologia - Patologia da Vulva**

De acordo com dados do Portal de Transparência SISREG, acessados em junho de 2025, a procura por consultas especializadas em patologia da vulva tem crescido de forma expressiva desde 2022. Atualmente, há 561 pacientes aguardando na fila, com um tempo médio de espera de 175 dias. No total, foram solicitadas 1.295 vagas, das quais 1.249 foram efetivamente disponibilizadas, resultando em 1.024 atendimentos realizados. Esses

números demonstram uma alta demanda pelo serviço, com um leve déficit de cobertura, o que contribui para o aumento da fila de espera.

Esse crescimento pode estar diretamente relacionado à melhoria dos processos de triagem na atenção primária, que vêm possibilitando maior detecção de lesões vulvares suspeitas. Essa evolução no cuidado primário reforça a necessidade de resposta qualificada e tempestiva na atenção especializada, para garantir o diagnóstico precoce e a condução adequada dos casos.

Nesse contexto, o Hospital da Mulher Fernando Magalhães assume um papel estratégico no enfrentamento dessa demanda crescente. A instituição deve avançar na estruturação de um ambulatório especializado em patologia vulvar, com capacidade para absorver a demanda reprimida e garantir a continuidade do cuidado. Além disso, é fundamental ampliar o acesso a exames diagnósticos e procedimentos ambulatoriais, como colposcopia e biópsias, o que permitirá maior resolutividade dos casos. Outro aspecto prioritário é a redução do tempo de espera, especialmente para pacientes com suspeita de malignidade, assegurando respostas rápidas e eficazes para os casos mais graves.

O fortalecimento dessa linha de cuidado, articulando atenção primária e especializada, representa um passo importante para a qualificação da saúde da mulher e para a efetividade do Sistema Único de Saúde no atendimento das condições ginecológicas de maior complexidade.

Com a requalificação da unidade, serão disponibilizadas 4 (quatro) salas exclusivamente para atendimento ginecológico, todas funcionando de segunda-feira a sábado, com 12 horas de jornada diária, totalizando 72 horas semanais por sala.

### **Consulta em ginecologia Endometriose**

A endometriose é uma condição ginecológica crônica de alta prevalência, impactando diretamente a qualidade de vida das mulheres em idade reprodutiva e gerando significativa demanda por atendimento especializado. No município do Rio de Janeiro, dados do Sistema de Regulação (SISREG) indicam que 626 mulheres encontram-se atualmente em fila de espera por consulta especializada para avaliação e manejo da endometriose, evidenciando a necessidade de ampliação da oferta assistencial qualificada.

Segundo dados do Portal de Transparência do SISREG, entre 1º de janeiro e 31 de março de 2025, foram registrados 487 atendimentos regulados para consulta especializada em ginecologia somente com foco em endometriose. A análise do perfil assistencial reforça

a necessidade de consolidação de uma linha de cuidado estruturada para essa condição no município do Rio de Janeiro.

Com o objetivo de enfrentar essa demanda reprimida, o Hospital da Mulher Fernando Magalhães (HMFM) implantará 1 (uma) sala ambulatorial exclusiva para o atendimento em ginecologia com foco em endometriose, garantindo uma abordagem integral, acolhedora e baseada em protocolos clínico-assistenciais.

A sala funcionará de segunda-feira a sábado, com jornada diária de 12 horas, seguindo o padrão adotado para os demais serviços ambulatoriais da unidade. Com base na Portaria GM/MS nº 1.631/2015, considerou-se um tempo médio de 20 minutos por consulta, permitindo a realização de 3 atendimentos por hora.

### **Consulta em Mastologia**

A mastologia é uma especialidade essencial na atenção integral à saúde da mulher, com foco no rastreamento, diagnóstico precoce e acompanhamento de doenças mamárias, em especial o câncer de mama principal neoplasia que acomete mulheres no Brasil, segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA).

Atualmente, no município do Rio de Janeiro, o Sistema de Regulação (SISREG) registra 973 mulheres aguardando consulta especializada em mastologia, evidenciando uma demanda reprimida que impacta diretamente a efetividade da rede de cuidado e a detecção precoce de agravos oncológicos. Com o objetivo de ampliar o acesso e garantir a continuidade da linha de cuidado mamário, o Hospital da Mulher Fernando Magalhães (HMFM) disponibilizará 1 (uma) sala exclusiva para consultas em mastologia, com funcionamento previsto de segunda-feira a sábado, das 7h às 19h, totalizando 12 horas diárias de operação assistencial.

De acordo com as diretrizes da Portaria GM/MS nº 1.631/2015, o tempo médio estimado por consulta é de 30 minutos, o que permite a realização de 2 atendimentos por hora/sala.

### **Colonoscopia**

A colonoscopia é um procedimento essencial para a detecção precoce de doenças do cólon e reto, sendo indicada tanto para rastreamento de câncer colorretal quanto para investigação de sintomas abdominais persistentes, sangramentos, alterações do hábito intestinal e histórico familiar de neoplasias. Trata-se de uma estratégia fundamental para reduzir a morbimortalidade e custos assistenciais relacionados às doenças intestinais.

No município do Rio de Janeiro, o Sistema de Regulação (SISREG) registra atualmente 2.597 pessoas em fila de espera por colonoscopia, o que evidencia uma demanda reprimida significativa e necessidade urgente de ampliação da oferta do exame. Com o objetivo de contribuir para a redução desse passivo regulatório e qualificar o acesso ao diagnóstico especializado, o Hospital da Mulher Fernando Magalhães (HMFM) disponibilizará 1 (uma) sala ambulatorial exclusiva para realização de colonoscopia, operando de segunda a sábado, das 7h às 19h, totalizando 12 horas de funcionamento diário.

A estimativa operacional considera um tempo médio de 40 minutos por procedimento, resultando em 1,5 exames por hora por sala, respeitando os protocolos clínicos e os padrões de qualidade recomendados pela Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva (SOBED). A implantação do serviço trará impactos significativos para a Rede Municipal de Saúde, conforme descrito a seguir:

- Redução da fila de espera: possibilitará a diminuição da demanda reprimida de 2.597 pacientes atualmente regulados, com priorização dos casos suspeitos de malignidade e critérios de risco clínico;
- Ampliação da capacidade diagnóstica especializada: permitirá a realização de atendimentos ambulatoriais em tempo oportuno, contribuindo para a resolutividade do cuidado ainda na atenção secundária;
- Fortalecimento das linhas de cuidado: beneficiará diretamente os fluxos assistenciais do trato gastrointestinal e da oncologia colorretal, promovendo diagnóstico precoce e encaminhamentos mais ágeis para tratamento;
- Integração intersetorial: favorecerá a articulação entre os serviços ambulatoriais, cirúrgicos e oncológicos, assegurando continuidade do cuidado e maior resolutividade clínica;

Esta iniciativa representa um marco estratégico na qualificação da atenção especializada no município do Rio de Janeiro e reafirma o compromisso da gestão municipal com os princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS, assegurando à população o acesso digno e eficiente ao diagnóstico e ao tratamento.

### **Cistoscopia**

A cistoscopia é um exame médico utilizado para visualizar o interior da bexiga e da uretra. É realizada com um instrumento chamado cistoscópio, que é um tubo fino e flexível

(ou rígido) equipado com uma câmera e uma fonte de luz. O procedimento pode ser feito tanto para diagnóstico quanto para tratamento de doenças do trato urinário inferior.

A cistoscopia pode ser indicada para: Investigar causas de sangue na urina (hematúria); Avaliar infecções urinárias recorrentes; Diagnosticar anormalidades como tumores, cálculos, estenoses ou inflamações; Observar o funcionamento do esfíncter e da bexiga; Realizar biópsias ou pequenos procedimentos (como retirada de pólipos), sendo extremamente essencial para avaliação e diagnóstico de endometriose extra uterina.

Com esse objetivo, calculamos:

- Cistoscopia diagnóstica simples: tempo médio de 5 a 15 minutos;
- Cistoscopia com biópsia ou procedimento terapêutico (ex: retirada de cálculo, cauterização): tempo médio de 20 a 30 minutos ou mais, dependendo da complexidade.

### **Colposcopia (patologia cervical)**

A colposcopia com biópsia é um exame ambulatorial de média complexidade, essencial para a avaliação de lesões cervicais, vaginais e vulvares suspeitas, principalmente em casos de alterações citopatológicas, infecções persistentes por HPV e achados clínicos sugestivos de neoplasias. Sua realização permite a detecção precoce de lesões precursoras do câncer de colo do útero, sendo um dos pilares do rastreamento oncológico ginecológico.

A implantação de uma sala específica para a realização deste exame no Hospital da Mulher Fernando Magalhães representa um avanço importante na linha de cuidado da saúde da mulher, especialmente no que se refere ao diagnóstico precoce e à resolutividade ambulatorial.

A unidade contará com 1 (uma) sala exclusiva para colposcopia, com capacidade operacional de dois procedimentos por hora, funcionando por 12 horas diárias, de segunda-feira a sábado. Com base nessa estrutura, estima-se a realização de 24 procedimentos por dia, 144 por semana, totalizando aproximadamente 576 exames mensais e 6.912 exames ao ano.

Atualmente, o sistema de regulação registra 1.126 mulheres aguardando colposcopia com biópsia, o que evidencia a relevância da oferta regular deste serviço no âmbito municipal. A operacionalização dessa sala ambulatorial permitirá a redução significativa da fila de espera, a qualificação da investigação ginecológica e o fortalecimento da linha de cuidado oncológica. Além disso, promoverá integração com os serviços de atenção básica e

com os demais componentes da rede especializada, assegurando a continuidade do cuidado.

A disponibilização do exame no próprio ambulatório especializado contribuirá para ampliar o acesso ao diagnóstico em tempo oportuno, reduzir encaminhamentos desnecessários para unidades de maior complexidade e promover uma assistência mais eficiente, humanizada e centrada na mulher, em conformidade com os princípios do SUS.

### **Histeroscopia**

A histeroscopia é um exame ginecológico endoscópico de média complexidade, considerado padrão-ouro para a avaliação direta da cavidade uterina. Sua indicação clínica inclui investigação de sangramento uterino anormal, pólipos endometriais, miomas submucosos, malformações uterinas, corpo estranho intrauterino e avaliação pré-cirúrgica de infertilidade.

No município do Rio de Janeiro, a demanda por histeroscopia ambulatorial é expressiva: 1.115 mulheres encontram-se atualmente na fila de espera regulada (SISREG), evidenciando a necessidade de ampliação da oferta desse serviço diagnóstico.

Para atender a essa demanda, o Hospital da Mulher Fernando Magalhães (HMFM) disponibilizará 1 (uma) sala ambulatorial dedicada à realização de histeroscopias diagnósticas, com funcionamento de segunda-feira a sábado, das 7h às 19h, totalizando 12 horas diárias de operação assistencial. A histeroscopia cirúrgica será realizada no Centro Cirúrgico.

Adotando-se um tempo médio de 20 minutos por procedimento, a capacidade estimada é de 3 histeroscopias por hora/sala.

A implantação da sala ambulatorial de histeroscopia diagnóstica no Hospital da Mulher Fernando Magalhães resultará em avanços expressivos na qualificação da atenção ginecológica especializada, com os seguintes impactos:

- Redução da fila de espera: contribuirá para o esvaziamento da demanda reprimida de 1.115 mulheres atualmente reguladas, garantindo acesso oportuno ao diagnóstico de patologias uterinas;
- Aprimoramento da investigação diagnóstica: proporcionará maior efetividade na avaliação de alterações intra uterinas, com impacto direto nas linhas de cuidado da infertilidade, dos sangramentos uterinos anormais e da oncoginecologia;

- Agilidade na definição da conduta clínica ou cirúrgica: permitirá encurtar o intervalo entre o início dos sintomas e a confirmação diagnóstica, promovendo a tomada de decisão terapêutica em tempo adequado;
- Integração assistencial intra-hospitalar: fortalecerá a articulação entre os serviços de imagem, cirurgia ginecológica e ambulatorial da própria unidade, otimizando fluxos internos, reduzindo encaminhamentos externos e aumentando a resolutividade local.

Essa iniciativa fortalece a Rede de Atenção Especializada à Saúde da Mulher no município do Rio de Janeiro, ampliando o acesso a tecnologias de diagnóstico, promovendo cuidado qualificado, humanizado e tempestivo, em consonância com os princípios da equidade e da integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

### **Estudo Urodinâmico**

O estudo urodinâmico é um exame de média complexidade utilizado para avaliar a função do trato urinário inferior, com especial foco no diagnóstico diferencial de incontinência urinária, disfunções miccionais, bexiga hiperativa, retenção urinária e sintomas obstrutivos. Sua realização é essencial na definição de condutas terapêuticas mais assertivas, contribuindo para a melhora da qualidade de vida das pacientes.

De acordo com os dados do Sistema de Regulação (SISREG), 3.246 mulheres encontram-se atualmente na fila de espera para realização do estudo urodinâmico no município do Rio de Janeiro, evidenciando uma demanda reprimida que impacta negativamente os fluxos assistenciais da rede ginecológica e uroginecológica.

Como resposta estratégica, o Hospital da Mulher Fernando Magalhães (HMFM) disponibilizará 1 (uma) sala ambulatorial dedicada à realização do estudo urodinâmico, com funcionamento de segunda-feira a sábado, das 7h às 19h, totalizando 12 horas diárias de operação. Com base em protocolos técnicos e referências assistenciais, estima-se um tempo médio de 30 minutos por exame, o que possibilita a realização de 2 exames por hora/sala. A implementação deste serviço ambulatorial trará os seguintes ganhos para a rede:

- Redução significativa da fila de 3.246 pacientes, promovendo acesso em tempo adequado ao exame funcional urodinâmico;
- Qualificação da abordagem clínica e cirúrgica nas disfunções do assoalho pélvico e do trato urinário inferior, com maior precisão diagnóstica;
- Fortalecimento da linha de cuidado em uroginecologia, com maior resolutividade nos atendimentos especializados;

- Integração com serviços de reabilitação, fisioterapia pélvica e procedimentos minimamente invasivos, conforme os achados do exame.

Essa ação reforça o compromisso com a integralidade do cuidado, a resolutividade ambulatorial e a valorização da saúde da mulher no âmbito do SUS.

### **USG de Mama e Ginecológica**

A ultrassonografia (USG) mamária e ginecológica é uma ferramenta diagnóstica fundamental para avaliação de estruturas pélvicas e mamárias, sendo amplamente utilizada tanto no rastreamento quanto no seguimento clínico de diversas condições, como miomatose uterina, endometriose, cistos ovarianos, alterações mamárias benignas ou suspeitas, entre outras.

Atualmente, o município do Rio de Janeiro apresenta uma expressiva demanda reprimida por este tipo de exame. De acordo com o Sistema de Regulação (SISREG), 7.098 mulheres aguardam agendamento para realização de ultrassonografia mamária ou ginecológica, o que reforça a urgência de ampliação da oferta desses exames na rede pública.

Visando ampliar a capacidade diagnóstica e reduzir a fila de espera, o Hospital da Mulher Fernando Magalhães (HMFH) implantará 2 (duas) salas exclusivas para realização de USG mamária e ginecológica, com funcionamento de segunda-feira a sábado, das 7h às 19h, totalizando 12 horas de atividade assistencial por dia.

Com base em referências técnicas e na prática assistencial consolidada, estima-se um tempo médio de 20 minutos por procedimento, possibilitando a realização de 3 exames por hora/sala.

A implantação do serviço de ultrassonografia mamária e ginecológica no Hospital da Mulher Fernando Magalhães trará impactos diretos e estruturantes para a Rede Municipal de Saúde, conforme descrito a seguir:

- Redução da fila de espera: possibilitará a diminuição da demanda reprimida de 7.098 mulheres atualmente reguladas, promovendo acesso mais célere e qualificado ao diagnóstico por imagem;
- Qualificação da investigação clínica: contribuirá para a precocidade e acurácia diagnóstica nos campos da ginecologia e mastologia, subsidiando condutas médicas nas esferas clínica, cirúrgica e oncológica;

- Integração com a linha de cuidado da mulher: fortalecerá a articulação entre consultas especializadas e exames complementares, promovendo a racionalização da conduta médica e reduzindo o tempo entre a queixa inicial e a confirmação diagnóstica;
- Fortalecimento da resolutividade ambulatorial: ampliará a capacidade de atendimento no próprio nível secundário, evitando encaminhamentos desnecessários para unidades terciárias e, conseqüentemente, reduzindo a sobrecarga da rede de maior complexidade.

Essa iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com os princípios da universalidade, integralidade e humanização do SUS, assegurando o acesso oportuno ao diagnóstico por imagem em conformidade com as diretrizes da Rede de Atenção à Saúde da Mulher.

Serão disponibilizadas pelo Hospital equipes de USG e Ecocardiograma fetal volantes para realização destes exames nas Maternidades de administração municipal direta, objetivando atender as demandas da rede, tendo em vista o panorama existente no SISREG, conforme descrito abaixo:

### **USG Obstétrica com Doppler/ USG neonatal**

A ultrassonografia obstétrica com doppler é um exame fundamental para acompanhamento de gestantes de alto risco, pois permite a avaliação detalhada do crescimento fetal, da vitalidade, da circulação placentária e fetal, bem como a identificação precoce de malformações cardíacas. O Doppler obstétrico é especialmente indicado em casos de restrição de crescimento intrauterino, pré-eclâmpsia, diabetes gestacional, gestação gemelar, doenças autoimunes e insuficiência placentária.

Assim, a oferta regular de ultrassonografia obstétrica com doppler está diretamente relacionada à qualidade do cuidado no pré-natal de alto risco. Atualmente o exame não é ofertado no sistema de regulação municipal, apenas a ultrassonografia obstétrica.

### **Ecocardiograma Fetal**

O ecocardiograma fetal permite avaliar, detalhadamente, a anatomia e funcionamento do coração do feto e, assim, diagnosticar cardiopatias congênitas, arritmias ou distúrbios funcionais que possam impactar o manejo obstétrico e neonatal.

O exame é recomendado em situações de risco aumentado para cardiopatias congênitas, como histórico familiar, achados suspeitos em outros exames, uso de

medicamentos teratogênicos ou infecções congênitas. Devido a sua relevância, desde 2023, o ecocardiograma fetal foi incluído no rol de exames pré-natal de gestantes do SUS.

O tempo médio estimado para a realização do exame descrito é de 20 minutos, considerando os procedimentos de preparo da paciente, execução do exame e registro do laudo, o que possibilita a realização de aproximadamente 3 exames por hora.

Assim, a oferta regular de ultrassonografia obstétrica com doppler, ultrassonografia neonatal e ecocardiograma fetal garantindo o acesso oportuno à realização desses exames, está diretamente relacionada à qualidade do cuidado à gestante e ao neonato de risco, redução das complicações, necessidade de internação em UTI e, conseqüentemente, da morbimortalidade, configurando-se como uma estratégia de cuidado integral à mulher.

### **Mamografia**

A mamografia é um tipo específico de radiografia que serve para detectar precocemente o câncer de mama, identificando nódulos e outras alterações nos tecidos mamários, mesmo antes de serem palpáveis.

No serviço teremos 2 mamógrafos e estaremos fazendo o procedimento durante 7 dias na semana no período diurno. O procedimento demora aproximadamente 30 minutos, desta forma, conseguimos fazer 2 procedimentos por hora em cada sala, totalizando 4 procedimentos por hora, 96 procedimentos em 12 horas, 672 procedimentos por semana e 2688 procedimentos por mês e 32.256 por ano.

### **Cirurgias De Média Complexidade - Ambulatorial**

Em cirurgia ginecológica, procedimentos de média complexidade realizados em ambiente ambulatorial são aqueles que, embora necessitem de conhecimento especializado em recursos tecnológicos, não requerem internação hospitalar prolongada para recuperação. Esses procedimentos são realizados em ambulatórios ou hospitais com capacidade para atendimento ambulatorial, e a paciente recebe alta no mesmo dia após realização do procedimento (hospital-dia). Os procedimentos ambulatoriais apresentam como características fundamentais serem menos invasivos, com menor tempo de recuperação e menor risco de complicações.

Neste sentido, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro irá ofertar através do Hospital da Mulher Fernando Magalhães os seguintes serviços: punção aspirativa de mama por agulha fina (citopatológico), punção de mama por agulha grossa (anatomopatológico), esvaziamento percutâneo de cisto mamário e exérese de pólipos uterino.

PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS OU DIAGNÓSTICO			
Código	Média Complexidade Ambulatorial	Tempo Médio de Realização	Memória de cálculo
02.03.01.00.4-4	Punção Aspirativa de mama por agulha fina (citopatológico)	60 minutos	$09 \times 4 = 36 \times 6 \text{ dias/sem}$ $= 216 \times 4 \text{ sem/mês} = 864$ $\times 12 \text{ meses} = \mathbf{10.368}$ <b>procedimentos/ ano</b>
02.03.00.20.06-5	Punção de mama por agulha grossa (anatomopatológico)	60 minutos	
04.10.01.002-2	Esvaziamento percutâneo de cisto mamário	30 minutos	
04.09.06.009-7	Exérese de pólipos uterino	30 minutos	

Fonte: Nota Técnica S/SUBGERAL SMSOFI2024/20277 - Parametrização consultas e procedimentos especializados.

Os procedimentos elencados no quadro acima são estimativas baseadas na alta prevalência dentro da especialidade. A exérese de pólipos de útero, por exemplo, possui uma prevalência que pode variar, sendo um procedimento realizado frequentemente em mulheres com sintomas como sangramento uterino anormal, as quais ingressam através das portas dos hospitais de urgência e emergência, suscitando a oferta de acolhimento neste ponto de atenção. Estudos sugerem que pólipos endometriais podem ser encontrados em até 25% das mulheres em idade reprodutiva, mas a taxa de exérese depende dos sintomas e da avaliação médica.

As biópsias de mama para lesões palpáveis são punção de lesões palpáveis na mama, são utilizadas agulhas finas (PAAF) ou agulhas grossas (core biopsy), dependendo do objetivo do exame. As melhores evidências científicas apontam que quando da indicação para punções aspirativas com agulhas finas. Desta forma, nos formulários de requisição dos exames citopatológico e histopatológico, deve ser informado se o material é proveniente de descarga papilar ou punção aspirativa por agulha fina (PAAF). (MS/2022).

Atualmente, de acordo com o Portal de Transparência do SISREG/2025, o tempo médio de espera para alguns procedimentos acima são alargados, tendo como exemplo a biópsia de mama, que varia de 19 a 41 dias úteis de espera (aproximadamente dois meses), o que pode acarretar desfechos desfavoráveis face ao tempo diagnóstico não oportuno.

Desta forma, serão destinados quatro turnos exclusivos para a realização dos procedimentos cirúrgicos supracitados.

### Hospital-Dia

O Hospital-Dia estará localizado preferencialmente em área integrada ao ambulatório e às salas de procedimentos especializados. A estrutura contará com 10 leitos de curta permanência e será destinada exclusivamente à realização de exames e procedimentos de

média complexidade ambulatorial descritos anteriormente. O serviço tem como objetivo ampliar o acesso, otimizar a rotatividade de pacientes e garantir maior resolutividade na atenção ambulatorial especializada à saúde da mulher.

### **Emergência Ginecológica**

A atenção ginecológica constitui um componente essencial da saúde integral da mulher desde a infância até o climatério necessitando de suporte assistencial qualificado e ofertado de forma transparente a fim de que possam ser absorvidas respeitando os princípios do SUS.

Atualmente, não identificamos uma unidade dedicada ao atendimento emergencial em ginecologia de forma exclusiva, e assim, muitas usuárias buscam atendimento por demanda espontânea nas maternidades, sendo acolhidas mas não absorvidas para diagnóstico e tratamento. Portanto, o novo perfil desenhado para o Hospital da Mulher Fernando Magalhães atenderá essa clientela de forma emergencial e conduzirá diagnóstico e tratamento em um único equipamento de saúde, gerando vinculação e confiança às usuárias.

O setor de Emergência Ginecológica será instalado no pavimento térreo da unidade, em área estratégica para garantir acesso rápido e qualificado às mulheres que chegarem por demanda espontânea ou por regulação da rede. A estrutura contará com 3 (três) consultórios destinados ao acolhimento, classificação de risco e atendimento clínico imediato, além de 1 (um) leito de estabilização clínica voltado à assistência de pacientes em situação de urgência ou emergência ginecológica, contando com equipe robusta de 03 médicos Ginecologistas, 02 Enfermeiros e 03 técnicos de enfermagem diariamente.

A implantação desse setor responde a uma demanda crescente e represada na rede municipal. Atualmente, conforme já mencionado, a fila do SISREG registra 9.129 mulheres aguardando procedimentos cirúrgicos ginecológicos, das quais 1.126 necessitam de colposcopia com biópsia de colo uterino e 636 aguardam consulta especializada para endometriose. Parte desses pacientes ingressa no sistema de saúde já em situações agudas ou agravadas, o que exige atendimento emergencial para redução de danos, alívio de sintomas e posterior inserção na linha de cuidado integral.

### **Procedimentos de Emergência Ginecológica - Perfil Mensal de atendimentos Cirúrgicos**

<b>Procedimento de urgência</b>	<b>Código SUS</b>	<b>% emerg.</b>	<b>N.º mês</b>
Salpingectomia uni/bilateral por GE	04.09.06.023-2	25 %	50

Salpingo-ooforectomia (ruptura/torção)	04.09.06.024-0	5 %	10
Ooforectomia / cistectomia (torção cística)	04.09.06.021-6 / 015-1	15 %	30
Histerectomia abdominal subtotal/total (hemorragia incontrolável)	04.09.06.012-7 / 013-5	5 %	10
Curetagem pós-aborto ou sangramento incoercível	04.11.02.001-3	20 %	40
Revisão uterina/ curetagem diagnóstica	04.09.06.004-6	10 %	20
Drenagem/marsupialização Bartholin	04.09.07.012-2 / 019-0	10 %	20
Outras (suturas de lacerações, retiro de corpo estranho, colpotomia, etc.)	04.11.01.007-7 / 04.09.07.010-6	10 %	20
<b>Total</b>	—	100 %	<b>200</b>

\*Distribuição baseada na prevalência encontrada em séries hospitalares (ectópica 71%, torção/rotura cística 22%, demais causas 7%).

### Produção Assistencial Hospitalar Cirúrgica

A atenção ginecológica constitui um componente essencial da saúde integral da mulher, conforme preconizado pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), instituída em 2004. Fundamentada nos princípios da universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), a ampliação do acesso e a reorganização da rede de atenção ginecológica configuram-se como estratégias para a promoção da saúde e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no município, promovendo uma linha de cuidado contínua e resolutiva. Algumas patologias ginecológicas têm como cuidado o procedimento resolvido cirurgicamente.

O Centro cirúrgico do Hospital da Mulher Fernando Magalhães será composto por 4 (quatro) salas cirúrgicas para procedimentos de média e alta complexidade hospitalar, sendo 1 (uma) dedicada exclusivamente a atendimentos advindos diretamente da emergência.

### Cirurgia de Média/Alta Complexidade Hospitalar - Mama

Cirurgia de mama de média complexidade é um procedimento cirúrgico, geralmente realizado com anestesia peridural ou geral com sedação e recuperação pode envolver um período de observação de vinte e quatro horas, com alta no mesmo dia ou dia posterior, a depender do caso.

A mastite é definida como uma inflamação mamária que ocorre com ou sem infecção. A mastite com infecção pode ser lactacional (puerperal) ou não lactacional (por exemplo, ectasia do ducto). A mastite não infecciosa inclui inflamação granulomatosa

idiopática e outros quadros clínicos inflamatórios (por exemplo, reação a um corpo estranho). Abscesso mamário é uma área de infecção localizada com um acúmulo de purulência como proteção, podendo ou não estar associado à mastite.(CASAUBON, J; 2025)

Atualmente, a fila de espera pelo Sistema Estadual de Regulação (SER), para consultas em mastologia possui 1.345 pessoas, com várias morbidades de base, dentre as quais, a necessidade de drenagem de abscesso mamário. A prevalência de abscesso mamário no Brasil pode variar conforme a região e a população estudada. Em geral, os abscessos mamários são mais comuns em mulheres que estão amamentando, especialmente em casos de mastite. Estudos indicam que a incidência de abscessos mamários pode ser de aproximadamente 3% a 11% entre mulheres que apresentam mastite, sendo mais frequente em mulheres jovens e em primíparas.

Desta forma, serão disponibilizados atendimentos de forma exclusiva em 2 (dois) dias da semana, que permitirão a realização do procedimento abaixo mencionado, o qual é realizado em tempo médio de 1 hora.

Drenagem De Abscesso De Mama			
Código	Média/ Alta Complexidade Hospitalar	Tempo Médio de Realização	Memória de cálculo
04.10.01.001-4	Drenagem De Abscesso De Mama	60 Minutos	$12 \times 1 = 12 \times 6 \text{ dias/sem} = 72$ $\times 4 \text{ sem/mês} = 288 \times 12$ meses = <b>3.456</b> <b>procedimentos/ano</b>

Fonte: Nota Técnica S/SUBGERAL SMSOFI2024/20277 - Parametrização consultas e procedimentos especializados

De acordo com dados atualizados do Portal de Transparência SISREG 2020-2025 (acesso em 17/06/2025), o acompanhamento da oferta de biópsia de mama para lesão palpável entre os anos de 2020 e 2025 evidência regularidade na fila acumulada e estabilidade no tempo médio de espera, mas também oscilações na oferta e demanda de vagas ao longo do período.

Indicadores-chave em 2025:

- Fila acumulada: 13 mulheres aguardando biópsia;
- Tempo médio de espera: 19 dias;
- Vagas solicitadas: 447
- Vagas disponibilizadas: 423
- Pessoas atendidas: 286

A fila se manteve relativamente estável entre 2020 e 2025 (variando entre 12 e 16

pacientes), e o tempo médio de espera permanece abaixo de 30 dias, o que representa um desempenho satisfatório frente a outros procedimentos de média complexidade no SISREG. Ainda assim, o número de vagas solicitadas supera discretamente a oferta em alguns anos, o que pode levar a pequenos atrasos no atendimento, sobretudo em regiões com menor cobertura de serviços especializados. A desigualdade social também influencia as taxas de mortalidade, com maiores taxas em regiões com menor desenvolvimento humano.

A série histórica do câncer de mama no Brasil, de 2020 a 2025, mostra um aumento na incidência da doença, com estimativas de 73.610 novos casos anuais até 2025. O INCA (Instituto Nacional de Câncer) estima que cerca de 704 mil novos casos de câncer serão registrados no Brasil em 2025, com o câncer de mama sendo um dos mais incidentes.

### Cirurgia de Média/Alta Complexidade Hospitalar - Útero e anexos

Cirurgias ginecológicas de média complexidade em ambiente hospitalar englobam procedimentos como histerectomia, miomectomia, cirurgias para tratamento de endometriose e outras condições ginecológicas, que requerem internação para avaliação e recuperação. Essas cirurgias podem ser realizadas por métodos minimamente invasivos como a videolaparoscopia, ou por métodos tradicionais, como a cirurgia aberta.

A memória de cálculo apresentada foi elaborada com base na capacidade instalada da unidade, considerando o número de leitos cirúrgicos, salas operatórias disponíveis e a previsão de um mapa cirúrgico padronizado, de acordo com os principais procedimentos ginecológicos previstos para atendimento ambulatorial e hospitalar especializado. Essa estimativa levou em consideração os procedimentos mais prevalentes na linha de cuidado ginecológica, com base nos códigos definidos pela Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, bem como o tempo médio necessário para realização de cada cirurgia, conforme referências clínicas e operacionais. A seguir, são listados os procedimentos contemplados e seus respectivos tempos médios:

Procedimentos Cirúrgicos Ginecológicos – Tempo Médio Estimado e Capacidade Produtiva				
Código SUS	Procedimento	Tempo Médio Estimado	Tempo médio total	Memória de cálculo*
04.09.06.010-0	Histerectomia (via vaginal)	180 min	120 min	$8 \times 4 = 32 \text{ x dias/sem} = 192 \text{ x 4 sem/mês} = 768 \text{ x 12 meses} = 9.216 \text{ procedimentos/ano}$
04.09.06.012-7	Histerectomia subtotal	180 min		
04.09.06.013-5	Histerectomia total	180 min		
04.09.06.018-6	Ligadura tubária	60 min		
04.09.06.017-8	Histeroscopia cirúrgica com ressectoscópio	60 min		
04.09.06.021-6	Ooforectomia / Ooforoplastia	90 min		

04.09.06.019-4	Miomectomia	180 min		
04.09.06.027-5	Traqueloplastia	120 min		
04.09.06.003-8	Excisão tipo 3 do colo uterino	60 min		
04.09.06.023-2	Salpingectomia uni ou bilateral	90 min		
04.09.06.002-0	Colpoperineoplastia anterior e posterior com amputação	120 min		
02.09.03.001-1	Histeroscopia cirúrgica	60 min		

Fonte: Nota Técnica S/SUBGERAL SMSOFI2024/20277 - Parametrização consultas e procedimentos especializados.

\*Considerando que alguns procedimentos serão realizados em menos de 120 minutos, utilizamos a média de 8 procedimentos /dia.

A consolidação dessas informações permite a construção de projeções realistas da produtividade cirúrgica mensal e anual da unidade, facilitando o dimensionamento da equipe, a organização de agendas operatórias e o monitoramento de metas de produção assistencial.

### Cirurgias de Média/Alta Complexidade – Vagina, Vulva e Périneo

No escopo assistencial do Hospital da Mulher Fernando Magalhães, está prevista a realização de procedimentos cirúrgicos de média complexidade voltados às patologias e disfunções do trato genital inferior feminino, incluindo vagina, vulva e assoalho pélvico.

Essas cirurgias desempenham papel fundamental no manejo clínico de queixas relacionadas à incontinência urinária, prolapso genital, malformações e alterações anatômicas adquiridas, garantindo melhora funcional, alívio sintomático e reabilitação pélvica das pacientes.

A seguir, estão listadas as principais cirurgias programadas para esse grupo, acompanhadas do código da Tabela SUS e do tempo médio estimado em minutos para sua realização:

Procedimentos Cirúrgicos Ginecológicos – Tempo Médio e Projeção Anual			
Código SUS	Procedimento Cirúrgico	Tempo Cirúrgico Médio (min)	Memória de cálculo
04.09.07.003-3	Colpocleise (cirurgia de Le Fort)	120 minutos	$2 \times 7 = 14 \times 6 \text{ dias/sem}$ $= 84 \times 4 \text{ sem/mês} =$ $336 \times 12 \text{ meses} =$ <b>4.032</b> <b>procedimentos/ano</b>
04.09.02.011-7	Tratamento cirúrgico da incontinência urinária		
04.09.07.004-1	Colpoperineocleise		
04.09.07.005-0	Colpoperineoplastia anterior e posterior		
04.09.07.006-8	Colpoperineoplastia posterior		
04.09.07.008-4	Colpoplastia anterior		
04.09.07.014-9	Exérese de cisto vaginal		

04.09.07.018-1	Himenotomia		
04.09.07.020-3	Operação de Burch		
04.09.07.027-0	Tratamento cirúrgico de incontinência urinária (p.o.)		

### **Demanda por Ligadura Tubária**

Os direitos reprodutivos da mulher garantem a ela o controle sobre seu próprio corpo e escolhas reprodutivas, incluindo o acesso à informação, planejamento familiar, métodos contraceptivos, assistência à gravidez e ao parto, e a possibilidade de interromper a gravidez em casos previstos por lei.

A Ligadura Tubária, apesar de ser um método contraceptivo definitivo cirúrgico, se configura como uma escolha recorrente da mulher, apesar da oferta crescente de um portfólio robusto de opções ofertadas pela atenção primária de saúde.

A lei de acesso à laqueadura tubária foi modificada em 2022, (lei 14.443/2022), permitindo assim a mulher a escolha pela ligadura tubária, com total direito sobre o seu corpo, não dependendo da assinatura do parceiro, do número de filhos para tal, havendo com isso um aumento significativo na procura pelo método na rede pública, como evidenciado pelos dados do Portal de Transparência SISREG.

- Em 2023, houve pico de 6.667 solicitações, o maior da série histórica.
- Em 2025, a fila acumulada ainda é de 1.635 mulheres, com tempo médio de espera de 167 dias, revelando um descompasso entre oferta e demanda.
- Entre as 4.364 vagas solicitadas, 5.636 vagas foram disponibilizadas, resultando em 5.224 atendimentos realizados.

Apesar da ampliação de oferta nos últimos anos, a demanda permanece alta, indicando a necessidade de reorganização da capacidade cirúrgica. A atuação integrada com a atenção primária e a regulação é essencial para assegurar autonomia reprodutiva, agilidade no fluxo assistencial e efetividade no cumprimento da legislação vigente que será facilitada e agilizada.

### **Dimensionamento físico do Centro Cirúrgico**

- 4 salas centrais, sendo 3 salas para cirurgias eletivas (12h/dia, 6 dias/semana) e 1 sala dedicada à emergência ginecológica (**24h/dia**);
- 4 salas de procedimentos de baixa e média complexidade (12h/dia, 7 dias/semana);
- Tempo-ciclo (ato + anestesia + limpeza) usado no cálculo:
  - 210 minutos (alta complexidade)

- 150 minutos (média complexidade)
- 90 minutos (baixa complexidade) - inclui os 36 minutos sugeridos pelo Parecer Cofen para montagem/giro em urgências.

**Demanda de emergência**

Literatura internacional e local demonstram que casos cirúrgicos de urgência representam 20 a 25% das cirurgias ginecológicas. Tomou-se 200 procedimentos/mês (aproximadamente 12% da capacidade), compatível com a incidência de torção anexial (5,9/100.000 mulheres/ano) e com a casuística brasileira de gravidez ectópica cirúrgica (aproximadamente 11% das laparotomias).

**MEMÓRIA DE CÁLCULO – CAPACIDADE CIRÚRGICA ELETIVA**

**Produtividade média por sala**

- Considerando o conjunto de procedimentos de alta, média e baixa complexidade, cada sala consegue realizar uma média de **8 procedimentos por dia** dentro da carga horária padrão (manhã + tarde), sem ultrapassar o limite de ocupação de 85 % previsto na Portaria GM/MS 1.631/2015.

**Dias operacionais**

- As salas funcionarão **6 dias por semana** (segunda-feira a sábado);
- Será considerado um mês padrão, composto por 4 semanas completas, o que corresponde a **24 dias úteis** de funcionamento.

**Número de salas utilizadas**

- Serão ativadas **7 salas eletivas** (3 salas centrais + 4 salas de procedimentos de baixa e média complexidade)

**Mapa cirúrgico proposto:**

Sala / Turno	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
<b>Sala 01 Manhã</b>	Histeroscopia cirúrgicas/diagnósticas	Histeroscopia cirúrgicas/diagnósticas	Histeroscopia cirúrgicas/diagnósticas	Histeroscopia cirúrgicas/diagnósticas	Histeroscopia cirúrgicas/diagnósticas	Histeroscopia cirúrgicas/diagnósticas
<b>Sala 01 Tarde</b>	Histeroscopia cirúrgicas/diagnósticas	Histeroscopia cirúrgicas/diagnósticas	Histeroscopia cirúrgicas/diagnósticas	Histeroscopia cirúrgicas/diagnósticas	Histeroscopia cirúrgicas/diagnósticas	Histeroscopia cirúrgicas/diagnósticas

<b>Sala 02 Manhã</b>	Histerectomias	Miomatoses	Histerectomias	Miomatoses	Histerectomias	Miomatoses
<b>Sala 02 Tarde</b>	Histerectomias	Miomatoses	Histerectomias	Miomatoses	Histerectomias	Miomatoses
<b>Sala 03 Manhã</b>	Ligadura tubária	Mama	Ligadura tubária	Mama	Ligadura tubária	Ligadura tubária
<b>Sala 03 Tarde</b>	Vagina, Vulva e Períneo	Mama	Ligadura tubária	Vagina, Vulva e Períneo	Ligadura tubária	Ligadura tubária
<b>Sala 04 24h</b>	SALA DEDICADA ÀS EMERGÊNCIAS					

**Produção cirúrgica máxima Estimada:**

Planejamento De Procedimentos Ginecológicos Por Complexidade Tempo Cirúrgico E Quantitativo Estimado				
Complexidade	Tempo ciclo médio (min)	Procedimentos mais realizados + cód. SUS*	Cap /mês	Cap /ano
<b>Alta</b>	≈ 210	Histerectomia total 04.09.06.0135 Histerectomia subtotal 04.09.06.012-7 Histerectomia videolap. 04.09.06.015-1 Histerectomia + anexectomia 04.09.06.011-9 Histerectomia ampliada (Wertheim-Meigs) 04.09.06.014-3 Miomectomia aberta 04.09.06.019-4 Miomectomia videolap. 04.09.06.020-8 Salpingo-ooforectomia 04.09.06.024-0 Colpocleise 04.09.07.003-3		
<b>Média e Baixa</b>	≈ 120	Salpingectomia (gravidez ectópica/torção) 04.09.06.023-2 Ooforectomia / ooforoplastia 04.09.06.021-6 Ressecção de varizes pélvicas 04.09.06.022-4 Traqueoplastia 04.09.06.027-5 Colpoperineoplastia ant./post. 04.09.07.002-5 / -005-0 / -006-8 Colpotomia 04.09.07.010-6 Exérese de cisto vaginal 04.09.07.014-9 Ligadura tubária 04.09.06.018-6 Histeroscopia cirúrgica c/ ressectoscopia 04.09.06.017-8 Curetagem diagnóstica / hemostática 04.09.06.004-6 Exérese de pólipos uterinos 04.09.06.009-7 Exérese zona de transformação do colo 04.09.06.008-9 Marsupialização gl. Bartholin 04.09.07.012-2 Bartolinetomia 04.09.07.015-7 Drenagem de mama 04.10.01.001-4	<b>1.392</b>	<b>16.704</b>
		<b>Total:</b>	<b>1.392</b>	<b>16.704</b>

\*Lista focada nos atos com maior frequência em hospitais-referência de ginecologia cirúrgica; todos os códigos pertencem ao Grupo 04 – Procedimentos Cirúrgicos da Tabela SUS

Com base nesta organização, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** deverá prever todas as necessidades de contratação que garanta a assistência à mulher prevista neste projeto básico, no que tange às ações assistenciais às emergências ginecológicas, além de atendimento clínico e cirúrgico a estas mulheres, com a garantia de que a estrutura disponibilizada atenda às necessidades das usuárias do Sistema Único de Saúde, objeto do presente contrato.

Considerando a capacidade instalada e a fila do SISREG propomos a seguinte meta física:

Consulta / Procedimento	Fila Sisreg	Meta Física
Histeroscopia diagnóstica	997	Reduzir em 30% mês a fila do SISREG
Histeroscopia Cirúrgica	1140	Reduzir em 30% mês a fila do SISREG
Consulta em Endometriose	600	Reduzir em 30% mês a fila do SISREG
Consulta em Ginecologia Geral	17896	Reduzir em 30% mês a fila do SISREG
Colonoscopia	3751	Reduzir em 30% mês a fila do SISREG
Consulta em Patologia Cervical	1636	Reduzir em 30% mês a fila do SISREG
Mamografia	952	Reduzir em 30% mês a fila do SISREG

## 6.2 Hospital Maternidade Carmela Dutra

Para tal, as atividades contempladas no objeto deste Plano de Trabalho deverão observar minimamente o seguinte detalhamento:

ATIVIDADES	CAPACIDADE INSTALADA
Consultório de PNAR	04
Leitos ativos de Obstetrícia	80
Leitos PPP	06
Leitos de Observação	04
Salas cirúrgicas	03
Leitos de RPA	04
Leitos de UTIN	10
Leitos de UCINCO	10
Leitos de UCINCA	05
Leitos de CTI Materno	09 leitos + 01 leito de precaução

A assistência à saúde, prestada em regime de hospitalização, compreenderá o conjunto de atendimentos oferecidos à mulher desde a sua admissão até a sua alta hospitalar.

O Centro Cirúrgico do Hospital Maternidade Carmela Dutra dispõe de 03 (três) salas cirúrgicas e 04 (quatro) leitos de RPA. A equipe de apoio assistencial é composta pela Unidade de Internação, Unidade Transfusional, Serviços de Farmácia, Lavanderia, Almojarifado, Nutrição, Manutenção Geral, Arquivo de Prontuários de Paciente e Estatística.

- a. Para garantir o atendimento da demanda estimada, serão adotados os seguintes preceitos: georreferenciamento do Programa Cegonha Carioca, atendimento de demanda espontânea na emergência; além de clientes para laqueadura pós-parto, oriundas da própria Unidade;
- b. Caberá à contratada, a aquisição / disponibilização dos insumos, materiais e medicamentos necessários para o atendimento às gestantes, puérperas, ao recém nascido e a realização das laqueaduras pós-parto, bem como a adequação / organização necessária do centro cirúrgico;
- c. Os serviços serão prestados através de profissionais regularmente inscritos nos Conselhos Regionais e deverão desenvolver as atividades descritas mediante critérios e qualidade técnica exigida.
- d. Atender com respeito e dignidade de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços.

### **Acolhimento E Classificação De Risco do Hospital da Mulher Fernando Magalhães e Hospital Maternidade Carmela Dutra**

O Acolhimento ocorre em todos os locais e momentos do serviço de saúde, com capacitação e envolvimento de todos os profissionais da Unidade. A Classificação de Risco na unidade de urgência e emergência é um instrumento para melhor organizar o fluxo de pacientes, gerando um atendimento resolutivo e humanizado àqueles em situações de sofrimento agudo ou crônico agudizado de qualquer natureza.

#### **A. Processo De Acolhimento**

Todos os pacientes que procuram os serviços de saúde serão acolhidos por profissionais com uma postura capaz de escutar e dar respostas mais adequadas. Acolher significa prestar um atendimento com resolutividade e responsabilidade orientando, quando for o caso, o paciente e a família, em relação a outros serviços de saúde da rede para continuidade da assistência estabelecendo articulações com estes serviços para garantir a eficácia desses encaminhamentos.

#### **B. Processo De Classificação De Risco**

A Classificação de Risco será realizada por equipe de enfermagem capacitada, agilizando o atendimento e aprimorando as definições de prioridade. O critério para estabelecimento do nível de classificação é baseado no Manual de Acolhimento e Classificação de Risco da Secretaria Municipal de Saúde usando um processo de escuta qualificada e tomada de decisão

A classificação é feita de acordo com os seguintes níveis de severidade:

PRIORIDADE	COR	CLASSIFICAÇÃO	INTERVENÇÃO MÉDICA	REAVLIAÇÃO DE ENFERMAGEM
I	VERMELHO	Ressuscitação	Intervenção médica imediata – sinal sonoro	Cuidados contínuos
II	LARANJA	Emergência	Aval. médica <15 minutos – sem sinal sonoro	A cada 15 minutos
III	AMARELO	Urgência	Aval. médica <30 minutos Será atendido no consultório médico ou no leito da sala de observação	A cada 60 minutos
IV	VERDE	Menor urgência	Aval. médica +/- 60 minutos Será atendidos somente após todos os classificados como amarelo	A cada 120 minutos.
V	AZUL	Não urgente	Aval. médica no mesmo dia ou no dia seguinte (sem sofrimento agudo ou caso social deverá ser preferencialmente atendido na UBS; se desejar, pode ser atendido após todos os classificados como verde, amarelo, laranja e vermelho)	A cada 240 minutos.

**Unidade de Atendimento Hospital da Mulher Fernando Magalhães e Hospital Maternidade Carmela Dutra**

- A. Realizar o Acompanhamento e avaliação dos pacientes que procuram a Unidade por demanda espontânea ou através da Central de Regulação de Vagas;
- B. Realizar Internação, transferência, exames e procedimentos compatíveis;
- C. Implantar mecanismo de gestão clínica visando à qualificação do cuidado, a eficiência dos leitos de observação, a reorganização dos fluxos e dos processos de trabalho;
- D. Fazer a Regulação dos pacientes atendidos, tais como: preenchimento de documentos, autorização de internação hospitalar - AIH, laudo e atualização desses documentos, vinculada a Central Municipal de Regulação e o Núcleo Interno de Regulação.
- E. Disponibilizar uma equipe volante para realização de USG obstétrico com doppler, USG neonatal e Ecocardiograma Fetal nas Maternidades de administração municipal direta, objetivando atender as demandas da rede.
- F. Garantir o Seguimento das ações assistenciais;
- G. Garantir a Referência responsável para unidades da região para os atendimentos com perfil de atenção básica;

H. Realizar Transporte inter-hospitalar dos pacientes que necessitem de continuidade dos cuidados e ou que necessitem de transferência para outra unidade da rede, devidamente regulado;

I. Garantir Referência de retaguarda regulada aos pacientes oriundos dos serviços de saúde dos diversos pontos de atenção, que necessitem de cuidados de terapia intensiva;

J. Prestar todas as demais atividades essenciais de atenção e assistência às demandas dos pacientes que procuram a unidade,

K. Elaborar Protocolos clínicos assistenciais tendo como base os protocolos da SMS;

L. Elaborar Procedimentos Operacionais Padrão – POP de todos os serviços do Hospital Municipal da Mulher Fernando Magalhães e Hospital Maternidade Carmela Dutra, atinentes ao objeto da parceria;

M. Organizar as linhas de cuidado, com base nas realidades locorregionais, identificando os principais agravos, além da análise situacional de saúde, usada como subsídio para a identificação de riscos coletivos ambientais e para a definição de prioridades das ações de saúde;

N. Realizar gestão baseada em resultado: gestão clínica, com aplicação de tecnologias de gestão para assegurar padrões clínicos excelentes e assim aumentar a eficiência; diminuindo os riscos para os usuários, pacientes e profissionais;

O. Realizar auditoria interna quanto ao uso e qualidade dos registros no prontuário clínico, a partir de conteúdos e metodologia comum para o município do Rio de Janeiro junto com a Secretaria Municipal da Saúde - SMS/RJ;

P. Incentivar à participação e controle social;

Q. Desenvolver atividades de educação permanente para as equipes e componentes da assistência;

R. Utilizar sistemas logísticos e de tecnologia da informação, possibilitando a articulação e integração aos diversos serviços e equipamentos de saúde, constituindo redes de saúde que efetivamente atendam às necessidades das mulheres, tendo e mantendo conectividade entre os diferentes pontos de atenção, gerando relatórios assistenciais demandados pela Secretaria Municipal de Saúde e que possibilitem e orientem a tomada de decisão;

S. Utilizar o sistema de regulação para *check out* das consultas e exames ambulatoriais, assim como das cirurgias ginecológicas informando a ocorrência da realização do procedimento ou falta do usuário.

A qualidade e a resolutividade da atenção e da assistência, constituem a base do processo assistencial de toda a rede de Atenção de Saúde. Com base nesta organização, a entidade parceira deverá prever todas as necessidades de contratação e aquisição de bens e serviços para prestação da assistência prevista neste Plano de Trabalho, no que tange às ações assistenciais à mulher, com a garantia de que a estrutura disponibilizada atenda às necessidades dos usuários, objeto da presente parceria, além da operacionalização assistencial.

**6.3** A organização da sociedade civil parceira deverá garantir os insumos previstos para a produção de prontuários e materiais permanentes, de maneira qualitativa e quantitativamente, a fim de assegurar o bom funcionamento da oferta dos serviços objeto desta parceria.

Deverá providenciar à execução dos serviços de assistência à saúde da unidade de saúde, objeto do presente Plano de Trabalho, incluindo no custeio: métodos diagnósticos, tais como, laboratoriais, eletrocardiograma, ecocardiograma, radiografia, cardiocografia, ultrassonografia (USG), mamografia, tomografia computadorizada, materiais de apoio e todos os demais recursos e serviços atendendo ao Sistema Único de Saúde- SUS, sem prejuízo da observância do sistema Regulação da SMS Rio de Janeiro.

Desta forma, a Organização da Sociedade Civil parceira deverá garantir as ações e serviços essenciais ao pleno funcionamento da Unidade, tais como:

- Contratação de Recursos Humanos administrativos e assistenciais;
- Aquisição de material permanente (mobiliário hospitalar e equipamentos);
- Manutenção do material permanente já adquirido (mobiliário e equipamento);
- Aquisição de insumos, material médico cirúrgico e medicamentos;
- Serviços de apoio à diagnóstico e terapêutica.

Fornecimento de serviços de apoio, tais como: recepção, maqueiros, vigilância, alimentação/nutrição, limpeza, jardinagem, coleta de lixo e recolhimento de lixo especial, controle de vetores, prontuário eletrônico, gases medicinais, insumos hospitalares, monitoramento de câmera de segurança, internet, telefonia fixa e móvel, computadores e impressoras, material de informática, gestão de software/informática/sistema de informação, sistema de gestão de medicamentos e insumos automatizados, papelaria, totem para pesquisa de satisfação, dosimetria pessoal, lavanderia, rouparia, engenharia clínica com manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, manutenção predial e refrigeração, locação e manutenção de geradores, luz, recarga de extintores e outras despesas gerais administrativas;

Disponibilização de serviço de transporte com motorista para documentos, pessoas e insumos;

- Manutenção predial preventiva e corretiva;

Adequações necessárias para operacionalização dos espaços.

**6.3.1** Para a organização das ações assistenciais de emergência obstétrica foram definidas as seguintes estratégias e atividades básicas:

- Atendimento de emergência obstétrica e ginecológica;
- Atendimento, acompanhamento e avaliação das mulheres em observação na emergência obstétrica e ginecológica;
- Solicitações de internação, transferência, exames e procedimentos de alta, média e baixa complexidade;
- Emissão de AIH;
- Atividades atinentes à regulação dos pacientes atendidos, tais como preenchimento de documentos, contato com Central Municipal de Regulação;
- Referência garantida para unidade da região para os atendimentos da atenção básica;
- Transversalidade em outras unidades da rede, ou seja, a Maternidade do Hospital Maternidade Carmela Dutra poderá, a critério técnico assistencial, em conjunto da SUBHUE e da regulação, disponibilizar recursos materiais e humanos pertinentes para atuarem em outras unidades da rede que se fizerem necessários;
- Todas as demais atividades essenciais de atenção e assistência às demandas emergentes e urgentes, dos pacientes que procuram a unidade.

Com base nesta organização, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá prever todas as necessidades de contratação que garantam a assistência gineco-obstétrica e neonatal prevista neste projeto básico, no que tange às ações assistenciais, com a garantia de que a estrutura disponibilizada atenda às necessidades das usuárias do Sistema Único de Saúde, objeto do presente contrato.

A formatação do serviço deverá prover os recursos humanos para garantir a demanda estimada dos serviços de acolhimento e classificação de risco, procedimentos médicos e de enfermagem para atender as emergências obstétricas, internação obstétrica cirúrgica e clínica e internações neonatais, além da operacionalização assistencial, considerando as metas físicas definidas em anexo.

O desenho operacional assistencial deverá se fundamentar nas referências que apoiam a boa prática clínica, que são as melhores evidências disponíveis e aceitas de práticas clínicas baseadas em evidências; o consenso de sociedades científicas e conselhos de classe; processos de trabalho consensuados pelos profissionais que pertencem ao serviço de saúde contratado ou a outros serviços no âmbito territorial e os protocolos e linhas de cuidados estabelecidos pela SMS-Rio.

As referências de boas práticas citadas acima não são excludentes, e sim complementares e sua operacionalidade dependerá do que a defina em cada caso.

- O Hospital deverá ter um serviço de documentação médica e arquivo médico onde deverá manter os prontuários, boletins de atendimento e outros documentos, mantendo-os sob sua guarda, disponibilizando para consulta por parte dos pacientes e fornecendo certidões e afins dentro do que preceitua a legislação vigente.
- A contratada ofertará os serviços de saúde diversos, utilizando seus recursos humanos e técnicos, exclusivamente aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, cumprindo as metas estabelecidas neste Projeto Básico.

### **6.3.2 PROPOSTA DE MODELO ASSISTENCIAL**

Define-se como modelo assistencial a forma como a assistência à saúde é organizada. Ele pode variar ao longo do tempo e espaço em que estão inseridos, de acordo com as mudanças que podem ocorrer na sociedade como um todo.

A seguir, segue exemplo de modelo de gestão a ser implementado por esta parceria:

- a) Modelo de Gestão e Assistencial pautado na prevenção de riscos clínicos assistenciais e riscos ao negócio da saúde, garantindo a prática de uso de ferramentas de gestão como PDSA, com foco em melhoria contínua.
- b) Desenho da estrutura organizacional da unidade hospitalar, objeto deste chamamento, compreendendo a definição dos cargos, suas atribuições e responsabilidades. Descrição da dinâmica de relacionamento entre os cargos diretivos e processos concretos de comunicação e decisão e prestação de contas;
- c) Rotinas dos procedimentos operacionais, dos diversos serviços de saúde que caracterizem os serviços assistenciais da unidade;
- d) Rotinas e protocolos referentes a medicamentos e materiais de consumo gerais e médico-hospitalares, com implantação de solução integrada para automação da logística de armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos e insumos no âmbito hospitalar, mantendo toda rastreabilidade deste processo;
- e) Garantir a participação de funcionários da OSC nas comissões obrigatórias abaixo relacionadas, e apresentar mensalmente as atas das reuniões regulares, bem como, o Regimento publicado em Diário Oficial.

Das Comissões Permanentes:

1. Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;
2. Comissão de Ética Médica;
3. Comissão de Ética Enfermagem;
4. Comissão de Óbitos;
5. Comissão de Revisão de Prontuários;
6. Comissão de Farmácia e Terapia;
7. Núcleo de Segurança do Paciente;
8. Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar – NVEH;

f) Implantar o Plano de Educação Permanente e Continuada e formação relacionados aos serviços alinhados ao Objeto proposto.

### **Prestação Direta da Assistência**

Para a prestação direta da assistência: médico gineco-obstetra (atendimento emergencial e ambulatorial), enfermeiro, médico endocrinologista, médico clínico geral, médico cardiologista, fisioterapeuta, nutricionista, psicólogos, assistente social, médico intensivista adulto, técnicos de enfermagem, laboratório e hemoterapia, auxiliares administrativos. Outros profissionais poderão compor a equipe de acordo com a necessidade da unidade.

Os recursos humanos deverão ser selecionados de acordo com os perfis de conhecimento e experiência necessários ao desempenho das funções específicas a que se destinam.

Todos os profissionais deverão ter um conhecimento básico sobre Política Nacional do Sistema Único de Saúde. Imprescindível que o dimensionamento e contratação de Pessoal estejam alinhados com as normas vigentes da ANVISA, conselhos das categorias profissionais, bem como, ao perfil de dependência de cuidado dos pacientes, garantindo ainda o índice de Segurança Técnica necessária para uma atuação assistencial segura, minimamente, na forma que será abaixo apresentada. A formatação do serviço deverá prover os recursos humanos para garantir a demanda estimada dos serviços de consultas e procedimentos médicos e de enfermagem para atender as emergências ginecológicas, internação ginecológica cirúrgica e clínica, além da operacionalização assistencial, considerando as metas físicas definidas.

O desenho operacional assistencial deverá se fundamentar nas referências que apoiam a boa prática clínica, que são as melhores evidências disponíveis e aceitas de práticas clínicas baseadas em evidências; o consenso de sociedades científicas e conselhos

de classe; processos de trabalho consensuados pelos profissionais que pertencem ao serviço de saúde contratado ou a outros serviços no âmbito territorial e os protocolos e linhas de cuidados estabelecidos pela SMS/RJ.

As referências de boas práticas citadas acima não são excludentes, e sim complementares e sua operacionalidade dependerá do que a defina em cada caso. Os quadros a seguir, de proposta de dimensionamento de pessoal, estão diretamente proporcionais à qualidade de assistência segura e oportuna prevista apresentado neste plano de trabalho ao Cronograma de Desembolso.

## 6.4 DIMENSIONAMENTOS DE RH:

### 6.4.1 HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES

EQUIPE DE GESTÃO MACRO									
CATEGORIA	CARGA HORÁRIA	QUANTITATIVO	QUANTITATIVO POR TURNO 12H	SALÁRIO (BASE)	INSALUBRIDADE	GRATIFICAÇÃO - RESPONSABILIDADE TÉCNICA / CHEFIA / DISTÂNCIA	TITULAÇÃO	ADICIONAL NOTURNO	REMUNERAÇÃO BRUTA
<b>EQUIPE DE GESTÃO MACRO HOSPITALAR</b>									
DIRETOR GERAL	40	1	1	R\$ 16.000,00	R\$ 303,60	R\$ 10.000,00	RS -	RS -	RS 26.303,60
COORDENADOR MÉDICO RESPONSÁVEL TÉCNICO	40	1	1	R\$ 15.000,00	R\$ 303,60	R\$ 7.000,00	RS -	RS -	RS 22.303,60
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL TÉCNICO	40	1	1	R\$ 7.000,00	R\$ 303,60	R\$ 3.000,00	RS -	RS -	RS 10.303,60
COORDENADOR ENFERMAGEM RESPONSÁVEL TÉCNICO	40	1	1	R\$ 7.000,00	R\$ 303,60	R\$ 4.000,00	RS -	RS -	RS 11.303,60
COORDENADOR DE PROCESSO	40	1	1	R\$ 10.000,00	R\$ 303,60	R\$ 3.000,00	RS -	RS -	RS 13.303,60
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	40	1	1	R\$ 10.000,00	R\$ 303,60	R\$ 3.000,00	RS -	RS -	RS 13.303,60
<b>EQUIPE DE GESTÃO ASSISTENCIAL HOSPITALAR</b>									
MÉDICO COORDENADOR ANESTESIOLOGISTA	40	1	1	R\$ 15.000,00	R\$ 303,60	R\$ 5.000,00	RS -	RS -	RS 20.303,60
MÉDICO COORDENADOR GINECOLOGIA	40	1	1	R\$ 15.000,00	R\$ 303,60	R\$ 5.000,00	RS -	RS -	RS 20.303,60
MÉDICO COORDENADOR HEMOTERAPEUTA RESPOSÁVEL TÉCNICO	40	1	1	R\$ 15.000,00	R\$ 303,60	R\$ 7.000,00	RS -	RS -	RS 22.303,60
MÉDICO COORDENADOR REPRESENTANTE TÉCNICO CENTRO CIRURGICO	40	1	1	R\$ 15.000,00	R\$ 303,60	R\$ 7.000,00	RS -	RS -	RS 22.303,60
COORDENADOR ENFERMAGEM CC REPRESENTANTE TÉCNICO CENTRO CIRURGICO	40	1	1	R\$ 6.000,00	R\$ 303,60	R\$ 4.000,00	RS -	RS -	RS 10.303,60
MÉDICO COORDENADOR RESPONSÁVEL TÉCNICO CTI	40	1	1	R\$ 15.000,00	R\$ 303,60	R\$ 7.000,00	RS -	RS -	RS 22.303,60
ENFERMEIRO COORDENADOR RESPONSÁVEL TÉCNICO CTI	40	1	1	R\$ 6.000,00	R\$ 303,60	R\$ 4.000,00	RS -	RS -	RS 10.303,60
FIOTERAPEUTA COORDENADOR CTI	40	1	1	R\$ 6.000,00	R\$ 303,60	R\$ 2.000,00	RS -	RS -	RS 8.303,60
FARMACÊUTICO - RESPONSÁVEL TÉCNICO	40	1	1	R\$ 6.000,00	R\$ 303,60	R\$ 4.000,00	RS -	RS -	RS 10.303,60
<b>Total Funcionários</b>		<b>15</b>							

SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA									
CATEGORIA	CARGA HORÁRIA	QUANTITATIVO	QUANTITATIVO POR TURNO 12H	Salário (base)	Insalubridade	Gratificação - Responsab Técnica / Chefia	Titulação	Adic. Noturno	REMUNERAÇÃO BRUTA
<b>SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA- EQUIPE ASSISTENCIAL CENTRO CIRURGICO 08 SALAS</b>									
MÉDICO ANESTESIOLOGISTA - PLANTONISTA DIURNO	18	30	6	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	RS 2.025,00	RS -	RS 9.078,60
MÉDICO ANESTESIOLOGISTA - PLANTONISTA NOTURNO	18	10	2	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	RS 2.025,00	RS 1.350,00	RS 10.428,60
ENFERMEIRO ROTINA	40	1	1	R\$ 4.213,33	R\$ 303,60	RS -	RS -	RS -	RS 4.516,93
ENFERMEIRO - PLANTONISTA DIURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	RS -	RS -	RS -	RS 3.463,60
ENFERMEIRO - PLANTONISTA NOTURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	RS -	RS -	RS 632,00	RS 4.095,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA DIURNO	30	24	8	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	RS -	RS -	RS -	RS 2.203,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA NOTURNO	30	24	8	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	RS -	RS -	RS 380,00	RS 2.583,60
INSTRUMENTADOR CIRURGICO DIURNO	30	16	8	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	RS -	RS -	RS -	RS 2.203,60
<b>SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA- EQUIPE ASSISTENCIAL DA CME</b>									
ENFERMEIRO ROTINA CME	40	1	1	R\$ 4.213,33	R\$ 303,60	RS -	RS -	RS -	RS 4.516,93
ENFERMEIRO PLANTONISTA CME DIURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	RS -	RS -	RS -	RS 3.463,60
ENFERMEIRO PLANTONISTA CME NOTURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	RS -	RS -	RS 632,00	RS 4.095,60
TECNICO DE ENFERMAGEM CME DIURNO	30	9	3	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	RS -	RS -	RS -	RS 2.203,60
TECNICO DE ENFERMAGEM CME NOTURNO	30	6	2	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	RS -	RS -	RS 380,00	RS 2.583,60
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	RS -	RS -	RS -	RS 2.303,60
<b>Total</b>		<b>135</b>							

### SERVIÇO DE GINECOLOGIA

CATEGORIA	CARGA HORÁRIA	QUANTITATIVO	QUANTITATIVO POR TURNO 12H	Salário (base)	Insalubridade	Gratificação - Responsab Técnica / Chefia	Titulação	Adic. Noturno	REMUNERAÇÃO BRUTA
<b>SERVIÇO DE GINECOLOGIA- EQUIPE ASSISTENCIAL DA GINECOLOGIA 78 LEITOS</b>									
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA - VISITADOR	24	7	1	R\$ 9.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.700,00	R\$ -	R\$ 12.003,60
MÉDICO CLÍNICO	24	7	1	R\$ 9.000,00	R\$ 303,60		R\$ 2.700,00	R\$ -	R\$ 12.003,60
ENFERMEIRO - ROTINA	40	1	1	R\$ 4.213,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.516,93
ENFERMEIRO PLANTONISTA - PLANTONISTA DIURNO	30	15	5	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO PLANTONISTA - PLANTONISTA NOTURNO	30	15	5	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 632,00	R\$ 4.095,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA DIURNO	30	30	10	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.203,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA NOTURNO	30	30	10	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 380,00	R\$ 2.583,60
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40	2	2	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
<b>SERVIÇO DE GINECOLOGIA- EQUIPE ASSISTENCIAL DA GINECOLOGIA CENTRO CIRURGICO</b>									
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA - PLANTONISTA DIURNO	18	40	8	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ -	R\$ 9.078,60
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA - PLANTONISTA NOTURNO	18	5	1	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ 1.350,00	R\$ 10.428,60
<b>SERVIÇO DE GINECOLOGIA- EQUIPE ASSISTENCIAL EMERGENCIA 1 CONSULTÓRIOS, 1 SALA DE HIPODERMIA COLETA DE LABORATORIO</b>									
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA - PLANTONISTA DIURNO	18	7	1	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ -	R\$ 9.078,60
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA - PLANTONISTA NOTURNO	18	7	1	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ 1.350,00	R\$ 10.428,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA DIURNO	30	6	2	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.203,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA NOTURNO	30	6	2	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 380,00	R\$ 2.583,60
COLETOR LABORATORIO - PLANTONISTA DIURNO	30	3	1	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.203,60
COLETOR LABORATORIO - PLANTONISTA NOTURNO	30	3	1	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 380,00	R\$ 2.583,60
TÉCNICO ADMINISTRATIVO - PLANTONISTA DIURNO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
TÉCNICO ADMINISTRATIVO - PLANTONISTA NOTURNO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 400,00	R\$ 2.703,60
<b>SERVIÇO DE GINECOLOGIA- EQUIPE ASSISTENCIAL HOSPITAL DIA 10 LEITOS</b>									
ENFERMEIRO - PLANTONISTA DIURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO - PLANTONISTA NOTURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 632,00	R\$ 4.095,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA DIURNO	30	6	2	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.203,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA NOTURNO	30	6	2	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 380,00	R\$ 2.583,60
<b>SERVIÇO DE GINECOLOGIA- EQUIPE ASSISTENCIAL ENDOMETRIOSE 10 LEITOS</b>									
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA - ROTINA - ATENDIMENTO EMERGENCIA	30	3	5 DE 6H	R\$ 11.250,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 3.375,00	R\$ -	R\$ 14.928,60
MÉDICO CIRURGIAO GERAL DIURNO	12	7	1	R\$ 4.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 1.350,00	R\$ -	R\$ 6.153,60
ENFERMEIRO - PLANTONISTA DIURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO - PLANTONISTA NOTURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 632,00	R\$ 4.095,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA DIURNO	30	6	2	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.203,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA NOTURNO	30	6	2	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 380,00	R\$ 2.583,60
PSICOLOGO DIURNO	30	3	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
PSICOLOGO NOTURNO	30	3	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 875,00	R\$ 5.553,60
ASSISTENTE SOCIAL DIURNO	30	3	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
FISIOTERAPEUTA PLANTONISTA DIURNO	30	3	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
FISIOTERAPEUTA PLANTONISTA NOTURNO	30	3	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 875,00	R\$ 5.553,60
<b>SERVIÇO DE GINECOLOGIA- EQUIPE ASSISTENCIAL CTI ADULTO 9 LEITOS E 1 ISOLAMENTO</b>									
MÉDICO INTENSIVISTA ROTINA	24	2	1	R\$ 9.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.700,00	R\$ -	R\$ 12.003,60
MÉDICO INTENSIVISTA PLANTONISTA DIURNO	12	7	1	R\$ 4.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 1.350,00	R\$ -	R\$ 6.153,60
MÉDICO INTENSIVISTA PLANTONISTA NOTURNO	12	7	1	R\$ 4.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 1.350,00	R\$ 900,00	R\$ 7.053,60
ENFERMEIRO INTENSIVISTA ROTINA	40	1	1	R\$ 4.213,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.516,93
ENFERMEIRO INTENSIVISTA PLANTONISTA DIURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO INTENSIVISTA PLANTONISTA NOTURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 632,00	R\$ 4.095,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM ROTINA	40	1	1	R\$ 2.533,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.836,93
TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTONISTA DIURNO	30	15	5	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.203,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTONISTA NOTURNO	30	15	5	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 380,00	R\$ 2.583,60
FISIOTERAPEUTA ROTINA	30	1	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
FISIOTERAPEUTA PLANTONISTA DIURNO	30	3	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
FISIOTERAPEUTA PLANTONISTA NOTURNO	30	3	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 875,00	R\$ 5.553,60
<b>SERVIÇO DE GINECOLOGIA- EQUIPE ASSISTENCIAL ACOLHIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO 02 CONSULTORIO</b>									
ENFERMEIRO - PLANTONISTA DIURNO	30	6	2	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO - PLANTONISTA NOTURNO	30	6	2	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 632,00	R\$ 4.095,60
TÉCNICO ADMINISTRATIVO - PLANTONISTA DIURNO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
TÉCNICO ADMINISTRATIVO - PLANTONISTA NOTURNO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 400,00	R\$ 2.703,60
<b>Total</b>		<b>326</b>							

### SERVIÇO AMBULATORIAL

CATEGORIA	CARGA HORÁRIA	QUANTITATIVO	QUANTITATIVO POR TURNO 12H	Salário (base)	Insalubridade	Gratificação - Responsab Técnica / Chefia	Titulação	Adic. Noturno	REMUNERAÇÃO BRUTA
<b>SERVIÇO AMBULATORIO- EQUIPE ASSISTENCIAL DO AMBULATORIO 4 CONSULTÓRIOS + 10 SALAS DE PROCEDIMENTO</b>									
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA	12	28	3	R\$ 4.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 1.350,00	R\$ -	R\$ 6.153,60
MÉDICO CLÍNICO	24	1	1	R\$ 9.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.700,00	R\$ -	R\$ 12.003,60
MÉDICO RADIOLOGISTA	24	5	1	R\$ 9.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 9.303,60
MÉDICO PROCTOLOGISTA	24	6	1	R\$ 9.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 9.303,60
MÉDICO UROLOGISTA	24	6	1	R\$ 9.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 9.303,60
MÉDICO CARDIOLOGISTA	12	1	1	R\$ 4.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 1.350,00	R\$ -	R\$ 6.153,60
MÉDICO MASTOLOGISTA	12	4	2	R\$ 4.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 1.350,00	R\$ -	R\$ 6.153,60
MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA	12	2	2	R\$ 4.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 1.350,00	R\$ -	R\$ 6.153,60
PSICOLOGO	30	6	1	R\$ 3.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.803,60
ASSISTENTE SOCIAL	30	6	1	R\$ 3.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.803,60
NUTRICIONISTA	30	6	1	R\$ 3.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.803,60
FISIOTERAPIA - ROTINA	40	1	1	R\$ 3.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.803,60
ENFERMEIRO - ROTINA	30	1	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO DIURNO	30	6	2	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ROTINA	30	36	12	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.203,60
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
<b>Total</b>		<b>117</b>							

EQUIPE DE APOIO									
CATEGORIA	CARGA HORÁRIA	QUANTITATIVO	QUANTITATIVO POR TURNO 12H	Salário (base)	Insalubridade	Gratificação - Responsab Técnica / Chefia	Titulação	Adic. Noturno	REMUNERAÇÃO BRUTA
<b>EQUIPE DE DE APOIO FARMACIA</b>									
FARMACÊUTICO - ROTINA	24	1	1	R\$ 3.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.803,60
FARMACÊUTICO - PLANTONISTA DIURNO	30	6	2	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
FARMACÊUTICO - PLANTONISTA NOTURNO	30	6	2	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 875,00	R\$ 5.553,60
TÉCNICO DE FARMÁCIA - PLANTONISTA DIURNO	40	3	1	R\$ 2.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.803,60
TÉCNICO DE FARMÁCIA - PLANTONISTA NOTURNO	40	3	1	R\$ 2.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 500,00	R\$ 3.303,60
<b>EQUIPE DE DE APOIO NUTRIÇÃO</b>									
NUTRICIONISTA PLANTONISTA DIURNO	30	6	2	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
NUTRICIONISTA PLANTONISTA NOTURNO	30	6	2	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 875,00	R\$ 5.553,60
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
<b>EQUIPE DE DE APOIO DIAGNOSTICO RX/MAMOGRAFIA</b>									
MÉDICO RADIOLOGISTA PLANTÃO DIURNO	12	14	2	R\$ 4.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 1.350,00	R\$ -	R\$ 6.153,60
MÉDICO RADIOLOGISTA PLANTÃO NOTURNO	12	7	1	R\$ 4.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 1.350,00	R\$ 900,00	R\$ 7.053,60
TÉCNICO DE TOMOGRAFIA	24	7	1	R\$ 2.200,00	R\$ 607,20	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.807,20
TÉCNICO DE RAIOS X	24	14	2	R\$ 2.200,00	R\$ 607,20	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.807,20
<b>EQUIPE DE DE APOIO LABORATÓRIO</b>									
TÉCNICO DE LABORATÓRIO PLANTONISTA DIURNO	12	21	3	R\$ 1.100,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.403,60
TÉCNICO DE LABORATÓRIO PLANTONISTA NOTURNO	12	21	3	R\$ 1.100,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 220,00	R\$ 1.623,60
TÉCNICO DE HEMOTERAPIA PLANTONISTA DIURNO	30	6	2	R\$ 2.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.053,60
TÉCNICO DE HEMOTERAPIA PLANTONISTA NOTURNO	30	6	2	R\$ 2.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 550,00	R\$ 3.603,60
<b>EQUIPE DE DE APOIO DIAGNOSTICO MEDICO</b>									
MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA OBSTETRICO COM DOPPLER	12	5	1	R\$ 4.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 1.350,00	R\$ -	R\$ 6.153,60
MÉDICO ULTRASSONOGRAFIA GINECOLOGIA E MAMA	12	5	1	R\$ 4.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 1.350,00	R\$ -	R\$ 6.153,60
MÉDICO ULTRASSONOGRAFIA NEONATAL DIURNO	18	5	1	R\$ 4.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 1.350,00	R\$ -	R\$ 6.153,60
MÉDICO ECO FETAL DIURNO	18	5	1	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ -	R\$ 9.078,60
<b>EQUIPE DE DE APOIO ADMINISTRATIVO</b>									
TÉCNICO ADMINISTRATIVO DIURNO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
TÉCNICO ADMINISTRATIVO NOTURNO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 400,00	R\$ 2.703,60
<b>EQUIPE DE APOIO- EQUIPE NUCLEO INTERNO DE REGULAÇÃO/DUMENTAÇÃO MEDICA E ARQUIVO</b>									
ENFERMEIRO PLANTONISTA DIURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO PLANTONISTA NOTURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 632,00	R\$ 4.095,60
TEC ADMINISTRATIVO	40	8	4	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
TEC ADMINISTRATIVO NOTURNO	40	8	4	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 400,00	R\$ 2.703,60
<b>APOIO A GESTÃO HOSPITALAR</b>									
MÉDICO INFECTOLOGISTA	24	1	1	R\$ 9.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 9.303,60
ENFERMEIRO - COMISSÕES	40	2	2	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO SUPERVISOR DIURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 632,00	R\$ 4.095,60
ENFERMEIRO SUPERVISOR NOTURNO	30	3	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
ASSISTENTE SOCIAL	30	1	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
PSICÓLOGO	30	1	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
<b>Total Salários</b>		<b>188</b>							

### 6.4.2 RH HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA:

EQUIPE GESTÃO MACRO									
CATEGORIA	CARGA HORÁRIA	QUANTITATIVO	QUANTITATIVO POR TURNO 12H	SALÁRIO (BASE)	INSALUBRIDADE	GRATIFICAÇÃO - RESPONSABILIDADE TÉCNICA / CHEFIA / DISTÂNCIA	TITULAÇÃO	ADICIONAL NOTURNO	REMUNERAÇÃO BRUTA
<b>EQUIPE DE GESTÃO MACRO HOSPITALAR</b>									
DIRETOR MÉDICO GERAL	40	1	1	R\$ 26.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 26.303,60
COORDENADOR ENFERMAGEM RESPONSÁVEL TÉCNICO	40	1	1	R\$ 7.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.303,60
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL TÉCNICO	40	1	1	R\$ 7.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.303,60
COORDENADOR DE PROCESSO	40	1	1	R\$ 13.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 13.303,60
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	40	1	1	R\$ 13.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 13.303,60
<b>EQUIPE DE GESTÃO ASSISTENCIAL HOSPITALAR</b>									
MÉDICO COORDENADOR ANESTESIOLOGISTA	40	1	1	R\$ 15.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.303,60
MÉDICO COORDENADOR OBSTETRICIA/GINECOLOGIA	40	1	1	R\$ 15.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.303,60
MÉDICO COORDENADOR HEMOTERAPEUTA RESPONSÁVEL TÉCNICO	40	1	1	R\$ 15.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.303,60
MÉDICO RADIOLOGISTA RESPONSÁVEL TÉCNICO	40	1	1	R\$ 15.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.303,60
FARMACÊUTICO - RESPONSÁVEL TÉCNICO	40	1	1	R\$ 6.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.303,60
MÉDICO COORDENADOR REPRESENTANTE TÉCNICO CC/CO	40	1	1	R\$ 15.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.303,60
COORDENADOR ENFERMAGEM CC REPRESENTANTE TÉCNICO CC/CO	40	1	1	R\$ 6.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.303,60
COORDENADOR ENFERMAGEM ALOJAMENTO CONJUNTO/ACOLHIMENTO	40	1	1	R\$ 6.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.303,60
MÉDICO COORDENADOR RESPONSÁVEL TÉCNICO CTI	40	1	1	R\$ 15.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.303,60
ENFERMEIRO COORDENADOR RESPONSÁVEL TÉCNICO CTI	40	1	1	R\$ 6.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.303,60
FISIOTERAPEUTA COORDENADOR	40	1	1	R\$ 6.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.303,60
MÉDICO COORDENADOR RESPONSÁVEL TÉCNICO NEONATAL	40	1	1	R\$ 15.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.303,60
ENFERMEIRO COORDENADOR RESPONSÁVEL TÉCNICO NEONATAL	40	1	1	R\$ 6.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.303,60
<b>Total Funcionários</b>		<b>18</b>							

### SERVIÇO OBSTETRÍCIA

CATEGORIA	CARGA HORÁRIA	QUANTITATIVO	QUANTITATIVO POR TURNO 12H	Salário (base)	Insalubridade	Gratificação - Responsab Técnica / Chefia	Titulação	Adic. Noturno	REMUNERAÇÃO BRUTA
<b>SERVIÇO OBSTETRÍCIO- EQUIPE ASSISTENCIAL CENTRO OBSTETRICO 10 LEITOS PPP</b>									
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA - PLANTONISTA DIURNO	18	10	2	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ -	R\$ 9.078,60
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA - PLANTONISTA NOTURNO	18	10	2	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ 1.350,00	R\$ 10.428,60
ENFERMEIRO OBSTETRA - PLANTONISTA DIURNO	30	9	3	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO OBSTETRA- PLANTONISTA NOTURNO	30	9	3	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 632,00	R\$ 4.095,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA DIURNO	30	9	3	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.203,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA NOTURNO	30	9	3	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 380,00	R\$ 2.583,60
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
<b>SERVIÇO OBSTETRÍCIO- EQUIPE ASSISTENCIAL ALOJAMENTO CONJUNTO 80 LEITOS</b>									
MÉDICO CLINICO CARDIOLOGISTA	24	1	1	R\$ 9.000,00	R\$ 303,60		R\$ 2.700,00	R\$ -	R\$ 12.003,60
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA-ROTINA	30	10	4	R\$ 11.250,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 3.375,00	R\$ -	R\$ 14.928,60
ENFERMEIRO - ROTINA	40	1	4	R\$ 4.213,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.516,93
ENFERMEIRO PLANTONISTA - PLANTONISTA DIURNO	30	12	4	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO PLANTONISTA - PLANTONISTA NOTURNO	30	12	4	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 632,00	R\$ 4.095,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA DIURNO	30	30	10	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.203,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA NOTURNO	30	30	10	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 380,00	R\$ 2.583,60
FONOAUDIÓLOGO	40	2	2	R\$ 5.833,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.136,93
TÉCNICO ADMINISTRATIVO DIURNO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
TÉCNICO ADMINISTRATIVO NOTURNO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 400,00	R\$ 2.703,60
<b>SERVIÇO OBSTETRÍCIO- EQUIPE ASSISTENCIAL CENTRO CIRURGICO 03 SALAS CIRURGICA E 3 LEITOS DE RPA</b>									
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA - PLANTONISTA DIURNO	18	15	3	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ -	R\$ 9.078,60
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA - PLANTONISTA NOTURNO	18	10	2	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ 1.350,00	R\$ 10.428,60
<b>SERVIÇO OBSTETRÍCIO- EQUIPE ASSISTENCIAL CTI ADULTO 9 LEITOS E 1 ISOLAMENTO</b>									
MÉDICO INTENSIVISTA ROTINA	24	2	1	R\$ 9.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.700,00	R\$ -	R\$ 12.003,60
MÉDICO INTENSIVISTA PLANTONISTA DIURNO	18	5	1	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ -	R\$ 9.078,60
MÉDICO INTENSIVISTA PLANTONISTA NOTURNO	18	5	1	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ 1.350,00	R\$ 10.428,60
ENFERMEIRO INTENSIVISTA ROTINA	40	1	1	R\$ 4.213,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.516,93
ENFERMEIRO INTENSIVISTA PLANTONISTA DIURNO	30	6	2	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO INTENSIVISTA PLANTONISTA NOTURNO	30	6	2	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 632,00	R\$ 4.095,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM ROTINA	40	1	1	R\$ 2.533,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.836,93
TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTONISTA DIURNO	30	15	5	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.203,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTONISTA NOTURNO	30	15	5	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 380,00	R\$ 2.583,60
FISIOTERAPEUTA ROTINA	30	1	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
FISIOTERAPEUTA PLANTONISTA DIURNO	30	3	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
FISIOTERAPEUTA PLANTONISTA NOTURNO	30	3	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 875,00	R\$ 5.553,60
<b>EQUIPE ASSISTENCIAL ACOLHIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO 02 CONSULTORIO</b>									
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA - PLANTONISTA DIURNO	18	5	1	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ -	R\$ 9.078,60
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA - PLANTONISTA NOTURNO	18	5	1	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ 1.350,00	R\$ 10.428,60
<b>Total</b>		<b>258</b>							

### SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA

CATEGORIA	CARGA HORÁRIA	QUANTITATIVO	QUANTITATIVO POR TURNO 12H	Salário (base)	Insalubridade	Gratificação - Responsab Técnica / Chefia	Titulação	Adic. Noturno	REMUNERAÇÃO BRUTA
<b>EQUIPE ASSISTENCIAL CENTRO CIRURGICO 03 SALAS CIRURGICA E 3 LEITOS DE RPA</b>									
MÉDICO ANESTESIOLOGISTA - PLANTONISTA DIURNO	18	15	3	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ -	R\$ 9.078,60
MÉDICO ANESTESIOLOGISTA - PLANTONISTA NOTURNO	18	15	3	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ 1.350,00	R\$ 10.428,60
ENFERMEIRO ROTINA	40	0	1	R\$ 4.213,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.516,93
ENFERMEIRO - PLANTONISTA DIURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO - PLANTONISTA NOTURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 632,00	R\$ 4.095,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA DIURNO	30	6	2	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.203,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PLANTONISTA NOTURNO	30	6	2	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 380,00	R\$ 2.583,60
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
<b>EQUIPE ASSISTENCIAL DA CME</b>									
ENFERMEIRO PLANTONISTA CME DIARISTA	40	1	1	R\$ 4.213,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.516,93
TECNICO DE ENFERMAGEM CME DIURNO	30	9	3	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.203,60
TECNICO DE ENFERMAGEM CME NOTURNO	30	9	3	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 380,00	R\$ 2.583,60
<b>EQUIPE ASSISTENCIAL CENTRO OBSTETRICO 10 LEITOS PPP</b>									
MÉDICO ANESTESIOLOGISTA - PLANTONISTA DIURNO	18	5	1	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ -	R\$ 9.078,60
MÉDICO ANESTESIOLOGISTA - PLANTONISTA NOTURNO	18	5	1	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ 1.350,00	R\$ 10.428,60
<b>Total</b>		<b>79</b>							

### SERVIÇO NEONATAL

CATEGORIA	CARGA HORÁRIA	QUANTITATIVO	QUANTITATIVO POR TURNO 12H	Salário (base)	Insalubridade	Gratificação - Responsab Técnica / Chefia	Titulação	Adic. Noturno	REMUNERAÇÃO BRUTA
<b>SERVIÇO NEONATAL- EQUIPE ASSISTENCIAL UNIDADE NEONATAL - 10 LEITOS DE UTIN, 05 LEITOS DE UCINICAL, 40 LEITOS DE UCINICO</b>									
MÉDICO INTENSIVISTA NEONATOLOGISTA ROTINA	30	2	2	R\$ 11.250,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 3.375,00	R\$ -	R\$ 14.928,60
MÉDICO NEONATOLOGISTA/PEDIATRA INTENSIVISTA PLANTONISTA DIURNO	18	10	2	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ -	R\$ 9.078,60
MÉDICO NEONATOLOGISTA/PEDIATRA INTENSIVISTA PLANTONISTA NOTURNO	18	10	2	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ 1.350,00	R\$ 10.428,60
ENFERMEIRO NEONATOLOGISTA INTENSIVISTA ROTINA	40	2	2	R\$ 4.213,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.516,93
ENFERMEIRO NEONATOLOGISTA INTENSIVISTA PLANTONISTA DIURNO	30	6	2	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO NEONATOLOGISTA INTENSIVISTA PLANTONISTA NOTURNO	30	6	2	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 632,00	R\$ 4.095,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM ROTINA	40	2	2	R\$ 2.533,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.836,93
TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTONISTA DIURNO	30	24	8	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.203,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTONISTA NOTURNO	30	24	8	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 380,00	R\$ 2.583,60
FISIOTERAPEUTA ROTINA	30	1	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
FISIOTERAPEUTA PLANTONISTA DIURNO	30	3	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
FISIOTERAPEUTA PLANTONISTA NOTURNO	30	3	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 875,00	R\$ 5.553,60
FONOAUDIÓLOGO PLANTONISTA DIURNO	30	1	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
TERAPEUTA OCUPACIONAL	30	1	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
<b>SERVIÇO OBSTETRÍCIO- EQUIPE ASSISTENCIAL CENTRO OBSTETRICO 10 LEITOS PPP</b>									
MÉDICO NEONATOLOGISTA/PEDIATRA - PLANTONISTA DIURNO	18	5	1	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ -	R\$ 9.078,60
MÉDICO NEONATOLOGISTA/PEDIATRA - PLANTONISTA NOTURNO	18	5	1	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ 1.350,00	R\$ 10.428,60
<b>EQUIPE ASSISTENCIAL CENTRO CIRURGICO 03 SALAS CIRURGICA E 3 LEITOS DE RPA</b>									
MÉDICO NEONATOLOGISTA/PEDIATRA - PLANTONISTA DIURNO	18	5	1	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ -	R\$ 9.078,60
MÉDICO NEONATOLOGISTA/PEDIATRA - PLANTONISTA NOTURNO	18	5	1	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ 1.350,00	R\$ 10.428,60
<b>SERVIÇO NEONATAL- EQUIPE ASSISTENCIAL ALOJAMENTO CONJUNTO 80 LEITOS</b>									
MÉDICO NEONATOLOGISTA/PEDIATRA - PLANTONISTA DIURNO	18	20	4	R\$ 6.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.025,00	R\$ -	R\$ 9.078,60
<b>Total</b>		<b>137</b>							

### SERVIÇO AMBULATORIAL

CATEGORIA	CARGA HORÁRIA	QUANTITATIVO	QUANTITATIVO POR TURNO 12H	Salário (base)	Insalubridade	Gratificação - Responsab Técnica / Chefia	Titulação	Adic. Noturno	REMUNERAÇÃO BRUTA
<b>SERVIÇO AMBULATORIO- EQUIPE ASSISTENCIAL PRE-NATAL 4 CONSULTÓRIOS</b>									
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA	12	15	3	R\$ 4.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 1.350,00	R\$ -	R\$ 6.153,60
MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA	24	1	1	R\$ 9.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.700,00	R\$ -	R\$ 12.003,60
NUTRICIONISTA	30	2	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
FISIOTERAPEUTA	30	1	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
ENFERMEIRO - ROTINA	40	1	1	R\$ 4.213,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.516,93
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ROTINA	40	1	1	R\$ 2.533,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.836,93
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
<b>SERVIÇO AMBULATORIO- EQUIPE ASSISTENCIAL NAIRR</b>									
MÉDICO NEUROLOGISTA PEDIATRA	24	1	1	R\$ 9.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.700,00	R\$ -	R\$ 12.003,60
MÉDICO PEDIATRA NAIRR	12	5	1	R\$ 4.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 1.350,00	R\$ -	R\$ 6.153,60
ENFERMEIRO ROTINA	40	2	2	R\$ 4.213,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.516,93
FONOAUDIOLOGISTA	30	1	1	R\$ 3.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.803,60
TERAPEUTA OCUPACIONAL	30	1	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ROTINA	40	2	2	R\$ 2.533,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.836,93
TÉCNICO DE ADMINISTRATIVO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
<b>Total</b>		<b>37</b>							

### EQUIPE DE APOIO

CATEGORIA	CARGA HORÁRIA	QUANTITATIVO	QUANTITATIVO POR TURNO 12H	Salário (base)	Insalubridade	Gratificação - Responsab Técnica / Chefia	Titulação	Adic. Noturno	REMUNERAÇÃO BRUTA
<b>EQUIPE DE DE APOIO FARMACIA</b>									
FARMACÉUTICO - ROTINA	24	1	1	R\$ 3.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.803,60
FARMACÉUTICO RESPONSÁVEL TÉCNICO	40	1	1	R\$ 5.833,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.136,93
FARMACÉUTICO - PLANTONISTA DIURNO	30	9	3	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
FARMACÉUTICO - PLANTONISTA NOTURNO	30	9	3	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 875,00	R\$ 5.553,60
TÉCNICO DE FARMÁCIA - PLANTONISTA DIURNO	40	10	5	R\$ 2.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.803,60
TÉCNICO DE FARMÁCIA - PLANTONISTA NOTURNO	40	8	4	R\$ 2.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 500,00	R\$ 3.303,60
<b>EQUIPE DE DE APOIO NUTRIÇÃO</b>									
NUTRICIONISTA RESPONSÁVEL TÉCNICA	30	1	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
NUTRICIONISTA PLANTONISTA DIURNO	30	6	2	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
NUTRICIONISTA PLANTONISTA NOTURNO	30	6	2	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 875,00	R\$ 5.553,60
TÉCNICO DE NUTRIÇÃO PLANTÃO DIURNO	30	6	2	R\$ 1.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.803,60
TÉCNICO DE NUTRIÇÃO PLANTÃO NOTURNO	30	3	1	R\$ 1.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 300,00	R\$ 2.103,60
TÉCNICO DE NUTRIÇÃO LACTARISTA PLANTÃO DIURNO	40	4	2	R\$ 2.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.803,60
TÉCNICO DE NUTRIÇÃO LACTARISTA PLANTÃO NOTURNO	40	4	2	R\$ 2.500,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 500,00	R\$ 3.303,60
<b>EQUIPE DE DE APOIO DIAGNOSTICO RX</b>									
TECNICO DE RAO X PLANTONISTA DIURNO/NOTURNO	24	7	1	R\$ 2.200,00	R\$ 607,20	R\$ -	R\$ -	R\$ 440,00	R\$ 3.247,20
<b>EQUIPE DE DE APOIO ASSISTENCIAL LABORATÓRIO</b>									
TÉCNICO DE LABORATÓRIO PLANTONISTA DIURNO	30	3	1	R\$ 2.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.053,60
TÉCNICO DE LABORATÓRIO PLANTONISTA NOTURNO	30	3	1	R\$ 2.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 550,00	R\$ 3.603,60
COLETOR LABORATÓRIO - PLANTONISTA DIURNO	30	6	2	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.203,60
COLETOR LABORATÓRIO - PLANTONISTA NOTURNO	30	3	1	R\$ 1.900,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 380,00	R\$ 2.583,60
TÉCNICO DE HEMOTERAPIA PLANTONISTA DIURNO	30	3	1	R\$ 2.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.053,60
TECNICO DE HEMOTERAPIA PLANTONISTA NOTURNO	30	3	1	R\$ 2.750,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 550,00	R\$ 3.603,60
<b>EQUIPE DE DE APOIO ADMINISTRATIVO</b>									
TÉCNICO ADMINISTRATIVO DIURNO	40	4	2	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
<b>EQUIPE DE DE APOIO ADMINISTRATIVO</b>									
PSICOLOGO	30	1	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
ASSISTENTE SOCIAL	30	3	1	R\$ 4.375,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.678,60
<b>EQUIPE NÚCLEO INTERNO DE REGULAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO MÉDICA/ARQUIVO E FATURAMENTO</b>									
ENFERMEIRO PLANTONISTA DIURNO	30	6	2	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO PLANTONISTA NOTURNO	30	6	2	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 632,00	R\$ 4.095,60
TEC ADMINISTRATIVO	40	8	4	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
TEC ADMINISTRATIVO NOTURNO	40	8	4	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 400,00	R\$ 2.703,60
<b>APOIO A GESTÃO HOSPITALAR</b>									
MÉDICO INFECTOLOGISTA	24	1	1	R\$ 9.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ 2.700,00	R\$ -	R\$ 12.003,60
ENFERMEIRO EPIDEMIOLOGISTA	40	1	1	R\$ 4.213,33	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.516,93
ENFERMEIRO CICH	30	1	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO COMISSÕES	30	1	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO SUPERVISOR DIURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.463,60
ENFERMEIRO SUPERVISOR NOTURNO	30	3	1	R\$ 3.160,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 632,00	R\$ 4.095,60
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40	2	1	R\$ 2.000,00	R\$ 303,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.303,60
<b>Total Salários</b>		<b>144</b>							

**Observações:**

O dimensionamento de RH e respectivos valores acima deverão ser adotados como parâmetros mínimos a serem apresentados nas Propostas Técnicas das proponentes, sob pena de desclassificação.

## Das Obrigações Administrativas

**No âmbito da presente parceria, a Organização da Sociedade Civil parceira responsabilizar-se-á, integralmente, por:**

- Administrar e operar as atividades a serem desenvolvidas segundo o plano de trabalho, dentro das diretrizes definidas pela Secretaria Municipal de Saúde SMS/RJ, com atendimento aos usuários do SUS, de forma gratuita, no estabelecimento de saúde cujo uso lhe foi permitido, vedado prestação de serviço à entidade de saúde suplementar.
- Encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referente aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Plano de Trabalho, decorrendo do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários e extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;
- Indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, ao órgão do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis objetos de cessão de uso, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.
- Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe for cedido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de cessão de uso, até sua restituição ao Poder Público.
- Gestão de insumos consumíveis e retornáveis, material permanente e estrutura física da unidade, sendo responsável pela reposição ou manutenção no caso de dano por mau uso, perda ou extravio:
- Ao final da Parceria, a contratada deverá restituir a Secretaria Municipal de Saúde todos os bens móveis e imóveis que lhe foram destinados ou adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde - SMS em virtude da presente parceria em boas condições de uso, ressalvados os casos de obsolescência e desgaste natural.
- Garantir em exercício na Unidade quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis ao porte da Unidade e Serviços previstos, conforme estabelecido nas normas ministeriais atinentes à espécie, tendo definida como parte de sua infraestrutura técnico-administrativa nas 24 (vinte e quatro) horas dia, por plantões, a presença de pelo menos um profissional da medicina que responderá legalmente pela atenção oferecida à clientela (o ato médico);

- Garantir a presença em cada plantão de um Médico Responsável pela equipe sendo assim o ponto focal atuando na interlocução com as diferentes equipes do Hospital da Mulher Fernando Magalhães (HMFM) assim como o corpo gestor clínico e administrativo.
- Dar continuidade e implantar e melhorar continuamente os protocolos clínicos e administrativos já existentes, na área de atuação visando a otimização da gestão orientada pela organização da sociedade civil.
- Processo de administração do objeto da parceria, envolvendo contratação e gestão do pessoal necessário à operação da Unidade;
- Utilizar a logomarca da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Saúde e do SUS, em todos os documentos emitidos pelo Executor contratado, bem como na identificação visual de acordo com o padronizado na rede municipal de saúde.
- Não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, exceto se aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde;
- Manter sempre atualizado prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, preferencialmente de forma eletrônica e digitalizada, pelos prazos previstos em lei;
- Manter o padrão de qualidade de atendimento dentro das exigências contratuais, que serão baseadas nas diretrizes constantes desta parceria e as características de atividade assistenciais, do presente Plano de Trabalho;
- Disponibilizar relatórios gerenciais com as informações solicitadas na periodicidade constante no presente Plano Trabalho aos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde - RJ; utilizando, quando couber, modelos disponibilizados pela organização da sociedade civil.
- Submeter à Secretaria Municipal de Saúde - RJ, quaisquer projetos que envolvam alterações no layout da unidade;
- Utilizar uniforme e crachás padronizados pela Secretaria Municipal de Saúde - RJ para todos os funcionários.
- Os bens deverão ser recebidos por um preposto designado pela organização contratada e serem devidamente inventariados quando da assinatura do contrato, mediante assinatura de Termo de Cessão de Uso, e de forma idêntica deverão ser devolvidos na

oportunidade do seu encerramento, por qualquer motivo, inclusive aqueles incorporados posteriormente no transcorrer do contrato.

- Gerenciar de forma responsável, obedecendo as melhores práticas assistenciais e de logística, todos os insumos consumíveis e retornáveis, material permanente e estrutura física da unidade, sendo responsável pela reposição ou manutenção no caso de dano por mau uso, perda ou extravio.

### Serviços de Saúde Diversos

A unidade ofertará os serviços de saúde diversos, utilizando seus recursos humanos e técnicos qualificados, exclusivamente aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional de procedimentos nos seus diversos serviços assistenciais, conforme estabelecido nas normas ministeriais atinentes e vigentes, tendo também definida sua infraestrutura técnico-administrativa nas 24 (vinte e quatro) horas para fazer frente às demandas assistenciais.

O Hospital deverá ter um serviço de documentação médica e arquivo médicos digitalizados e microfilmados pela OSC onde deverão ser mantidos os prontuários, boletins de atendimento e outros documentos mantendo-os sob a guarda dos Hospitais, disponibilizando para consulta por parte dos pacientes e fornecendo certidões e afins dentro do que preceitua a legislação vigente.

Os exames previstos na tabela SUS e necessários ao longo das internações deverão ser disponibilizados pela unidade. O Serviço de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutico (SADT), previsto na parceria, deverá atender às necessidades da Maternidade, contemplando a transversalidade da assistência obstétrica, ginecológica e neonatal da rede. O SADT localizado na emergência obstétrica deve garantir atendimento oportuno e essencial à mulher, promovendo interface informatizada dos resultados com o laboratório central. Os exames componentes do SADT que tenham portabilidade poderão, a critério técnico da SUBHUE em conjunto com a Central de Regulação, atender a outras unidades da rede.

Atividade	Meta
1. Atendimento na Emergência	Ativa nas 24 horas
2. Sala de procedimentos	Ativa nas 24 horas
3. Sala de coleta de exames / Laboratório análises clínicas	Ativa por 24 horas
4. Atendimento Ambulatorial	Ativa nas 12 horas / 6 dias
5. Ultrassonografia	Ativa por 12 horas / 6 dias
6.Mamografia	Ativa por 12 horas/ 7 dias
7.Tomografia Computadorizada	Ativa 24 horas

8. Raio -x de tórax	Ativa 24 horas
9- Eletrocardiograma	Ativa 12h
10- Agência Transfusional	Ativa 24 horas

### **Fluxo de Atendimento**

#### **Ambulatório**

- O agendamento será realizado pela Central de Regulação de vagas através do SISREG para consulta ginecológica;
- O acolhimento será feito pelo médico da referida especialidade, o qual realizará avaliação clínica/obstétrica;
- Realização dos exames laboratoriais, histopatológico e de imagem necessários a cada patologia;
- Solicitação de parecer a outras especialidades, caso seja necessário;
- As consultas serão realizadas com equipe multidisciplinar, atendendo as demandas de forma oportuna e eficaz;
- A abertura do prontuário da unidade ocorrerá na primeira consulta;
- Sendo indicada internação hospitalar no atendimento ambulatorial, o médico responsável irá preencher AIH assim como comunicar ao plantão sobre o caso clínico da paciente a fim de que o cuidado ocorra de forma contínua;
- Os protocolos assistenciais para atendimento ambulatorial serão baseados nas boas práticas assistenciais e nas diretrizes da SMS-Rio e Ministério da Saúde;
- Ficará sob a responsabilidade do funcionário administrativo da entidade parceira solicitar toda a documentação necessária no momento da internação e, em caso de ausência de documentos, buscar a atualização dos dados durante a permanência da paciente na Unidade.

#### **Transversalidade da Assistência**

Dentro da transversalidade da assistência de Urgência e Emergência da rede, os profissionais da entidade parceira poderão prestar assistência a pacientes oriundos de outras unidades da rede, sempre a critério técnico da Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência (SUBHUE) em conjunto com o NIR (Núcleo interno de Regulação) da unidade e a Central de Regulação.

## **Execução do Objeto**

Em decorrência da execução do objeto, espera-se garantir à população da região e de todo o Município do Rio de Janeiro a realização dos procedimentos que atendam segundo o SISREG, suas necessidades, na forma abaixo:

- Aumentar a oferta de vagas para ginecologia cirúrgica;
- Ofertar especialidades de acordo com a demanda (endocrinologista, nutricionista, entre outros);
- Aumentar a oferta de vagas para a realização de mamografia;
- Aumentar a oferta de vagas para a realização de Tomografia Computadorizada;
- Ofertar USG neonatal, USG Obstétrica com doppler e Ecocardiograma fetal para as demais Maternidades da rede através de uma equipe volante.

### **6.5. INTERNAÇÃO**

Para a organização das ações assistenciais durante a internação foram definidas as seguintes estratégias e atividades básicas:

A entidade parceira deverá fornecer equipe de reguladores, que atuará junto a Central de Regulação de Leitos e ao Núcleo Interno de Regulação (NIR) para intermediar a avaliação e internação do paciente, encaminhamento aos serviços de SADT, radiologia, ultrassonografia, ecocardiografia, nutrição e farmácia.

A equipe do Núcleo Interno de Regulação será responsável por toda a organização da documentação inerente à internação, tais como: preenchimento de documentos, fornecimento de laudos, autorização de internação hospitalar e outros.

Os Hospitais atenderão nas 24 horas do dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, conforme regras específicas previstas neste Plano de Trabalho.

### **6.6. DAS OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

No âmbito da presente parceria, a Organização da Sociedade Civil parceira responsabilizar-se-á, integralmente, por:

Administrar e operar as atividades a serem desenvolvidas segundo o plano de trabalho, dentro das diretrizes definidas pela Secretaria Municipal de Saúde SMS-Rio, com atendimento aos usuários do SUS, de forma gratuita, no estabelecimento

de saúde cujo uso lhe foi permitido, vedado prestação de serviço à entidade de saúde complementar.

Encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referente aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Plano de Trabalho, decorrendo do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários e extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;

- *Indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, ao órgão do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis objetos de cessão de uso, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.*
- *Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe for cedido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de cessão de uso, até sua restituição ao Poder Público.*
- *Gestão de insumos consumíveis e retornáveis, material permanente e estrutura física da unidade, sendo responsável pela reposição ou manutenção no caso de dano por mau uso, perda ou extravio;*
- *Ao final da Parceria, a contratada deverá restituir a Secretaria Municipal de Saúde todos os bens móveis e imóveis que lhe foram destinados ou adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde - SMS em virtude do presente contrato em boas condições de uso, ressalvados os casos de obsolescência e desgaste natural.*
- *Garantir em exercício na Unidade quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis ao porte da Unidade e Serviços previstos, conforme estabelecido nas normas ministeriais atinentes à espécie, tendo definida como parte de sua infraestrutura técnico-administrativa nas 24 (vinte e quatro) horas por dia, por plantões, a presença de pelo menos um profissional da medicina que responderá legalmente pela atenção oferecida à clientela (o ato médico);*
- *Dar continuidade, implantar e melhorar continuamente os protocolos clínicos e administrativos em todos os departamentos visando a otimização da gestão orientada pela Organização da Sociedade Civil.*
- *Processo de administração do objeto da parceria, envolvendo contratação e gestão do pessoal necessário à operação da Unidade;*

- Utilizar a logomarca da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Saúde e do SUS, em todos os documentos emitidos pelo Executor contratado.
- Não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, exceto se aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde;
- Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelos prazos previstos em lei;
- Manter o padrão de qualidade de atendimento dentro das exigências contratuais, que serão baseadas nas diretrizes constantes desta parceria e as características de atividade assistenciais, do presente Plano de Trabalho;
- Disponibilizar relatórios gerenciais com as informações solicitadas na periodicidade constante no presente Plano Trabalho aos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde – Rio utilizando, quando couber, modelos disponibilizados pela organização da sociedade civil;
- Submeter à Secretaria Municipal de Saúde – SMS-Rio quaisquer projetos que envolvam alterações no layout da unidade;
- Utilizar uniforme e crachás padronizados pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS-Rio para todos os funcionários;
- Os bens deverão ser recebidos por um preposto designado pela organização contratada e serem devidamente inventariados quando da assinatura do contrato, mediante assinatura de Termo de Cessão de Uso, e de forma idêntica deverão ser devolvidos na oportunidade do seu encerramento, por qualquer motivo, inclusive aqueles incorporados posteriormente no transcorrer do contrato;
- Gerenciar de forma responsável, obedecendo às melhores práticas assistenciais e de logística, todos os insumos consumíveis e retornáveis, material permanente e estrutura física da unidade, sendo responsável pela reposição ou manutenção no caso de dano por mau uso, perda ou extravio.

## **7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO**

Visando o acompanhamento e avaliação do Plano de Trabalho e o cumprimento das atividades estabelecidas no instrumento de parceria, a entidade parceira deverá alimentar as informações relacionadas aos indicadores e prestação de contas financeiras no sistema de monitoramento das parcerias – Painel de Gestão de Parcerias com Organizações Sociais (<https://osinfo.prefeitura.rio/>), instrumento institucional de acompanhamento, avaliação e controle dos Contratos de Gestão, Convênios e Termos de Colaboração firmados entre a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e as Instituições Parceiras, bem como

deverá apresentar a produção na forma definida pelo Gestor(a) ou Comissão Gestora da Parceria e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA.

De forma a exercer o gerenciamento de unidades e programas de saúde, conforme Decreto Municipal nº 37.079/13 a entidade parceira deverá, impreterivelmente, até o 10º dia útil do mês subsequente, conforme manual para envio de arquivos disponibilizado no Menu Principal, no link, Documentos, do Painel de Gestão de Parcerias com Organizações Sociais, encaminhar as informações solicitadas.

**7.1.** Os repasses previstos no Termo de Colaboração em referência serão estabelecidos de acordo com a meta executada e a apresentação da prestação de contas, no prazo previsto acima, conforme previsto no Termo e dentre outras documentações, os seguintes relatórios:

**7.1.1. Relatório de Execução do Objeto, que conterà:**

- a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b) A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- d) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;
- e) Os dados físico-financeiro;
- f) Os documentos de comprovação de despesas relativas à implementação dos serviços oferecidos mensalmente pela entidade parceira.

**7.1.2. O relatório de que trata o item anterior deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:**

- a) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- b) Do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- c) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

**7.1.3.** As informações supramencionadas deverão ser fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos neste plano de trabalho.

**7.1.4.** A organização da sociedade civil deverá apresentar justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

**7.2.** Relatório de Execução Financeira deverá contemplar:

a) O exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme previsto no plano de trabalho, observados os termos do Decreto Municipal nº 42696/2016; e

b) A verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

**7.3.** A prestação de contas final da parceria deverá ser apresentada no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a partir do término da vigência da parceria, inclusive com a comprovação de recolhimento ao Tesouro Municipal de eventuais saldos financeiros.

**7.4.** Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano: o Município realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

**7.5.** A entidade parceira deverá, ainda, manter em dia todas as informações: referentes aos registros de AIH – Autorização de Internação Hospitalar e do SIA – Sistema de Informações Ambulatoriais e outros registros oficiais, que a Secretaria Municipal de Saúde assim determinar, em especial, as exigidas no Termo de Colaboração e seus anexos.

**7.6.** A Secretaria Municipal de Saúde poderá, para permitir um melhor acompanhamento da produção e efetiva fiscalização, solicitar: acesso ao sistema informatizado utilizado pela entidade parceira no âmbito das Unidades e serviços objeto do instrumento de parceria. Este acesso poderá ser através de senha para acesso ao sistema, ou, por meio de um software integrador.

**7.7.** A Secretaria Municipal de Saúde procederá à análise mensal dos dados enviados pela entidade parceira para que sejam atestados os serviços vinculados aos repasses de recursos, conforme previsto no Termo de Colaboração e em seus anexos.

**7.8.** Trimestralmente a Secretaria Municipal de Saúde procederá: à análise do quantitativo de atividades assistenciais realizadas pela entidade parceira, verificando e avaliando os desvios (para mais ou para menos) ocorridos em relação às quantidades

estabelecidas neste Plano de Trabalho, conforme previsto no Termo de Colaboração e seus anexos. Desta análise, poderá resultar uma repactuação das quantidades assistenciais estabelecidas no instrumento de parceria e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, efetivada através de Termo Aditivo ao instrumento de parceria em referência.

**7.9.** Esta análise periódica não anula a possibilidade de que sejam firmados Termos Aditivos em relação às cláusulas que quantificam as atividades assistenciais a serem desenvolvidas pela entidade parceira e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, a qualquer momento, caso a Secretaria Municipal de Saúde – SMS-Rio, a seu critério, entender que condições e/ou ocorrências excepcionais incidem de forma muito intensa sobre as atividades das Unidades e serviços objeto desta parceria, inviabilizando e/ou prejudicando a assistência ali prestada.

**7.10.** No primeiro relatório de atividade deverão vir especificados: os bens permanentes adquiridos e aqueles recebidos em doação, ou, por outras formas, com as respectivas notas fiscais e o local de uso dos mesmos dentro das Unidades. Consideram-se materiais permanentes aqueles que, em razão de seu uso corrente, não perdem a sua identidade física, e/ou apresentam durabilidade superior a 2 (dois) anos.

**7.11.** Todos os contratos de serviços firmados pela entidade parceira com prestadores de serviços devem: ser enviados à Secretaria Municipal de Saúde, assim que os serviços forem iniciados, devidamente datados e assinados por ambas as partes, com a descrição de todos os serviços a serem prestados bem como com todas as cláusulas contratuais de acordo com as normas legais vigentes no país.

**7.12. As Unidades deverão ser dotadas de:** controle de frequência, por meio de ponto eletrônico, cujo relatório deve ser apresentado à Secretaria Municipal Saúde - SMS-Rio sempre que solicitado e deve ser o espelho fiel do que se informa no relatório da Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA e no painel de gestão.

**7.13.** As Unidades deverão funcionar com prontuário eletrônico e ter a documentação arquivada e organizada em local apropriado a guarda de documentação médica.

**7.14.** Esta parceria tem por objetivo, qualificar a assistência na linha de cuidado dos serviços e ações de saúde objeto deste Plano de Trabalho, efetivar o uso de tecnologias integradas à saúde e dar celeridade aos processos ligados a esta linha assistencial.

**7.15.** Ao final de 24 (vinte e quatro) meses de acompanhamento, a Secretaria Municipal de Saúde – SMS-Rio, juntamente com a entidade parceira, deverá rever estes indicadores, com o objetivo de aperfeiçoar o monitoramento proposto, de acordo com as recomendações das diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde – SUS.

**7.16.** Mesmo após o cumprimento de todas as metas elencadas no Quadro de Indicadores e Metas, caso haja alguma queda na qualidade do atendimento em função de ação ou omissão imputável à administração da entidade parceira, a Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, baseada em relatório fundamentado enviado pela Subsecretaria responsável pelo objeto desta parceria, por meio do Gestor(a) ou Comissão Gestora da Parceria, poderá descontar até 50% (cinquenta por cento) do valor da parte variável.

**7.17.** A cada período de 3 (três) meses (trimestral), será realizada por parte da Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA a avaliação e pontuação dos indicadores e metas que condicionam o valor de pagamento da variável de até 5% do valor do contrato, conforme previsto em cronograma de desembolso, assim divididas:

**7.18.** O desempenho da instituição parceira na consecução dos serviços de saúde será acompanhado a partir dos critérios estabelecidos acima e por meio dos indicadores que devem refletir a devida organização institucional, as boas práticas clínicas, a devida atenção ao usuário e a devida articulação entre os níveis assistenciais.

**7.19.** Por meio da aplicação dos indicadores busca-se avaliar de forma objetiva a performance das Organizações da Sociedade Civil (OSC), bem como aperfeiçoar o monitoramento proposto, de acordo com as recomendações das diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde – SUS.

**7.20.** Em casos excepcionais de surtos ou situações emergenciais em saúde pública, outros indicadores e estatísticas de doenças de notificação compulsória poderão ser incluídos para fins de acompanhamento.

**7.21.** A qualquer momento a CMA e a SMS-Rio poderão solicitar a memória de cálculo que levou a gerar os indicadores e a realizar auditoria para validar os resultados apresentados.

**7.22.** A cada período de três meses (trimestral) será realizada por parte da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da Secretaria Municipal Saúde - SMS-Rio a avaliação e pontuação dos indicadores e metas que condicionam o valor de pagamento da variável de até 5% do valor do contrato, assim divididas:

- Parte Variável 01 – incentivo institucional à gestão.
- Parte Variável 02 - incentivo Institucional à unidade de saúde.
- Parte Variável 03 - incentivo à equipe.

No primeiro ano de gestão, para fins de pagamento da variável, os indicadores e metas somente serão avaliados a partir do terceiro trimestre.

### 7.23.1 Hospital da Mulher Fernando Magalhães:

#### PARTE VARIÁVEL 01 - Incentivo institucional à gestão

A parte **VARIÁVEL 01** tem como objetivo induzir boas práticas na gestão da OSC e alinhá-las às prioridades definidas pela SMS. Este recurso somente pode ser utilizado no objeto do Termo de Colaboração.

O Município solicitará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC a apresentação de relatórios contendo dados e informações relativas aos resultados assistenciais e qualidade dos serviços prestados, conforme Quadro I de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação a seguir.

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para fazer jus aos recursos orçamentários da parte variável 01, com periodicidade trimestral, que corresponde a **até 2,0%** do valor total conforme cronograma de desembolso deverá apresentar um relatório contendo os indicadores pré-estabelecidos pela SMS/RJ. O valor está condicionado ao percentual cumprido do conjunto de metas estabelecidas para o respectivo trimestre, e para tal a OSC deverá apresentar um PLANO DE APLICAÇÃO dos recursos, a ser submetido à Secretaria Municipal de Saúde para validação. Caberá à COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO aprovar o Plano de Aplicação da variável, garantindo assim a destinação orçamentária para o valor em questão.

O percentual do repasse será calculado conforme assinalado no quadro de indicadores.

A avaliação do cumprimento do conjunto de metas estabelecidas será realizada trimestralmente pela COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, que é parte integrante da SMS/RJ. Esta se reunirá periodicamente e analisará os documentos entregues pela CONTRATADA, já mencionados anteriormente.

#### Indicadores componentes da PARTE VARIÁVEL 01:

Nº	Indicador	Fórmula	Fonte	Meta
1	Percentual de Boletim de Atendimento Médico (BAM (atendimento de emergência) preenchido	Total de <b>Boletim de Atendimento Médico (BAM)</b> analisados / Total de <b>Boletim de Atendimento Médico (BAM)</b> dentro do padrão de conformidade x 100	PEP	>90%
2	Índice de absenteísmo	(Horas líquidas faltantes/Horas líquidas disponíveis) x 100	Ponto Biométrico	≥ 95%

3	Treinamento hora/homem	Total de horas homem (equipe técnica) treinados no mês/Número funcionários ativos no período (equipe técnica)	SISTEMA DE GESTÃO DE RH	≥ 1,5 homens treinados/mês
4	Índice de aprovação de consultas – adequado preenchimento do BAM	(Consultas apresentadas e aprovadas/Número de consultas realizadas) x 100	TABNET	≥ 90%

Fonte: <http://tabnet.rio.rj.gov.br/>

**Repasso referente aos Indicadores da PARTE VARIÁVEL 01:**

Nº	Indicador	% Dos Indicadores	% Do Contrato
1	Percentual de Boletim de Atendimento Médico (BAM (atendimento de emergência) preenchido)	20%	0,4%
2	Índice de absenteísmo	15%	0,3%
3	Treinamento hora/homem	50%	1,0%
4	Índice de aprovação de consultas – adequado preenchimento do BAM	15%	0,3%
	<b>Total</b>	<b>100 %</b>	<b>2,0%</b>

**PARTE VARIÁVEL 02 - Incentivo institucional à unidade de saúde:**

A avaliação do desempenho assistencial da unidade de saúde está representada por indicadores que constituem o grupo para a VARIÁVEL 02, conforme quadro abaixo. O Município solicitará à Organização da Sociedade Civil - OSC a apresentação de relatórios contendo dados e informações relativas aos resultados assistenciais e qualidade dos serviços prestados.

A Organização da Sociedade Civil - OSC para fazer jus aos recursos orçamentários da parte variável 02, com periodicidade trimestral, que corresponde a **até 1,0%** do valor total conforme cronograma de desembolso, deverá apresentar um relatório contendo os indicadores pré-estabelecidos pela SMS/RJ. O valor está condicionado ao percentual cumprido do conjunto de metas estabelecidas para o respectivo trimestre, e para tal a UNIDADE DE SAÚDE deverá apresentar um PLANO DE APLICAÇÃO dos recursos, a ser submetido à Secretaria Municipal de Saúde para validação.

Caberá a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO aprovar o Plano de Aplicação da variável, garantindo assim a destinação orçamentária para o valor em questão. O percentual do repasse será calculado conforme o atingimento das metas e os recursos deverão ser aplicados em melhorias para a própria unidade.

**Indicadores para a PARTE VARIÁVEL 02**

Desempenho Assistencial				
Nº	Indicador	Fórmula	Fonte	Meta
1	Quantidade de consultas ambulatoriais realizadas	$(N^{\circ} \text{ de consultas ambulatoriais realizadas} / N^{\circ} \text{ de consultas ambulatoriais previstas}) \times 100$	PEP	maior ou igual a 90%
2	Quantidade de cirurgias realizadas	$(N^{\circ} \text{ de cirurgias realizadas} / N^{\circ} \text{ de cirurgias previstas nos contrato}) \times 100$	PEP	maior ou igual a 90%
3	Taxa de ocupação dos leitos de cirurgia ginecológica	$(N^{\circ} \text{ de pacientes} / N^{\circ} \text{ total de leitos operacionais de ginecologia}) \times 100$	PEP	maior ou igual a 90%
4	Taxa de Infecção cirúrgica ginecológica em até 30 dias	Total de infecções em sítio cirúrgico em cirurgias limpas / Total destas cirurgias no mês x 100	CCIH	menor ou igual a 5%
5	Quantidade de procedimentos realizados	$(N^{\circ} \text{ de procedimentos realizados} / \text{número de procedimentos previstos no contrato}) \times 100$	PEP	maior ou igual a 90%
6	Quantidade de exames de imagem realizados	$(N^{\circ} \text{ de exames de imagem realizadas} / N^{\circ} \text{ de exames previstos no contrato}) \times 100$	PEP	maior ou igual a 90%
7	Taxa de mortalidade cirúrgica referente a ginecologia	$(N^{\circ} \text{ de óbitos ocorridos até 7 dias após procedimento cirúrgico} / N^{\circ} \text{ total de pacientes operados}) \times 100$	CCIH	menor que 1%
8	Taxa de mortalidade ajustada pela gravidade na UTI feminina	APACHE II ou SAP3	PEP	SMR menor ou igual a 1
9	Índice de Infecção da corrente sanguínea relacionada a cateter venoso profundo	$(N^{\circ} \text{ de mulheres que apresentaram infecção de corrente sanguínea associadas a CVP} / \text{total cateter venoso central-dia}) \times 1000$	PEP	maior ou igual a 10/1000
10	Índice de pneumonia associada à ventilação mecânica (VAP precoce)	$(N^{\circ} \text{ de pneumonias associadas a VAP precoce} / \text{total de dias de ventilação mecânica}) \times 1000$	PEP	maior ou igual a 8/1000

Fonte: <https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2023/11/ManualDeIndicadoresHospitalares-2.pdf>

Repasso Referente Aos Indicadores Da Variável 2			
Nº	Indicador	% Da Variável	% A Incidir Sobre O Total Do Convênio
1	Quantidade de consultas ambulatoriais realizadas	10%	0,1%
2	Quantidade de cirurgias realizadas	10%	0,1%
3	Taxa de ocupação dos leitos de ginecologia	10%	0,1%
4	Taxa de infecção pós-cirurgia ginecológica em até 30 dias	10%	0,1%
5	Quantidade de procedimentos realizados	10%	0,1%
6	Quantidade de exames de imagem realizados	10%	0,1%
7	Taxa de mortalidade cirúrgica referente à ginecologia	10%	0,1%
8	Taxa de mortalidade ajustada pela gravidade na UTI feminina	10%	0,1%
9	Índice de Infecção da corrente sanguínea relacionada a cateter venoso profundo	10%	0,1%
10	Índice de Pneumonia associada à ventilação mecânica (VAP precoce)	10%	0,1%
<b>Total</b>		<b>100%</b>	<b>1%</b>

Fonte: <https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2023/11/ManualDeIndicadoresHospitalares-2.pdf>

### PARTE VARIÁVEL 03 - Incentivo à Equipe:

A avaliação do desempenho dos profissionais será realizada por indicadores que medem a satisfação do usuário, que compõem o grupo para a PARTE VARIÁVEL 03, conforme os quadros abaixo.

O recurso pago trimestralmente, auferido conforme os quadros seguintes, deverá ser distribuído pela equipe técnica dos serviços e da unidade conforme PLANO DE APLICAÇÃO dos recursos, a ser submetido à Secretaria Municipal de Saúde para validação.

O percentual do repasse correspondente a até 2,0% do valor total conforme cronograma, será calculado conforme o atingimento das metas e os recursos deverão ser aplicados em melhorias para a própria unidade, conforme os quadros abaixo.

#### Indicadores para a PARTE VARIÁVEL 03:

Nº	Indicador	Fórmula	Fonte	Meta
1	Percentual de usuários Satisfeitos/Muito Satisfeitos*	$(N^{\circ} \text{ de Conceitos satisfeito e muito satisfeito} / \text{Total de Respostas efetivas}) \times 100$	Aplicativo	>85%
2	Porcentagem de altas referenciadas realizadas	$(\text{Total de pacientes com alta referenciada adequadamente preenchida} / \text{Total de pacientes com alta hospitalar}) \times 100$	Sisare	100%

Fonte: <https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2023/11/ManualDeIndicadoresHospitalares-2.pdf>

\* O questionário de satisfação deverá ser elaborado pela OSC e validado pela equipe técnica da S/SUBHUE, podendo haver alterações do mesmo quando essa equipe julgar necessário.

#### Repasse referente à PARTE VARIÁVEL 03:

Nº	Indicador	% Dos Indicadores	% Do Contrato
1	Percentual de usuários Satisfeitos / Muito Satisfeitos	40%	0,8%
2	Porcentagem das altas referenciadas realizadas	60%	1,2%
<b>Total</b>		<b>100 %</b>	<b>2,0%</b>

### 7.23.2 Hospital Maternidade Carmela Dutra:

#### PARTE PERFORMANCE 01 – Incentivo institucional à gestão.

A Parte Performance 01 tem como objetivo induzir boas práticas na gestão da OSC e alinhá-las às prioridades definidas pela SMS. Este recurso somente pode ser utilizado no objeto do Termo de Colaboração.

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC deverá apresentar relatórios mensais

contendo dados e informações relativas aos resultados assistenciais e qualidade dos serviços prestados, conforme Quadro I de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação a seguir.

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC para fazer jus aos recursos orçamentários da Parte 01, com periodicidade trimestral, que corresponde a **até 2%** do valor total conforme cronograma de desembolso deverá apresentar um relatório contendo os indicadores pré-estabelecidos pela SMS-Rio. O valor está condicionado ao percentual cumprido do conjunto de metas estabelecidas para o respectivo trimestre, e para tal a OSC deverá apresentar um PLANO DE APLICAÇÃO dos recursos, a ser submetido à Secretaria Municipal de Saúde para validação. Caberá a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (CMA) aprovar o Plano de Aplicação dos recursos da variável 1, garantindo assim a destinação orçamentária para o valor em questão.

O percentual do repasse será calculado conforme assinalado no quadro de indicadores.

A avaliação do cumprimento do conjunto de metas estabelecidas será realizada trimestralmente pela COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, que é parte integrante da SMS-Rio. Esta se reunirá periodicamente e analisará os documentos entregues pela CONTRATADA, já mencionados anteriormente.

### Indicadores componentes da PARTE VARIÁVEL 01

	INDICADOR	FÓRMULA	FONTE	META
1	Percentual de Boletim de Atendimento Médico (BAM) dentro do padrão de conformidade	Total de <b>Boletim de Atendimento Médico (BAM)</b> analisados / Total de <b>Boletim de Atendimento Médico (BAM)</b> dentro do padrão de conformidade x 100	PEP	>90%
2	Índice de absenteísmo	Horas líquidas faltantes x 100 / Horas líquidas disponíveis	Ponto Biométrico	<3%
3	Treinamento hora/homem	Total de horas treinadas / Número funcionários	SISTEMA DE GESTÃO DE RH	≥ 1,5 homens treinados / mês
4	Índice de rejeição de AIH	Número de AIHs glosadas X 100 / Total de AIHs apresentadas	TABNET	<3%

Fonte:[http://tabnet.rio.rj.gov.br/cgi-bin/dh?sia/definicoes/producao\\_2008.def](http://tabnet.rio.rj.gov.br/cgi-bin/dh?sia/definicoes/producao_2008.def)

**Repassse referente aos indicadores da PARTE VARIÁVEL 01**

	INDICADOR	% dos indicadores	% do contrato
1	Percentual de Boletim de Atendimento Médico (BAM) dentro do padrão de conformidade	25%	0,5%
2	Índice de absenteísmo	25%	0,5%
3	Treinamento hora/homem	25%	0,5%
4	Índice de rejeição de AIH	25%	0,5%
	<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>2,0%</b>

**PARTE 02 – Incentivo institucional à unidade de saúde.**

A avaliação do desempenho assistencial da unidade de saúde está representada por indicadores que constituem o grupo para a PARTE 02, conforme quadro abaixo.

O Município solicitará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC a apresentação de relatórios contendo dados e informações relativas aos resultados assistenciais e qualidade dos serviços prestados.

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC para fazer jus aos recursos orçamentários da PARTE 02, com periodicidade trimestral, que corresponde a **até 1%** do valor total conforme cronograma de desembolso, deverá apresentar um relatório contendo os indicadores pré-estabelecidos pela SMS-Rio. O valor está condicionado ao percentual cumprido do conjunto de metas estabelecidas para o respectivo trimestre, e para tal a UNIDADE DE SAÚDE deverá apresentar um PLANO DE APLICAÇÃO dos recursos, a ser submetido à Secretaria Municipal de Saúde para validação. Caberá a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (CMA) aprovar o Plano de Aplicação da Parte variável 2, garantindo assim a destinação orçamentária para o valor em questão.

O percentual do repasse será calculado conforme o atingimento das metas e os recursos deverão ser aplicados em melhorias para a própria unidade.

**Indicadores para a PARTE VARIÁVEL 02**

INDICADOR	FÓRMULA	FONTE	META
<p><b>1</b></p> <p>Percentual de pacientes atendidos pelo médico dentro do tempo esperado para a sua faixa de risco.</p>	<p>Quantidade de paciente classificados como VERMELHO atendidos dentro do tempo recomendado ( = 00 min)/quantidade de pacientes classificados como VERMELHO</p> <p>Quantidade de paciente classificados como LARANJA atendidos dentro do tempo recomendado ( ≤ 15 min)/quantidade de pacientes classificados como LARANJA</p> <p>Quantidade de paciente classificados como AMARELO atendidos dentro do tempo recomendado ( ≤ 30min)/quantidade de pacientes classificados como AMARELO</p> <p>Quantidade de paciente classificados como VERDE atendidos dentro do tempo recomendado ( ≤ 60min)/quantidade de pacientes classificados como VERDE</p> <p>Quantidade de paciente classificados como AZUL atendidos dentro do tempo recomendado ( ≤ 24horas)/quantidade de pacientes classificados como AZUL</p>	<p>PEP</p>	<p><b>Vermelho: 00 min(100%)</b></p> <p><b>Laranja: ≤ 15 min (100%)</b></p> <p><b>Amarelo: ≤ 30 min (100%)</b></p> <p><b>Verde: ≤60min) (100%)</b></p> <p><b>Azul: até 24hs ou redirecionado à rede de atenção primária (100%)</b></p>
<p><b>2</b></p> <p>Taxa de Cesárea avaliada pela classificação de Robson</p>	<p>Número de partos cesáreos realizados X 100 / Total de Partos Realizados (todos avaliados pela classificação de Robson)</p>	<p>PEP</p>	<p>&lt; 30%</p>
<p><b>3</b></p> <p>Taxa de Consultas subsequentes de PNAR realizadas</p>	<p>Total de consultas subsequentes de PNAR realizadas no mês x 100 / Total de consultas subsequentes de PNAR agendadas no mesmo mês</p>	<p>PEP</p>	<p>&gt; 80%</p>
<p><b>4</b></p> <p>Utilização da Corticoterapia Antenatal em gestantes em risco de parto prematuro (IG 24-36 semanas)</p>	<p>Gestantes atendidas em risco de parto prematuro que utilizaram corticoterapia antenatal X 100 / Nº de gestantes com risco de parto prematuro internadas na instituição</p>	<p>PEP</p>	<p>&gt; 90%</p>
<p><b>5</b></p> <p>Utilização do Sulfato de Magnésio na pré-eclâmpsia grave</p>	<p>Gestantes com pré-eclâmpsia grave que utilizaram Sulfato de Magnésio X 100 / Total de gestantes com pré-eclâmpsia grave atendidas na instituição</p>	<p>PEP</p>	<p>100%</p>
<p><b>6</b></p> <p>Utilização de Métodos não farmacológicos para alívio da dor</p>	<p>Nº de parturientes eleitas que receberam métodos não farmacológicos para alívio da dor no pré-parto X100 / Nº de parturientes eleitas que passaram pelo pré-parto</p>	<p>PEP</p>	<p>30%</p>

7	AMIU realizadas nas mulheres em processo de abortamento	Número de AMIU realizadas nas mulheres em processo de abortamento X100 / Total de abortos até 14 semanas	PEP	100%
8	Taxa de Asfixia nos RN com mais que 2500g	Nº de recém-nascidos com mais de 2500 g com Apgar no quinto minuto < 7 X100 / Total de nascimentos com mais de 2500g	PEP	< 2%
9	Gestante com acompanhante no trabalho de parto e parto	Nº gestantes com acompanhante no TP e parto X100 / Nº total de gestantes em TP e parto	PEP	> 80%
10	Média de permanência na UTI Neonatal	$\sum$ nº de pacientes- dia/ nº de saídas	PEP	$\leq$ 8 dias
11	Média de permanência na Obstetrícia	$\sum$ nº de pacientes- dia internados na Obstetrícia/ nº de saídas da Obstetrícia	PEP	3 dias
12	% RN elegíveis internados por, no mínimo, 5 dias na Unidade Canguru	Nº de RN elegíveis, internados na unidade Canguru, superior a 5 dias X100 / Total de RN elegíveis internados na Unidade Canguru	PEP	> 80%
13	Taxa de mortalidade ajustada pela gravidade no CTI Materno	APACHE II OU SAP 3	PEP	Maior ou igual a 8 / 1000

Fonte: <https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2023/11/ManualDeIndicadoresHospitalares-2.pdf>

## Repasso referente aos indicadores da PARTE VARIÁVEL 02

	INDICADOR PARA VARIÁVEL	% A INCIDIR SOBRE A VARIÁVEL 02	% A INCIDIR SOBRE O TOTAL DO CONTRATO
1	Percentual de pacientes atendidos pelo médico dentro do tempo esperado para a sua faixa de risco.	7,70%	0,07%
2	Taxa de Cesárea avaliada pela classificação de Robson	7,70%	0,08%
3	Taxa de consultas subsequentes de PNAR realizadas	7,70%	0,08%
4	Utilização da Corticoterapia Antenatal em gestantes em risco de parto prematuro 24-36 semanas IG	7,70%	0,07%

5	Utilização do Sulfato de Magnésio na Pré- eclâmpsia grave	7,70%	0,07%
6	Utilização de Métodos não farmacológicos para alívio da dor	7,70%	0.08%
7	AMIU realizadas nas mulheres em processo de abortamento	7,70%	0,08%
8	Taxa de Asfixia nos RNs com mais de 2500g	7,70%	0,08%
9	Gestante com acompanhante no trabalho de parto e parto	7,60%	0,07%
10	Média de permanência na UTI Neonatal	7,70%	0,08%
11	Média de permanência na Obstetrícia	7,70%	0,08%
12	% RN's elegíveis internados por, no mínimo, 05 dias na unidade Canguru	7,70%	0,08%
13	Taxa de mortalidade ajustada pela gravidade no CTI materno	7,70%	<b>0,08%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>100%</b>	<b>1,0%</b>

### PARTE 03 – Incentivo à Equipe

A avaliação do desempenho dos profissionais será realizada por indicadores que medem a satisfação do usuário, que compõem o grupo para a PARTE 03, que corresponde a **até 2%** do valor total, conforme cronograma de desembolso.

O recurso pago trimestralmente, auferido conforme os quadros seguintes, deverá ser distribuído pela equipe técnica dos serviços e da unidade conforme PLANO DE APLICAÇÃO dos recursos, a ser submetido à Secretaria Municipal de Saúde para validação. Caberá a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (CMA) aprovar o Plano de Aplicação da PARTE 3, garantindo assim a destinação orçamentária para o valor em questão.

Os indicadores que avaliam a satisfação dos usuários pressupõem a aplicação de questionários que deverão ser analisados e aprovados pela SMS.

Todos os indicadores e metas listados nas tabelas abaixo têm a periodicidade mensal apesar da apresentação trimestral para fins de análise da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO – CMA.

### Indicadores da PARTE VARIÁVEL 03

	INDICADOR	FÓRMULA	FONTE	META
1	<b>Percentual de usuários Satisfeitos / Muito Satisfeitos.</b>	Nº de Conceitos satisfeito e muito satisfeito/Total de Respostas efetivas x100	TOTEM	>85%

2	<b>Percentagem das altas de gestantes e puérperas referenciadas realizadas</b>	Total de gestantes / puérperas com alta referenciada adequadamente preenchida/ Total de pacientes com alta hospitalar x100	SISARE	100%
3	<b>Percentagem de altas de recém nascidos referenciadas realizadas</b>	Total de recém nascidos com alta referenciada adequadamente preenchida/ Total de recém nascidos com alta hospitalar x100	SISARE	100%

Fonte: <https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2023/11/ManualDeIndicadoresHospitalares-2.pdf>

O questionário de satisfação deverá ser elaborado pela OSC e validado pela equipe técnica da S/SUBHUE, podendo haver alterações do mesmo quando essa equipe julgar necessário.

### Repasses referentes à PARTE VARIÁVEL 03

	INDICADOR	% dos indicadores	% do contrato
1	Percentual de usuários Satisfeitos / Muito Satisfeitos.	30%	0,5%
2	Percentagem das altas referenciadas realizadas de gestantes / puérperas	30%	0,5%
3	Percentual das altas referenciadas realizadas de recém nascidos	40%	1,0%
	<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>2,0%</b>

### 8. PRAZO

A partir da assinatura do Termo de Colaboração, a entidade parceira deverá assumir o objeto da parceria desde o 1º dia de vigência da parceria, tendo até 30 (trinta) dias corridos, contados do início da vigência, para início da implantação e execução das atividades constantes do objeto do presente projeto.

Os relatórios previstos no item 7 deste Plano de Trabalho, devem ser apresentados até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a prestação do serviço, conforme previsto na legislação aplicável.

O período de vigência da presente parceria será de 24 (vinte e quatro) meses, iniciados a partir da data de assinatura do instrumento contratual.

## **9.CUSTO**

### **9.1 PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL serão mantidos por esta em conta especialmente aberta para a execução do presente termo de colaboração em instituição financeira oficial e os respectivos saldos serão obrigatoriamente aplicados.

O montante de recursos previstos e repassados a título de provisionamento deverá ser depositado em conta específica, preferencialmente em conta poupança, sendo vedada a utilização desses recursos para custear despesas que não sejam oriundas de processos rescisórios ou de provisionamentos obrigatórios.

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve zelar pelo equilíbrio financeiro entre receita e despesa, de modo a evitar déficit orçamentário ou financeiro.

### **9.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Para a execução orçamentária do termo de colaboração será seguido o seguinte procedimento:

Para a execução orçamentária do termo de colaboração será seguido o seguinte procedimento:

- O acompanhamento orçamentário/financeiro realizado pela Secretaria Municipal de Saúde será efetivado por consulta ao Painel de Gestão de Parcerias que gerará relatórios gerenciais para subsidiar a avaliação do Gestor (a) ou Comissão Gestora da Parceria e Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) e o controle dos órgãos competentes.
- A transferência de recursos orçamentários para a Organização da Sociedade Civil se dará em oito (08) parcelas, que serão liberadas conforme previsto no termo de colaboração e em estrita conformidade com os valores especificados no cronograma de desembolso anexo ao termo de colaboração.
- A partir da segunda parcela os repasses serão condicionados à apresentação da prestação de contas pela Organização da Sociedade Civil.
- A partir da terceira parcela os repasses serão condicionados à aprovação da prestação de contas do antepenúltimo repasse efetuado.

### **9.3. CONFORME PREVISTO NA RESOLUÇÃO CGM 1.285 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017 E NO TERMO DE COLABORAÇÃO E EM SEUS ANEXOS, A PRESTAÇÃO DE CONTAS SE DARÁ:**

- A prestação de contas das despesas realizadas deverá ser apresentada até o 10º dia útil do mês subsequente ao da competência da execução da despesa, sendo a última entregue até 45 (quarenta e cinco) dias após o término da vigência da parceria, tendo por base a autuação do processo administrativo no protocolo do órgão ou entidade gestora da parceria.
- A competência da execução financeira é sempre de 01 a 30 (ou 31) de cada mês.
- A prestação de Contas mensal deverá ser disponibilizada no Painel de Gestão de Parcerias até o 10º dia útil de cada mês, junto com notas fiscais digitalizadas, contratos de prestação de serviços firmados com empresas terceirizadas escaneados e qualquer outro documento que se entenda pertinente, para fins de acompanhamento pela SMS e pela CMA.
- No ato da prestação de contas, deverão ser disponibilizadas no Painel de Gestão das Parcerias as certidões negativas da instituição, bem como as Guias de Recolhimento de INSS e FGTS dos valores relativos aos funcionários contratados em regime CLT para execução deste Termo de Colaboração, além do extrato bancário que comprove a existência do provisionamento de férias, décimo terceiro salário e rescisão dos funcionários.

### **9.4. DOS RECURSOS RECEBIDOS**

Os recursos recebidos, através da instituição bancária designada pelo Município do Rio de Janeiro, deverão ser integralmente transferidos para a conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, exclusivamente aberta pela organização da sociedade civil para a movimentação dos repasses.

Os saldos dos recursos transferidos não utilizados serão aplicados na forma da regulamentação específica e a aplicação financeira deverá ser vinculada à conta movimento que não poderá ter limites de créditos concedidos pela instituição financeira.

Os rendimentos de aplicação serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Colaboração ou fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas da parceria.

O saldo da verba rescisória trabalhista não utilizado até o término de vigência do Termo de Colaboração ou fomento poderá ser transferido para a nova conta corrente do Termo de Colaboração ou fomento subsequente, desde que mantido o objeto, a entidade, e as ações, sem interrupção, da parceria. O extrato com a comprovação da transferência deverá integrar a prestação de contas final do termo que está se encerrando, e a prestação de contas inicial do novo termo, com a indicação dos rendimentos financeiros auferidos no período, se for o caso.

## 9.5. DESCRIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os recursos orçamentários estão divididos em 02 (duas) partes, sendo uma parte fixa e outra variável.

PARTE FIXA 1 – Recursos de apoio à gestão

PARTE FIXA 2 – Recursos de RH e custeio

PARTE VARIÁVEL – Recursos vinculados à Variável (Variável 01, 02 e 03)

Os recursos orçamentários referentes às PARTES FIXAS 1 e 2 serão repassados em 8 (oito) parcelas, sendo que cada parcela corresponderá ao valor de três meses da parte fixa, conforme cronograma de desembolso.

### 9.5.1. Recursos orçamentários referentes à PARTE FIXA 1 - Apoio à Gestão

Os recursos orçamentários da rubrica de apoio à gestão da RUE-OSC, destinados à Organização da Sociedade Civil, devem respeitar o limite máximo de 4% da parte fixa (Custeio + RH). Para a rubrica de apoio à CGE o valor deve ser de 1% da parte fixa (Custeio + RH).

Nos casos em que a instituição proponente seja detentora da Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS), 5% do valor da economia decorrente de sua imunidade tributária, deverão ser alocados na rubrica de apoio à gestão ao monitoramento das parcerias da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) prevista no cronograma de desembolso, conforme recomendação contida no VOTO TCMRJ Nº 028/2024, processo 040/100.460/2022. O restante do valor decorrente da isenção tributária deve ser deduzido do valor da proposta.

A instituição proponente deverá apresentar em sua proposta financeira a memória de cálculo relativa à dedução decorrente da imunidade tributária, conforme regras e percentuais da isenção da qual a instituição se beneficia.

A alocação de despesas na rubrica de gestão RUE-OSC deve observar o disposto no Artigo 33 do Decreto Rio Nº 42.696 de 22 de dezembro de 2016 e as regras contidas na Instrução Normativa CODESP 06/2025 CODESP (disponível no site <https://controladoria.prefeitura.rio/nucleo-de-monitoramento-da-prestacao-de-contas-nmpc/>), notadamente na Seção II, devendo ser observada ao longo de toda a execução do Termo de Colaboração.

Os valores definidos a partir dos percentuais acima estabelecidos devem ser observados como limite das despesas alocadas em tais rubricas ao longo de toda a execução do Termo de Colaboração.

### **9.5.2. Recursos orçamentários referentes à PARTE FIXA 2 – RH e Custeio**

Os recursos orçamentários referentes à PARTE FIXA 2 – RH e Custeio - correspondem ao montante necessário para garantir a execução das ações e serviços de saúde, considerando o seu pleno funcionamento. Ou seja, considerando produção física coerente com a capacidade instalada dos serviços gerenciados pela Organização da Sociedade Civil (OSC).

Nos casos em que a instituição proponente seja detentora da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), o valor total decorrente da imunidade tributária deverá ser deduzido das rubricas de RH, conforme regras e percentuais da isenção da qual a instituição se beneficia.

### **9.5.3. Recursos orçamentários em função de resultados apresentados (Parte variável)**

O MUNICÍPIO solicitará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a apresentação de relatórios contendo dados e informações relativas à produtividade e qualidade dos serviços prestados, conforme Quadros de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação.

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para fazer jus aos recursos orçamentários da parte variável deverá cumprir o conjunto de requisitos definidos no termo de colaboração e Anexos.

A PARTE VARIÁVEL corresponde obrigatoriamente à 5% (cinco por cento) do valor das PARTES FIXAS 1 e 2. Distribuídos entre Variável 1 (2% das PARTES FIXAS 1 e 2), Variável 2 (1% das PARTES FIXAS 1 e 2) e Variável 3 (2% das PARTES FIXAS 1 e 2).

### **9.5.4. Recursos financeiros para adaptações das instalações das unidades**

Os recursos previstos na rubrica de INVESTIMENTO devem ser mantidos nos mesmos valores do CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – ITEM 9.10 deste Plano de Trabalho.

O repasse será realizado de acordo com o cronograma de desembolso.

### **9.5.5. Condições para destinação dos recursos financeiros no cronograma de desembolso e metas físicas**

A primeira parcela do Termo de Colaboração, correspondente ao custeio dos três primeiros meses conforme Cronograma de Desembolso, será creditada como 1º (primeiro) aporte de recursos financeiros, viabilizando o cumprimento do item que solicita abertura de conta corrente específica para movimentação e comprovação das despesas realizadas através de extrato bancário mensal.

A competência da execução financeira é sempre de 01 a 30(ou 31) de cada mês.

A aprovação dos relatórios de acompanhamento financeiro trimestral deverá ser assinada por pelo menos 3 (três) membros da Comissão Monitoramento e Avaliação – CMA, conforme previsto na RESOLUÇÃO SMS Nº 5065 DE 15 DE SETEMBRO DE 2021.

#### **9.6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A execução do presente Termo de Colaboração onerará a dotação orçamentária do respectivo Plano de Trabalho da SMS-RJ objeto deste instrumento, PT \_\_\_\_\_, ND \_\_\_\_\_ no ano subsequente no PT que o suceder, respeitando os valores do Cronograma de Desembolso, este valor inclui PARTE FIXA 1 – Apoio à Gestão – PARTE FIXA 2 – RH e Custeio – e PARTE VARIÁVEL – Variáveis (1), (2) e (3).

Os limites máximos mensais em cada categoria de despesa são apontados no próprio Cronograma de Desembolso.

#### **9.7. DESPESAS GLOSADAS**

Todas as despesas que não forem eventualmente reconhecidas pelo Gestor ou Comissão Gestora da Parceria e/ou CMA como pertinentes ao Termo de Colaboração, deverão ser ressarcidas à conta específica do mesmo com demonstração por meio de extrato bancário no prazo determinado.

#### **9.8. MANUTENÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS FISCAIS E CONTÁBEIS**

A organização da sociedade civil deverá manter em perfeita ordem todos os documentos fiscais e contábeis, especialmente os respectivos livros e os comprovantes de todas as despesas contraídas, devendo apresentá-los sempre que requerido pelos órgãos fiscalizadores competentes.

As informações fiscais e contábeis deverão ser encaminhadas através do Relatório de Prestação de Contas mensal assinado pelo responsável da organização da sociedade civil e também por meio digital.

Todos os comprovantes fiscais deverão ser emitidos em nome da organização da sociedade civil e seus originais ficarão sob sua guarda e à disposição dos órgãos fiscalizadores.

As notas fiscais devem estar devidamente quitadas, contendo aposição de carimbo identificador da organização da sociedade civil, bem como a data e a assinatura de seu preposto.

Somente serão aceitos os recibos e as notas fiscais quando emitidos com data posterior à assinatura do Termo de Colaboração e de seus respectivos termos aditivos. No momento do “atesto”, o valor unitário de cada item/insumo/ material de consumo ou permanente deve constar na nota a ser atestada. Todos os recibos e notas fiscais devem ter o atesto do diretor da unidade.

### 9.9. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES

As aquisições de materiais permanentes efetuadas com recursos oriundos deste Termo de Colaboração deverão ser patrimoniadas, devendo a organização da sociedade civil apresentar os documentos e informações pertinentes tão logo realize a aquisição e utilizar o código CNES na placa de cada item a ser patrimoniado no ato da compra. O levantamento de itens que consta na tabela de equipamentos do CNES de cada unidade cadastrada, deve ser atualizado a cada movimentação de patrimônio e fornecido como um dos relatórios ao Gestor(a) ou Comissão Gestora da Parceria (CGP) e Comissão de Monitoramento Avaliação (CMA).

### 9.10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

#### Hospital da Mulher Fernando Magalhães:

PARTE 1 - APOIO À GESTÃO			
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>
PARTE 2 - RH E CUSTEIO			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES			
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03
<b>B - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86
B1.4 SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMFHM</b>	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio HMFHM</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03
<b>E- INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 5.000.000,00</b>
<b>G-PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>
PARTE 4 - VARIÁVEL			
<b>H-VARIÁVEL</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Variável 1			
Variável 2			
Variável 3			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES			
PARCELA 1			
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 13.878.204,13</b>

PARTE 1 - APOIO À GESTÃO			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>
PARTE 2 - RH E CUSTEIO			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
<b>B - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86
B1.4 SERVIÇO AMBULATORIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMFHM</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio HMFHM</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
<b>E- INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 5.000.000,00</b>
<b>G-PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>
PARTE 4 - VARIÁVEL			
<b>H-VARIÁVEL</b>	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20
Variável 1	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
Variável 2	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04
Variável 3	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES			
PARCELA 2			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 14.322.114,33</b>

PARTE 1 - APOIO À GESTÃO			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>
PARTE 2 - RH E CUSTEIO			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
<b>B - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86
B1.4 SERVIÇO AMBULATORIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMFHM</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio HMFHM</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
<b>E- INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 5.000.000,00</b>
<b>G-PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>
PARTE 4 - VARIÁVEL			
<b>H-VARIÁVEL</b>	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20
Variável 1	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
Variável 2	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04
Variável 3	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 14.322.114,33</b>

PARTE 1 - APOIO À GESTÃO				
Item	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL 1º ANO
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 5.073.259,56
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 4.058.607,60
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 1.014.651,96
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 5.073.259,56</b>
PARTE 2 - RH E CUSTEIO				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES				
Item	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL 1º ANO
<b>B - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 74.062.182,48
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 4.797.491,52
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 12.313.325,40
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 31.588.750,32
B1.4 SERVIÇO AMBULATORIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 11.150.966,16
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 14.211.649,08
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMF</b>	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96	R\$ 27.403.007,52
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio HMF</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 101.465.190,00</b>
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
Item	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL
<b>E- INVESTIMENTO</b>		R\$ -		
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.000.000,00
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 15.000.000,00</b>
<b>G-PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 106.538.449,56</b>
PARTE 4 - VARIÁVEL				
<b>H-VARIÁVEL</b>	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 3.995.191,80
Variável 1	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 1.598.076,72
Variável 2	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 799.038,36
Variável 3	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 1.598.076,72
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES				
Item	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 5.073.259,56
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 101.465.190,00
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.000.000,00
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 3.995.191,80
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 125.533.641,36</b>

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO HMF				
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO				
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15	
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES				
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15	
<b>B1 - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86
B1.4 SERVIÇO AMBULATORIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio HMF</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15	
<b>E- INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>
PARTE 4 - VARIÁVEL				
<b>H- VARIÁVEL</b>	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20
Variável 1	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
Variável 2	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04
Variável 3	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES				
PARCELA 5				
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15	
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO HMFM			
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO			
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES			
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18
<b>B1 - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	<b>R\$ 6.171.848,54</b>	<b>R\$ 6.171.848,54</b>	<b>R\$ 6.171.848,54</b>
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86
B1.4 SERVIÇO AMBULATORIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio HMFM</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18
<b>E - INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>
PARTE 4 - VARIÁVEL			
<b>H- VARIÁVEL</b>	<b>R\$ 443.910,20</b>	<b>R\$ 443.910,20</b>	<b>R\$ 443.910,20</b>
Variável 1	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
Variável 2	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04
Variável 3	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES			
PARCELA 6			
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO HMFM			
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO			
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES			
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21
<b>B1 - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	<b>R\$ 6.171.848,54</b>	<b>R\$ 6.171.848,54</b>	<b>R\$ 6.171.848,54</b>
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86
B1.4 SERVIÇO AMBULATORIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio HMFM</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21
<b>E - INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>
PARTE 4 - VARIÁVEL			
<b>H- VARIÁVEL</b>	<b>R\$ 443.910,20</b>	<b>R\$ 443.910,20</b>	<b>R\$ 443.910,20</b>
Variável 1	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
Variável 2	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04
Variável 3	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES			
PARCELA 7			
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO HMFM						
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 5.073.259,56	R\$ 10.146.519,12	
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 4.058.607,60	R\$ 8.117.215,20	
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 1.014.651,96	R\$ 2.029.303,92	
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 5.073.259,56	R\$ 10.146.519,12	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
<b>B1 - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 74.062.182,48	R\$ 148.124.364,96	
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 4.797.491,52	R\$ 9.594.983,04	
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 12.313.325,40	R\$ 24.626.650,80	
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 31.588.750,32	R\$ 63.177.500,64	
B1.4 SERVIÇO AMBULATORIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 11.150.966,16	R\$ 22.301.932,32	
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 14.211.649,08	R\$ 28.423.298,16	
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96	R\$ 27.403.007,52	R\$ 54.806.015,04	
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio HMFM</b>	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 101.465.190,00	R\$ 202.930.380,00	
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
<b>E - INVESTIMENTO</b>						
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.000.000,00	
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	R\$ 8.878.204,13	R\$ 8.878.204,13	R\$ 8.878.204,13	R\$ 106.538.449,56	R\$ 213.076.899,12	
PARTE 4 - VARIÁVEL						
<b>H- VARIÁVEL</b>	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 5.326.922,40	R\$ 9.322.114,20	
Variável 1	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 2.130.768,96	R\$ 3.728.845,68	
Variável 2	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 1.065.384,48	R\$ 1.864.422,84	
Variável 3	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 2.130.768,96	R\$ 3.728.845,68	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 5.073.259,56	R\$ 10.146.519,12	
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 101.465.190,00	R\$ 202.930.380,00	
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.000.000,00	
TOTAL PARTE 4 - VARIÁVEL	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 5.326.922,40	R\$ 9.322.114,20	
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	R\$ 9.322.114,33	R\$ 9.322.114,33	R\$ 9.322.114,33	R\$ 111.865.371,96	R\$ 237.399.013,32	

Hospital Maternidade Carmela Dutra:

PARTE 1 - APOIO À GESTÃO				
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03	
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	
PARTE 2 - RH E CUSTEIO				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03	
<b>B - RH HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATORIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMCD</b>	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38	
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMCD)</b>	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03	
<b>E - INVESTIMENTO</b>				
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>F-TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76	
PARTE 4 - VARIÁVEL				
<b>H- VARIÁVEL</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Variável 1				
Variável 2				
Variável 3				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03	
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
TOTAL PARTE 4 - VARIÁVEL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76	

PARTE 1 - APOIO À GESTÃO			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46
PARTE 2 - RH E CUSTEIO			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
<b>B - RH HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATORIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMCD</b>	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMCD)</b>	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
<b>E - INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>F-TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76
PARTE 4 - VARIÁVEL			
<b>H- VARIÁVEL</b>	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55
Variável 1	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62
Variável 2	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31
Variável 3	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA			
PARCELA 2			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	R\$ 8.520.152,31	R\$ 8.520.152,31	R\$ 8.520.152,31

PARTE 1 - APOIO À GESTÃO			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46
PARTE 2 - RH E CUSTEIO			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
<b>B - RH HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATORIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMCD</b>	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMCD)</b>	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
<b>E - INVESTIMENTO</b>		R\$ -	R\$ -
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos		R\$ -	R\$ -
<b>F-TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76
PARTE 4 - VARIÁVEL			
<b>H- VARIÁVEL</b>	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55
Variável 1	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62
Variável 2	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31
Variável 3	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	R\$ 8.520.152,31	R\$ 8.520.152,31	R\$ 8.520.152,31

PARTE 1 - APOIO À GESTÃO				
Item	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL 1º ANO
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 4.636.817,52
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 3.709.454,04
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 927.363,48
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 4.636.817,52
PARTE 2 - RH E CUSTEIO				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
Item	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL 1º ANO
<b>B - RH HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	R\$ 71.335.655,04
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 4.218.170,52
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 26.756.601,48
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 9.673.061,76
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 16.217.370,00
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 3.966.886,44
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 10.503.564,84
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMCD</b>	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38	R\$ 21.400.696,56
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMCD)</b>	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 92.736.351,60
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
Item	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL
<b>E - INVESTIMENTO</b>		R\$ -		
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>F-TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76	R\$ 97.373.169,12
PARTE 4 - VARIÁVEL				
<b>H- VARIÁVEL</b>	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 3.651.493,95
Variável 1	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 1.460.597,58
Variável 2	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 730.298,79
Variável 3	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 1.460.597,58
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
Item	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 4.636.817,52
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 92.736.351,60
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 3.651.493,95
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	R\$ 8.520.152,31	R\$ 8.520.152,31	R\$ 8.520.152,31	R\$ 101.024.663,07

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO				
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15	
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15	
<b>B2 - RH Hospital MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38	
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMFM + HMCD)</b>	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15	
<b>E - INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76	
PARTE 4 - VARIÁVEL				
<b>H- VARIÁVEL</b>	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	
Variável 1	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	
Variável 2	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	
Variável 3	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15	
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	R\$ 8.520.152,31	R\$ 8.520.152,31	R\$ 8.520.152,31	

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO				
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18	
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18	
<b>B2 - RH Hospital MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>	
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMF + HMCD)</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18	
<b>E - INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	
PARTE 4 - VARIÁVEL				
<b>H- VARIÁVEL</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	
Variável 1	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	
Variável 2	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	
Variável 3	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
PARCELA 6				
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18	
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO				
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21	
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21	
<b>B2 - RH Hospital MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>	
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMF + HMCD)</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21	
<b>E - INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	
PARTE 4 - VARIÁVEL				
<b>H- VARIÁVEL</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	
Variável 1	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	
Variável 2	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	
Variável 3	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
PARCELA 7				
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21	
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA						
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 4.636.817,52	R\$ 9.273.635,04	
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 3.709.454,04	R\$ 7.418.908,08	
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 927.363,48	R\$ 1.954.726,96	
a3 - Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 4.636.817,52</b>	<b>R\$ 9.273.635,04</b>	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
<b>B2 - RH Hospital MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>	<b>R\$ 71.335.655,04</b>	<b>R\$ 142.671.310,08</b>	
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 4.218.170,52	R\$ 8.436.341,04	
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 26.756.601,48	R\$ 53.513.202,96	
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 9.673.061,76	R\$ 19.346.123,52	
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 16.217.370,00	R\$ 32.434.740,00	
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATORIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 3.966.886,44	R\$ 7.933.772,88	
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 10.503.564,84	R\$ 21.007.129,68	
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	<b>R\$ 21.400.696,56</b>	<b>R\$ 42.801.393,12</b>	
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMFM + HMCD)</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 92.736.352,00</b>	<b>R\$ 185.472.703,60</b>	
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS						
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
<b>E - INVESTIMENTO</b>						
e1 - Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>F - TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 97.373.169,52</b>	<b>R\$ 194.746.338,64</b>	
PARTE 4 - VARIÁVEL						
<b>H- VARIÁVEL</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 4.868.658,60</b>	<b>R\$ 8.520.152,55</b>	
Variável 1	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 1.947.463,44	R\$ 3.408.061,02	
Variável 2	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 973.731,72	R\$ 1.704.030,51	
Variável 3	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 1.947.463,44	R\$ 3.408.061,02	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA						
PARCELA 8						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 4.636.817,52	R\$ 9.273.635,04	
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 92.736.351,60	R\$ 185.472.703,20	
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 4.868.658,60	R\$ 8.520.152,55	
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 102.241.827,72</b>	<b>R\$ 203.266.490,79</b>	

**RESUMO DO HMFM/HMCD:**

RESUMO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO														
	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Total 1º Ano	
ANO 1	R\$ 16.992.634,89	R\$ 16.992.634,89	R\$ 16.992.634,89	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 22.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 22.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 226.558.304,43	
	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24	Total 2º Ano	Total Contrato
ANO 2	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 214.107.199,68	R\$ 440.665.504,11
<b>TOTAL SERVIÇO HMFM+HMCD</b>														
<b>Total Primeiro Ano Total Segundo Ano TOTAL GERAL</b>														
	R\$ 226.558.304,43	R\$ 214.107.199,68												R\$ 440.665.504,11

**10. QUALIFICAÇÃO**

**10.1** Comprovação, através da documentação legal (contrato ou carteira de trabalho), de que a Organização da Sociedade Civil possui no seu quadro, Responsável Técnico (médico), com certificado de responsabilidade técnica (CRT) registrado(s) no Conselho Regional de Medicina (CRM).

**10.2** Comprovação através da documentação legal (contrato ou carteira de trabalho) que a Organização da Sociedade Civil possui em seu quadro, profissional de nível superior com graduação ou especialização, em gestão em saúde, com experiência comprovada através de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

**10.3** Os profissionais descritos nos subitens anteriores deverão se manter atuantes e no quadro funcional profissional da contratada durante todo o período de vigência do parceria e caso sejam excluídos por qualquer motivo a OSC se obriga a informar a Secretaria Municipal Saúde/RJ e a substituí-los e no máximo 30 (trinta) dias.

**10.4** Todos os recursos humanos destinados às ações assistenciais e de apoio do presente plano de trabalho, devem estar de acordo com a legislação vigente e com as normas regentes de cada profissão ou atividade.

**10.5** A primeira etapa para a contratação de Recursos Humanos inicia com o processo de recrutamento e seleção de pessoal, que deve ser norteado pelos eixos da formação técnica, profissionais devidamente registrados em seus respectivos Conselhos Profissionais e todos sem exceção com experiência comprovada para exercer a atividade ou função a que se propõem.

**10.6** As gratificações de Titulação, Desempenho Variável, Responsabilidade Técnica, Tempo de Serviço, Preceptoria e outras que vierem a ser pagas no decorrer da execução da Parceria, deverão estar contidas em documento próprio que descreva a política de incentivos da instituição. Tais gratificações irão compor a remuneração bruta dos profissionais e consideradas para o cálculo do provisionamento. A OSC deverá também observar a Resolução SMS nº 6.289 de 21 de outubro de 2024 em suas contratações.

### **AValiação e Pontuação das Propostas Técnicas e Econômicas**

Este item descreve os critérios que serão utilizados para a avaliação e pontuação das Propostas Técnicas e Econômicas a serem elaboradas pelas proponentes participantes deste processo seletivo, de acordo com o quadro seguinte:

#### **CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PARA AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS TÉCNICAS E ECONÔMICAS e CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO:**

Critérios	Item	Descrição	Pontuação Máxima (Item)	Pontuação Máxima (Critério)
1- Experiência	1	Tempo de experiência de gestão em saúde.	4	10
	2	Experiência em gestão de serviço hospitalar com perfil emergência ginecológica/obstétrica e neonatal; assistência intensiva ginecológica/obstétrica e neonatal.	6	

2-Grau de adequação da proposta apresentada ao objeto da parceria.	3	Políticas de Recursos Humanos, incluindo plano de cargos e salários, benefícios, provisões e incentivos aplicados aos profissionais.	10	
		a- Programa de Desenvolvimento Humano, Técnico e Gerencial		1
		b- Sistema de pagamento por performance		1
	4	Plano/Programa de Educação Permanente	1	
	5	Dimensionamento gerencial, administrativo e da Equipe Assistencial	4	
	6	Plano de ação para melhoria dos serviços voltados para efetividade de todos os procedimentos de obstetrícia e neonatologia e assistência intensiva ginecológica/obstétrica e neonatal	3	
3.Capacidade Operacional	7	Publicização das prestações de contas e resultados assistenciais da proponente em seu sítio institucional	10	
	8	Apresentação do Regimento Interno ou documento equivalente, que descreva os princípios éticos e comportamentais que norteiam o relacionamento e a conduta institucional de funcionários e diretoria com seus pares, subordinados e parceiros de negócios, visando manter uma postura de transparência e ética nas relações pessoais e comerciais da entidade	05	
	9	Apresentação de documentos que comprovem a aplicação e efetividade da Política de Compliance e Integridade da Instituição	15	
	10	Experiência em uso de sistema de prontuário eletrônico em unidades de saúde	14	
	11	Apresentação dos Instrumentos de Pesquisa de Satisfação do Usuário e organização da análise dos dados	06	
	12	Ações voltadas à qualidade, através de Comissões, Serviços, Protocolos Clínicos	10	
4. Preço	13	ITEM 13– Redução na proposta econômica –Considerando as definições do “Item 9– Custo” do Plano de Trabalho	15	
	14	Proposta econômica: volume de recursos (R\$) destinados à rubrica A.2 Apoio à Gestão – OSC - Considerando as definições do “Item 9 – Custo” do Plano de Trabalho	5	
<b>Total</b>			<b>100</b>	

## 1.2. Critério 01 - Experiência

Para finalidade de avaliação deste critério será considerada a experiência da proponente aferida através de instrumentos jurídicos, certidões ou atestados comprovando a execução do objeto da parceria ou de natureza semelhante, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo conter:

### No caso de atestados ou certificados:

- A identificação da pessoa jurídica emitente;
- O nome e o cargo da autoridade signatária;
- Timbre do emitente;
- O prazo de vigência.

### No caso de contratos:

- Período de vigência do contrato;
- Objeto contratual com descrição das atividades sob responsabilidade direta da Entidade.

## ITEM 01 - Tempo de Experiência em Gestão de Saúde

Será pontuado de acordo com a tabela abaixo com a respectiva documentação comprobatória:

Pontuação Máxima Deste Item	4 Pontos
Menor ou igual a 12 meses	0 (zero)
Maior que 12 meses até 36 meses	2 pontos
Maior que 36 meses até 60 meses	3 pontos
Maior de 60 meses	4 pontos

Serão considerados para fins de avaliação de tempo de experiência o número de meses corridos por instrumento. Não sendo permitido o somatório dos instrumentos do mesmo período de vigência.

**ITEM 02 - Experiência em gestão de serviço hospitalar com perfil emergência ginecológica/obstétrica e neonatal; assistência intensiva ginecológica/obstétrica e neonatal.**

Para fins de avaliação deste item será considerado o período que foi executada a gestão nas unidades apresentadas. Será pontuado de acordo com a tabela abaixo, com respectiva documentação comprobatória.

Pontuação Máxima	6 Pontos
Menor ou igual a 12 meses	0 (zero)
Maior que 12 meses a 36 meses	2 pontos
Maior que 36 meses a 60 meses	4 pontos
Maior que 60 meses	6 pontos

Será considerado para fins de avaliação de tempo de experiência o número de meses corridos por instrumento. Não sendo permitido o somatório dos instrumentos do mesmo período de vigência.

**1.3. Critério 02- Grau De Adequação Da Proposta Apresentada Ao Objeto Da Parceria**

Para finalidade de avaliação deste critério será considerada adequação da proposta da Organização da Sociedade Civil-OSC, aos objetivos específicos do projeto e ações elencadas no Plano de Trabalho em relação aos seguintes itens:

**ITEM 03 - Política de recursos humanos, incluindo plano de cargos e salários, benefícios, provisões e incentivos aplicados aos profissionais.**

Para finalidade de avaliação deste item a proponente deverá apresentar a Política de Recursos Humanos, incluindo os seguintes itens:

**a) Programa de Desenvolvimento Humano, Técnico e Gerencial**

Para finalidade de avaliação deste item a proponente deverá apresentar descritivo que contemple:

Pontuação Máxima Deste Sub-Item	1 Ponto
Descrição das competências dos cargos a serem contratados	0,5 Pontos
Boas Práticas de Gestão da Folha de Pagamento	0,5 Pontos

**b) Sistema de pagamento por performance**

Para finalidade de avaliação deste item a proponente deverá propor incentivos financeiros e outros mecanismos, com base na avaliação de indicadores de desempenho.

A proposta **deverá comprovar, através de contracheque ou documento equivalente**, que a instituição pratica a política de incentivos.

Pontuação Máxima Deste Sub-Item	1 Ponto
Gratificação de Titulação	0,20 ponto
Gratificação por desempenho variável	0,20 ponto
Gratificação por responsabilidade técnica	0,20 ponto
Gratificação por tempo de serviço (fixação)	0,20 ponto
Gratificação por preceptoría	0,20 ponto

#### ITEM 4 - Plano/Programa de Educação Permanente

A proponente deverá descrever como pretende organizar suas atividades de educação permanente com vistas à capacitação e atualização dos profissionais atuantes no objeto desta PARCERIA e melhoria da qualidade assistencial. Este item poderá pontuar, no máximo, 1 ponto.

Apresentação Do Programa De Educação Permanente Com As Descrições Das Atividades	Ausência Do Programa De Educação Permanente Com As Descrições Das Atividades
1,0 pontos	0 (não pontua)

#### ITEM 5 - Dimensionamento Gerencial, administrativo e da Equipe Assistencial.

Para finalidade de avaliação deste critério será verificado o número de funcionários contratados pela Organização da Sociedade Civil em atividade.

A forma de comprovação será através da verificação do cadastro nacional de estabelecimentos de saúde das unidades geridas pela OSC.

É necessária a apresentação da tabela com lista das unidades geridas pela instituição e número de funcionários cadastrados no CNES em cada unidade, com somatório no final e ficha simplificada de cada unidade.

Pontuação Máxima Deste Item	4 Pontos
Até 200 funcionários	1 ponto
201 a 500 funcionários	2 pontos
501 a 1.000 funcionários	3 pontos
1.001 a 5.000 funcionários	3,5 pontos
Mais de 5.001 funcionários	4 pontos

**ITEM 6 - Plano de ação para melhoria dos serviços voltados para efetividade de todos os procedimentos de obstetrícia e neonatologia e assistência intensiva ginecológica/obstétrica e neonatal**

Dentro do plano de ação deverão conter: (i) Objetivos, (ii) Estratégias e Ações Prioritárias (iii) Gestão de Riscos, (iv) Plano de Monitoramento e Avaliação. Este item poderá pontuar, no máximo, 3 pontos.

Pontuação Máxima Deste Item	3 Pontos
(i) Objetivos	0,5 ponto
(ii) Estratégias e Ações Prioritárias	0,5 ponto
(iii) Gestão de Riscos	1,0 ponto
(iv) Plano de Monitoramento e Avaliação	1,0 ponto

**1.4. CRITÉRIO 03 – CAPACIDADE OPERACIONAL**

Para finalidade de avaliação deste critério, a proponente deverá apresentar dados técnicos da execução das tarefas e a metodologia empregada para organizar suas atividades assistenciais e técnicas e a infraestrutura de apoio, declarando os equipamentos e programas (inclusive os recursos de informática), assim como o suporte técnico/operacional **disponível vigente** na proponente para, eventualmente, apoiar a equipe que executará as atividades de acordo com a Estrutura da Rede de Saúde do Município, de forma a garantir que a unidade e as equipes de saúde alcancem as metas de produção e de qualidade:

**ITEM 7 - Publicização das prestações de contas e resultados assistenciais da proponente em seu sítio institucional**

Para finalidade de avaliação deste item, a proponente deverá comprovar que disponibiliza em seu sítio institucional as prestações de contas relacionadas a contratos vigentes ou anteriores contendo no mínimo:

Pontuação Máxima Deste Item	10 Pontos
Apresentar do link do site para publicização de relatório de prestação de contas financeiras dos dois últimos anos dos contratos firmados.	3,0 Pontos
Apresentar link de relatório de prestação de contas assistenciais dos dois últimos anos dos contratos firmados.	3,0 Pontos
Apresentar um relatório de auditoria externa independente do último exercício fiscal, devidamente aprovado e contendo parecer final.	4,0 Pontos

**ITEM 8 - Apresentação do Regimento Interno ou documento equivalente, que descreva os princípios éticos e comportamentais que norteiam o relacionamento e a conduta institucional de funcionários e diretoria com seus pares, subordinados e parceiros de negócios, visando manter uma postura de transparência e ética nas relações pessoais e comerciais da entidade.**

Este item avaliará a aplicabilidade da política de Compliance e Integridade. Será avaliado através da análise da demonstração objetiva na descrição do Plano de Trabalho apresentado, de que a Entidade tem compreensão das informações relevantes de transparência das informações e da política de integridade aplicada pela Instituição.

Para finalidade de avaliação deste critério será considerado essencial que o conteúdo aborda explicitamente:

Pontuação Máxima Deste Item	05 Pontos
Estatuto da instituição disponível no sítio eletrônico da instituição	2,0 pontos
Apresentação do documento que descreva a Política de Compliance e Integridade da proponente através do Regimento Interno ou documento equivalente disponibilizado no sítio eletrônico da proponente	1,0 pontos
Ata de aprovação do documento institucional (Compliance) pelo Conselho Administrativo e/ou pela Diretoria disponibilizada no sítio eletrônico da proponente	2,0 pontos

**ITEM 9 - Apresentação de documentos que comprovem a aplicação e efetividade da Política de Compliance e Integridade da Instituição.**

Para comprovação da aplicação e efetividade da Política de Compliance e Integridade da proponente, deverão ser apresentados documentos que demonstrem a realização de todas as ações abaixo:

Pontuação Máxima Deste Item	15 Pontos
Designação de um oficial <u>ou</u> um comitê <u>ou</u> uma comissão de integridade;	2,0
Comprovação de ações de educação e treinamento efetivos em compliance e integridade, através da apresentação de lista de presença ou instrumento equivalente;	2,0
Apresentação de canais de comunicação efetivos para o recebimento de denúncias, reclamações e manifestações, incluindo obrigatoriamente um canal que permita o envio de comunicações de forma anônima e com garantia de sigilo	3,0
Comprovação de ações de condução de auditorias e monitoramentos internos	2,0
Comprovação dos meios de divulgação das políticas de compliance quanto aos padrões de conduta, por meio de parâmetros disciplinares amplamente divulgados;	3,0
Comprovação de aplicação das medidas adotadas cabíveis aos problemas detectados.	3,0

**ITEM 10 - Experiência em uso de sistema de prontuário eletrônico em unidades de saúde.**

Para finalidade de avaliação deste critério será considerada a comprovação pela proponente da utilização do prontuário eletrônico disponível em unidades de saúde.

Para a finalidade de avaliação deste item, os documentos comprobatórios deverão ser atestados, ou certificados expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou contratos que comprovem a experiência da proponente, devendo conter imprescindivelmente:

**No caso de atestados ou certificados:**

- a identificação da pessoa jurídica emitente;
- o nome e o cargo da autoridade signatária;
- timbre do emitente;
- com prazo de vigência atual.

**No caso de contratos:**

- período de vigência do contrato;
- objeto contratual com descrição das atividades sob responsabilidade direta da proponente;
- prazo de vigência atual.

Tempo De Atividade (Em Anos)	14 Pontos
Menor ou igual a 12 meses	0 (zero)
Maior que 12 meses até 36 meses	6 pontos
Maior que 36 meses até 60 meses	10 pontos
Mais de 60 meses	14 pontos

**ITEM 11 - Apresentação dos instrumentos de Pesquisa de Satisfação do Usuário e organização da análise dos dados.**

Nos instrumentos de pesquisa e organização dos serviços de atendimento e satisfação dos usuários, a Organização da Sociedade Civil deverá ouvir a sociedade e aproximar-se dos públicos-alvo envolvidos ou potenciais da organização para subsidiar o processo de tomada de decisão organizacional, visando à melhoria interna da organização,

são os resultados esperados da adesão do recurso à pesquisa como instrumento de gestão e democratização.

O modelo utilizado de pesquisa de organização dos serviços de atendimento e satisfação dos usuários deverá abranger o seguinte:

Pontuação Máxima Deste Item	06 Pontos
Apresentação do Link do relatório de pesquisa de satisfação utilizada pela instituição	2,0 PONTOS
Plano amostral da pesquisa de satisfação realizada	2,0 PONTOS
Pesquisa realizada com mais de 1.000 usuários	2,0 PONTOS

**ITEM 12 - Ações voltadas à qualidade, através de Comissões obrigatórias, Serviços e Protocolos Clínicos:**

Para finalidade de avaliação deste item, a OSC deverá apresentar o detalhamento das ações voltadas à qualidade, através de:

Pontuação Máxima Deste Item	10 Pontos
Apresentar uma ata da comissão de prontuário com as resoluções dos casos e possíveis tratativas;	2,0 PONTOS
Apresentar uma ata de reunião da comissão de óbito com as resoluções dos casos e possíveis tratativas;	4,0 PONTOS
Protocolos Clínicos e Terapêuticos– Relação de linhas de cuidados e protocolos associados a descrição dos fluxos trabalhos voltados ao objetivo do plano de trabalho com suas respectivas assinaturas (elaborador, revisor, responsável pela aprovação);	4,0 PONTOS

Serão consideradas para avaliação apenas as atas de reuniões realizadas com uma antecedência mínima de 12 meses em relação à data de apresentação da proposta técnica. Ex: proposta/envelope entregue em 31/01/2025. As atas que serão consideradas serão somente aquelas datadas a partir 31/01/2024.

**1.5. Critério 04 – Preço**

**ITEM 13 – Redução na proposta econômica – Considerando as definições do “Item 9 – CUSTO” do plano de trabalho.**

Valor de redução máximo aplicado neste item - **R\$61.816.318,91 (Sessenta e um milhão, oitocentos e dezesseis mil, trezentos e dezoito e noventa e um reais centavos)** sob pena de desclassificação.

Pontuação máxima deste item.

Nº de Proponentes (N)	Descrição e Julgamento	Pontuação
1	Atende às especificações	15
	Não atende às especificações	0
2	1ª menor proposta de preço ofertada	15
	2ª menor proposta de preço ofertada	7.5
	Não atende às especificações	0
3	1ª menor proposta de preço ofertada	15
	2ª menor proposta de preço ofertada	10
	3ª menor proposta de preço ofertada	5
	Não atende às especificações	0
4	1ª menor proposta de preço ofertada	15
	2ª menor proposta de preço ofertada	11.25
	3ª menor proposta de preço ofertada	7.5
	4ª menor proposta de preço ofertada	3.75
	Não atende às especificações	0

(\*No caso de mais de 4 (quatro) proponentes, o critério de pontuação seguirá a mesma lógica dos percentis, isto é, o cálculo  $(15 / N)$  será utilizado para definir o ponto de corte da pontuação da menor proposta de preço ofertada. Exemplo, se  $N = 5$  proponentes; o valor de 1,00 pontos deverá ser atribuído a menor proposta de preço ofertada; 0,8 para a segunda menor proposta de preço ofertada; 0,6 para a terceira menor proposta de preço ofertada; 0,4 para a quarta menor proposta de preço ofertada; 0,2 para a menor proposta de preço ofertada, 0,00 caso o proponente não atenda às especificações. Será sempre considerado o critério de arredondamento para duas casas decimais.

A OSC deverá apresentar o montante da redução financeira de sua proposta conforme quadro abaixo.

Valor Global Do Cronograma Do Edital	Valor Global Do Cronograma Da Proposta	Valor De Redução Aplicado À Proposta
R\$ 378.849.185,60		

**ITEM 14 - Redução na rubrica A.2 Apoio à Gestão – OSC., com base no Item 9.10 - Cronograma de Desembolso deste Plano de Trabalho.**

Valor de redução máximo aplicado neste item - **R\$3.107.224,66 (três milhões cento e sete mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e seis centavos)** sob pena de desclassificação.

A proponente deve discriminar todos os seus custos operacionais relacionados à rubrica A.2) Apoio à Gestão-OSC. Entende-se por custos operacionais todas as despesas não relacionadas diretamente com o objeto, mas fundamentais para a execução do contrato,

tendo como limite financeiro o previsto na rubrica A.2) Apoio à Gestão-OSC (cronograma). **A proponente deverá apresentar planilha com os gastos previstos com:** recursos humanos para a sede incluindo salário dos dirigentes, despesas para o custeio da sede e demais despesas.

As propostas receberão pontuação de acordo com a tabela abaixo:

Nº de Proponentes (N)	Descrição e Julgamento	Pontuação
1	Atende às especificações	5
	Não atende às especificações	0
2	1ª menor proposta de preço ofertada	5
	2ª menor proposta de preço ofertada	2.5
	Não atende às especificações	0
3	1ª menor proposta de preço ofertada	5
	2ª menor proposta de preço ofertada	3.33
	3ª menor proposta de preço ofertada	1.66
	Não atende às especificações	0
4	1ª menor proposta de preço ofertada	5
	2ª menor proposta de preço ofertada	3.75
	3ª menor proposta de preço ofertada	2.5
	4ª menor proposta de preço ofertada	1.25
	Não atende às especificações	0

(\*No caso de mais de 4 (quatro) proponentes, o critério de pontuação seguirá a mesma lógica dos percentis, isto é, o cálculo  $(5,0 / N)$  será utilizado para definir o ponto de corte da pontuação da menor proposta de preço ofertada. Exemplo, se  $N = 5$  proponentes; o valor de 1,00 pontos deverá ser atribuído a menor proposta de preço ofertada; 0,8 para a segunda menor proposta de preço ofertada; 0,6 para a terceira menor proposta de preço ofertada; 0,4 para a quarta menor proposta de preço ofertada; 0,2 para a menor proposta de preço ofertada, 0,00 caso o proponente não atenda às especificações. Será sempre considerado o critério de arredondamento para duas casas decimais.

**Na formulação das Propostas Técnicas e Econômicas, as proponentes deverão computar todas as despesas e custos operacionais relacionados com os serviços a serem executados, especialmente os de natureza tributária (taxas e impostos), trabalhista, previdenciária e securitária (quadros de pessoal), bem como os gastos com o cumprimento das normas pertinentes à Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho, sob pena de desclassificação.**

## 11. SUPERVISÃO

### 11.1. RESPONSABILIDADES NO ACOMPANHAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde - SMS-Rio, como entidade Contratante é responsável por indicar a forma, bem como por implementar as ações que se destinam ao processo de acompanhamento estabelecendo seus critérios, os recursos tecnológicos a serem utilizados, nomeando a Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA): órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a execução do Termo de Colaboração celebrado com organizações da sociedade civil. É constituída por ato publicado em meio oficial de comunicação. Deverá ser também nomeado o gestor da parceria que atuará como responsável direto no processo de acompanhamento e avaliação.

## **11.2. COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

A Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) é um colegiado instituído pela administração pública destinado a monitorar e avaliar o desempenho da instituição parceira na consecução dos serviços de saúde, de acordo com os critérios, parâmetros e calendário previamente definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Os procedimentos de acompanhamento, avaliação e fiscalização da Comissão de Monitoramento e Avaliação estão regulamentados pela Resolução SMS nº 5.065 de 15 de setembro de 2021.

### **11.2.1. COMPOSIÇÃO**

A Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA será constituída por membros titulares e suplentes, definidos e nomeados pelo Secretário Municipal de Saúde e publicados em Diário Oficial Municipal.

A Subsecretaria vinculada à unidade do objeto do instrumento de parceria poderá indicar o número de membros que entender necessário para um adequado monitoramento e avaliação.

A S/SUBG/CTGOS deverá ser comunicada por meio do email: [ctgos.ctacea@gmail.com](mailto:ctgos.ctacea@gmail.com), sobre as datas das agendas e participará como apoio técnico às Comissões com intuito de difundir as informações e resultados obtidos através dos Contratos de Gestão firmados com Organizações Sociais, Convênios e Termo de Colaboração.

### **11.2.2. FUNÇÕES**

As Comissões de Monitoramento e Avaliação deverão monitorar, fiscalizar e avaliar os resultados atingidos com a execução do Termo de Colaboração, sob o aspecto econômico-financeiro e técnico assistencial.

### **11.2.3. COMPETÊNCIAS**

Compete às Comissões de Monitoramento e Acompanhamento (CMA):

- a) Análise dos relatórios de desempenho elaborados pela Organização da Sociedade Civil, considerando os aspectos formais, a compatibilidade com o Programa de Trabalho pactuado e também a aderência das informações à realidade;
- b) Acompanhamento e controle econômicos e financeiros dos instrumentos de parceria, analisando a aplicação dos recursos, a eficiência e eficácia dos serviços de saúde prestados à população;
- c) Análise da conformidade da prestação de contas segundo o objeto pactuado no instrumento de parceria e recomendação de ajustes e aplicação de penalidades, quando couber;
- d) Avaliação das metas e dos indicadores pactuados, registrando o funcionamento dos serviços prestados bem como a evolução das metas propostas com os resultados alcançados;
- e) Análise assistencial, através de parecer técnico, contendo o acompanhamento, a avaliação do cumprimento das metas e objetivos estabelecidos conforme anexo específico integrante do Contrato de Gestão, Termo de Colaboração e Convênio;
- f) Autorização do pagamento das parcelas contratuais, tendo como base o cronograma de desembolso, pactuado.
- g) Informações de inspeções regulares a fim de verificar a frequência, a produtividade e desempenho dos funcionários das instituições parceiras, conforme folha de controle de pagamento, assim como a verificação das instalações das unidades de saúde e postos de trabalho, estoques de insumos e outros;
- h) Estudos e análises de propostas de implantação de novos serviços, assim como a fixação e rotatividade de profissionais de saúde, quando couber.

### **11.2.4. PROCEDIMENTOS**

- Se reunir, ordinariamente, conforme calendário da agenda de reuniões publicado em Diário Oficial, com quórum mínimo de 03 (três) membros.
- Realizar reuniões periódicas, segundo calendário elaborado pela CTGOS;

- Realizar reuniões extraordinárias, sempre que solicitado pela SMS-Rio, pela contratada ou pelo gestor da parceria;
- Registrar em ata todas as reuniões realizadas que deverão ser assinadas pelos componentes da CMA e participantes presentes;
- A coordenação das reuniões da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, caberá à Coordenadoria Técnica Convênios e Contratos de Gestão (CTGOS).
- Sempre que necessário, outros técnicos poderão ser convidados a participar das reuniões de acompanhamento, bem como poderão ser chamados a emitir pareceres técnicos complementares às ações de avaliação da CMA.

#### **11.2.5. GESTOR DA PARCERIA**

Para o acompanhamento regular da execução da parceria deverá ser nomeado(a) gestor(a) designado(a) por ato, publicado em meio oficial de comunicação.

##### **11.2.5.1. FUNÇÕES**

O gestor da parceria tem funções de controle e fiscalização da execução do termo de parceria. Cabe ao gestor a interação ordinária com o parceiro privado analisando preliminarmente propostas de implantação, extinção, ampliação e otimização dos serviços executados.

##### **11.2.5.2. COMPETÊNCIAS**

Compete ao **GESTOR DA PARCERIA**:

- Acompanhar o cumprimento do objeto do Termo de Colaboração firmado, de modo que a execução atenda rigorosamente às metas, especificações, prazos, projetos, valores e condições pactuados.
- Adotar providências no sentido de sanar as falhas verificadas na execução do objeto convenial, estabelecendo prazo para solução dos problemas identificados.
- Comunicar oficialmente a Subsecretaria vinculada ao objeto do Termo de Colaboração sob a sua responsabilidade as pendências não resolvidas.
- Prestar informações a Subsecretaria vinculada ao objeto do Termo de Colaboração sob a sua responsabilidade, através de relatório mensal.
- Verificar, juntamente com a Comissão de Monitoramento e Avaliação, a prestação dos serviços e compras.

- Subsidiar a Comissão de Monitoramento e Avaliação na análise, na verificação e avaliação das metas e dos indicadores pactuados, registrando o funcionamento dos serviços prestados bem como a evolução das metas propostas com os resultados alcançados;
- Propor medidas preventivas e/ou corretivas durante a execução do Termo de Colaboração, visando o bom desempenho e à qualidade dos serviços/compras previstos no escopo do Termo de Colaboração.
- Acompanhar o vencimento do Termo de Colaboração, providenciando, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias do término do mesmo, consulta a Subsecretaria vinculada ao objeto do Termo de Colaboração sob a sua responsabilidade, sobre as providências de prorrogação do termo, se for o caso.
- Solicitar previamente a Subsecretaria vinculada ao objeto do Termo de Colaboração sob a sua responsabilidade, com justificativas, qualquer alteração no Termo de Colaboração porventura necessária, que somente será efetivada após a celebração do respectivo Termo Aditivo.
- Sugerir medidas de otimização com relação a custos, cronogramas, qualidade dos serviços ou obras previstas no escopo do instrumento convenial.

### **11.3. ÂMBITOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

Os termos de colaboração serão acompanhados tendo em vista o cumprimento do plano de trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil e tendo como parâmetro os critérios, orientações e metas abaixo estabelecidas.

### **11.4. ASPECTOS BÁSICOS ORGANIZACIONAIS**

Caberá à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- Garantir mecanismos de informação e comunicação à população sobre:
- Os serviços ofertados;
- Os indicadores de avaliação de desempenho destes serviços, utilizando padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS-Rio;
- Os meios de acesso da população aos serviços de saúde ofertados;
- Disponibilizar de maneira visível o nome dos profissionais de plantão na unidade;

- Implementar sistema gerencial de informação com acesso pela internet que garanta registros:
  - Da atividade assistencial e ensino;
  - Da recepção e encaminhamento dos usuários aos serviços;
  - Dos procedimentos administrativos;
  - Da referência e contrarreferência responsável e regulada dos usuários a outros serviços ou a outros níveis assistenciais;
  - Adotar mecanismos que possibilitam disponibilizar em tempo real as informações sobre os atendimentos, bem como as informações econômicas, todas aquelas que a Secretaria Municipal de Saúde – SMS-Rio julgar necessárias ao acompanhamento e avaliação do TERMO DE COLABORAÇÃO;
  - Implantar o ponto eletrônico e disponibilizar à Secretaria Municipal de Saúde – SMS-Rio o controle diário da frequência dos profissionais que atuam na unidade (sistema e equipamento sob responsabilidade do TERMO DE COLABORAÇÃO com a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL).

Todos os aspectos apontados anteriormente deverão estar de acordo com os critérios estabelecidos pelo Plano Municipal de Saúde da SMS-Rio, com os Planos e Protocolos Assistenciais de Atenção Hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde – SMS-Rio, bem como com as Políticas de Saúde e Portarias do Ministério da Saúde e demais legislações em vigor.

#### **11.5. BOA PRÁTICA CLÍNICA**

Como referência de boas práticas clínicas serão avaliadas a observância e implementação:

- Das melhores evidências disponíveis e aceitas de práticas clínicas baseadas em evidências;
- Do consenso de sociedades científicas e associações profissionais;
- De processos de trabalho consensuados pelos profissionais que pertencem ao serviço de saúde contratado ou a outros serviços no âmbito territorial
- De protocolos e linhas de cuidados estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS-Rio.
- Da atenção multiprofissional, instituída por meio de práticas clínicas cuidadoras e

baseadas na gestão de linhas de cuidado;

- Da universalidade, equidade e integralidade no atendimento às urgências;
- Da humanização da atenção, garantindo efetivação de um modelo centrado no usuário e baseado nas suas necessidades de saúde;
- Protocolos, consensos clínicos e linhas de cuidado sobre Acolhimento e Classificação de Risco;
- Acordos entre profissionais sobre a informação clínica necessária para dar suporte e continuidade ao processo terapêutico;
- Integração com outros setores no sentido de atuar nos condicionantes / determinantes do processo de saúde-doença.
- Observância por parte dos profissionais da disponibilização de informação clínica necessária para dar suporte e continuidade ao processo terapêutico.

As referências de boas práticas citadas acima não são excludentes, e sim complementares e sua operacionalidade dependerá do que a defina em cada caso.

Os parâmetros que se relacionam diretamente com a boa prática clínica e que serão objeto de avaliação por parte da CMA são:

- Qualificação dos profissionais, incluindo os residentes;
- Utilização do prontuário clínico eletrônico;
- Uso de todos os outros registros da atividade assistencial necessários;
- Respeito ao Plano de Educação Permanente e Excepcional da SMS, como no caso das capacitações para dengue, gripe A, entre outros;
- Respeito aos Planos: Municipal de Saúde, Complementares ou Excepcionais da SMS;
- Política de Humanização - Protocolos da unidade sobre Acolhimento e Classificação de Risco, e sobre o diagnóstico e tratamento das patologias mais incidentes;
- Registro dos agravos de notificação compulsória – SINAN;
- Perfil de prescrição farmacêutica;
- Autoavaliação assistencial pelos profissionais;

- Avaliação dos serviços de saúde pelos profissionais lotados nas unidades;
- Avaliação externa da prática assistencial;
- Avaliação externa da satisfação do usuário; e
- Respeito às necessidades dos pacientes através da disponibilização dos meios necessários para o tratamento, sejam estes recursos humanos, medicamentos, equipamentos ou outros relacionados.
- Utilização do prontuário clínico eletrônico;
- As Unidades deverão funcionar com sistema de prontuário eletrônico, regularmente atualizado e que possua mecanismos de backup e recuperação de dados, cujo acesso deve ser restrito aos profissionais devidamente autorizados, sendo vedados, durante toda a execução do Termo de Colaboração, a eliminação, descarte ou compartilhamento com terceiros, salvo para cumprimento de obrigações legais e/ou com autorização expressa da SMS.
- O banco de dados integral dos prontuários eletrônicos deve ser devolvido à Secretaria Municipal de Saúde em perfeitas condições, ao término da vigência do Termo de Colaboração, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, em razão da necessidade de ser mantido pelo prazo mínimo de 20 anos, conforme legislação vigente.
- A devolução dos dados contidos nos prontuários eletrônicos deverá ocorrer em formato digital compatível com os sistemas de informação da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a integridade, confidencialidade e autenticidade das informações.
- Os dados deverão ser transferidos mediante meio seguro e criptografado, de acordo com as normativas vigentes de segurança da informação.
- Durante o processo de transferência e até a confirmação do recebimento dos dados pela Secretaria Municipal de Saúde, a entidade parceira deverá continuar adotando todas as medidas de segurança necessárias para proteger os dados pessoais lá contidos, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018 - LGPD), sendo responsável por qualquer incidente de segurança que venha a ocorrer em virtude de falhas na adoção de tais medidas.
- Após a confirmação do recebimento do banco de dados pela Secretaria Municipal de Saúde, a entidade parceira se obriga a excluir permanentemente todas as cópias dos dados que estejam sob sua posse, sejam físicas ou digitais, excetuando-se as hipóteses legais que exijam a manutenção de determinadas informações, devendo, neste caso, comunicar

formalmente à Secretaria Municipal de Saúde sobre quais dados serão mantidos e os respectivos fundamentos legais

### **11.6. ATENÇÃO AO USUÁRIO**

Como referência à atenção ao usuário serão avaliados:

- O grau de informação do usuário sobre o conteúdo, organização e funcionamento dos serviços de saúde contratados;
- A boa comunicação entre os profissionais de saúde e os usuários;
- O incentivo a autonomia dos usuários;
- O tratamento individualizado e personalizado;
- Suporte e rotinas administrativas adequadas ao devido encaminhamento dos pacientes no processo de referência e contrarreferência dentro da Rede de Atenção à Saúde.
- A percepção do usuário em relação ao funcionamento dos serviços de saúde através de pesquisas de satisfação, sendo a informação obtida através de questionário que deve ser disponibilizado após conclusão do atendimento, através de amostragem.
- O instrumento de pesquisa de satisfação do usuário bem como o plano de amostragem e aplicação deverá ser aprovado pela SMS.

### **11.7. ARTICULAÇÃO COM OUTROS NÍVEIS ASSISTENCIAIS – REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA**

A articulação entre a rede nos processos de referência e contra referência será realizada garantindo:

Uma efetiva articulação entre os níveis assistenciais que comporta uma continuidade nas linhas de cuidado das unidades. Esta articulação se dará com o apoio da SUBHUE e se fará entre a instituição parceira, a Coordenação da Área de Planejamento, a rede de atenção básica, as Unidades de Urgência e Emergência, o Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso- PADI, Superintendência dos Institutos nas questões relativas à assistência psiquiátrica e a Central de Regulação Secretaria Municipal de Saúde – SMS-Rio, bem como poderá contar com outros atores e parceiros componentes da rede assistencial;

Utilização pelos profissionais de saúde dos protocolos de referências e contra referências estabelecidas.

## 12. ELEMENTOS DISPONÍVEIS

No Brasil, a saúde da mulher foi incorporada às políticas nacionais de saúde nas primeiras décadas do século XX, sendo limitada, nesse período, às demandas relativas à gravidez e ao parto. Os programas materno-infantis, elaborados nas décadas de 30, 50 e 70, traduziam uma visão restrita sobre a mulher, baseada em sua especificidade biológica e no seu papel social de mãe e doméstica, responsável pela criação, pela educação e pelo cuidado com a saúde dos filhos e demais familiares.

No âmbito do movimento feminista brasileiro, esses programas são vigorosamente criticados pela perspectiva reducionista com que tratavam a mulher, que tinha acesso a alguns cuidados de saúde no ciclo gravídico-puerperal, ficando sem assistência na maior parte de sua vida. Com forte atuação no campo da saúde, o movimento de mulheres contribuiu para introduzir na agenda política nacional, questões, até então, relegadas ao segundo plano, por serem consideradas restritas ao espaço e às relações privadas. Naquele momento tratava-se de revelar as desigualdades nas condições de vida e nas relações entre os homens e as mulheres, os problemas associados à sexualidade e à re- 16 produção, as dificuldades relacionadas à anticoncepção e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a sobrecarga de trabalho das mulheres, responsáveis pelo trabalho doméstico e de criação dos filhos (ÁVILA; BANDLER, 1991).

Em 1984, o Ministério da Saúde elaborou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), marcando, sobretudo, uma ruptura conceitual com os princípios norteadores da política de saúde das mulheres e os critérios para eleição de prioridades neste campo (BRASIL, 1984).

O novo programa para a saúde da mulher incluía ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação, englobando a assistência à mulher em clínica ginecológica, no pré-natal, parto e puerpério, no climatério, em planejamento familiar, DST, câncer de colo de útero e de mama, além de outras necessidades identificadas a partir do perfil populacional das mulheres (BRASIL, 1984).

Na área da saúde da mulher, a NOAS estabelece para os municípios a garantia das ações básicas mínimas de pré-natal e puerpério, planejamento familiar e prevenção do câncer de colo uterino e, para garantir o acesso às ações de maior complexidade, prevê a conformação de sistemas funcionais e resolutivos de assistência à saúde, por meio da organização dos territórios estaduais (COELHO, 2003).

Em 2003, a Área Técnica de Saúde da Mulher identifica ainda a necessidade de articulação com outras áreas técnicas e da proposição de novas ações, quais sejam: atenção às

mulheres rurais, com deficiência, negras, indígenas, presidiárias e lésbicas e a participação nas discussões e atividades sobre saúde da mulher e meio ambiente.

A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher deve contemplar a população feminina acima de 10 anos, hoje estimada em 73.837.876 pessoas, distribuída nas seguintes faixas etárias:

- 10 a 14 anos – 8.091.022;
- 15 a 19 anos – 8.433.904;
- 20 a 29 anos – 16.524.472;
- 30 a 39 anos – 13.934.024;
- 40 a 49 anos – 11.420.987;
- 50 anos e mais – 15.505.461.

As mulheres em idade reprodutiva, ou seja, de 10 a 49 anos, são 58.404.409 e representam 65% do total da população feminina, conformando um segmento social importante para a elaboração das políticas de saúde.

A humanização e a qualidade da atenção em saúde são condições essenciais para que as ações de saúde se traduzam na resolução dos problemas identificados, na satisfação das usuárias, no fortalecimento da capacidade das mulheres frente à identificação de suas demandas, no reconhecimento e reivindicação de seus direitos e na promoção do autocuidado.

### 13. REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO, M. J. O. *Papel dos governos locais na implementação de políticas de saúde com perspectiva de gênero: o caso do Município de São Paulo*. In: SEMINAR WOMEN'S AND HEALTH MAINSTREAMING THE GENDER PERSPECTIVE INTO THE HEALTH SECTOR, 1998, Tunis, Tunísia. *Anais...* São Paulo, 1998.
2. ÁVILA, M. B. E.; BANDLER, R. *A contracepção no Brasil 1980-1990*. Recife: SOS Corpo, 1991. Mimeo.
3. COELHO, M. R. S. *Atenção básica à saúde da mulher: subsídios para a elaboração do manual do gestor municipal*. 2003. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto

de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

4. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. *Portaria nº 2.669, de 3 de novembro de 2009*. Estabelece as prioridades, objetivos, metas e indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto pela Saúde, nos componentes pela Vida e de Gestão, e as orientações, prazos e diretrizes do seu processo de pactuação para o biênio 2010-2011. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2669\\_03\\_11\\_2009.html](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2669_03_11_2009.html). Acesso em: 24 out. 2025.
5. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Área Técnica de Saúde da Mulher. *Plano de ação para o período de 2004 a 2007*. Brasília: [DAPE], 2003.
6. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Assistência integral à saúde da mulher: bases da ação programática*. Brasília: Ministério da Saúde, 1984.
7. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Atenção integral à saúde da mulher*. Brasília, 1998. Mimeo.
8. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Centro Nacional de Epidemiologia*. Brasília, 2001.
9. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Datasus*. Brasília, 2003.
10. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Instituto Nacional do Câncer*. Disponível em: <http://www.inca.gov.br>. Acesso em: 24 out. 2025.
11. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Planejamento familiar: manual para o gestor*. Brasília, 2002.
12. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Dados sobre o aumento das cirurgias eletivas no SUS e no Rio de Janeiro*. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 24 out. 2025.
13. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. *Lei Federal nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996*. Trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9263.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm). Acesso em: 24 out. 2025.
14. SILVA, A. C.; ALMEIDA, L. T.; DIAS, J. F. O impacto das filas de espera nas cirurgias ginecológicas no SUS: o caso das miomectomias e histerectomias. *Revista Brasileira de Saúde da Mulher*, v. 22, n. 2, p. 158–167, 2021.

15. LIPPI, M. C. et al. Gestão de lista de espera como abordagem para planejamento e coordenação de serviços de saúde eletivos. *Revista Eletrônica Gestão & Saúde*, Brasília, DF, v. 9, n. 1, p. 159–177, jan. 2018.
16. SICILIANI, L.; HURST, J. Tackling excessive waiting times for elective surgery: a comparative analysis of policies in 12 OECD countries. *Health Policy*, Amsterdam, v. 72, n. 2, p. 201–215, maio 2005.
17. LEVY, A. R. et al. Time on wait lists for coronary bypass surgery in British Columbia, Canada, 1991–2000. *BMC Health Services Research*, London, v. 5, n. 1, p. 22, mar. 2005.
18. PACIFICO, M. D.; PEARL, R. A.; GROVER, R. The UK Government two-week rule and its impact on melanoma prognosis: an evidence-based study. *Annals of the Royal College of Surgeons of England*, London, v. 89, n. 6, p. 609–615, 2007.
19. MASRI, B. A. et al. Priority criteria for hip and knee replacement: addressing health service wait times. *Report II: Inventory of Initiatives: Joint Replacement: International Approaches to Meeting the Needs*. Vancouver: Krueger & Associates, 2005.
20. KREINDLER, S. A. Policy strategies to reduce waits for elective care: a synthesis of international evidence. *British Medical Bulletin*, London, v. 95, p. 7–32, 2010.
21. KREINDLER, S. A. Watching your wait: evidence-informed strategies for reducing health care wait times. *Quality Management in Health Care*, United States, v. 17, n. 2, p. 128–135, abr./jun. 2008.
22. RACHLIS, M. M. *Public solutions to health care wait lists*. Ottawa: Canadian Centre for Policy Alternatives, 2005.
23. HEALTH COUNCIL OF CANADA. *Wading through wait times: what do meaningful reductions and guarantees mean?* Ottawa: Health Council of Canada, 2007.
24. SARMENTO-JUNIOR, K. M. de A.; TOMITA, S.; KOS, A. O. de A. O problema da fila de espera para cirurgias otorrinolaringológicas em serviços públicos. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, São Paulo, v. 71, n. 3, pt. 1, p. 256–262, maio/jun. 2005.
25. BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 set. 2020.

26. AGUIAR, L. O. F.; LIRA, A. C. O. Transparência no Sistema Único de Saúde: iniciativas e desafios na divulgação eletrônica das listas de espera. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 110–123, abr./jun. 2018.
27. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Rastreamento*. v. 29, 2010. 95 p.
28. LUSTOSA, M. A.; ALCAIRES, J.; COSTA, J. C. Adesão do paciente ao tratamento no Hospital Geral. *Revista SBPH*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 27–49, 2011.
29. JESUS, L. E. Disfunção miccional: doença funcional e social. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, v. 39, n. 2, abr. 2012.
30. AMARO, J. L. et al. Prevalence and risk factors for urinary and fecal incontinence in Brazilian women. *International Braz J Urol*, v. 35, n. 5, p. 592–598, 2009.
31. ABRAMS, P. et al. The standardisation of terminology in lower urinary tract function: report from the standardisation sub-committee of the International Continence Society. *Urology*, v. 61, n. 1, p. 37–49, jan. 2003.
32. ZORZAL, L.; RODRIGUES, G. M. Disclosure e transparência no setor público: uma análise da convergência dos princípios de governança. *Informação & Informação*, Londrina, v. 20, n. 3, p. 113–146, 2015.
33. ANVISA. *RDC nº 7/2010 – Regulamentação sobre assistência em UTI*.
34. ANVISA. *RDC nº 50/2002 – Requisitos de estrutura hospitalar*.
35. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Portaria nº 2.048/2002 – Organização dos serviços de urgência e emergência*.
36. COFEN. *Resolução nº 543/2017 – Dimensionamento da equipe de enfermagem*.
37. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). *Resolução nº 2.277/2020 – Normas para serviços de urgência e emergência*.

## ANEXO II – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

### Hospital da Mulher Fernando Magalhães:

PARTE 1 - APOIO À GESTÃO				
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03	
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	
PARTE 2 - RH E CUSTEIO				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES				
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03	
<b>B - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	
B1.4 SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMFM</b>	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96	
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio HMFM</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03	
<b>E- INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00	
<b>e1- Investimento - Adaptações e equipamentos</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00	
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00	
<b>G-PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	R\$ 8.878.204,13	R\$ 8.878.204,13	R\$ 8.878.204,13	
PARTE 4 - VARIÁVEL				
<b>H-VARIÁVEL</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Variável 1				
Variável 2				
Variável 3				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES				
PARCELA 1				
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03	
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00	
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 13.878.204,13</b>	

<b>PARTE 1 - APOIO À GESTÃO</b>			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>
<b>PARTE 2 - RH E CUSTEIO</b>			
<b>CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
<b>B - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86
B1.4 SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMFM</b>	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio HMFM</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>
<b>PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS</b>			
<b>CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS</b>			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
<b>E- INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00
<b>e1- Investimento - Adaptações e equipamentos</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00
<b>G-PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	R\$ 8.878.204,13	R\$ 8.878.204,13	R\$ 8.878.204,13
<b>PARTE 4 - VARIÁVEL</b>			
<b>H-VARIÁVEL</b>	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20
Variável 1	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
Variável 2	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04
Variável 3	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
<b>CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>			
<b>PARCELA 2</b>			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
<b>TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
<b>TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO</b>	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50
<b>TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000.000,00
<b>TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL</b>	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 14.322.114,33</b>

<b>PARTE 1 - APOIO À GESTÃO</b>			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>
<b>PARTE 2 - RH E CUSTEIO</b>			
<b>CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
<b>B - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	<b>R\$ 6.171.848,54</b>	<b>R\$ 6.171.848,54</b>	<b>R\$ 6.171.848,54</b>
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86
B1.4 SERVIÇO AMBULATORIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMFM</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio HMFM</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>
<b>PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS</b>			
<b>CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS</b>			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
<b>E- INVESTIMENTO</b>			<b>R\$ 5.000.000,00</b>
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos		R\$ -	R\$ 5.000.000,00
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 5.000.000,00</b>
<b>G-PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>
<b>PARTE 4 - VARIÁVEL</b>			
<b>H-VARIÁVEL</b>	<b>R\$ 443.910,20</b>	<b>R\$ 443.910,20</b>	<b>R\$ 443.910,20</b>
Variável 1	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
Variável 2	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04
Variável 3	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
<b>CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
<b>TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>
<b>TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>
<b>TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 5.000.000,00</b>
<b>TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL</b>	<b>R\$ 443.910,20</b>	<b>R\$ 443.910,20</b>	<b>R\$ 443.910,20</b>
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 14.322.114,33</b>

PARTE 1 - APOIO À GESTÃO				
Item	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL 1º ANO
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 5.073.259,56
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 4.058.607,60
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 1.014.651,96
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 5.073.259,56</b>
PARTE 2 - RH E CUSTEIO				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES				
Item	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL 1º ANO
<b>B - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 74.062.182,48
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 4.797.491,52
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 12.313.325,40
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 31.588.750,32
B1.4 SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 11.150.966,16
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 14.211.649,08
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMF</b>	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96	R\$ 27.403.007,52
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio HMF</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 101.465.190,00</b>
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
Item	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL
<b>E- INVESTIMENTO</b>		R\$ -		
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.000.000,00
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 15.000.000,00</b>
<b>G-PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 106.538.449,56</b>
PARTE 4 - VARIÁVEL				
<b>H-VARIÁVEL</b>	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 3.995.191,80
Variável 1	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 1.598.076,72
Variável 2	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 799.038,36
Variável 3	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 1.598.076,72
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES				
Item				TOTAL
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 5.073.259,56
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 101.465.190,00
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.000.000,00
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 3.995.191,80
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 125.533.641,36</b>

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO HMF			
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO			
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES			
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15
<b>B1 - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86
B1.4 SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio HMF</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15
<b>E - INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>
PARTE 4 - VARIÁVEL			
<b>H- VARIÁVEL</b>	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20
Variável 1	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
Variável 2	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04
Variável 3	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES			
PARCELA 5			
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO HMFM			
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO			
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES			
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18
<b>B1 - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86
B1.4 SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>	<b>R\$ 2.283.583,96</b>
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio HMFM</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18
<b>E - INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>
PARTE 4 - VARIÁVEL			
<b>H- VARIÁVEL</b>	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20
Variável 1	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
Variável 2	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04
Variável 3	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES			
PARCELA 6			
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO HMFM				
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO				
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21	
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES				
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21	
<b>B1 - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	
B1.4 SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96	
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio HMFM</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21	
<b>E - INVESTIMENTO</b>				
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	
PARTE 4 - VARIÁVEL				
<b>H- VARIÁVEL</b>	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	
Variável 1	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	
Variável 2	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	
Variável 3	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES				
PARCELA 7				
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21	
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO HMF						
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 5.073.259,56	R\$ 10.146.519,12	
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 338.217,30	R\$ 4.058.607,60	R\$ 8.117.215,20	
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 84.554,33	R\$ 1.014.651,96	R\$ 2.029.303,92	
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 422.771,63</b>	<b>R\$ 5.073.259,56</b>	<b>R\$ 10.146.519,12</b>	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
<b>B1 - RH HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES</b>	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 6.171.848,54	R\$ 74.062.182,48	R\$ 148.124.364,96	
B1.1 EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 399.790,96	R\$ 4.797.491,52	R\$ 9.594.983,04	
B1.2 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 1.026.110,45	R\$ 12.313.325,40	R\$ 24.626.650,80	
B1.3 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 2.632.395,86	R\$ 31.588.750,32	R\$ 63.177.500,64	
B1.4 SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 929.247,18	R\$ 11.150.966,16	R\$ 22.301.932,32	
B1.5 EQUIPE DE APOIO	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 1.184.304,09	R\$ 14.211.649,08	R\$ 28.423.298,16	
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96	R\$ 2.283.583,96	R\$ 27.403.007,52	R\$ 54.806.015,04	
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio HMF</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 8.455.432,50</b>	<b>R\$ 101.465.190,00</b>	<b>R\$ 202.930.380,00</b>	
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS						
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
<b>E - INVESTIMENTO</b>						
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 15.000.000,00</b>	
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 8.878.204,13</b>	<b>R\$ 106.538.449,56</b>	<b>R\$ 213.076.899,12</b>	
PARTE 4 - VARIÁVEL						
<b>H- VARIÁVEL</b>	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 5.326.922,40	R\$ 9.322.114,20	
Variável 1	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 2.130.768,96	R\$ 3.728.845,68	
Variável 2	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 88.782,04	R\$ 1.065.384,48	R\$ 1.864.422,84	
Variável 3	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 177.564,08	R\$ 2.130.768,96	R\$ 3.728.845,68	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES						
PARCELA 8						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 422.771,63	R\$ 5.073.259,56	R\$ 10.146.519,12	
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 8.455.432,50	R\$ 101.465.190,00	R\$ 202.930.380,00	
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.000.000,00	
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 443.910,20	R\$ 5.326.922,40	R\$ 9.322.114,20	
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 9.322.114,33</b>	<b>R\$ 111.865.371,96</b>	<b>R\$ 237.399.013,32</b>	

Hospita

PARTE 1 - APOIO À GESTÃO			
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>
PARTE 2 - RH E CUSTEIO			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA			
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03
<b>B - RH HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMCD</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMCD)</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03
<b>E - INVESTIMENTO</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>F-TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>
PARTE 4 - VARIÁVEL			
<b>H- VARIÁVEL</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
Variável 1			
Variável 2			
Variável 3			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA			
PARCELA 1			
Item	Mês 01	Mês 02	Mês 03
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>

PARTE 1 - APOIO À GESTÃO			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>
PARTE 2 - RH E CUSTEIO			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
<b>B - RH HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMCD</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMCD)</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
<b>E - INVESTIMENTO</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>F-TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>
PARTE 4 - VARIÁVEL			
<b>H- VARIÁVEL</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>
Variável 1	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62
Variável 2	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31
Variável 3	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA			
PARCELA 2			
Item	Mês 04	Mês 05	Mês 06
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>

PARTE 1 - APOIO À GESTÃO			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>
PARTE 2 - RH E CUSTEIO			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
<b>B - RH HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>	<b>R\$ 5.944.637,92</b>
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMCD</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMCD)</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
<b>E - INVESTIMENTO</b>			R\$ -
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos		R\$ -	R\$ -
<b>F-TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>
PARTE 4 - VARIÁVEL			
<b>H- VARIÁVEL</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>
Variável 1	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62
Variável 2	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31
Variável 3	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA			
Item	Mês 07	Mês 08	Mês 09
<b>TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>
<b>TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>
<b>TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>

PARTE 1 - APOIO À GESTÃO				
Item	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL 1º ANO
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 4.636.817,52
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 3.709.454,04
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 927.363,48
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 4.636.817,52</b>
PARTE 2 - RH E CUSTEIO				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
Item	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL 1º ANO
<b>B - RH HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	R\$ 71.335.655,04
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 4.218.170,52
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 26.756.601,48
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 9.673.061,76
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 16.217.370,00
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 3.966.886,44
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 10.503.564,84
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO) HMCD</b>	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38	R\$ 21.400.696,56
<b>D- TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMCD)</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 92.736.351,60</b>
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
Item	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL
<b>E - INVESTIMENTO</b>		R\$ -		
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>F-TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 97.373.169,12</b>
PARTE 4 - VARIÁVEL				
<b>H- VARIÁVEL</b>	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 3.651.493,95
Variável 1	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 1.460.597,58
Variável 2	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 730.298,79
Variável 3	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 1.460.597,58
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
Item	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 4.636.817,52
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 92.736.351,60
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 3.651.493,95
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 101.024.663,07</b>

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO				
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15	
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15	
<b>B2 - RH Hospital MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	<b>R\$ 1.783.391,38</b>	
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMFM + HMCD)</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15	
<b>E - INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	
PARTE 4 - VARIÁVEL				
<b>H- VARIÁVEL</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	
Variável 1	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	
Variável 2	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	
Variável 3	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
PARCELA 5				
Item	Mês 13	Mês 14	Mês 15	
<b>TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	
<b>TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	
<b>TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	
<b>TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	<b>R\$ 405.721,55</b>	
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO				
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18	
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18	
<b>B2 - RH Hospital MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38	
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMFm + HMCD)</b>	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS				
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18	
<b>E - INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76	
PARTE 4 - VARIÁVEL				
<b>H- VARIÁVEL</b>	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	
Variável 1	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	
Variável 2	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	
Variável 3	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA				
PARCELA 6				
Item	Mês 16	Mês 17	Mês 18	
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	R\$ 8.520.152,31	R\$ 8.520.152,31	R\$ 8.520.152,31	

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA			
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO			
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>	<b>R\$ 386.401,46</b>
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA			
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21
<b>B2 - RH Hospital MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMFM + HMCD)</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>	<b>R\$ 7.728.029,30</b>
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS			
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21
<b>E - INVESTIMENTO</b>			
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>	<b>R\$ 8.114.430,76</b>
PARTE 4 - VARIÁVEL			
<b>H- VARIÁVEL</b>	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55
Variável 1	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62
Variável 2	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31
Variável 3	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA			
PARCELA 7			
Item	Mês 19	Mês 20	Mês 21
<b>TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46
<b>TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO</b>	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30
<b>TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL</b>	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>	<b>R\$ 8.520.152,31</b>

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA						
PARTE 1 - APOIO À GESTÃO						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
<b>A - APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 4.636.817,52	R\$ 9.273.635,04	
a1 - Apoio à gestão da RUE - OSC	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 309.121,17	R\$ 3.709.454,04	R\$ 7.418.908,08	
a2 - Apoio à gestão da UNIDADE	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 77.280,29	R\$ 927.363,48	R\$ 1.854.726,96	
a3- Apoio à gestão ao monitoramento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
<b>Total APOIO À GESTÃO</b>	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 4.636.817,52	R\$ 9.273.635,04	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
<b>B2 - RH Hospital MATERNIDADE CARMELA DUTRA</b>	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	R\$ 5.944.637,92	R\$ 71.335.655,04	R\$ 142.671.310,08	
b2.1 - RH - EQUIPE DE GESTÃO MACRO	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 351.514,21	R\$ 4.218.170,52	R\$ 8.436.341,04	
b2.2 - RH - SERVIÇO OBSTETRICO	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 2.229.716,79	R\$ 26.756.601,48	R\$ 53.513.202,96	
b2.3 - RH - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 806.088,48	R\$ 9.673.061,76	R\$ 19.346.123,52	
b2.4 - RH - SERVIÇO NEONATAL	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 1.351.447,50	R\$ 16.217.370,00	R\$ 32.434.740,00	
b2.5 - RH - SERVIÇO AMBULATÓRIO	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 330.573,87	R\$ 3.966.886,44	R\$ 7.933.772,88	
b2.6 - RH - EQUIPE DE APOIO	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 875.297,07	R\$ 10.503.564,84	R\$ 21.007.129,68	
<b>C - CONTRATO E CONSUMO (CUSTEIO)</b>	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38	R\$ 1.783.391,38	R\$ 21.400.696,56	R\$ 42.801.393,12	
<b>D-TOTAL PARTE de RH + Custeio (HMFM + HMCD)</b>	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 92.736.352,00	R\$ 185.472.703,60	
PARTE 3 - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS						
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - INVESTIMENTO - ADAPTAÇÕES E EQUIPAMENTOS						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
<b>E - INVESTIMENTO</b>						
e1- Investimento - Adaptações e equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>F- TOTAL - INVESTIMENTOS</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>G- PARCELA FIXA (RH+CUSTEIO+APOIO À GESTÃO)</b>	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76	R\$ 8.114.430,76	R\$ 97.373.169,52	R\$ 194.746.338,64	
PARTE 4 - VARIÁVEL						
<b>H- VARIÁVEL</b>	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 4.868.658,60	R\$ 8.520.152,55	
Variável 1	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 1.947.463,44	R\$ 3.408.061,02	
Variável 2	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 81.144,31	R\$ 973.731,72	R\$ 1.704.030,51	
Variável 3	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 162.288,62	R\$ 1.947.463,44	R\$ 3.408.061,02	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA						
PARCELA 8						
Item	Mês 22	Mês 23	Mês 24	TOTAL	TOTAL	
TOTAL PARTE 1 - APOIO À GESTÃO	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 386.401,46	R\$ 4.636.817,52	R\$ 9.273.635,04	
TOTAL PARTE 2 - RH E CUSTEIO	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 7.728.029,30	R\$ 92.736.351,60	R\$ 185.472.703,20	
TOTAL PARTE 3 - INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
TOTAL PARTE 4 VARIÁVEL	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 405.721,55	R\$ 4.868.658,60	R\$ 8.520.152,55	
<b>TOTAL TERMO DE PARCERIA</b>	R\$ 8.520.152,31	R\$ 8.520.152,31	R\$ 8.520.152,31	R\$ 102.241.827,72	R\$ 203.266.490,79	

**RESUMO DO HMFH/HMCD:**

RESUMO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO														
	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Total 1º Ano	
ANO 1	R\$ 16.992.634,89	R\$ 16.992.634,89	R\$ 21.992.634,89	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 22.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 22.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 226.558.304,43	
	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24	Total 2º Ano	Total Contrato
ANO 2	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 214.107.199,68	R\$ 440.665.504,11
<b>TOTAL SERVIÇO HMFH+HMCD</b>														
<b>Total Primeiro Ano</b>	<b>Total Segundo Ano</b>	<b>TOTAL GERAL</b>												
R\$ 226.558.304,43	R\$ 214.107.199,68	R\$ 440.665.504,11												

### ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº \_\_\_\_/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR SUA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL \_\_\_\_\_, OBJETIVANDO O GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM GINECOLOGIA CLÍNICA E CIRÚRGICA E ATENDIMENTO A MULHER GRAVE ATRAVÉS DO CTI FEMININO, POR MEIO DE PARCERIA, QUE ASSEGURE ASSISTÊNCIA UNIVERSAL E GRATUITA À POPULAÇÃO OBSTÉTRICA NO CICLO GRAVÍDICO PUERPERAL E NEONATAL, ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ÂMBITO DO HOSPITAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES, LOCALIZADO NA ÁREA PROGRAMÁTICA 1.0, E HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA, LOCALIZADO NA ÁREA PROGRAMÁTICA 3.2, PROCESSO SMS-PRO-2025/82660.**

Aos \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ de 2026, de um lado o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, entidade autônoma de direito público interno, doravante denominado **MUNICÍPIO**, inscrito no CNPJ sob o nº 042.498.733/0001-48, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS**, com sede na Rua Afonso Cavalcanti nº 455, bloco I, sala 701, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_; e, do outro lado, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL \_\_\_\_\_**, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC** inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo \_\_\_\_\_, Senhor \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, após regular Chamamento Público nº 005/2025, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, e suas alterações, no Decreto Municipal nº 42.696/2016, e suas alterações, e consoante autorização do Senhor Subsecretário de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência em 28/11/2025, às fls. 818 do processo SMS-PRO-2025/82660, devidamente publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro nº 176, de

01/12/2025, pág. 38, assinam o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.2014, e suas alterações; do Decreto nº 42.696, de 26.12.2016, do Decreto nº 55.417, de 05.12.2024, e outras alterações; do Decreto nº 21.083, de 20.02.2002; do Decreto nº 32.318, de 7.06.2010; pela Lei Federal nº 13.709, de 14.08.2018, pelo Decreto Rio nº 53.700, de 8.12.2023, pela Resolução CVL nº 216, de 15.12.2023; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, de 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto nº 3.221, de 18.09.1981 e suas alterações; bem como pelas demais normas citadas no Edital de Chamamento Público nº 005/2025, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO tem por objeto o GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE **em ginecologia clínica, cirúrgica e atendimento a mulher grave através do CTI feminino, por meio de parceria, que assegure assistência universal e gratuita a população obstétrica no ciclo gravídico puerperal e neonatal**, única e exclusivamente para o sistema único de Saúde - SUS, **no âmbito do Hospital da Mulher Fernando Magalhães, localizado na AP 1.0 e Hospital Maternidade Carmela Dutra, localizado na ÁP 3.2**, da Secretaria Municipal de Saúde, no Município do Rio de Janeiro, bem como a promoção de todas as atividades constantes do Plano de Trabalho (Anexo I) e do Cronograma de Desembolso (Anexo II).

**Parágrafo Único:** A execução do presente TERMO DE COLABORAÇÃO dar-se-á pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, observadas todas as condições propostas pela instituição na Proposta Técnica e Econômica e no Edital de Chamamento Público nº 005/2025.

a) Passará a ser gerido de imediato pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

Unidade	Endereço	Bairro	Início de operação previsto	Abreviação a ser utilizada
<b>Hospital da Mulher Fernando Magalhães</b>	Rua General José Cristino nº 87	São Cristóvão		<b>HMFM</b>
<b>Hospital Maternidade Carmela Dutra</b>	Rua Aquidabã nº 1037	Campo Grande		<b>HMCD</b>

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL possui as seguintes obrigações:

- (i) desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto da parceria conforme o Plano de Trabalho (Anexo I) e o Cronograma de Desembolso (Anexo II);
- (ii) arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista no Cronograma de Desembolso (Anexo II);
- (iii) prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução financeira desta parceria;
- (iv) permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;
- (v) não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;
- (vi) manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO, comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;
- (vii) selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, nos termos dos documentos referidos no item (i) desta CLÁUSULA, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT;
- (viii) recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;
- (ix) responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO DE COLABORAÇÃO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

- (x)** manter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma do Decreto RIO nº 50.026/2021;
- (xi)** abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária, apresentando o extrato zerado da referida conta à Coordenadoria Técnica de Convênios e Contratos de Gestão com Organizações Sociais (S/SUBG/CTGOS);
- (xii)** permitir o livre acesso dos agentes da Administração Pública aos processos, aos documentos, às informações relacionadas ao TERMO DE COLABORAÇÃO bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- (xiii)** os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao MUNICÍPIO em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.
- (xiv)** arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;
- (xv)** prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;
- (xvi)** apresentar relatórios de Execução do Objeto e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, parágrafo primeiro;
- (xvii)** Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, na forma do artigo 47 do Decreto Municipal nº 42.696/2016, e suas alterações;
- (xix)** observar as normas contidas na Lei Federal nº 8.080/90.
- (xx)** observar as medidas previstas na Política de Segurança da Informação - PSI no âmbito do Poder Executivo Municipal, constante do Decreto Rio nº 53.700, de 8 de dezembro de 2023, nos termos da Resolução CVL nº 216, de 15 de dezembro de 2023, no que tange ao tratamento de dados pessoais em meios digitais e decorrente da execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO;
- (xxi)** desenvolver e dar publicidade à política de privacidade própria e adequada à LGPD, sendo aplicável aos dados pessoais tratados em decorrência da execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO.

#### **QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

O MUNICÍPIO possui as seguintes obrigações:

- (i)** Através da S/Subsecretaria de Atenção Hospitalar Urgência e Emergência, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do Plano de Trabalho objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- (ii)** Repassar à ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL os recursos necessários à execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO;
- (iii)** Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL;
- (iv)** Elaborar Relatório de Visita Técnica *in loco* e Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS VEDAÇÕES**

É vedado, no âmbito desta parceria:

- (i)** utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
- (ii)** remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração Municipal, cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento;
- (iii)** pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- (iv)** realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;
- (v)** efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;
- (vi)** transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;
- (vii)** realizar despesas com:
  - (a)** multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;
  - (b)** publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
  - (c)** pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam

às exigências do art. 29 do Decreto Municipal nº 42.696/2016, e suas alterações;

**(d)** obras que não sejam de mera adaptação e de pequeno porte.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS**

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do Município, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – CESSÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS**

Ficam desde já cedidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, em caráter eminentemente precário, a título de cessão de uso e pelo prazo de vigência deste TERMO DE COLABORAÇÃO, os bens móveis e imóveis, equipamentos e instalações da Secretaria Municipal de Saúde, identificados, inventariados, avaliados e descritos quanto ao seu estado de conservação, conforme Anexo I deste TERMO DE COLABORAÇÃO.

**Parágrafo Primeiro:** É vedado o uso e a destinação dos bens cedidos para finalidades não vinculadas ao alcance das metas e dos objetivos previstos neste instrumento.

**Parágrafo Segundo:** Obriga-se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira em relação ao bem imóvel cedido:

**I** – Conservá-los, mantendo-os limpos e em bom estado, incumbindo-lhe também devolvê-lo, ao final deste TERMO DE COLABORAÇÃO em perfeitas condições de uso e conservação, sob pena de, a critério desta municipalidade, pagar os prejuízos, ou consertar os danos.

**II** – Assegurar o acesso dos servidores públicos encarregados da fiscalização do TERMO DE COLABORAÇÃO e do bem cedido.

**III** – Pagar todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do uso do bem cedido, inclusive tributos, tarifas e preços públicos.

**IV** – Retirar às suas expensas, caso solicitado por esta municipalidade, eventuais bens adquiridos com recursos próprios, que se encontrem no bem cedido, ainda que a ele provisoriamente agregados.

**V** – Providenciar o seguro contra incêndio às suas expensas, apresentando a esta municipalidade a respectiva apólice devidamente quitada, a qual deverá ser renovada na data em que expirar o prazo de seu vencimento.

**Parágrafo Terceiro:** Os bens móveis cedidos na forma desta CLÁUSULA poderão, mediante prévia avaliação e expressa autorização do Prefeito, ser alienados e substituídos por outros de igual ou maior valor, que serão automaticamente incorporados ao patrimônio

do Município do Rio de Janeiro, sob a administração da Secretaria Municipal de Saúde.

**Parágrafo Quarto:** A aquisição de bens móveis ou a instalação de bens imobilizados no bem imóvel cedido, adquiridos com recursos deste TERMO DE COLABORAÇÃO bem como as benfeitorias realizadas serão incorporados ao patrimônio municipal, sem possibilidade de indenização ou retenção, condicionada a retirada à prévia autorização do Município do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Saúde.

#### **CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a cessão total ou parcial do TERMO DE COLABORAÇÃO pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira.

**Parágrafo Único:** Nos casos de subcontratação de serviços ligados à atividade-meio e à atividade-fim, o subcontratado será responsável, solidariamente com a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, pelas obrigações descritas na CLÁUSULA TERCEIRA, especialmente pelos encargos e obrigações comerciais, cíveis, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, nos limites da subcontratação.

#### **CLÁUSULA NONA – DO PRAZO**

O prazo do presente TERMO é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da sua assinatura.

**Parágrafo Primeiro:** O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado, limitados à duração máxima de 10 (dez) anos, desde que demonstrada a vantajosidade para o MUNICÍPIO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.

**Parágrafo Segundo:** A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do MUNICÍPIO dentro do período de sua vigência.

**Parágrafo Terceiro:** O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado de ofício pelo MUNICÍPIO, antes do seu término, quando este der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema Integrado de Administração Financeira, Orçamentária e Contábil – SIAFIC Carioca, conforme previsto no Edital de Chamamento Público nº 005/2025.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES**

A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do TERMO DE COLABORAÇÃO ou do Plano de Trabalho, após, respectivamente, solicitação

fundamentada da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

**(i) por Termo Aditivo** à parceria para:

- (a)** ampliação do valor global, no limite máximo de até 50% (cinquenta por cento);
- (b)** redução do valor global, sem limitação de montante;
- (c)** prorrogação da vigência, limitados à duração máxima de 10 (dez) anos;
- (d)** alteração da destinação dos bens remanescentes.

**(ii) por Termo de Apostilamento**, nas demais hipóteses de alteração, independente de anuência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e sem prejuízo das alterações acima previstas, tais como:

- (a)** Prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitado ao exato período do atraso verificado; e
- (b)** Indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros; ou

**(iii) Por meio de deliberação do Gestor ou Comissão Gestora da parceria e da ratificação da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA**, desde que não haja alteração do objeto e acréscimo do valor global da parceria, para:

- (a)** A utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; e
- (b)** Remanejamento de recursos sem alteração do valor global.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE**

Nos termos do Decreto Municipal nº 42.696/2016, e suas alterações, o reajuste de preços, se cabível, somente será devido, por ocasião da prorrogação da vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO, desde que mantida a vantajosidade para a Administração e observados os seguintes fatores:

- (i)** no caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto da parceria, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria;
- (ii)** em relação aos demais custos e despesas previstos no TERMO DE COLABORAÇÃO, será observado o reajuste medido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado-Especial (IPCA-E) do IBGE, a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do TERMO DE COLABORAÇÃO.

**Parágrafo Primeiro:** Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial da parceria, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva, ou, por ocorrência de evento

superveniente de custo extraordinário que afete a manutenção da execução do objeto da parceria, mediante justificativa da Administração Municipal.

**Parágrafo Segundo:** O pleito de reajuste deverá ser apresentado através de planilha analítica, sendo submetida à análise da Secretaria Municipal de Saúde.

**Parágrafo Terceiro:** Os eventuais reajustes serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação do TERMO DE COLABORAÇÃO ou com o encerramento da vigência da parceria.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

O valor do presente TERMO DE COLABORAÇÃO é de **R\$ 440.665.504,11 (quatrocentos e quarenta e milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e quatro reais e onze centavos)**, e correrá a conta do Programa de Trabalho \_\_\_\_\_; ND \_\_\_\_\_ com repasses trimestrais, nos valores discriminados abaixo, tendo sido emitida(s) a(s) Nota(s) de Empenho nº \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )

Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06
R\$16.992.634,89	R\$16.992.634,89	R\$ 21.992.634,89	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 22.842.266,64
Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 22.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64
Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18
R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64
Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24
R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64	R\$ 17.842.266,64

**Parágrafo Primeiro:** O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que estes ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas. Quando os recursos forem repassados em três ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à apresentação da prestação de contas da primeira parcela, e assim sucessivamente, de modo que se permita à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL possuir em sua conta o montante correspondente a um repasse inicial previsto no Cronograma de Desembolso. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos

recebidos.

**Parágrafo Segundo:** Os recursos previstos no *caput* serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade, conforme descrito no subitem **16.1** do Edital de Chamamento Público nº 005/2025.

**Parágrafo Terceiro:** O primeiro repasse será liberado em até 30 (trinta) dias após a data de celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO e os demais, trimestralmente, na forma estipulada pelo Decreto Municipal nº 50.026, de 16 de dezembro de 2021.

**Parágrafo Quarto:** É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do antepenúltimo repasse efetuado.

**Parágrafo Quinto:** Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária, e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, consoante estabelecido no art. 11, parágrafo 2º, do Decreto RIO nº 50.026/2021.

**Parágrafo Sexto:** Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no Plano de Trabalho pela autoridade pública competente.

**Parágrafo Sétimo:** Na eventual celebração de Termos Aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

As prestações de contas parciais devem ser apresentadas até 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao que se refere, sendo a última entregue até 90 (noventa) dias após o término da presente parceria, acompanhada do comprovante de devolução do saldo.

**Parágrafo Primeiro:** A prestação de contas a que se refere a presente cláusula será realizada por meio da alimentação de Painel de Gestão de Parcerias com Organizações Sociais, <https://osinfo.prefeitura.rio/>, instrumento institucional de acompanhamento, avaliação e controle firmados da Secretaria Municipal de Saúde instruída com os documentos indicados na Resolução CGM nº 1285 de 23 de fevereiro de 2017, e suas alterações, e na forma da Instrução Normativa TCMRIO nº 009, de 27 de novembro de 2024.

**Parágrafo Segundo:** A prestação de contas somente será recebida pelo MUNICÍPIO se estiver instruída com todos os documentos referidos no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

**Parágrafo Terceiro:** No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

**Parágrafo Quarto:** Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL bem como de Contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**Parágrafo Quinto:** Os documentos fiscais originais deverão ser emitidos contendo em seu corpo os seguintes termos: TERMO DE COLABORAÇÃO Nº \_\_\_\_/2025, entre a Organização da Sociedade Civil (Instituição) e o Município do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Saúde" - Objeto: XXXX.

**Parágrafo Sexto:** A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

O MUNICÍPIO deverá realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma do regulamento.

**Parágrafo Primeiro:** Para a implementação do disposto no caput, o órgão poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

**Parágrafo Segundo:** Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, o MUNICÍPIO realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do Plano de Trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

**Parágrafo Terceiro:** Para a implementação do disposto no PARÁGRAFO SEGUNDO, o MUNICÍPIO poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

**Parágrafo Quarto:** O Gestor/Comissão Gestora emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria celebrada mediante TERMO DE COLABORAÇÃO e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

**Parágrafo Quinto:** O Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

(i) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

- (ii) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;
- (iii) valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;
- (iv) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo TERMO DE COLABORAÇÃO;
- (v) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO, do Plano de Trabalho bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2014 e com o Decreto Municipal nº 42.696/2016, e suas alterações, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

- (i) Advertência;
- (ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- (iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

**Parágrafo Único:** As sanções estabelecidas nos incisos (ii) e (iii) são de competência exclusiva do Secretário Municipal de Saúde, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE**

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução

do presente TERMO DE COLABORAÇÃO e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

**Parágrafo Primeiro:** Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.

**Parágrafo Segundo:** O MUNICÍPIO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO DE COLABORAÇÃO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

**Parágrafo Terceiro:** O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DENÚNCIA**

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de TERMO DE ENCERRAMENTO as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

**Parágrafo Único:** Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO**

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

**Parágrafo Único:** Na ocorrência de rescisão, o MUNICÍPIO suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando esta obrigada a

prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do Órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

No caso de inexecução por culpa exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o MUNICÍPIO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

- (i)** retomar os bens públicos em poder da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- (ii)** assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o MUNICÍPIO assumir essas responsabilidades.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

O tratamento de dados deve ser realizado em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para as finalidades previstas na execução do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, cabendo à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as responsabilidades de Operador de Dados, enquanto à SMS, as do Controlador de Dados.

**Parágrafo Primeiro:** Na execução do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, serão tratados dados pessoais e dados pessoais sensíveis conforme artigo 5º, I e II, da LGPD, se limitando ao atendimento de sua finalidade pública na persecução do interesse público, conforme art. 11 da LGPD. Além disso, poderão ser tratados dados pessoais de crianças e adolescentes, notadamente nos atendimentos pediátricos, sempre considerando seu melhor interesse, observando as regras constantes no art. 14 da LGPD bem como nas hipóteses de execução de políticas públicas dos artigos 23 a 30 da LGPD.

**Parágrafo Segundo:** Na execução do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, o tratamento de dados pessoais está amparado no art. 7º, incisos II, III, IV, V, VI, VII e VIII, e o tratamento de dados pessoais sensíveis, no art. 11, II, “a”, “b” e “f”, da LGPD. Para a finalidade deste

TERMO DE COLABORAÇÃO são dados pessoais sensíveis de saúde:

- I – Os contidos no BAM (Boletim de Atendimento Médico), em especial o Código Internacional de Doenças (CID);
- II – Os contidos no prontuário do paciente;
- III – Os receituários, os relatórios e as prescrições.

**Parágrafo Terceiro:** O término do tratamento de dados pessoais se dará nas seguintes hipóteses:

- I – Fim do prazo de vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO;
- II – Superação da necessidade ou alcance da finalidade específica almejada;
- III – Determinação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- IV – Decisão judicial.

**Parágrafo Quarto:** Ocorrendo o término do TERMO DE COLABORAÇÃO e estando concluída a devolução dos dados à Secretaria Municipal de Saúde, o operador deverá proceder com sua eliminação, como segue:

- a) Excluir permanentemente todas as cópias dos dados que estejam em sua posse, física ou digital, com exceção das hipóteses legais e contratuais que exijam a manutenção de determinadas informações, devendo nesse caso, ser comunicado formalmente à SMS, citando o dispositivo legal observado e o prazo de conservação;
- b) O procedimento de eliminação adotado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não poderá, em nenhuma hipótese, afetar o banco de dados da Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente termo e de responsabilização e ressarcimento dos danos, nos moldes do art. 42 da LGPD.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO**

Ocorrendo o término do TERMO DE COLABORAÇÃO, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se compromete a devolver à Secretaria Municipal de Saúde, em perfeitas condições, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, todos os dados atualizados e informações contidas no banco de dados dos prontuários médicos e quaisquer outros documentos correlatos e tratados durante a execução das atividades previstas neste TERMO DE COLABORAÇÃO, como segue:

- a) A devolução dos dados deverá ocorrer em formato digital compatível com os sistemas de informação da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a integridade, confidencialidade e autenticidade das informações;
- b) Os dados deverão ser transferidos mediante meio seguro e criptografado de acordo com as normas vigentes de segurança da informação, adotando todas as medidas de segurança necessárias para proteger os dados, sendo a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL responsável por qualquer incidente de segurança que venha ocorrer em virtude de falha na

adoção de tais medidas;

c) Após a confirmação do recebimento do banco de dados pela Secretaria Municipal de Saúde, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a excluir permanentemente todas as cópias dos dados que estejam em sua posse, física ou digital, com exceção das hipóteses legais que exijam a manutenção de determinadas informações, devendo nesse caso, ser comunicado formalmente à Secretaria Municipal de Saúde, citando o dispositivo legal observado e o prazo de conservação.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO E DE HABILITAÇÃO**

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de participação e habilitação previstas no Edital de Chamamento Público nº 005/2025 durante o curso do presente TERMO DE COLABORAÇÃO.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA FORÇA MAIOR**

Os motivos de força maior que possam impedir a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL de cumprir as metas pactuadas deverão ser comunicados ao MUNICÍPIO, na primeira oportunidade e por escrito, sob pena de não serem aceitas pela fiscalização.

**Parágrafo Único:** Os motivos de força maior poderão justificar a suspensão da execução do TERMO DE COLABORAÇÃO e a alteração do Programa de Trabalho, desde que por Termo Aditivo.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA RESILIÇÃO UNILATERAL PELO MUNICÍPIO**

Em caso de resilição unilateral por parte do MUNICÍPIO, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL fará jus exclusivamente ao ressarcimento dos danos materiais comprovadamente demonstrados, desde que o repasse tenha obedecido ao Cronograma de Desembolso (Anexo II).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do MUNICÍPIO.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, na forma do art. 1º da Resolução TCMRIO nº 113, de 06/11/2024.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO em 02 (duas) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

**Rio de Janeiro,            de            de 2026.**

### **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

---

**NOME DO TITULAR**

Secretário Municipal de Saúde

### **NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

---

**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL**

(carimbo da OSC)

---

**TESTEMUNHA**

(Cargo, matrícula e lotação)

---

**TESTEMUNHA**

(Cargo, matrícula e lotação)

## **ANEXO I DO TERMO DE COLABORAÇÃO - CESSÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS**

I – Fica permitido, o uso dos bens públicos relacionados no Apenso deste Termo de Colaboração, oriundo do processo administrativo **SMS-PRO-2025/82660**, assim como os bens que lhes guarnecem.

II – O prazo de vigência da presente permissão é o mesmo do Termo de Colaboração ao qual se vincula.

III - Quaisquer construções ou benfeitorias realizadas no imóvel, bem como, a instalação de bens móveis ou imobilizados nos equipamentos objeto da permissão de uso, serão incorporadas ao patrimônio municipal, sem direito à retenção.

IV - Os equipamentos e instrumental necessários para a realização dos serviços contratados deverão ser mantidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em perfeitas condições, adequadas à sua destinação.

V - Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes que por ventura venham a ser adquiridos com recursos oriundos do Termo de Colaboração, deverão ser incorporados ao patrimônio da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, hipótese em que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá entregar ao MUNICÍPIO a documentação necessária ao processo de incorporação dos bens patrimoniais.

VI - A realização de benfeitorias ou acréscimos nos bens arrolados deverá ser realizada mediante prévia aprovação e por escrito do Poder Público Municipal.

VI – Os bens recebidos ou adquiridos mediante legados ou doações que forem destinados à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para o objeto do Termo de Colaboração, bem como, as, benfeitorias, bens móveis e imobilizados instalados nos equipamentos de saúde cujo uso foi permitido por este anexo, serão incorporados ao patrimônio municipal ora arrolado.

VII – Ficará assegurado o acesso dos servidores municipais vinculados à área técnica e ao Termo de Colaboração às dependências dos bens cedidos.

VIII - Não poderá ser permitido a terceiro a utilização do bem público cedido sem prévia autorização por escrito, nem poderá ser autorizado o uso do bem público cedido em atividade distinta da prevista no Termo de Colaboração.

IX - Deverá a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL providenciar seguro contra incêndio, raio, explosão e riscos diversos (danos elétricos, vendaval, quebra de vidros e responsabilidade civil) para o prédio, instalações e equipamentos indispensáveis ao funcionamento do bem imóvel cedido. A contratação do seguro deverá contemplar a descrição dos bens a serem segurados, as coberturas pretendidas e a garantia contra perda total ou parcial dos bens sinistrados.

X – Deverá a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL pagar todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do uso do imóvel, inclusive tarifas e taxas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

**I - BEM IMÓVEL CEDIDO À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM FUNÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO****UNIDADE:****ENDEREÇO:**

<b>ÁREA INTERNA</b>	<b>ÁREA EXTERNA</b>	<b>ÁREA TOTAL</b>

**II - RELAÇÃO DE BENS MÓVEIS CEDIDOS À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM FUNÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>INVENTÁRIO</b>

## ANEXO II – DO TERMO DE COLABORAÇÃO

### REPASSES DE RECURSOS FINANCEIROS NO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

#### 1.1. Condições Gerais

Para o repasse dos recursos previstos neste Termo de Colaboração, a Organização da Sociedade Civil (OSC) deverá seguir às seguintes determinações:

- Alimentar, mensalmente, o Painel de Gestão de Parcerias, Sistema Institucional de Monitoramento, Avaliação e Controle dos Contratos de Gestão, Convênios e Termos de Colaboração da Secretaria Municipal de Saúde (<http://osinfo.com.br>), ou qualquer outro que por decisão exclusiva do gestor municipal vier a complementá-lo ou substituí-lo, de forma a viabilizar a análise da prestação de contas dos Termos de Colaboração, tanto na parte assistencial como financeira.
- Anexar ao Painel de Gestão das Parcerias todos os documentos fiscais que comprovam a execução financeira, como: nota fiscal, recibo, contratos assinados, extratos bancários de conta corrente e aplicação financeira, etc. **Todos os documentos serão anexados em forma de imagem (PDF) ao sistema.**
- Apresentar os resultados alcançados para cada meta/indicador pactuados nos Termo de Colaboração, assim como dados de produção, referentes ao período que será avaliado.
- Certificar, através do representante legal da Organização da Sociedade Civil todos os dados enviados.
- Disponibilizar informações financeiras e gerenciais para auditorias externas.
- Manter à disposição da da SMS/RIO e da Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA), responsável pelo acompanhamento e avaliação do Termo de Colaboração, de forma permanente, todas as informações relacionadas aos recursos repassados e demonstrativos gerenciais.
- Ter aprovado pelo Conselho de Administração da Organização da Sociedade Civil a proposta de orçamento e o programa de investimentos.
- Apresentar prestação de contas do Termo de Colaboração que:
  - Reflita a estrita conformidade com o Edital de Chamamento Público, o Cronograma, o Plano de Trabalho e o Termo de Colaboração;
  - Contenha elementos que permitam ao gestor ou comissão gestora da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado;
  - Contenha a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, de todo o período de que trata a prestação

de contas.

- Esteja com todos os documentos constantes do Anexo A devidamente assinados pelos responsáveis indicados nos mesmos.
- Contenha documentação em consonância com as disposições da legislação tributária.

### **1.2. Plano de aplicação de recursos financeiros**

Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL serão mantidos por esta em conta especialmente aberta para a execução do presente Termo de Colaboração em instituição financeira oficial e os respectivos saldos serão obrigatoriamente aplicados.

O montante de recursos previstos e repassados à Organização da Sociedade Civil a título de provisionamento deverá ser depositado em conta específica, preferencialmente em conta poupança, sendo vedada a utilização desses recursos para custear despesas que não sejam oriundas de processos rescisórios ou de provisionamentos obrigatórios.

A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** deve zelar pelo equilíbrio financeiro entre receita e despesa, de modo a evitar *deficit* orçamentário ou financeiro.

### **1.3. Execução orçamentária e prestação de contas**

Para a execução orçamentária do presente Termo de Colaboração será seguido o seguinte procedimento:

O acompanhamento orçamentário/financeiro realizado pela Secretaria Municipal de Saúde será efetivado por consulta ao Painel de Gestão de Parcerias que gerará relatórios gerenciais para subsidiar a avaliação do Gestor(a) ou Comissão Gestora da Parceria e Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) e o controle dos órgãos competentes.

A transferência de recursos orçamentários para a Organização da Sociedade Civil se dará em 8 (oito) parcelas, que serão liberadas conforme previsto no Termo de Colaboração e em estrita conformidade com os valores especificados no cronograma de desembolso anexo ao Termo de Colaboração.

A partir da segunda parcela os repasses serão condicionados à apresentação da prestação de contas pela Organização da Sociedade Civil.

A partir da terceira parcela os repasses serão condicionados à aprovação da prestação de contas do penúltimo repasse efetuado.

A prestação de contas será apresentada mensalmente, conforme descrito abaixo:

- A primeira prestação de contas mensal será feita no 2º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A segunda prestação de contas mensal será feita no 3º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A terceira prestação de contas mensal será feita no 4º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A quarta prestação de contas mensal será feita no 5º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A quinta prestação de contas mensal será feita no 6º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A sexta prestação de contas mensal será feita no 7º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A sétima prestação de contas mensal será feita no 8º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A oitava prestação de contas mensal será feita no 9º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A nona prestação de contas mensal será feita no 10º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A décima prestação de contas mensal será feita no 11º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A décima primeira prestação de contas mensal será feita no 12º mês de vigência Termo de Colaboração;
- A décima segunda prestação de contas mensal será feita no 13º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A décima terceira prestação de contas mensal será feita no 14º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A décima quarta prestação de contas mensal será feita no 15º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A décima quinta prestação de contas mensal será feita no 16º mês de vigência do Termo de Colaboração;

- A décima sexta prestação de contas mensal será feita no 17º mês de vigência do Termo de Colaboração
- A décima sétima prestação de contas mensal será feita no 18º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A décima oitava prestação de contas mensal será feita no 19º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A décima nona prestação de contas mensal será feita no 20º mês de vigência do Termo de Colaboração o;
- A vigésima prestação de contas mensal será feita no 21º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A vigésima primeira prestação de contas mensal será feita no 22º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A vigésima segunda prestação de contas mensal será feita no 23º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A vigésima terceira prestação de contas mensal será feita no 24º mês de vigência do Termo de Colaboração;
- A vigésima quarta prestação de contas mensal será feita no mês subsequente ao de sua execução.

#### **1.4. Conforme previsto na Resolução CGM 1285 de 23 de fevereiro de 2017, a prestação de contas se dará:**

A prestação de contas das despesas realizadas deverá ser apresentada até o 10º dia útil do mês subsequente ao da competência da execução da despesa, sendo a última entregue até 45 (quarenta e cinco) dias após o término da vigência da parceria, tendo por base a autuação do processo administrativo no protocolo do órgão ou entidade gestora da parceria.

A competência da execução financeira é sempre de 01 a 30 (ou 31) de cada mês.

A prestação de Contas mensal deverá ser disponibilizada no Painel de Gestão de Parcerias até o 10º dia útil de cada mês, junto com notas fiscais digitalizadas, contratos de prestação de serviços firmados com empresas terceirizadas escaneados e qualquer outro documento que se entenda pertinente, para fins de acompanhamento pela SMS e pela CMA.

No ato da prestação de contas, deverão ser disponibilizadas no Painel de Gestão das Parcerias as certidões negativas da instituição, bem como as Guias de Recolhimento de INSS e FGTS dos valores relativos aos funcionários contratados em regime CLT para execução deste Termo de Colaboração, além do extrato bancário que comprove a

existência do provisionamento de férias, décimo terceiro salário e rescisão dos funcionários.

### **1.5. Dos recursos recebidos**

Os recursos recebidos, através da instituição bancária designada pelo Município do Rio de Janeiro, deverão ser integralmente transferidos para a conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, exclusivamente aberta pela Organização da Sociedade Civil para a movimentação dos repasses.

Os saldos dos recursos transferidos não utilizados serão aplicados na forma da regulamentação específica e a aplicação financeira deverá ser vinculada à conta movimento que não poderá ter limites de créditos concedidos pela instituição financeira.

Os rendimentos de aplicação serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Colaboração e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas da parceria.

O saldo da verba rescisória trabalhista não utilizado até o término de vigência do Termo de Colaboração poderá ser transferido para a nova conta corrente do Termo de Colaboração subsequente, desde que mantido o objeto, a entidade, e as ações, sem interrupção, da parceria. O extrato com a comprovação da transferência deverá integrar a prestação de contas final do termo que está se encerrando, e a prestação de contas inicial do novo termo, com a indicação dos rendimentos financeiros auferidos no período, se for o caso.

#### **1.5.1. Descrição dos recursos orçamentários no cronograma de desembolso**

Os recursos orçamentários estão divididos em 03 (três) partes, sendo uma vincualda ao apoio à gestão, outra ao custeio e a terceira à performance.

PARTE 1 – Recursos de apoio à gestão

PARTE 2 – Recursos de custeio

PARTE 3 – Recursos vinculados à Parte Variável (1, 2 e 3)

##### **1.5.1.1. Recursos orçamentários referetes à PARTE 1 - Apoio à gestão**

Os recursos orçamentários destinados ao apoio à gestão não poderão ultrapassar 5% (cinco por cento do valor destinado ao custeio da unidade e se divide entre apoio à gestão da Organização da Sociedade Civil (OSC) e apoio à gestão da Coordenadoria Geral de Emergência (CER), sendo 4% (quatro por cento) para destinado à OSC e 1% (um por cento) destinado à CER.

Os recursos dessa rubrica devem ser destinados às despesas de gestão diretamente relacionadas ao objeto da parceria.

#### **1.5.1.2. Recursos orçamentários referentes à PARTE 2 - Custeio**

Os recursos orçamentários referentes à PARTE 2 correspondem ao montante necessário para custeio das ações e serviços de saúde , considerando o seu pleno funcionamento. Ou seja, considerando produção física coerente com a capacidade instalada dos serviços gerenciados pela Organização da Sociedade Civil (OSC).

Os recursos orçamentários referentes à PARTE 2 serão repassados e 8 (oito) parcelas, sendo que cada parcela corresponderá ao valor de três meses de custeio das unidades.

As despesas previstas e não realizadas no mês de referência deverão ser objeto de ajustes nos demonstrativos do mês subsequente.

#### **1.5.1.3. Recursos orçamentários em função de resultados apresentados PARTE 3 – Parte Variável**

O MUNICÍPIO solicitará à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** a apresentação de relatórios contendo dados e informações relativas à produtividade e qualidade dos serviços prestados, conforme Quadro de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação.

A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** para fazer jus aos recursos orçamentários da parte performance deverá cumprir o conjunto de requisitos definidos no Termo de Colaboração e Anexos.

#### **1.5.1.4. Recursos financeiros para adaptações das instalações das unidades**

O repasse será realizado de acordo com o Cronograma de Desembolso.

#### **1.6. Condições para destinação dos recursos financeiros no cronograma de desembolso e metas físicas**

A primeira parcela do Termo de Colaboração, correspondente ao custeio dos três primeiros meses conforme Cronograma de Desembolso será creditada como 1º (primeiro) aporte de recursos financeiros, viabilizando o cumprimento do item que solicita abertura de conta corrente específica para movimentação e comprovação das despesas realizadas através de extrato bancário mensal.

A aprovação dos relatórios de acompanhamento financeiro trimestral deverá ser assinada por pelo menos 3 (três) membros da Comissão Monitoramento e Avaliação – CMA, conforme previsto na RESOLUÇÃO SMS Nº 5065 DE 15 DE SETEMBRO DE 2021.

#### **1.7. Dotação orçamentária**

A execução do presente Termo de Colaboração onerará a dotação orçamentária do

respectivo Plano de Trabalho da SMS-RJ objeto deste instrumento, PT \_\_\_\_\_, ND \_\_\_\_\_ no ano subsequente no PT que o suceder, respeitando os valores do Cronograma de Desembolso Este valor inclui PARTE 1 – Apoio à Gestão – PARTE 2 – Custeio – e PARTE 3 – Parte Variável - (1), (2) e (3).

Os limites máximos mensais em cada categoria de despesa são apontados no próprio Cronograma de Desembolso.

### **1.8. Despesas glosadas**

Todas as despesas que não forem eventualmente reconhecidas pelo Gestor ou Comissão Gestora da Parceria e/ou CMA como pertinentes ao Termo de Colaboração, deverão ser ressarcidas à conta específica do mesmo com demonstração por meio de extrato bancário no prazo determinado.

### **1.9. Manutenção e apresentação dos documentos fiscais e contábeis**

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em perfeita ordem todos os documentos fiscais e contábeis, especialmente os respectivos livros e os comprovantes de todas as despesas contraídas, devendo apresentá-los sempre que requerido pelos órgãos fiscalizadores competentes.

As informações fiscais e contábeis deverão ser encaminhadas através do Relatório de Prestação de Contas mensal assinado pelo responsável da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** e também por via magnética/digital.

Todos os comprovantes fiscais deverão ser emitidos em nome da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** e seus originais ficarão sob sua guarda e à disposição dos órgãos fiscalizadores.

As notas fiscais devem estar devidamente quitadas, contendo aposição de carimbo identificador da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, bem como a data e a assinatura de seu preposto.

Somente serão aceitos os recibos e as notas fiscais quando emitidos com data posterior à assinatura do Termo de Colaboração e de seus respectivos Termos Aditivos. No momento do “atesto”, o valor unitário de cada item/insumo/ material de consumo ou permanente deve constar na nota a ser atestada. Todos os recibos e notas fiscais devem ter o atesto do diretor da unidade.

### **1.10. Aquisição de materiais permanentes**

As aquisições de materiais permanentes efetuadas com recursos oriundos deste

Termo de Colaboração deverão ser patrimoniadas, devendo a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** apresentar os documentos e informações pertinentes tão logo realize a aquisição e utilizar o código CNES na placa de cada item a ser patrimoniado no ato da compra. O levantamento de itens que consta na tabela de equipamentos do CNES de cada unidade cadastrada, deve ser atualizado a cada movimentação de patrimônio e fornecido como um dos relatórios ao Gestor(a) ou Comissão Gestora da Parceria e CMA.

#### **1.11. Dos Documentos que Compõem a Prestação de Contas**

A prestação de contas será instruída, no mínimo, com os documentos descritos neste anexo, além dos exigidos no instrumento da parceria e do plano de trabalho, a seguir relacionados:

- Ofício de apresentação da prestação de contas **(item 1 do ANEXO A)**;
- Relatório de Execução do objeto, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma de desembolso acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, conforme disposto no instrumento da parceria, tais como listas de presença, fotos, vídeos e outros comprovantes, se for o caso, assinados pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil **(item 2 do ANEXO A)**;
- Relatório de Execução Financeira, contendo a receita recebida para o período, descrição de todas as despesas efetivamente realizadas, indicando o número e o tipo dos documentos comprobatórios correspondentes, o favorecido, o número de referência do documento no extrato bancário do respectivo depósito individualizado de quitação e pagamento, e o valor pago **(item 3 do ANEXO A)**;
- Demonstrativo da Conformidade da Despesa, contendo a descrição e o valor de cada item de despesa realizada, em conformidade com a planilha da estimativa orçamentária do plano de trabalho da parceria, de forma a auxiliar a análise e a emissão do parecer técnico por parte do gestor ou comissão gestora da parceria **(item 5 do ANEXO A)**;
- Extrato da conta bancária específica da parceria, evidenciando a movimentação financeira do período da prestação de contas e o extrato da aplicação financeira, quando houver;
- Conciliação do Saldo Bancário **(item 6 do ANEXO A)**;
- Demonstrativo de Aquisições / Produção de bens, demonstrando a pertinência do bem ou direito ao objeto da parceria, a autorização do gestor para a despesa, a anotação de inalienabilidade e a de transferência de sua propriedade para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **(item 7 do ANEXO A)**;
- Cópia dos comprovantes das despesas;
- Na parcela da prestação de contas final, relatório do cumprimento do objeto, contendo as

atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos, vídeos e outros comprovantes, se for o caso.

- A prestação de contas deverá conter demonstrativo específico da manutenção do saldo não utilizado da verba rescisória trabalhista em aplicação financeira da parceria, em conformidade com o Cronograma.
- Detalhamento de todas as despesas dos Termos de Colaboração, com apropriação por centro de custo, por tipo de despesa, por tipo de rubrica.
- Informação detalhada de todos os contratos de serviço e/ou consumo, assinado pela instituição com terceiros durante todo o período de vigência do Termo de Colaboração.
- Informações detalhadas de todos os bens permanentes adquiridos com recursos do Termo de Colaboração.

Havendo previsão de contratação de recursos humanos no Termo de Colaboração, deverá ser apresentada também a seguinte documentação:

- Folha de pagamento discriminando, além do salário: o nome do empregado; o nº do PIS; o nº e a série da CTPS<sup>1</sup>; o INSS, o IRRF<sup>2</sup>; o FGTS; o 13º salário; as férias; e os benefícios sociais concedidos (plano de saúde, vale-transporte, seguro de vida). O documento deve vir acompanhado da correspondente relação de pagamento recebida pelo banco;
- Cópia das guias de pagamento dos encargos sociais, fiscais e trabalhistas;
- Cópia das rescisões homologadas de contrato de trabalho e dos comprovantes de pagamento dos respectivos encargos.
- Em se tratando de trabalho autônomo, deverá ser apresentada cópia do recibo de pagamento de autônomo devidamente assinado, do documento de identificação civil/profissional (com CPF), e das guias de pagamento do INSS e IR decorrentes da prestação do serviço;
- Demonstrativo da projeção da expectativa de custo de rescisão, ao final da parceria, dos empregados contratados pelo regime da CLT<sup>3</sup>, discriminando os valores dos encargos sociais, fiscais, e trabalhistas, evidenciando os recursos recebidos, gastos e a aplicação financeira dos saldos, assinado pelo representante legal da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** e pelo contabilista.
- Os controles de frequência do pessoal contratado para a execução da parceria deverão ser mantidos arquivados na **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, organizados por mês, à disposição do órgão/entidade responsável pela parceria e dos órgãos de controle interno e

<sup>1</sup> Carteira de Trabalho e Previdência Social

<sup>2</sup> Imposto de Renda Retido na Fonte

<sup>3</sup> Consolidação das Leis Trabalhistas

externo.

- Informações detalhadas de todo pessoal contratado pela instituição para execução do objeto contratado, tais como: nome, CPF, cargo, forma de contratação, carga horária, CNES, salário, benefícios, encargos patronais e provisionamento para férias, 13º salário e rescisões.

#### **1.12. Outros elementos e especificidades a serem observados**

Havendo saldo de recursos em poder da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, ao final da vigência da parceria, esta deverá apresentar, na última prestação de contas, o comprovante de recolhimento ao Município, a ser realizado em até 30 dias do encerramento do termo de parceria, ou à conta indicada por este, quando tratar-se de parceria com recursos externos.

Havendo aquisição de bens durante a vigência da parceria, deverão ser apresentados os documentos de doação no processo de prestação de contas da parcela final, para que a Secretaria adote as medidas previstas nas normas da CGM para a incorporação dos bens.

As despesas serão comprovadas mediante nota fiscal, cupom fiscal, DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica) ou nota fiscal fatura acompanhada da duplicata quitada/recibo/declaração ou comprovante de pagamento eletrônico que identifique a nota fiscal, emitidos em nome da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, e contendo o nome e número do Termo de Colaboração no corpo do documento fiscal.

As notas fiscais deverão discriminar detalhadamente os serviços ou as aquisições realizadas, o valor unitário, a quantidade, o local e a data do evento ou da entrega do bem ou serviço, de forma a possibilitar saber por quais serviços ou aquisições efetivamente a administração está pagando.

As datas dos documentos mencionados no item 4.3 deverão ser compatíveis com o período de vigência do Termo de Colaboração.

Não serão admitidos como comprovantes tíquetes de caixa ou qualquer outro documento que não apresente a identificação do adquirente/contratante, a discriminação da mercadoria ou do serviço tomado.

Os documentos referidos nesse anexo serão mantidos em arquivo, em boa ordem, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 anos contados da aprovação da prestação de prestação de contas final ou da tomada de contas da parceria.

É vedada a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos.

### 1.13. Da análise e aprovação da Prestação de Contas

O Município decidirá sobre a regularidade, ou não, da aplicação dos recursos transferidos, manifestando-se formalmente quando da apreciação da prestação de contas, em conformidade com Resolução CGM 1285 de 23 de fevereiro de 2017.

Assim, após análise, o Gestor(a) ou Comissão Gestora da Parceria deverá instruir o processo da prestação de contas com parecer fundamentado que deverá conter informações quanto ao cumprimento dos objetivos para a etapa/fase, prevista no plano de trabalho, para o período da prestação de contas e os resultados alcançados e manifestação quanto à aceitação total, parcial e/ou impugnação com indicação do valor em questão.

No caso de aceitação parcial, no parecer deverá conter as informações quanto à parte em que está em condições de ser aceita, destacando as despesas não aceitas com identificação da impropriedade, incorreção, erro ou irregularidade, dando ciência à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, por notificação, para fim de regularização, quando for o caso, no prazo determinado pelo Município, limitado a 45 (quarenta e cinco) dias.

No caso da prestação de contas conter impropriedade, incorreção, erro ou irregularidade, não regularizada ou não passível de regularização, poderá ser aprovada com ressalva e o valor correspondente à glosa deverá ser depositado, pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, na conta bancária específica, em até 10 (dez) dias da comunicação, ou compensado nos repasses seguintes, quando possível a continuação da parceria.

A prestação de contas será aprovada pelo ordenador de despesa do Município e publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, com base no regramento deste anexo e da Resolução CGM 1285 de 23 de fevereiro de 2017, à vista do pronunciamento da unidade administrativa e/ou técnica do Município, por meio do parecer da unidade administrativa e/ou técnica do Município.

No caso de identificação de impropriedade, incorreção, erro ou irregularidade passível de regularização, exauridas todas as providências cabíveis, o ordenador de despesas aplicará as penalidades previstas no art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, e registrará, quando for o caso, o fato no Sistema de Informações Gerenciais de Material – SIGMA.

Havendo saldo em poder da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** que não tenha sido recolhido ao município em até 30 (trinta) dias após o término da parceria, exauridas todas as providências cabíveis, o processo deverá ser instruído com a apuração do valor atualizado para proceder à inscrição em dívida ativa.

Nos casos descritos nos dois itens anteriores, além das providências descritas nos mesmos, deverá ser instaurada tomada de contas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, na forma da legislação vigente.

A autuação e instrução dos processos de prestação de contas deverão atender ao disposto no Decreto nº 2.477, de 25 de janeiro de 1980, republicado pelo Decreto nº 12.890, de 12 de maio de 1994.

A execução e controle do Termo de Colaboração celebrado com **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, pela Secretaria Municipal de Saúde, serão realizados pelas Comissões de Monitoramento e Avaliação – CMAs, conforme previsto na RESOLUÇÃO SMS Nº 5065 DE 15 DE SETEMBRO DE 2021.

Ficam as Comissões de Monitoramento e Avaliação denominadas para os fins deste Anexo como Comissões de Avaliação.

A Comissões de Avaliação se reunirão ordinariamente, conforme calendário da agenda de reuniões publicado em Diário Oficial, com quórum mínimo de 03 (três) membros.

As reuniões das Comissões de Avaliação deverão ser realizadas nas dependências da sede da Secretaria Municipal de Saúde.

A Comissões de Avaliação podem se reunir extraordinariamente sempre que entender necessário e/ou for solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, ou pela instituição parceira, a fim de tratar de questões relativas à fiscalização e monitoramento dos instrumentos de parcerias.

O relatório conclusivo da Comissão de Avaliação, relativo ao período de avaliação deverá contemplar as seguintes informações:

- a) Análise dos relatórios de desempenho elaborados pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, considerando os aspectos formais, a compatibilidade com o Programa de Trabalho pactuado e também a aderência das informações à realidade;
- b) Acompanhamento e controle econômicos e financeiros dos instrumentos de parceria, analisando a aplicação dos recursos, a eficiência e eficácia dos serviços de saúde prestados à população;
- c) Análise da conformidade da prestação de contas segundo o objeto pactuado no instrumento de parceria e recomendação de ajustes e aplicação de penalidades, quando couber;
- d) Avaliação das metas e dos indicadores pactuados, registrando o funcionamento dos serviços prestados bem como a evolução das metas propostas com os resultados alcançados;
- e) Análise assistencial, através de parecer técnico, contendo o acompanhamento, a avaliação do cumprimento das metas e objetivos estabelecidos conforme anexo específico integrante do Termo de Colaboração;
- f) Autorização do pagamento das parcelas contratuais, tendo como base o cronograma de desembolso, pactuado;

g) Informações de inspeções regulares a fim de verificar a frequência, a produtividade e desempenho dos funcionários das instituições parceiras, conforme folha de controle de pagamento, assim como a verificação das instalações das unidades de saúde e postos de trabalho, estoques de insumos e outros;

h) Estudos e análises de propostas de implantação de novos serviços, assim como a fixação e rotatividade de profissionais de saúde, quando couber.

As deliberações das Comissões de Avaliação deverão respeitar a regulamentação específica em vigor.

Os repasses financeiros serão realizados em conformidade com o previsto no cronograma de desembolso e normativas vigentes, salvo eventuais glosas e/ou retenções promovidas pela fiscalização, na forma prevista neste Anexo.

**• PARECER TÉCNICO**

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO designada por Resolução SMS, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas, conforme legislação em vigor, após análise técnica, apresenta os resultados consubstanciados, a seguir.

Este Parecer está dividido em Análise Assistencial, Análise Econômico-Financeira e Análise de Metas Físicas Contratuais.

**I. Análise Assistencial**

Análise das informações apresentadas no Painel de Gestão OSINFO (<https://osinfo1.prefeitura.rio/>) bem como o Relatório de Análise Assistencial informado através do Painel de Gestão OSINFO (<https://osinfo.prefeitura.rio/>).

Demais análises, constam no processo de avaliação assistencial.

**a) Indicadores Assistenciais - Tabela de Atingimento de Metas**

ITEM	INDICADORES	FÓRMULA	META	PESO	PERÍODO AVALIADO
MÊS/ANO					
ALCANCE DAS METAS		%			

<b>PERCENTUAL ATINGIDO</b>			<b>0%</b>	<b>0,00%</b>

A Comissão informa tabela consolidada de atingimento de metas, em percentual (%), de toda vigência do presente instrumento:

CONSOLIDADO MENSAL DE AVALIAÇÃO DOS INDICADORES												
COMP.	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2026												
2027												
2028												
2029												

**b) Análise Descritiva da Avaliação dos Indicadores.**

**II. Avaliação Econômico-Financeiro**

A Comissão deverá manter no item abaixo as informações relativas a execução econômico -financeira do período total do instrumento. Para a instrução dos processos administrativos anuais, devem constar na Ata das reuniões apenas os dados do exercício em análise.

**a) Deliberação Financeira**

CRONOGRAMA 2026	Cronograma 2026 ERGON/ CUSTEIO	Retenção/ Desconto	Glosas	Deliberado pela Comissão	Valor Pago	Saldo Contratual não Executado	Nº do Processo de Repasse
-----------------	--------------------------------	--------------------	--------	--------------------------	------------	--------------------------------	---------------------------

JAN	Recursos Humanos							
	Custeio e Investimento							
FEV	Recursos Humanos							
	Custeio e Investimento							
ABR	Recursos Humanos							
	Custeio e Investimento							
MAIO	Recursos Humanos							
	Custeio e Investimento							
JUN	Recursos Humanos							
	Custeio e Investimento							
JUL	Recursos Humanos							
	Custeio e Investimento							
AGO	Recursos Humanos							
	Custeio e Investimento							
SET	Recursos Humanos							
	Custeio e Investimento							
OUT	Recursos Humanos							
	Custeio e Investimento							
NOV	Recursos Humanos							
	Custeio e Investimento							
DEZ	Recursos Humanos							
	Custeio e Investimento							
<b>TOTAL</b>								

**b) Deliberação Financeira de Custeio e investimento**

Competência	Cronograma	Valor da Prestação de Contas no Painel OSINFO	Glosa/ Retenção	Desconto	Cota Duodecimal Disponível	Valor Repassado	Saldo a Repassar


**c) Histórico de glosas/retenções**

Competência	Justificativa	Valor Deliberado	Valor Acatado após Reanálise	Saldo Final a ser Glosado	Efetivado em (competência informada no quadro 5.1)
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

**d) Acompanhamento da reserva de provisionamento**

Competência	Vlr. a Provisionar	Acumulado (A)	Fonte	Saldo em c/c de Provisão	Déficit (B-A)
Data	Saldo c/c (B)	Fonte			


**e) Acompanhamento de transferências entre contratos**

Caso a Instituição efetive transferências entre contratos, as informações da planilha 5.3 devem ser organizadas por Unidade/Projeto para melhor acompanhamento das conciliações.

COMP.	Nº DA CONTA ORIGEM E/OU DESTINO	Nº DO TERMO DE COLABORAÇÃO	OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO	EXECUÇÃO	PROVISIONAMENTO							
					RECEITA (EMPRÉSTIMO)	DESPESA (EMPRÉSTIMO)	RETORNO	TOMADO	REEMBOLSO	CONCESSÃO		
RETORNO	TOMADO	REEMBOLSO	CONCESSÃO	RETORNO	TOMADO	REEMBOLSO	CONCESSÃO					
TOTAL												
Nota Explicativa												

**f) Análise de Metas Físicas Contratuais**

**g) Relatórios Analisados**

RELATÓRIO	COMPETÊNCIA
Relatório de Despesa de Pessoal - RDP	
Relatório de Avaliação de Metas/Indicadores	

Assistenciais	
Relatório de Visita Técnica	

### III. Observações com relação à Prestação de Contas no Painel OSINFO

a) Objeto da análise: INSERIR análise PELA COMISSÃO

b) Deliberações e Recomendações

ITEM	FONTE DA INFORMAÇÃO	NATUREZA	FRAGILIDADE	DELIBERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	PRAZO PARA RESPOSTA	RESPOSTA DA OSC	ANÁLISE DA COMISSÃO	STATUS

c) RECOMENDAÇÕES / MANIFESTAÇÕES FINAIS (EM TÓPICOS)

- c.1) Para a Instituição;
- c.2) Para a SMS.

d) Acompanhamento do monitoramento de preço

ITEM	PERÍODO	JUSTIFICATIVA DA OSC	ANÁLISE DA OSC	VALOR ACATADO PELA CMA	AÇÃO FINAL*	PREVISÃO DA AÇÃO**	DATA DA EFETIVAÇÃO DA AÇÃO***

\* Preencher apenas com as opções disponíveis.

\*\* Preencher com a competência estimada.

\*\*\* Informar o mês que foi efetuado efetivamente a ação final.

(Em mês/ano)

<b>Representação</b>	<b>Membro</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Sigla</b>	<b>Assinatura</b>	
<b>TITULAR</b>					
<b>SUPLENTE</b>					
<b>*Resolução SMS</b>					

## ANEXO A DO ANEXO II DO TERMO DE COLABORAÇÃO – Modelos de Formulários

### 1. Modelo de Ofício de Apresentação da Prestação de Contas

(Papel timbrado da OSC)

Ofício (sigla da OSC) nº xxx/20xx Rio de Janeiro, xxx de xxxxx de 20xx Ao(À) Senhor(a)

NOME (nome do gestor público da parceria)

CARGO (cargo do gestor público da parceria)

ÓRGÃO (unidade do gestor público da parceria)

Assunto: XXª Prestação de Contas do Termo de Colaboração nº xxx/20xx

Em cumprimento à Resolução CGM nº xxx/20xx, encaminho a V. Sa., para fins de apreciação, a prestação de contas da aplicação da xxª parcela dos recursos do Termo de Colaboração nº xxxx/20xx, relativa ao período de xx/xx/xxx a xx/xx/xxx, referente ao processo administrativo nº xx/xxx.xxx/20xx, na importância de R\$xxxx, depositados na conta corrente nº .xxxx-xx da agência nº xxxx-xx do banco xxxxxxxx.

Instruem a presente prestação de contas os seguintes documentos:

- a) Relatório de Execução do Objeto;
- b) Relatório de Execução Financeira;
- c) Relatório de Execução Financeira da Contrapartida (se houver);
- d) Demonstrativo da Conformidade da Despesa
- e) Extrato da conta bancária;
- f) Extrato da aplicação financeira;
- g) Conciliação do saldo bancário;
- h) Demonstrativo de aquisição/produção de bens;
- i) Cópias dos comprovantes das despesas;

- j) Cópias dos comprovantes das despesas de contrapartida;
- k) Comprovante do recolhimento do saldo da parceria (se for o caso);
- l) Justificativas (se houver);
- m) Cópia da folha de pagamento;
- n) Cópias das guias de pagamento dos encargos sociais, fiscais e trabalhistas;
- o) Cópias das rescisões de contrato de trabalho;
- p) Cópias dos documentos do trabalho autônomo;
- q) Demonstrativo da projeção da expectativa de custo de rescisão;

Respeitosamente,

---

Nome e assinatura do representante legal da OSC  
Razão Social com n.o do CNPJ da OSC

Nota: Organizar a documentação conforme a ordem apresentada no ofício.

## 2. Relatório de Execução do Objeto

LOGOTIPO DA OSC		
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA PARCERIA: SECRETARIA XXX		
PERÍODO DE XX DE XXX A XX DE XXX DE 20XX		
PROJETO/OBJETO DA PARCERIA:	PROCESSO Nº	TERMO Nº
	INÍCIO:	TÉRMINO:

EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETO							
META	ETAPA/ FASE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	NO PERÍODO		ACUMULADO	
				PROGRAMADO	EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO
TOTAL							

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO OBJETO							
META	ETAPA/ FASE	DESCRIÇÃO	VALOR	NO PERÍODO		ACUMULADO	
				PROGRAMADO	EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO
		1) - ITEM DA DESPESA					
		2) - ITEM DA DESPESA					
TOTAL							

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do representante legal da OSC

Razão Social com nº do CNPJ da OSC

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do contabilista da OSC

Nº do CRC do contabilista da OSC ou Razão Social com nº do CNPJ da assessoria contábil

### **Orientações para o preenchimento do documento**

- a) A Coluna “Meta” deve indicar o número de ordem da meta executada no período;
- b) A Coluna “Etapa/Fase” deve indicar o número de ordem da etapa ou fase executada no período;
- c) A Coluna “Descrição” deve indicar o título da meta, da etapa ou fase, conforme especificado no plano de trabalho;
- d) A Coluna “Unidade” deve registrar a unidade que caracteriza a meta, a etapa ou fase, conforme especificado no Termo de Colaboração;
- e) A Coluna “Física – No Período - Programado” deve registrar a quantidade programada para o período;
- f) A Coluna “Física – No Período - Executado” deve registrar a quantidade executada no período;
- g) A Coluna “Física – Acumulado - Programado” deve registrar a quantidade programada acumulada até o período;
- h) A Coluna “Física – Acumulado - Executado” deve registrar a quantidade executada acumulada até o período;
- i) A Coluna “Natureza da Despesa” deve ser instruída com a nomenclatura de cada item da despesa previsto no cronograma de desembolso. Manter inalterável, salvo se houver alteração no Termo de Colaboração.
- j) A Coluna “Valor” deve ser instruída com o valor total de cada item da despesa previsto no cronograma de desembolso, conforme totalizado nos mapas demonstrativos de despesas. Manter inalterável, salvo se houver alteração no Termo de Colaboração;
- k) A Coluna “Financeira – No Período - Programado” deve registrar o valor programado para o período;
- l) A Coluna “Financeira – No Período - Executado” deve registrar o valor executado no período;
- m) A Coluna “Financeira – Acumulado - Programado” deve registrar o valor programado acumulado até o período;
- n) A Coluna “Financeira – Acumulado - Executado” deve registrar o valor executado acumulado até o período;
- o) O documento deve ser assinado pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil e pelo seu contabilista.

### 3. Relatório de Execução Financeira

LOGOTIPO DA OSC		
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA		
PERÍODO DE XX/XX/XXXX A XX/XX/XXXX		
ÓRGÃO OU ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA PARCERIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXX		
PROJETO/OBJETO DA PARCERIA:	PROCESSO Nº XX/XXX.XXX/20XX	TERMO Nº
	INÍCIO:	TÉRMINO:

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE			RECEITA DO PERÍODO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: R\$		
NATUREZA DA DESPESA	DATA DA DESPESA	Nº DO DOCUMENTO	TIPO DO DOCUMENTO	NOME DO BENEFICIÁRIO, FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇO	Nº DO DOCUMENTO NO EXTRATO BANCÁRIO	VALORES EM R\$	
1) Item da despesa							
1.1) - Subitem da despesa							
1.2) - Subitem da despesa							
1.3) - Subitem da despesa							
2) Total do Item da despesa							
2.) Item da despesa							
2.1) - Subtem da despesa							
2.2) - Subitem da despesa							
2.3) - Subitem da despesa							
Total do Item da despesa							

3) Item da despesa	
3.1) - Subtem da despesa	
3.2) - Subitem da despesa	
3.3) - Subitem da despesa	
Total do Item da despesa	
4) TOTAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS DESPESA	

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do representante legal da OSC  
Razão Social com nº do CNPJ da OSC  
do CNPJ da assessoria contábil

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do contabilista da OSC  
Nº do CRC do contabilista da OSC ou Razão Social com nº

### **Orientações para o preenchimento do documento**

- a) A documentação deve ser organizada, de acordo com o previsto no Cronograma da parceria, sendo discriminada, agrupada e totalizada por ITEM e SUBITEM da NATUREZA DA DESPESA correspondente;
- b) Despesas não previstas no Cronograma, mas necessárias para execução do projeto, somente serão aceitas mediante solicitação antecipada e formal da Organização da Sociedade Civil e autorizada formalmente pelo Município, caso contrario serão glosadas;
- c) Os documentos comprobatórios das despesas devem ser de competência do mesmo período a que se referir a prestação de contas. Será admitida exceção apenas para os encargos referentes a um determinado período que, por força de legislação específica, vençam em outro período. Exemplo: FGTS, cuja competência refere-se a um determinado mês, mas o vencimento será sempre no subsequente;
- d) As despesas, cujos repasses sejam por meio de CONTRAPARTIDA, deverão ser demonstradas no Relatório de Execução Financeira da Contrapartida - acompanhado dos comprovantes específicos das despesas realizadas;
- e) A prestação de contas deverá conter totais pelo somatório de cada ITEM e SUBITEM, sendo totalizado no item 5 “TOTAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS”;
- f) O documento deve ser assinado pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil e pelo seu contabilista.

#### 4. Relatório de Execução Financeira da Contrapartida

LOGOTIPO DA OSC		
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA DA CONTRAPARTIDA		
PERÍODO DE XX/XX/XXXX A XX/XX/XXXX		
ÓRGÃO OU ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA PARCERIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXX		
PROJETO/OBJETO DA PARCERIA: (Termo de Colaboração)	PROCESSO Nº XX/XXX.XXX/20XX	TERMO Nº
	INÍCIO:	TÉRMINO:

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE		RECEITA DO PERÍODO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: R\$		
NATUREZA DA DESPESA	DATA DA DESPESA	Nº DO DOCUMENTO	TIPO DO DOCUMENTO	NOME DO BENEFICIÁRIO, FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇO	Nº DO DOCUMENTO NO EXTRATO BANCÁRIO	VALORES EM R\$
1)Item da despesa						
1.1) - Subitem da despesa						
1.2) - Subitem da despesa						
1.3) - Subitem da despesa						
Total do Item da despesa						
2.) Item da despesa						
2.1) - Subitem da despesa						
2.2) - Subitem da despesa						
2.3) - Subitem da despesa						
Total do Item da despesa						
3.)Item da despesa						

3.1) - Subtem da despesa	
3.2) - Subitem da despesa	
3.3) - Subitem da despesa	
Total do Item da despesa	
5) - TOTAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS DESPESA	

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do representante legal da OSC

Razão Social com nº do CNPJ da OSC

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do contabilista da OSC

Nº do CRC do contabilista da OSC ou Razão Social com nº do CNPJ da assessoria contábil

### **Orientações para o preenchimento do documento**

- a) A documentação deve ser organizada, de acordo com o previsto no Cronograma da parceria, sendo discriminada, agrupada e totalizada por ITEM e SUBITEM da NATUREZA DA DESPESA correspondente previsto no Cronograma da CONTRAPARTIDA;
- b) O documento deve ser assinado pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil e pelo seu contabilista.

**5) - TOTAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS DESPESA - CONTRAPARTIDA**

LOGOTIPO DA OSC					
Demonstrativo da Conformidade da Despesa					
Período: de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX					
PROJETO/OBJETO DA PARCERIA: (Termo de Colaboração)				PROCESSO Nº XX/XXX.XXX/20XX	TERMO Nº
				INÍCIO:	TÉRMINO:
(A) NATUREZA DA DESPESA	(B) VALOR	(C) SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	(D) VALOR RECEBIDO NO PERÍODO	(E) VALOR UTILIZADO NO PERÍODO	(F) SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE
1) Item da despesa					
1.1) - Subitem da despesa					
1.2) - Subitem da despesa					

1.3) - Subitem da despesa					
1.4) - Subitem da despesa					
TOTAL DO ITEM DA DESPESA					
2.)Item da despesa					
2.1) - Subtem da despesa					
2.2) - Subitem da despesa					
2.3) - Subitem da despesa					
2.4) - Subitem da despesa					
TOTAL DO ITEM DA DESPESA					

(A) NATUREZA DA DESPESA	(B) VALOR	(C) SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	(D) (D) VALOR RECEBIDO NO PERÍODO	(E) VALOR UTILIZADO NO PERÍODO	(F) SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE
3) Item da despesa					
3.1) - Subitem da despesa					
3.2) - Subitem da despesa					
3.3) - Subitem da despesa					
3.4) - Subitem da despesa					
TOTAL DO ITEM DA DESPESA					
4) - ITEM DA DESPESA					
4.1) - Subitem da despesa					
4.2) - Subitem da despesa					
4.3) - Subitem da despesa					
4.4) - Subitem da despesa					
TOTAL DO ITEM DA DESPESA					
TOTAL (= 1+ 2+ 3 + 4)					

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome, identificação e assinatura do representante legal da OSC

Razão Social com nº do CNPJ da OSC

Nome, identificação e assinatura do contabilista da OSC

Nº do CRC do contabilista da OSC ou Razão Social com nº do CNPJ da assessoria contábil

### Orientações para o preenchimento do documento

- a) A Coluna (A) “Natureza da Despesa” deve ser instruída com a nomenclatura de cada item da despesa previsto no cronograma de desembolso. Manter inalterável, salvo se houver alteração no termo de parceria.
  
- b) A Coluna (B) “Valor” deve ser instruída com o valor de cada item e subitem da despesa previsto no Cronograma do cronograma de desembolso, conforme o Relatório de Execução Financeira. Manter inalterável, salvo se houver alteração no termo da parceria, cujo somatório deverá ser demonstrado na linha “TOTAL” do Demonstrativo.
  
- c) A Coluna (C) “Saldo do mês Anterior” deve registrar o valor da Coluna (F) do Demonstrativo da prestação de contas do período anterior.
  
- d) A Coluna (D) “Valor Recebido no Período” deve registrar o valor alocado para o item da despesa no período, em conformidade com o repasse de recurso recebido.
  
- e) A Coluna (E) “Valor Utilizado no Período” deve registrar o valor executado para o item da despesa no período, em conformidade com o Relatório de Execução Financeira do período.
  
- f) A Coluna (F) “Saldo para o Período Seguinte” deve registrar o valor não executado e remanescente até o período, obtido pela subtração do total da Coluna (E) do somatório das Colunas (C) e (D).
  
- g) O documento deve ser assinado pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil e pelo seu contabilista.

## 6. Conciliação do Saldo Bancário

LOGOTIPO DA OSC
CONCILIAÇÃO DO SALDO BANCÁRIO
PERÍODO DE XX/XX/XXXX A XX/XX/XXXX
ÓRGÃO OU ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA PARCERIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXX
PROJETO/OBJETO DA PARCERIA: (Termo de Colaboração)

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE Nº	PROCESSO Nº XX/XXX.XXX/20XX	TERMO Nº:
DOCUMENTOS BANCÁRIOS EMITIDOS A COMPENSAR – DÉBITOS				
DATA DA EMISSÃO	Nº E TIPO DE DOCUMENTO	NOME DO CREDOR	REFERÊNCIA NO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	VALORES EM R\$
TOTAL DOS DÉBITOS A COMPENSAR				

DEPÓSITOS E TRANSFERÊNCIAS A COMPENSAR – CRÉDITOS				
DATA DA EMISSÃO	Nº E TIPO DE DOCUMENTO	NOME DO DEVEDOR	REFERÊNCIA NO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	VALORES EM R\$
(B) TOTAL DOS CRÉDITOS A COMPENSAR				
(C) SALDO DA CONTA CORRENTE NO EXTRATO BANCÁRIO DO PERÍODO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS				
D) SALDO REAL DISPONÍVEL DA CONTA CORRENTE DO PERÍODO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS = (C + B - A)				
(E) SALDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PERÍODO ANTERIOR				
(F) REPASSE RECEBIDO DO MUNICÍPIO NO PERÍODO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS				
G) SALDO ANTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS = (E + F)				
(H) TOTAL DAS DESPESAS DO PERÍODO = RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA				
(I) SALDO AJUSTADO DA CONTA CORRENTE APÓS A PRESTAÇÃO DE CONTAS = (G - H)				

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do representante legal da OSC

Razão Social com nº do CNPJ da OSC

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do contabilista da OSC

Nº do CRC do contabilista da OSC ou Razão Social com nº do CNPJ da assessoria contábil

### **Orientações para o preenchimento do documento**

Os testes visam a aferir os valores dos saldos da prestação de contas em relação ao valor real disponível, considerando os ajustes da conciliação bancária.

- a) Informar os dados dos documentos e valores, referentes aos pagamentos efetuados e não compensados ou deduzidos da conta bancária, totalizando-os na alínea (A);
- b) Informar os dados, referentes aos créditos efetuados na conta bancária, tais como: depósitos, transferência (DOC) e devoluções creditados e não compensados na conta bancária, totalizando-os na alínea (B);
- c) A alínea (C) deve indicar o valor do saldo do extrato em conta bancária do período da prestação de contas;
- d) Para demonstração do saldo real disponível na conta corrente no período da conciliação bancária, a alínea (D) deve conter o resultado da soma da alínea (C) com a alínea (B) subtraída da alínea (A);
- e) A alínea (E) deve conter o valor do saldo final da conciliação bancária, alínea (L), da prestação de contas do período anterior;
- f) A alínea (F) deve conter o valor do repasse de recursos do Município, referente ao período da prestação de contas, identificado no extrato bancário;
- g) A alínea (G) deve conter o valor do repasse de recursos de CONTRAPARTIDA, se houver, referente ao período da prestação de contas, identificado no extrato bancário;

- h) Para demonstração do saldo na conta corrente antes da prestação de contas, a alínea (H) deve conter o resultado da soma dos valores das alíneas (E), (F) e (G);
- i) A alínea (I) deve conter o total do Relatório de Execução Financeira;
- j) A alínea (J) deve conter o total do Relatório de Execução Financeira – CONTRAPARTIDA;
- k) Para demonstração do total das despesas da prestação de contas, a alínea (K) deve conter o resultado da soma dos valores das alíneas (I) e (J);
- l) Para demonstração do saldo real disponível na conta corrente no período da conciliação bancária, a alínea (L) deve conter o resultado da subtração da alínea (H) pela da alínea (K);
- m) O documento deve ser assinado pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil e pelo seu contabilista.

**7. Demonstrativo de Aquisições / Produção de Bens**

LOGOTIPO DA OSC		
DEMONSTRATIVO DE AQUISIÇÃO, PRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO DE BENS E DIREITOS		
PERÍODO DE XX/XX/XXXX A XX/XX/XXXX		
ÓRGÃO OU ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA PARCERIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXX		
PROJETO/OBJETO DA PARCERIA: (Termo de Colaboração)	PROCESSO Nº XX/XXX.XXX/20XX	TERMO Nº
	INÍCIO:	TÉRMINO:

DATA	NÚMERO DA NOTA FISCAL	NOME DO BENEFICIÁRIO FORNECEDOR/ PRESTADOR DE SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO BEM COM O NÚMERO DE SÉRIE / PRODUÇÃO / DIREITO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
TOTAL DE AQUISIÇÕES/PRODUÇÃO DE BENS						

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do representante legal da OSC

Razão Social com nº do CNPJ da OSC

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do contabilista da OSC

Nº do CRC do contabilista da OSC ou Razão Social com nº do CNPJ da assessoria contábil

### **Orientações para o preenchimento do documento**

- a) O demonstrativo deve ser preenchido com os dados das aquisições, produção ou construção de bens em conformidade com o previsto no instrumento jurídico, quando houver;
- b) Os bens devem conter referência nos Relatórios de Execução Financeira;
- c) Somente anotar no demonstrativo os bens passíveis de inventariação, de acordo com as normas da Controladoria Geral do Município;
- d) O documento deve ser assinado pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil e pelo seu contabilista.

**MODELO DO ANEXO IV - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**(MODELO)**

**(em papel timbrado da Organização da Sociedade Civil )**

**À Secretaria Municipal de Saúde**

**Rua \_\_\_\_\_ – Rio de Janeiro-RJ**

Prezados Senhores,

Pela presente, fica credenciado (a) o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, para representar a Organização da Sociedade Civil \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, no Edital de Chamamento Público - nº CP \_\_\_\_/\_\_\_\_ a ser realizada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive prestar esclarecimentos, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se sobre a sua renúncia e eventual desistência.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

(Nome, cargo e carimbo da Organização da Sociedade Civil)

**MODELO DO ANEXO V AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**DECLARAÇÃO DE QUE ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL NÃO POSSUI EM SUA  
DIRETORIA PESSOAS QUE PARTICIPEM DA DIRETORIA DE OUTRA FUNDAÇÃO  
PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO**

**Secretaria Municipal de Saúde  
Chamamento Público nº 005/2025**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de participação no chamamento público supracitado que **não possui na sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra fundação privada ou associação (Decreto Municipal N.º 25.459/2005).**

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da instituição)

**MODELO DO ANEXO VI AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**DECLARAÇÃO DE INSTRUMENTOS JURÍDICOS FIRMADOS**

**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Chamamento Público nº 005/2025**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de participação no chamamento público supracitado que **não mantém 12 (doze) ou mais instrumentos jurídicos firmados com o Município do Rio de Janeiro. Segue relação dos instrumentos jurídicos formalizados:**

*(Deverá ser informado o número de cada instrumento, o órgão signatário, data inicial, final, valor mensal e total, número do processo).*

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da instituição)

## MODELO DO ANEXO VII DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

### DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO SEM SUBDELEGAÇÃO

Secretaria Municipal de Saúde  
Chamamento Público nº 005/2025

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de participação no chamamento público supracitado que **funciona sem realizar subdelegação para execução de quaisquer de suas atividades-fim:**

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da Organização da Sociedade Civil)

**MODELO DO ANEXO VIII DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/2001**

**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Chamamento Público nº 005/2025**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que **não possui no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do Parágrafo Único do artigo 2º do Decreto “N” nº 19.381/2001.**

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura, nome, cargo do representante legal da Organização da Sociedade Civil)

**MODELO DO ANEXO IX DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**DECLARAÇÃO REFERENTE A ILÍCITOS TRABALHISTAS**

**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Chamamento Público nº 005/2025**

\_\_\_\_\_ Organização da Sociedade Civil inscrita no  
CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)  
\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº  
\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA que não emprega menor  
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega  
menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.**

Ressalva:

(  ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da instituição)

Obs.:

- 1) *Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.*
- 2) *Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da instituição.*

## MODELO DO ANEXO X DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

Secretaria Municipal de Saúde  
Chamamento Público nº 005/2025

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de participação no chamamento público supracitado, que **não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item (7) do Edital.**

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da Organização da Sociedade Civil)

**MODELO DO ANEXO XI DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO  
DECLARAÇÃO DE COTA MÍNIMA**

**Secretaria Municipal de Saúde  
Chamamento Público nº 005/2025**

\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins de participação no chamamento público supracitado que **observa as cotas mínimas para pessoa de cor negra e mulheres (Decreto Municipal N.º 21.083/02)**.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da Organização da Sociedade Civil)

**ANEXO XI DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**  
**CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA - Edital n.º 005/2025**

CRITÉRIOS	ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA (ITEM)	PONTUAÇÃO MÁXIMA (CRITÉRIO)
1. Experiência	1	Tempo de experiência de gestão em saúde	4	10
	2	Experiência em gestão de serviço hospitalar com perfil emergência ginecológica/obstétrica e neonatal; assistência intensiva ginecológica/obstétrica e neonatal.	6	
2. Grau de adequação da proposta apresentada ao objeto da parceria.	3	Políticas de Recursos Humanos, incluindo plano de cargos e salários, benefícios, provisões e incentivos aplicados aos profissionais. a) Programa de Desenvolvimento Humano, Técnico e Gerencial	1	10
		Políticas de Recursos Humanos, incluindo plano de cargos e salários, benefícios, provisões e incentivos aplicados aos profissionais. b) Sistema de pagamento por performance	1	
	4	Plano/Programa de Educação Permanente	1	
	5	Dimensionamento gerencial, administrativo e da Equipe Assistencial	4	
	6	Plano de ação para melhoria dos serviços voltados para efetividade de todos os procedimentos de obstetrícia e neonatologia e assistência intensiva ginecológica/obstétrica e neonatal	3	
3. Capacidade Operacional	7	Publicização das prestações de contas e resultados assistenciais da proponente em seu sítio institucional	10	60
	8	Apresentação do Regimento Interno ou documento equivalente, que descreva os princípios éticos e comportamentais que norteiam o relacionamento e a conduta institucional de funcionários e diretoria com seus pares, subordinados e parceiros de negócios, visando manter uma postura de transparência e ética nas relações pessoais e comerciais da entidade	05	
	9	Apresentação de documentos que comprovem a aplicação e efetividade da Política de <i>Compliance</i> e Integridade da Instituição	15	
	10	Experiência em uso de sistema de prontuário eletrônico em unidades de saúde	14	
	11	Apresentação dos Instrumentos de Pesquisa de Satisfação do Usuário e organização da análise dos dados	06	
	12	Ações voltadas à qualidade, através de Comissões, Serviços, Protocolos Clínicos	10	
4. Preço	13	ITEM 13– Redução na proposta econômica – Considerando as definições do “Item 9– Custo” do Plano de Trabalho	15	20
	14	Proposta econômica: volume de recursos (R\$) destinados à rubrica A.2 Apoio à Gestão – OSC - Considerando as definições do “Item 9 – Custo” do Plano de Trabalho	5	
<b>TOTAL</b>				<b>100</b>